



Marcos Nobre
Ana Claudia Teixeira
(Organizadores)

O Partido Digital Bolsonarista

CCI  CEBRAP

Expediente

Cebrap | Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Presidência

Adrian Gurza Lavalle

Diretoria científica

Arlson Favareto

Diretoria administrativa

Victor Callil

CCI | Centro para Imaginação Crítica

Diretor geral

Marcos Nobre

Assessor da diretoria geral

Paulo Yamawake

Diretora científica

Camila Rocha

Assessor da diretoria científica

José Del Ben Neto

Diretora de formação

Fabiola Fanti

Assessora da diretoria de formação

Ariane Donda

Diretor de pesquisa

Jonas Medeiros

Secretária executiva

Marília Romão

Comunicação

José Roosevelt Junior

Lorenzo Porto

O Partido Digital Bolsonarista

Autores

Daniela Constanzo

Carol Luck

Leonardo Martins Barbosa

Marcos Nobre

Mércia Alves

Paulo Yamawake

Organizadores

Marcos Nobre

Ana Claudia Teixeira

Diagramação e projeto gráfico

José Roosevelt Junior

Revisão

Márcio Oyama

Arte da capa

Paulo Yamawake

Citar como

Nobre, Marcos; Teixeira, Ana Claudia (orgs.). O Partido Digital Bolsonarista. São Paulo: Centro para Imaginação Crítica (CCI/ Cebrap), 2026. E-Book (p.287).

Sumário

Apresentação	5
01	
O partido digital como uma nova forma política	23
02	
Cadeias de lealdade no Partido Digital Bolsonarista	63
03	
A coordenação do PDB nas redes	92
04	
Quem manda no PDB?	121
05	
7 de Setembro: ritual, visibilidade e ordenação interna	152
06	
Como o PDB se financia	181
07	
O Partido Digital Bolsonarista na arena eleitoral	210
08	
O PL (e o PDB) na Câmara dos Deputados	243
Conclusões	269
Glossário	274
Sobre os autores	281

Apresentação

Marcos Nobre

A atuação digital bolsonarista é constantemente identificada com o que se chama de *milícias digitais* – ou o que, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi chamado de *gabinete do ódio*. É uma maneira de se entender essa atividade em termos de mera manipulação e desinformação. Ao mesmo tempo, é igualmente frequente a descrição da mesma atuação em termos contrários, em termos de um campo caótico. Ou seja, no lugar da operação com objetivos claros e ação coordenada, haveria influenciadores – da política ou não – atuando de maneira desordenada e sem objetivo comum, mirando unicamente ganhos pessoais imediatos, segundo alinhamentos episódicos. Essas descrições contraditórias exigem um exame aprofundado, que busque a lógica além da superfície visível.

Este livro pretende ir além do aparente caos ou da ideia superficial de uma organização de fins meramente manipulativos. Nosso objetivo é demonstrar que há uma organização que opera como partido, um partido que chamamos de Partido Digital Bolsonarista – e “partido” não sendo uma metáfora.

Dada a novidade do objeto e do fenômeno, muitas vezes, ao longo do livro, foi necessário, sim, usar metáforas, ou seja, estabelecer analogias com o objeto que conhecemos, o partido que chamamos de tradicional (ou analógico). As metáforas utilizadas têm unicamente o objetivo de tentar esclarecer a natureza e o funcionamento do partido digital. Seu uso pretende tornar

compreensível o fato de que se trata de um partido autêntico e não de um conjunto de episódios de atuação mais ou menos coordenada nas redes. As analogias permitem fazer aproximações com estruturas clássicas e padrões de comportamento característicos de partidos tradicionais, como hierarquia, coordenação e coesão, além de disciplina e correntes partidárias.

Entretanto, essa organização ainda não é conhecida e reconhecida como um partido. De um lado, porque sua estrutura de funcionamento não é evidente. De outro, pelo simples fato de que não há registro oficial. E ainda existe uma razão mais profunda: a existência do Partido Digital Bolsonarista não cabe nas definições habituais encontradas no debate público e na literatura especializada sobre o que seja um partido.

Mesmo assim, nossos achados de pesquisa dos últimos três anos nos permitiram demonstrar como se organiza, como opera, como se financia e como atua institucionalmente o Partido Digital Bolsonarista (PDB). Não há como separar nossos achados empíricos das discussões teóricas que fazemos: os dois momentos estão necessariamente imbricados. Esse procedimento e esse objetivo estão registrados na própria organização do livro.

Fazemos uma circunscrição operacional do bolsonarismo e do ecossistema digital bolsonarista para, dentro desses campos mais amplos, mostrar o lugar que neles ocupa o PDB. Mostramos como o partido se vale e depende desses ecossistemas para existir. O debate que realizamos com a literatura especializada sobre partidos para encontrar um lugar para essa inovação política, ainda que guarde seu interesse e sua relativa autonomia, não pode ser separado da demonstração empírica do funcionamento do partido digital. Também a descrição

do funcionamento do PDB segundo o modelo teórico das cadeias de lealdade que o estruturam não pode ser entendida separadamente da demonstração de elementos empíricos de engajamento, financiamento, hierarquia, coesão, coordenação, disciplina partidária e atuação institucional que desenvolvemos.

Este livro não é, portanto, uma coletânea de textos. Pelo menos não no sentido habitual de uma reunião de contribuições de diferentes pessoas sobre um mesmo tema ou problema. É o resultado de uma pesquisa coletiva orientada por um mesmo objeto e um mesmo objetivo. Cada capítulo é uma etapa de uma demonstração. Só um trabalho verdadeiramente coletivo e coordenado torna possível um resultado como esse.

Ao mesmo tempo, temos clareza do caráter ainda exploratório, incipiente e preliminar de nosso esforço. Ao concentrarmos energias em identificar e demonstrar quais são os padrões de coordenação, hierarquia, disciplina e atuação institucional do partido, muitas vezes, tivemos de deixar em segundo plano, por exemplo, a gênese dos processos. Isso porque o PDB funciona segundo métodos de tentativa e erro, de avanços e recuos. O alinhamento que deles resulta não se dá de cima para baixo, simplesmente, como se o topo da hierarquia partidária tivesse a exclusividade da iniciativa e da imposição de linhas programáticas e de ação. Ao mesmo tempo, também não são processos meramente caóticos, espontâneos, promovidos por uma base dispersa e desorganizada. São processos coordenados, mas uma coordenação que emerge de mecanismos próprios à lógica das redes e não de mecanismos de coordenação típicos de partidos tradicionais.

Os processos de tentativa e erro com vistas a dirigir ideias e ações são característicos de toda a cadeia hierárquica,

incluindo o seu topo. São métodos que envolvem tanto ganhos financeiros – monetização, por exemplo – como ganhos políticos institucionais – manutenção ou conquista de mandatos e cargos políticos, por exemplo. Ainda assim, muitas vezes, a apresentação pode dar a impressão de que os processos não deixam restos, como se o resultado já estivesse dado desde o começo, como se a coordenação já estivesse dada desde sempre.

Essa possível ilusão retrospectiva, digamos assim, precisa ser corrigida e, para isso, é necessário investigar muito mais e muito mais profundamente o funcionamento dos partidos digitais. Ao mesmo tempo, se nossos esforços nessa direção são ainda incipientes, acreditamos que um passo importante foi dado, com este livro, na direção do esclarecimento, teórico e empírico, da necessidade – e mesmo da premência – do estudo desse novo objeto. Pois só assim será possível avançar no sentido de tornar mais robusta a demonstração de nossas hipóteses, de formular novas possibilidades e articulações entre elementos já identificados como estruturais e mesmo de identificar novos elementos.

Para dar conta da novidade do objeto, foi preciso mobilizar e adaptar uma série de instrumentos de pesquisa já existentes, que ainda não tinham sido utilizados com esse objetivo. Esperamos que este estudo produza críticas metodológicas que nos façam avançar e refinar tais instrumentos, além de propiciar o surgimento de inovações para identificar e estudar com maior precisão os partidos digitais.

Enxergar para além da superfície exige começar pela distinção entre partidos digitais e partidos tradicionais (ou analógicos). Essa diferença será apresentada ao longo do livro em muitos momentos e sob muitos aspectos. Mas é importante ressaltar

desde já que partidos digitais não são partidos tradicionais que se digitalizaram. Partidos digitais são aqueles que nasceram digitais. Portanto, eles não recorrem à internet como se ela fosse uma dentre muitas ferramentas que partidos tradicionais utilizam para ampliar o alcance de suas atuações; os partidos digitais seguem a lógica que é própria das redes. Ao mesmo tempo, não podemos identificá-los como partidos-plataforma, aqueles que se institucionalizam e organizam sua ação política mimetizando a arquitetura e o funcionamento de plataformas digitais já existentes, como, por exemplo, o 5 Estrelas italiano.

Ou seja, não se trata de manter a organização, a coordenação e a coesão de partidos tradicionais e apenas acrescentar um novo domínio de atuação online. Partidos tradicionais podem dispor – e efetivamente dispõem, na prática – de ferramentas virtuais. No caso dos partidos digitais, a internet não é apenas mais um instrumento de atuação: é o ambiente e o elemento em que existem e operam.

O PDB representa um esforço político organizado para conquistar não só poder institucional, mas também social, em sentido mais amplo. Como qualquer outro partido – pelo menos da maneira como entendemos partido –, o PDB busca primeiramente se firmar como referência organizada da parcela da sociedade que pretende representar para, assim, buscar poder institucional em nome dessa parcela. No caso do PDB, seu primeiro objeto de conquista de poder social é o próprio bolsonarismo.

Para isso, não é de grande relevância definir ou mesmo circunscrever conceitualmente o bolsonarismo como fenômeno social. Nosso ponto de partida a esse respeito é tão somente o de que há uma parcela significativa do eleitorado que se identifica como bolsonarista. Sabemos que mesmo esse ponto de partida não é mensurável com precisão, já

que variam as classificações das pesquisas de opinião, que levam a diferentes números, ao atribuírem distintos graus de adesão por parte dos respondentes. Ocorre também que aqui a precisão da mensuração não é relevante para nosso objeto, porque o PDB opera em um círculo e em um ambiente bem mais restritos e delimitados do que o do bolsonarismo como identificação política, social e cultural; o PDB opera no âmbito do bolsonarismo *como ecossistema digital*.

Assim, atuando na dimensão online do movimento, o PDB pretende construir legitimidade e autoridade para representar o conjunto do bolsonarismo. E, partindo dessa base, tem por objetivo ampliar seu poder social para outros grupos e parcelas da população, de maneira a alcançar também o poder institucional.

Para isso, estabelece uma agenda política abrangente, típica de partidos tradicionais, institucionalizados. Também como no caso de formas de partido conhecidas, o estabelecimento dessa agenda se dá mediante a capacidade de mobilização, engajamento, coordenação e coesão na atuação. Apesar de tais habilidades serem visíveis e amplamente reconhecidas no bolsonarismo, elas só são bem compreendidas à luz da atuação do Partido Digital Bolsonarista.

Toda a dificuldade está em se identificar e demonstrar a coordenação e a coesão específicas da conduta segundo a lógica do mundo digital. Isso significa que é permanente a disputa entre diferentes polos de referência das redes que participam do cotidiano do PDB pela atenção, pelo engajamento e pela mobilização. É essa disputa que resulta no estabelecimento de pautas prioritárias que, elaboradas ao longo do tempo, constituem o programa do PDB e, conseqüentemente, das candidaturas que o representam nos diferentes níveis.

A legitimidade desse tipo de organização se constrói sobre a base da lógica digital e deve ser entendida nesses termos. Assim, a disputa se estrutura segundo o que chamamos de *cadeias de lealdade*. Em termos metafóricos, o mais próximo disso seria o que é conhecido como *correntes partidárias* – organizações formais ou informais de partidos tradicionais que disputam o rumo e a direção da legenda. Formulam teses, fazem alianças com outras correntes e disputam cargos na hierarquia partidária.

No caso de partidos digitais – do PDB, mais especificamente –, a estrutura é diferente, já que uma mesma pessoa pode pertencer a diferentes cadeias de lealdade, o que, no caso de correntes partidárias, seria uma contradição em termos. Essa diferença corresponde ao baixo custo de entrada no partido digital: não há necessidade de filiação formal e não há compromisso com um estatuto partidário previamente determinado. Também não há custo de saída – ou melhor, a saída é uma das opções à disposição de quem faz parte da base do partido digital. Segundo um esquema inspirado em Albert O. Hirschman, entendemos que qualquer participante de uma cadeia de lealdade pode sair caso tenha tentado usar sua voz (ou amealhar apoios suficientes) para mudar a posição defendida pela liderança e não tenha sido ouvido.

O peculiar nesse caso é que sair de uma cadeia de lealdade não significa deixar de fazer parte de outras cadeias, muito menos deixar o PDB. Significa apenas que aquela cadeia, ao perder alguém – e até outras pessoas que concordavam com o questionamento feito –, perdeu força. A cadeia desfalcada, agora, tem menos substância na disputa interna do PDB, uma disputa que engloba, além das decisões sobre os rumos que o partido tomará, posições na hierarquia partidária.

Porque existe, sim, uma hierarquia partidária. Há quem esteja na posição de ponto de fuga de uma ou outra cadeia de lealdade, há quem esteja na posição de ponto de fuga de múltiplas cadeias de lealdade, há quem esteja na posição de ponto de fuga do conjunto das cadeias de lealdade. A posição relativa no cruzamento de cadeias define a posição na hierarquia partidária. E a disputa por posições é permanente: ao contrário de partidos tradicionais, não há cargos previamente estabelecidos, não há eleições internas, não há mandatos. Mas há, certamente, capacidade acumulada no gerenciamento de cadeias de lealdade, recursos financeiros e tecnológicos diferenciados, antiguidade e reputação, autoridade.

Essa disputa permanente e ininterrupta – que, no entanto, apresenta uma notável estabilidade ao longo do tempo – confunde-se com a própria coordenação e coesão na atuação do PDB. Em primeiro lugar, porque uma posição superior na hierarquia possibilita a maior capacidade de direcionar ações, de obter posições na política institucional e de obter mobilização e engajamento para uma atuação unificada, seja em termos de agenda, seja em termos de manifestações virtuais e presenciais. Em segundo lugar, uma posição superior na hierarquia significa dispor do poder disciplinador que lhe é própria. Como não há posições fixadas previamente (como os mandatos de cargos em partidos tradicionais), desafiar quem ocupa posições superiores é um fato corriqueiro. Mas os desafiantes correm riscos sérios: se derrotados, podem, além de retornar às posições que ocupavam anteriormente, ser excluídos do PDB por *cancelamento permanente*, enfrentando repercussões sobre renovação de mandatos e cargos institucionais.

Portanto, desafiantes não conseguem apenas recorrer ao número de seguidores de que dispõem para exigir posições

na hierarquia partidária. Não há tradução automática entre as duas coisas, ainda que o peso do número de seguidores seja significativo. O que define a posição na hierarquia partidária é, antes, a posição relativa nas cadeias de lealdade como um todo. Ao mesmo tempo, conseguir um expressivo número de seguidores configura-se como o capital inicial necessário para se buscar posições na hierarquia partidária e, depois, tentar candidaturas a cargos eletivos na política formal.

Assim, no lugar do custo de entrada de um partido tradicional, surge a simples decisão de se fazer parte de uma cadeia de lealdade; no lugar de uma longa ascensão na hierarquia partidária para se chegar a um posto de destaque e, quem sabe, a uma candidatura, entra uma disputa permanente para manter e desafiar posições; no lugar do acúmulo de relações hierárquicas e em postos de comando na política formal, figuram o acúmulo de seguidores e a habilidade de se conectar de maneira hábil a cadeias de lealdade.

Isso não quer dizer que tudo esteja em aberto o tempo todo. Quem conseguiu posições de destaque na hierarquia partidária sabe mantê-las e sabe disciplinar quem resolve, desde baixo, desafiar posições. Nesse sentido, a lealdade exprime a confluência de hierarquia e disciplina partidária, sendo a linguagem da adesão e da identificação partidárias.

Não havendo cargos e mandatos formalmente estabelecidos, a prática de se desafiar a hierarquia estabelecida – legítima, por definição, nesse tipo de organização – pode vir de qualquer ponto dela, a qualquer momento, assim como a pretensão de se postular uma candidatura a um mandato, por exemplo. Isso não é apenas muito diferente de uma legenda convencional como também explica por que partidos tradicionais não podem

se tornar partidos digitais: para tanto, eles teriam de abrir mão da hierarquia construída ao longo de anos – de décadas, em alguns casos –, passando a estabelecer regras diversas de funcionamento e de operação, o que afetaria seu propósito e sua própria identidade. Partidos digitais não pedem licença a nenhum partido tradicional para existir.

Essas teses e os possíveis prognósticos que surgem delas têm como contrapartida nosso esforço de localizar o partido digital na história de desenvolvimento dos partidos desde o surgimento da democracia de massas. Porque, afinal, a transformação em curso tem lá os seus precedentes. Partidos de massa nasceram nos Estados Unidos e na Europa, no final do século XIX, juntamente com a expansão da educação e dos jornais de ampla circulação. O surgimento do rádio favoreceu o crescimento dessa forma de organização política e o da TV trouxe uma mudança estrutural. Ainda que o cinema já tivesse preparado o eleitorado para a lógica da imagem em movimento, o surgimento da TV impôs a partidos e candidaturas o teste *da câmera*. Foi justamente a reorganização das legendas em função da televisão que forjou o que chamamos hoje de partido tradicional – e que é bastante diferente do que foi o partido tradicional até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Com o partido digital, é a própria forma do partido que está em transformação, o que não aconteceu com a metamorfose anterior, quando houve a mudança da *democracia de partidos* para a *democracia do público*, como diria Bernard Manin. A metamorfose trazida pelo digital é de outra ordem. Não se trata de simplesmente adaptar a estrutura anterior para novas condições de produção e consumo de informação por parte do eleitorado. Trata-se de uma forma de organização política que representa uma ruptura com o paradigma

anterior. Não surpreende, portanto, a dificuldade da versão padrão dominante nos estudos sobre partidos de identificar e elaborar a mudança em curso.

Não queremos dizer que o partido digital substituirá ou fará desaparecer outras formas de organização, da noite para o dia. Tal como em outros domínios da vida, formas diversas ainda vão conviver por um bom tempo. O importante é ressaltar que a lógica do digital se impõe e tende a se impor cada vez mais. Caso a democracia sobreviva às ameaças que enfrenta hoje, sua organização tende, assim entendemos, a ser cada vez mais dirigida pela lógica do online. E partidos digitais estão na dianteira quando se trata dessa transformação estrutural.

Nesse momento de transição, em que formas diversas de organização partidária se combinam, o PDB apresenta vantagens competitivas relevantes e de várias ordens em relação a partidos tradicionais. Porque se alia a eles, inclusive, de uma maneira que se poderia qualificar como quase parasitária. Não sendo um partido institucionalizado, o Partido Digital Bolsonarista não precisa seguir a legislação vigente sobre partidos e não tem de prestar contas à Justiça Eleitoral. Não tendo caráter institucionalizado, pode atuar simultaneamente em diferentes partidos, ao mesmo tempo em que mantém sua unidade programática e de ação.

Isso caracteriza competição desleal? Isso significa, por exemplo, que se deveria lutar pela regulação desse tipo de organização, tal como se luta pela chamada regulação das redes? Caso uma linha de ação como essa não seja possível nem viável, como deveríamos tratar a novidade em termos de arcabouço institucional e da própria vida política do país?

A existência do PDB está intimamente ligada a um tipo de

identificação política de massa conhecida genericamente como bolsonarismo, da mesma maneira que está intimamente ligada ao fato de que o pluripartidarismo brasileiro se expressa em um alto grau de fragmentação partidária no Congresso, do qual se aproveita para fins próprios.

Isso significa dizer que o PDB é um fenômeno exclusivamente brasileiro, que se vale de características particulares e intransferíveis do país? Se houver uma diminuição radical nos índices de fragmentação partidária, o PDB deixará de existir? O PDB se institucionalizará? Vai se transformar em um partido regular, registrado no TSE? Ou virá a se apoderar inteiramente do seu atual hospedeiro preferencial, o PL? Se nos apoiarmos no estado atual de nossas investigações, a resposta mais provável a essas questões é negativa. Mas isso, de maneira alguma, faz desaparecer o problema.

Supondo que a democracia seja mantida, ainda que em configuração diferente daquela vigente até meados dos anos 2010, esses partidos vão abrir mão de sua característica antissistema? Se sua forma se generalizar para incluir partidos de diferentes tendências políticas, serão criadas novas formas institucionais? Se for este o caso, seria possível pensar em uma democracia do digital?

Não há ainda, evidentemente, respostas a essas perguntas. Mas não começar a investigar as novas formas partidárias significa, certamente, deixar de entender o que vem por aí. Pior: significa deixar de *influenciar* o que vem por aí.

Tudo isso reforça a ideia de que este livro é apenas um primeiro esforço para se compreender a novidade organizativa na política brasileira. Ainda há muito por fazer, como, por exemplo, desenvolver métodos novos para que possamos refinar e aprofundar as análises.

Além disso, precisamos conhecer mais das origens dessa nova espécie de legenda política e aprimorar o trabalho comparativo, a fim de revelar a real dimensão do fenômeno.

Mesmo sendo ainda uma primeira tentativa exploratória, acreditamos que se trata de um novo campo de pesquisa que merece e deve ser explorado. Esperamos que este livro seja convincente e atrativo o suficiente para que outros grupos de pesquisa se dediquem a investigá-lo. Apontando ou não para tendências futuras de reorganização da política, o trabalho retrata, a nosso ver, uma realidade do cenário atual. Ignorá-la pode ser fatal para qualquer pretensão progressista de se manter a democracia.

Como integrantes da comunidade acadêmica, temos o dever de analisar os fenômenos sociais com objetividade. No entanto, o rigor científico não pode nos impedir de alertar para o perigo que o PDB representa à estabilidade democrática. Para o campo progressista – e para a esquerda, mais especificamente –, é vital entender que a defesa da democracia não significa a sacralização de modelos do passado. Ficar preso a definições estáticas de *democracia* e de *partido* limita nossa capacidade de reação, impedindo-nos de conceber novas alternativas para os processos que se desenrolam agora. No contexto atual, essa rigidez conceitual deixa de ser uma defesa e torna-se uma postura derrotista.

Buscando circunscrever o Partido Digital Bolsonarista no cenário sociopolítico brasileiro atual, as reflexões e análises contidas neste livro estão organizadas da seguinte maneira:

>> No capítulo 1, *O partido digital como uma nova forma política*, Leonardo Barbosa e Marcos Nobre travam um diálogo com a bibliografia sobre partidos para argumentar que a compreensão

atual de partido nas democracias ocidentais modernas não contempla as múltiplas formas que esse fenômeno social assumiu ao longo do desenvolvimento político contemporâneo. Ao agirem de forma coordenada no mundo digital, lideranças bolsonaristas criaram uma forma inteiramente nova de ação político-partidária organizada, cujas dinâmicas ocorrem prioritariamente na esfera digital e com grande autonomia em relação às formas partidárias institucionalizadas. Assim, o partido digital se constitui à margem das instituições democráticas dominantes, sem compromisso com suas normas e sem buscar institucionalização. À semelhança dos partidos de massa da virada do século XX, o PDB é produto das transformações na esfera pública, na cultura e na estratificação social – e tende a alterar profundamente as feições dos regimes políticos existentes.

>> No capítulo 2, *Cadeias de lealdade no Partido Digital Bolsonarista*, Paulo Yamawake observa a organização interna do partido digital à luz do conceito de lealdade de Albert O. Hirschman. O capítulo tenta entender como opera uma organização partidária não institucional que cumpre funções organizativas análogas às das estruturas formais: regulação de dissidências, disciplina partidária, hierarquia de atores e produção de clivagens políticas e sociais. A análise contraria, por exemplo, interpretações que reduzem o fenômeno a uma estrutura monolítica de mobilização emocional em torno de uma liderança carismática. Argumenta-se, portanto, que o Partido Digital Bolsonarista exibe uma dinâmica organizacional própria, ao mesmo tempo coesa e conflitiva.

>> Em seguida, o livro acompanha de perto alguns casos de coordenação e disputas internas. No capítulo 3, *O Partido Digital Bolsonarista nas redes*, Mércia Alves e Carol Luck mostram como opera a coordenação digital entre as cadeias de lealdade no PDB. São analisados dados de mobilização nas redes, bem como

o conteúdo das mobilizações, em cinco semanas diferentes, nas quais os atores convergem, divergem, atacam ou se colocam em situação de defesa e correção de rota. Na análise, observa-se que, ao combinar alcance e eficiência na ativação das pautas caras ao bolsonarismo de uma maneira ampla, vários dos autores buscam diferentes formas de atuação para contribuírem com a sustentação do alinhamento sob pressão pública.

>> No capítulo 4, *Quem manda no Partido Digital Bolsonarista?*, Mércia Alves e Carol Luck observam como se constrói a produção de legitimidade para a ocupação de lugares nas hierarquias das cadeias de lealdade do PDB. Número de seguidores e volume de engajamento são, sem dúvida, fatores importantes para o tamanho da influência dentro do partido, mas, por si só, não bastam para justificar a posição hierárquica dos atores. As disputas internas vão muito além disso. O capítulo faz a análise de algumas delas e de seus resultados para tentar compreender como se dá a disputa do poder no interior de um partido não formalmente institucionalizado.

>> No capítulo 5, Mércia Alves e Carol Luck observam um momento muito particular do funcionamento do PDB: os atos que ocorrem anualmente no dia 7 de setembro. Como um evento do bolsonarismo – e não apenas do ecossistema digital bolsonarista nem do PDB –, o 7 de setembro expressa como nenhum outro momento a pretensão do partido de representar o bolsonarismo em seu conjunto, demonstrando publicamente que a capacidade de mobilização, engajamento e coordenação digital que possui se estende às manifestações físicas. Além disso, é um evento que torna pública e manifesta a hierarquia partidária, mostrando, entre outras coisas, que a posição nela significa também capacidade de disciplinar. Por tudo isso, é um evento que se aproxima do que seria, em um partido analógico, uma convenção partidária.

>> No capítulo 6, *Como o Partido Digital Bolsonarista se financia*, Mércia Alves mostra que, tanto nas declarações ao TSE quanto nos gastos com impulsionamento durante o período eleitoral, o PDB adota um comportamento bastante próximo ao dos partidos tradicionais. O diferencial está na temporalidade da construção de influência e em formas de financiamento que não passam pelas declarações à Justiça, já que se trata de um partido não institucionalizado. Assim, ao entrar na disputa eleitoral, o partido já conta com engajamento acumulado, audiência mobilizada, autoridade consolidada e circuitos de circulação previamente ativados. Seus conteúdos operam com vantagem algorítmica e se apoiam em cadeias de lealdade já estruturadas.

>> Por fim, os dois últimos capítulos do livro se debruçam sobre a ponte entre o PDB e partidos tradicionais institucionalizados. Depois que Jair Bolsonaro entrou para o PL e trouxe consigo parte relevante do bolsonarismo, o PL ganhou centralidade, passando a representar uma espécie de partido tradicional de aliança preferencial – ainda que muitos membros importantes do PDB não sejam filiados ao PL. O primeiro desafio, nesse caso, foi mostrar como a multiplicidade de pertencimentos partidários se articula com a organização partidária própria do PDB.

>> No capítulo 7, *O Partido Digital Bolsonarista na arena eleitoral*, Daniela Costanzo examina a aliança entre o PL e o Partido Digital Bolsonarista nas eleições municipais de 2024, utilizando o pleito como local privilegiado para investigar a face institucional do bolsonarismo em sua atuação eleitoral. Os resultados indicam uma assimetria nos ganhos da aliança. Para o PL, a parceria foi positiva, já que ampliou sua presença municipal e alterou o perfil das prefeituras sob seu controle. Já para os candidatos do PDB instalados no PL, os benefícios foram mais limitados, evidenciando uma barreira de rejeição que se manifestou

sobretudo nos segundos turnos das disputas majoritárias municipais. Mas tal desempenho não deve ser lido como um sinal de enfraquecimento do PDB, já que existe uma qualificação de sua força política à luz do predomínio estrutural do Centrão no sistema partidário brasileiro.

>> No capítulo 8, *O PL (e o PDB) na Câmara dos Deputados*, Daniela Costanzo observa as transformações produzidas pela incorporação do bolsonarismo ao PL. O capítulo mostra como o Partido Digital Bolsonarista, apesar de sua natureza não institucional, possui uma interface institucionalizada para ter acesso ao poder. Analisando o perfil e o comportamento dos deputados do PL no Congresso, o capítulo mostra que há uma clivagem interna clara: o PL divide-se entre uma ala de perfil Centrão – fisiológica, governista e de trajetória política convencional – e uma ala dos membros do PDB, que atualmente constitui sua fração majoritária.

* * *

O trabalho coletivo de investigação que apresentamos aqui foi concretizado pelo generoso apoio da Open Society Foundations, que viabilizou a criação do CCI/Cebrap, consórcio interdisciplinar no qual se realizou a pesquisa. Agradecemos também o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por intermédio de sua linha de financiamento a Projetos Temáticos.

A parceria com o Instituto Democracia em Xequê foi decisiva para que pudéssemos chegar a análises das redes capazes de mostrar os elementos de coordenação, hierarquia e disciplina partidárias próprios da atuação do Partido Digital Bolsonarista. Nosso agradecimento, em especial, a João Guilherme Bastos dos Santos, Letícia Capone, Tiago Borges, Luana

Hanaê, Gabriel Homma, Fabiano Garrido e Beto Vasquez.
Agradecemos também a Júlio Canello pelas fundamentais análises dos dados das eleições.

01

O partido digital como uma nova forma política

Leonardo Martins Barbosa

Marcos Nobre

Um partido do bolsonarismo

A ascensão da extrema direita é um fenômeno global. O Brasil não é exceção e, acreditamos, aponta para o surgimento de algo novo na política. Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 2018 sem o apoio de um grande partido, desafiando previsões e contrariando expectativas. Para alcançar esse feito, valeu-se principalmente de uma campanha amplamente baseada na militância digital. Juntamente com Bolsonaro, um amplo conjunto de deputados, senadores e governadores aliados foi eleito no mesmo ano, com reviravoltas inesperadas e vitórias de última hora. Nas eleições seguintes, em 2022, apesar da derrota apertada de Bolsonaro na disputa presidencial, o país voltou a testemunhar uma onda de candidaturas da direita radical, muitas delas estreantes, assegurando aos aliados bolsonaristas importantes governos estaduais e uma parcela significativa das cadeiras no Congresso. O que inicialmente parecia uma perturbação inesperada e transitória no cenário político revelou-se, na verdade, uma mudança irreversível.

Esse novo fenômeno, entretanto, ainda carece de uma delimitação clara enquanto objeto de pesquisa. Até o momento, os estudos sobre a extrema direita brasileira têm recorrido ao termo *bolsonarismo*, sugerindo algo situado entre um movimento espontâneo baseado em valores conservadores e uma liderança manipuladora que se aproveita desse movimento. A vagueza do termo é evidente. E o problema não se restringe ao Brasil. Há uma proliferação global de “-ismos” nas tentativas iniciais de se enquadrar a ascensão de novos líderes e movimentos da direita radical.

O objetivo deste capítulo é contribuir para a compreensão do novo fenômeno político em termos teóricos e conceituais. Propomos que, por trás da ascensão do bolsonarismo, há uma nova forma de partido político com potencial para remodelar as democracias modernas: o partido digital. Diferentemente da maioria das abordagens, não nos referimos apenas à adoção de técnicas digitais de campanha por partidos existentes, tampouco às poucas experiências de partidos-plataforma. Nossa hipótese é a de que, ao perseguirem sua agenda e atuarem de maneira crescentemente coordenada nas redes digitais, as lideranças bolsonaristas criaram uma forma inteiramente nova de ação política organizada, cujas dinâmicas e cujos processos decisórios ocorrem prioritariamente na esfera digital, com elevado grau de autonomia e independência em relação às formas atualmente institucionalizadas de partido político.

É importante aqui fazermos uma distinção entre dois tipos de partidos que, por assim dizer, nasceram digitais.¹ O primeiro

1. Ver NOBRE, M. 2022. *Limits of Democracy: From the June 2013 Uprisings in Brazil to the Bolsonaro Government*. Cham: Springer.

são os partidos-plataforma, que organizam sua estrutura e atuação em torno de uma plataforma digital própria, como o Piratenpartei, na Alemanha, ou o Movimento Cinque Stelle, na Itália.² Essas ferramentas, em geral, têm o objetivo deliberado de contribuir com o desempenho de funções que se esperam de partidos políticos, entendidos aqui no quadro normativo das democracias modernas: por exemplo, prover maior horizontalidade interna na construção de um programa ou no recrutamento de lideranças. Por causa dessa relativa harmonia com os princípios democráticos modernos, os partidos-plataforma não apresentam dificuldade em se institucionalizar e formalizar sua existência nos regimes existentes.

Já o partido digital é aquele que, diferentemente do partido-plataforma, constitui-se inteiramente fora das instituições democráticas hoje prevalentes e das concepções a elas associadas sobre o que deve ser um partido político. Portanto, não possui qualquer compromisso com as normas vigentes nem busca sua institucionalização nesse quadro. O partido digital surgiu das transformações na esfera pública provocadas pelo mundo online, mudanças que, muito provavelmente, alterarão as características dos regimes políticos existentes, incluindo as democracias liberais. Portanto, essa nova forma partidária, além de ser um veículo produtor da crise da ordem atual, pode ser um construtor de novas alternativas políticas.

Nesse sentido, é importante estabelecer uma analogia com o surgimento do partido de massas na virada do século XIX para o XX. Por conta da sua capacidade de mobilização e de suas ações disruptivas sobre a ordem política, o partido digital pode

2. Ver, por exemplo, a discussão de Paolo Gerbaudo (2019) sobre os partidos digitais europeus ou os partidos-plataforma.

ser entendido como uma atualização do partido de massas no mundo contemporâneo.

Dada a novidade do fenômeno, é desafiador apreendê-lo como objeto epistemológico ou jurídico. Ainda assim, acreditamos que essa seja uma tarefa inevitável. Embora neste capítulo nos concentremos principalmente na discussão dos termos teóricos de nossa proposição e de suas implicações, também analisamos a pertinência do caso brasileiro para corroborar nossa hipótese.

Na próxima seção, discutimos as teorias predominantes sobre partidos políticos e argumentamos que elas se baseiam em pressupostos normativos que moldam os contornos dos partidos como objeto de pesquisa, limitando nossa capacidade de concebê-los e investigá-los como um fenômeno moderno mais amplo. Alternativamente, retomamos teorias do início do século XX, propondo que a característica definidora de um partido político moderno é o esforço organizado voltado à aquisição de poder social. Com base nessa crítica, apresentamos nossa proposição de que o partido digital constitui o nascimento de uma nova forma partidária.

Em seguida, mostramos que o cenário brasileiro é propício para se identificar os traços marcantes do partido digital. Apresentamos características do bolsonarismo – argumentando que há indícios importantes de ação organizada, típica de partidos políticos –, que serão desenvolvidas mais detalhadamente nos capítulos seguintes. É significativo, nesse sentido, o contraste das práticas fisiológicas e clientelistas dos partidos conservadores brasileiros com o comportamento ideológico e coeso do bolsonarismo.

Por fim, recorrendo à ideia de metamorfose do governo representativo proposta por Bernard Manin (1997), debatemos

as possíveis implicações da ascensão do partido digital para os regimes democráticos. Defendemos que as condições delineadas por Manin para o estabelecimento da *democracia do público* foram decisivamente transformadas com o surgimento das tecnologias digitais e das mudanças subsequentes na comunicação e na formação da opinião pública. Em certa medida, o partido digital traz novamente elementos do partido de massas que pareciam a muitos definitivamente enterrados pela consolidação de uma democracia representativa de tipo schumpeteriano. Sugerimos, assim, que um dos possíveis desdobramentos da emergência dessa nova forma partidária seja uma metamorfose do governo representativo, que denominamos *democracia do digital*.

A teoria dos partidos revisitada

Um dos poucos autores a dedicarem um livro inteiro ao tema dos partidos digitais, Paolo Gerbaudo afirma que, apesar de seu papel central na política, os partidos políticos são “surpreendentemente subteorizados” (2019, p. 27).³ À primeira vista, trata-se claramente de um exagero, tendo em vista o enorme volume de pesquisas sobre o tema, em suas diversas dimensões. Se considerarmos apenas o período entre as décadas de 1940 e 1990, por exemplo, há uma ampla gama de trabalhos extremamente relevantes. De E. E. Schattschneider (1942), Duverger (1959), Downs (1957) e Lipset e Rokkan (1967) a Lijphart (1999), passando por Sartori (1976), Powell (1982),

3. Tradução própria de “*surprisingly under-theorized*”.

Panebianco (1982) e Klingemann & Hofferbert (1994), percebe-se a relevância do tema nos estudos sobre ciência política.

Ao mesmo tempo, se considerarmos aspectos específicos dessa literatura, a afirmação contundente de Gerbaudo parece apontar para uma característica importante do impressionante conjunto de pesquisas sobre partidos. Em primeiro lugar, há a questão adversa de uma divisão – ou, ao menos, a ausência de uma convergência desejável – entre os estudiosos dos partidos e os teóricos da democracia. Segundo o diagnóstico de Richard Katz, por exemplo, “a literatura sobre teoria democrática [...] desenvolveu-se em larga medida sem referência à riqueza e complexidade dos estudos empíricos sobre partidos políticos”. Em termos amplos, prossegue ele, “quando teóricos da democracia pensam sobre partidos políticos, é em geral para questionar se eles precisam ser democráticos em suas organizações ou se partidos são uma pré-condição ou impedimento à democracia” (KATZ, 2006, p. 44).⁴

Em segundo lugar, a situação torna-se mais complexa ao combinarmos o diagnóstico de Katz com o de Peter Mair, segundo o qual a pesquisa quantitativa tem predominado sobre a qualitativa no estudo dos partidos. Após afirmar que houve poucas inovações na classificação dos sistemas partidários desde a obra de Sartori (1976), Mair identifica ao menos uma razão parcial para isso: “um afastamento de estudos de caso comparativos, sensíveis a particularidades e de descrição densa, em direção à análise de questões de pesquisa transnacionais

4. Tradução própria: “[...] the literature of democratic theory [...] has developed largely without reference to the richness and complexity of empirical studies of political parties” e “When democratic theorists think about parties, it is generally to ask whether they need be democratic in their own organizations, or indeed whether parties are a precondition or an impediment to democracy”.

mais abrangentes. Classificações categóricas de sistemas partidários não se prestam facilmente à pesquisa quantitativa; ou, ao menos, não tendem a resultar em coeficientes de correlação atraentes. O influente estudo de Lijphart⁵ sobre modelos alternativos de democracia é um excelente caso ilustrativo nesse sentido” (MAIR, 2006, p. 64).⁶

Em terceiro lugar, as teorias dominantes partem do pressuposto de que existe uma relação intrínseca e funcional entre partidos e democracias. Se tomarmos, por exemplo, a introdução de um trabalho influente sobre o tema, afirma-se que “partidos sempre estiveram dentre aquelas poucas instituições cujas atividades são absolutamente essenciais para o devido funcionamento da democracia” (GUNTHER; MONTERO; LINZ, 2002, p. 3).⁷ No mesmo trabalho, Hans Daalder afirma que “uma organização que vincula governantes e governados, e que busca assegurar a representação e capturar o poder por meio da indicação de candidatos em eleições, pode ser considerada um partido (DAALDER, 2001, p. 41).⁸ Tais definições trazem em comum a suposição de que os partidos políticos foram criados para cumprir determinado papel nas democracias representativas.

5. Mais adiante no texto, apresentamos nossa análise sobre a influente proposição de Sartori sobre esse tema.

6. Tradução própria: “a drift away from case-sensitive and thickly descriptive comparative case studies towards the analysis of more broad-ranging cross-national research questions. Categorical classifications of party systems do not easily lend themselves to quantitative research; or at least they are not likely to result in attractive correlation coefficients. Lijphart’s influential study of alternative models of democracy is a very good case in point here”.

7. Tradução própria: “parties have always been among the handful of institutions whose activities are absolutely essential for the proper functioning of representative democracy”.

8. Tradução própria: “organization linking rulers and ruled, which seeks to ensure representation and to capture power by nominating candidates in elections, can be a party”.

Se olharmos para a história europeia, no entanto, não é bem isso o que se observa. Muitos países proibiram a organização política por meio de partidos até muito tarde no século XIX, o que, em alguns casos, perdurou por vários anos no século XX (SCARROW, 2006, p. 20). Diante da ascensão relativamente recente dos partidos nos termos dessas teorias, parece no mínimo precipitado tomá-los como organizações típicas ou essenciais da democracia representativa – ou como criação própria da democracia moderna.

O que o senso comum reconhece hoje como *partido* resulta de um arranjo intrincado entre regulações e teorias jurídicas. A extensão da influência de tais teorias se mede pela dificuldade que temos hoje para identificar o surgimento de novas formas de partido político, fora da regulação estatal, que não se encaixam nas concepções vigentes. Os fundamentos da leitura teórica dominante foram inicialmente estabelecidos por Joseph Schumpeter (1994 [1942]), com sua ideia minimalista de democracia, posteriormente formalizada na ciência política por Anthony Downs (1957). Segundo a abordagem que podemos chamar de schumpeteriana, os partidos políticos são peças determinantes na competição democrática, uma vez que organizariam um quadro fragmentado de preferências do eleitorado, viabilizando assim a tomada de decisão.

Foi Giovanni Sartori (2005 [1976]) o autor que mais desenvolveu teoricamente a relação entre partidos e democracia. Apesar da crítica a alguns pressupostos minimalistas de Anthony Downs, especialmente quanto ao papel da ideologia na organização dos sistemas partidários, Sartori afirma que a distinção entre um partido e uma facção estaria precisamente na consciência, por parte do primeiro, de que é parte de um todo, assegurando a primazia de um interesse coletivo sobre o particular, “ao passo que a facção é apenas parte de si mesma. É claro que os partidos

podem ser disfuncionais, razão pela qual também são passíveis de forte crítica, mas não daquela que se aplica às facções – a falta de justificativa funcional” (SARTORI, 1982, pp. 46-47).

Conclui-se, desse modo, que “os partidos são canais de expressão. Isto é, pertencem, em primeiro lugar e principalmente, aos meios de representação: são um instrumento ou uma agência de representação do povo, expressando suas reivindicações” (SARTORI, 1982, p. 24). Os partidos políticos seriam, portanto, definidos pela sua capacidade de exercer representação política em uma democracia.

Como o próprio Sartori reconhece, todavia, os fundadores dos governos representativos não consideravam que os partidos devessem desempenhar qualquer papel relevante na articulação do mandato popular. A reconstrução do surgimento das legendas feita pelo autor é cuidadosa ao destacar quão lentamente elas adquiriram legitimidade. Por trás disso, entretanto, houve um processo histórico que não era esperado nem seguiu o caminho evolutivo sugerido por Sartori. Retomar brevemente essa história é útil para desnaturalizar a relação entre partidos e democracias.

As primeiras legendas modernas surgiram no início do século XIX. Os casos mais conhecidos são provavelmente os Democrata-Republicanos de Thomas Jefferson, nos Estados Unidos, e o Whig, no Reino Unido, ambos criados no âmbito parlamentar, em tentativas iniciais de se organizar uma oposição política. Tais partidos, porém, careciam tanto de institucionalização jurídica quanto de legitimidade na opinião pública.⁹ Rapidamente, as organizações parlamentares evoluíram para se tornarem

9. Para outras importantes contribuições nesse tema, ver os trabalhos de Richard Hofstadter (1969) e Piero Ignazi (2017).

máquinas eleitorais, de alcance mais amplo, com o objetivo de mobilizar um número crescente de eleitores. Ao seguirem esse caminho, ampliaram a competição para muito além dos estritos limites aristocráticos em que haviam sido criados os governos parlamentares.¹⁰ Desse modo, ao longo do século XIX, os partidos paulatinamente se enveredaram pelos caminhos da vida parlamentar e eleitoral, tornando-se uma realidade inesperada, indesejada – mas incontornável – dos governos representativos.¹¹

Embora o desenvolvimento partidário até esse movimento já tivesse levado a uma considerável instabilidade política, foi o surgimento dos partidos de massa que abalou, de modo definitivo, os regimes existentes. Em contraste com os partidos parlamentares, essa nova forma surgiu fora das instituições, com base na mobilização socialista da classe trabalhadora, desafiando os diversos tipos de governos que não lhes reconheciam um lugar. Algumas organizações parlamentares anteriores já começavam a assumir, aos poucos, características de massa, como, por exemplo, os democratas jacksonianos, nos Estados Unidos. No entanto, foram os partidos social-democratas nascidos no final do século XIX que, ao combinar ampla e autônoma mobilização operária com ideologias subversivas, constituíram o maior desafio à ordem estabelecida até então.

Ao final do século XIX, a ideia de *democrático* estava primariamente associada à igualdade entre classes, em sentido sociológico, e não tanto a princípios liberais. Social-democracia, portanto, significava que as lutas por igualdade política e

10. Sobre a natureza aristocrática das instituições representativas, ver o estudo de Bernard Manin (1997), que discutiremos adiante. Sobre a relação entre competição partidária e expansão do sufrágio, a melhor proposição teórica ainda é a de E.E. Schattschneider (1960).

11. Ver também Scarrow (2006).

social deveriam caminhar conjuntamente. Nas palavras do sociólogo Guenther Roth, “[Wilhelm] Liebknecht e [August] Bebel acreditavam, assim como Lassalle no início dos anos 1860, que as chances de democratização dependiam da mobilização da classe trabalhadora. Democracia política teria de ser social-democracia; deveria incluir os interesses econômicos e sociais da classe trabalhadora. ‘Democrático e socialista são para mim termos idênticos’, afirmou Liebknecht em seu discurso programático na convenção de 1868 da não lassaleana União das Associações de Trabalhadores de Nuremberg” (ROTH, 1963, p. 51).¹²

O Partido Social-Democrata Alemão destaca-se nesse aspecto. Mesmo com boa parte de suas atividades banidas na Prússia bismarckiana, a legenda cresceu de modo vertiginoso no final do século XIX. Uma explicação para o aparente paradoxo das *leis antissocialistas* foi destacada por Roth e é ilustrativa de nosso argumento: “Uma das medidas mais severas, a expulsão dos funcionários social-democratas de seu local de residência, levou a uma consequência inesperada. Os social-democratas desalojados foram para áreas onde o Partido era fraco e iniciaram exitosas empreitadas de organização e campanhas” (ROTH, 1963, pp. 66-67).¹³

A adaptação desses partidos às respectivas ordens políticas

12. Tradução própria do trecho: “Liebknecht and [August] Bebel believed, as did Lassalle in the early sixties, that the chances of democratization depended on the mobilization of the working class. Political democracy would have to become social democracy; it would have to encompass the economic and social interests of the working class. ‘Democratic and socialist are for me identical terms,’ said Liebknecht in his programmatic speech at the 1868 convention of the non-Lassallean Union of German Workingmen’s Associations in Nuremberg”.

13. Tradução própria: “One of the most severe measures, the expulsion of Social Democratic functionaries from their place of residence, had an unforeseen consequence. The displaced Social Democrats went to areas where the party was weak and started successful organization drives and campaigns”.

nunca se deu de maneira tranquila. Sendo a mobilização de bases sua principal fonte de poder, os partidos de massas conquistaram suficiente autonomia para abrigar ideologias políticas subversivas, como o socialismo, frontalmente opostas aos regimes políticos em que atuavam. Em muitos casos, houve tentativas abertas de manipulação institucional para impedir seu crescimento, das quais o *gerrymandering* norte-americano é apenas um exemplo.¹⁴ Mesmo que a ascensão dos social-democratas gerasse tensões significativas em regimes excludentes de diferentes tipos, o partido de massas continuou a se difundir nas décadas seguintes, influenciando profundamente a vida social e política. Democratas-cristãos, fascistas e comunistas criaram organizações de mobilização de massa que moldaram o século XX, por meio de eleições, revoluções e guerras.¹⁵

A memória dessa instabilidade esteve vívida durante a reconstrução europeia do pós-guerra, de modo que incorporar os partidos de massas a uma ordem democrática estável passou a ser uma tarefa crucial. Com esse espírito, iniciou-se um impulso de constitucionalização dos partidos políticos, regulando sua estrutura, valores e atividades, especialmente nos países derrotados e naqueles recém-independentes (BOGDANOR, 2004; VAN BIEZEN, 2011; CORDUWENER, 2020). A legitimação das legendas e da competição partidária nas democracias deu-se, assim, por meio de uma delimitação rígida sobre o que constitui ou não um partido político. Incluiu-se um esforço de certa domesticação das organizações aceitas, bem como a proibição daquelas que não se enquadravam no arcabouço

14. A própria escolha dos sistemas eleitorais foi motivada pela emergência de partidos operários eleitoralmente competitivos, segundo a análise de Amel Ahmed (2013).

15. A ascensão turbulenta da democracia moderna, por exemplo, foi bem analisada por Sheri Berman (2019).

jurídico estabelecido. A proibição de partidos nazistas após a guerra é o exemplo mais evidente, mas não o único.

Na esteira da política de contenção dos Estados Unidos, partidos comunistas foram proibidos em diversas regiões do mundo, incluindo a América Latina e a Europa. Em países onde os comunistas desempenharam papel decisivo na resistência durante a guerra, como França e Itália, a proibição total se mostrou inviável, dada a imensa legitimidade já conquistada por esses partidos. Ainda assim, eles enfrentaram barreiras significativas no acesso ao poder político, sendo por longo período impedidos de ascender ao governo por coalizões de partidos de centro-direita.

Mesmo os partidos social-democratas, com longo histórico de adesão ao governo parlamentar, enfrentaram dificuldades consideráveis. Apesar do seu compromisso duradouro com a democracia liberal, eles já haviam dado origem à forma de partidos de massas e à mobilização da classe trabalhadora. A primazia que alcançaram na Suécia foi uma exceção, explicável pela mobilização simultânea em áreas urbanas e rurais em um contexto de forte ameaça soviética. Na Áustria, contaram com o apoio de quase metade do eleitorado, mas só conseguiram permanecer no poder por meio de um cartel político com o Partido Popular.¹⁶ A Alemanha também constituiu um caso emblemático: os social-democratas foram plenamente aceitos como partido de governo somente após o Congresso de Bad Godesberg, em 1959, quando abandonaram o marxismo como programa oficial.

16. O caso austríaco levou à famosa discussão de Kirchheimer sobre o declínio da oposição e a transformação das democracias parlamentares (1966).

Para preservar a validade de seus modelos, portanto, as teorias partidárias se valeram, antes, de uma delimitação do objeto *partido* ao escopo da democracia liberal, e não do inverso, ou seja, ajustando as teorias a uma realidade marcada pela turbulência política. Foi tendo em mente casos desviantes – especialmente os partidos comunistas – que Giovanni Sartori formulou as ideias de *partido antissistema* e *pluralismo polarizado*. Para ele, essas duas organizações poderiam conduzir o sistema partidário não à moderação e estabilidade, mas à sua desintegração.¹⁷ De modo semelhante, Leon Epstein argumentou que, “ao passo que nem comunistas nem fascistas podem ser excluídos de uma tipologia de organizações partidárias, eles devem ser considerados casos excepcionais. Uma vez que muitas de suas funções são estranhas aos objetivos usuais de partidos em democracias competitivas, suas organizações também o são” (EPSTEIN, 1979, pp. 98-99).¹⁸

Como esses exemplos ilustram bem, o cenário político do pós-guerra foi literalmente moldado para se ajustar ao ideal de uma competição entre legendas estável e moderada, conforme estabelecido no horizonte normativo das concepções minimalistas de democracia.¹⁹ Embora

17. Na conhecida definição de Sartori, “a party can be defined as being anti-system whenever it undermines the legitimacy of the regime it opposes” (2005, pp. 117-118). Na visão de Sartori, sistema não tem apenas conotação positiva, mas também é um termo ligado ao de um regime que apresenta contorno e fundação estáveis, que não devem ser desafiados.

18. Tradução própria: “while neither Communists nor fascists can be excluded from a typology of party organizations, they ought to be recognized as exceptional. Because many of their functions are aberrant in relation to the usual objectives of parties in competitive democracies, their organizations are also aberrant”.

19. Para uma discussão sobre tipologias partidárias, ver o trabalho de Fernando Guarnieri (2009).

nas cinco ou seis décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial os sistemas partidários tenham de fato evoluído em consonância com esses conceitos, aproximando-se do modelo de democracia que se tornou predominante, não consideramos que tais ferramentas sejam adequadas para se estudar o fenômeno moderno das organizações de representação e sua natureza histórica mutável. Mesmo conceitos mais críticos, como partidos *eleitorais* (PANEBIANCO, 1982) ou *de cartel* (KATZ e MAIR, 1995), não questionaram o enquadramento geral dentro do qual as legendas ainda são predominantemente compreendidas.²⁰ As teorias que fundamentaram a ciência política moderna, portanto, acabaram por legitimar uma ordem que elas próprias ajudaram a instaurar e consolidar. Isso exigiu uma considerável despolitização das clivagens sociais, implicando uma subordinação gradual dos partidos de massas aos arranjos específicos das democracias do pós-guerra.

Enquanto fenômeno moderno, a existência das organizações políticas nunca dependeu de regulamentação institucional. Ainda que as teorias predominantes sobre competição partidária tenham sido úteis para um determinado modelo de democracia, elas oferecem uma compreensão limitada da natureza evolutiva do fenômeno dos partidos, bem como de seu inerente potencial para gerar instabilidade política. Longe de se limitarem à atuação em eleições e parlamentos, as legendas, historicamente, atuaram não apenas para

20. Essas pressuposições normativistas ainda permanecem. Sobre sua influência em discussões sobre a atual crise das democracias, ver, por exemplo, o texto de Marcos Nobre (2024).

estabilizar, mas também para desestabilizar ordens políticas, por meio de resistência, mobilização, guerrilhas e revoluções.²¹

Uma nova forma de partido

Jair Bolsonaro iniciou a mobilização de apoiadores em plataformas digitais ainda no começo da década de 2010. Na disputa eleitoral de 2018, seu desempenho nas pesquisas surpreendeu a maioria dos analistas e revelou a dimensão da base que ele já havia conquistado. Durante a campanha, Bolsonaro atraiu multidões em comícios, aglutinando diversos segmentos de direita que haviam se espalhado pelo país. Apesar da influência digital já consolidada, foi durante seu mandato presidencial que ocorreu uma transformação fundamental: o que inicialmente parecia um movimento político espontâneo, do qual Bolsonaro era a figura central, tornou-se uma mobilização organizada, dotada de agenda clara, ideologia definida e coordenação estratégica.²²

Nossa hipótese é a de que essa mudança representa a ascensão de uma nova forma partidária não institucionalizada, que denominamos partido digital. Acreditamos que a força de mobilização da extrema-direita não se deve apenas a apelos

21. Elizabeth Clemens (2022) argumenta que o estudo sobre partidos e a literatura conhecida na academia americana como *contention* não são se referem a áreas tão distintas uma da outra.

22. Ver por exemplo as análises e registros de Jonas Medeiros, que por alguns anos vem acompanhando manifestações da direita radical em trabalhos de campo, como o estudo a seguir: <https://piaui.folha.uol.com.br/extrema-direita-patriotas-8-de-janeiro/>. Acesso em: 30 mai.2026.

personalistas ou bolhas algorítmicas, mas, sim, a uma estratégia cada vez mais consciente e coordenada de ação política, em diferentes plataformas digitais, que levou ao surgimento de uma nova forma de organização representativa. Assim, justamente por conta da ausência de institucionalização, o partido digital não possui contornos jurídicos ou epistemológicos claros, sendo, portanto, desafiador até concebê-lo como objeto.

A dificuldade de se analisar um novo fenômeno não é inédita na história da política partidária. O surgimento dos partidos de massas levou a um desafio semelhante, enfrentado por estudiosos na virada para o século XX. Um dos principais autores a se debruçar sobre o tema foi Max Weber, para quem os partidos eram, antes de tudo, “orientados para a aquisição de poder social” (WEBER, 1953, p. 74).²³ Uma compreensão semelhante da atividade representativa organizada também é observada em obras de inspiração distinta, como a de Charles Edward Merriam, nos Estados Unidos: “A análise do processo partidário demonstra que ele [o partido] apresenta funções amplas no processo político e social do qual é parte” (MERRIAM, 1949 [1923], pp. 436ss).²⁴ Influenciados por um contexto diferente, esses autores não definiam os partidos apenas pela função que desempenham na democracia representativa, mas, sobretudo, pelo seu esforço coletivo na conquista de poder social. Tal compreensão oferece uma base conceitual mais ampla, ao mesmo tempo em que mantém a diferenciação em relação a outras formas de ação política, como correntes de opinião ou movimentos sociais.

23. Tradução própria: “*oriented toward the acquisition of social ‘power’*”.

24. Tradução própria: “*The analysis of the party process shows that it performs functions in the broader political and social process of which it is a part*”.

No esforço de conquista de poder social, os partidos podem ser considerados um instrumento para resolver aquilo que Kenneth Arrow identifica como o problema da ação coletiva. Herbert Kitschelt (2006) separou esse problema em duas tarefas: a organização coletiva e a escolha social.²⁵ A capacidade e a disposição de se enfrentar simultaneamente ambas as dimensões, argumenta o autor, constituem uma característica própria das organizações representativas, distinguindo-as tanto dos movimentos sociais quanto dos grupos de interesse. O que definiria os partidos, desse modo, não seria sua existência formal, dentro de contornos jurídicos e institucionais, mas o esforço de organização política que ampliaria significativamente o alcance de suas ações, tanto no tempo quanto no espaço. Tais ferramentas analíticas, embora ainda ancoradas em uma concepção formalista da ciência política, são compatíveis com a concepção mais ampla de partido político que apresentamos aqui – e úteis na delimitação de um objeto cujos contornos ainda não estão plenamente formados.

Diferentemente do partido de massas, que alcançou coesão valendo-se de distintos meios burocráticos e instâncias decisórias, as lideranças bolsonaristas o fizeram por meio de uma mediação digital construída ao longo do tempo entre lideranças e bases. Assim, embora o bolsonarismo se beneficie da existência de crenças conservadoras amplamente difundidas, sua base é fragmentada e frequentemente propensa a ideias contraditórias. Por exemplo, há grupos religiosos contrários a armas e à retórica violenta que marcham ao lado de fazendeiros pró-armamento e oficiais militares em defesa da preservação dos valores

25. A teoria proposta originalmente por Kenneth Arrow (1950) tornou-se uma importante ferramenta teórica em estudos sobre partidos políticos.

tradicionais. Em nossa visão, esse quebra-cabeças configura um típico problema de ação coletiva, que pôde ser resolvido pela formação de uma legenda digital e pelos tentáculos que ela estendeu sobre o conservadorismo tradicional.

O cenário político brasileiro oferece um contexto particularmente favorável para se observar a repercussão de uma nova forma de partido nos espaços institucionais. Isso ocorre não apenas devido ao uso intensivo da internet no país – que figura entre os mais elevados do mundo –, mas também em virtude de suas características eleitorais e parlamentares, nas quais a ação política ideológica e coesa se destaca em meio a um cenário de ampla fragmentação e clientelismo. O Estado brasileiro é uma federação de dimensões continentais e heterogêneas, governada por um regime presidencialista com um sistema partidário altamente pulverizado. Nas eleições de 2022, por exemplo, 23 legendas elegeram representantes para a Câmara dos Deputados, sendo que as duas maiores bancadas obtiveram apenas 99 e 67 cadeiras, respectivamente, de um total de 513.²⁶

A grande maioria dos partidos não possui alinhamento programático claro. São conservadores no sentido de representarem desproporcionalmente elites sociais e grupos de interesse regionais, defendendo, portanto, o *status quo*. Fazem isso não por meio de debate público, programas coerentes ou difusão de ideologia, mas pela intermediação de favores e recursos junto ao governo federal, além da negociação de

26. Os dados de resultados eleitorais e composição do Congresso foram consultados e são facilmente verificados diretamente em plataformas governamentais, especialmente do Tribunal Superior de Justiça (www.tse.jus.br) e da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

seu apoio à liderança executiva de plantão, seja ela qual for.²⁷ Dessa maneira, obtêm capacidade de veto sobre iniciativas que possam prejudicar seus interesses.²⁸

A maioria dos partidos, portanto, poderia ser descrita como um agregado de interesses regionais em busca de um terreno comum no âmbito nacional; nesse contexto, a migração partidária vincula-se mais a disputas regionais do que a motivações ideológicas ou programáticas. Como consequência, a coordenação eleitoral dessas legendas raramente resulta em uma estratégia unificada, uma vez que elas carecem de interesse em lançar candidaturas presidenciais, focando, essencialmente, no recrutamento de lideranças locais competitivas. Seu objetivo primordial é a manutenção de vínculos com o Executivo federal e a preservação de suas máquinas regionais.

Dentre os maiores partidos brasileiros, o único que de fato desenvolveu uma trajetória e um comportamento distintos foi o Partido dos Trabalhadores (PT). No campo da direita, quase nenhuma legenda logrou (a maioria sequer tentou) semelhante feito. Até 2018, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que por muitos anos foi o principal adversário do PT nas disputas presidenciais, conseguiu, em alguma medida, sustentar uma postura oposicionista, ainda que de modo limitado. Entretanto, acabou sendo engolido pela ascensão das chamadas *novas direitas*, que, no fim, se alinharam ao campo radical no pleito de 2018, culminando na vitória de Jair Bolsonaro.²⁹

27. Para um argumento sobre a tendência pró-governo na política brasileira, ver o artigo de César Zucco (2009).

28. Marcos Nobre (2013, 2022) nomeou essa cultura de *política de pemedebismo*.

29. Para uma discussão sobre a relação entre bolsonarismo e a direita política no Brasil, ver o trabalho de Camila Rocha, Esther Solano e Jonas Medeiros (2021).

Em vista desse histórico, pode-se afirmar que o surgimento de uma política de massas à direita é um fato inédito na democracia brasileira, o que evidencia a disparidade no comportamento político do bolsonarismo, particularmente se propusermos uma análise comparativa com a direita tradicional.³⁰ A ação pautada por uma coordenação estratégica e unificada, voltada para objetivos programáticos e coletivos, constitui o traço distintivo do bolsonarismo no espectro conservador nacional.

A união entre a ala tradicional e a extrema direita alcançou uma notável capacidade de mobilização, organização e engajamento, resultando em conquistas eleitorais expressivas. Isso é perceptível inclusive no interior da legenda institucional à qual Jair Bolsonaro, seus filhos e a maioria dos bolsonaristas no Congresso estão filiados, o Partido Liberal (PL). Na prática, o PL comporta-se como se tivesse duas lideranças: Valdemar da Costa Neto, o presidente formal do partido, e Jair Bolsonaro. Todas as decisões políticas relevantes, incluindo seleção e recrutamento de candidatos, alianças eleitorais, presidências de diretórios estaduais e alocação de recursos, são tomadas em comum acordo entre ambos. Esse arranjo baseia-se em uma espécie de acordo quase contratual, com benefícios mútuos: as lideranças do bolsonarismo garantem abrigo institucional, obtendo a filiação legal necessária para concorrer a cargos e acesso a volumosos recursos públicos, enquanto o PL se beneficia da organização, da coordenação e do surgimento de novas lideranças que levam ao mar de votos mobilizado pelo bolsonarismo.

Como a legislação eleitoral brasileira proíbe doações empresariais a partidos, a maior parte do financiamento partidário provém de fontes públicas, complementada por

30. Essa análise é realizada por Daniela Costanzo, nos capítulos 7 e 8 deste volume.

contribuições privadas limitadas a 10% da renda líquida declarada à Receita Federal no ano anterior. A distribuição desses recursos rege-se, em grande medida, pela proporcionalidade ao número de deputados na Câmara no início da legislatura. Contudo, uma vez que o Partido Digital Bolsonarista carece de registro oficial ou institucionalização, as campanhas e o ativismo político online transcorrem praticamente sem mecanismos de controle sobre financiamento e gastos.³¹ O esforço coordenado entre as estruturas digitais e as legendas tradicionais confere uma vantagem competitiva significativa à direita política, tanto em termos de fôlego financeiro quanto de mobilização.

Ainda assim, não há uma harmonia pré-estabelecida entre os dois lados desse arranjo. Tanto o partido tradicional quanto o digital possuem objetivos estratégicos e candidatos próprios. Em alguns casos, convergem em alianças eleitorais específicas; em outros, competem entre si. Isso significa que os dois grupos ainda são claramente discerníveis dentro do PL, embora haja fortes indícios de que o PDB esteja em processo de assumir o controle da legenda. Mesmo que o grupo de Bolsonaro triunfe, o partido digital continuará agindo por meio de sua própria organização, que não depende das regras ou da estrutura do PL. Afinal, o *locus* das decisões e da mobilização bolsonaristas situa-se em outro lugar, distinto das estruturas formais de uma legenda analógica.

Os indícios dessa dualidade podem ser encontrados em diferentes arenas. No Congresso, por exemplo, enquanto os aliados de Bolsonaro adotam uma postura efetivamente oposicionista e pública, os políticos mais tradicionais

31. Ver o capítulo 4, de Mércia Alves.

reproduzem o comportamento de partidos conservadores propensos ao governo. Para eles, o voto contra o Executivo constitui uma maneira tática de se ampliar o acesso a recursos públicos. É relevante notar que, embora a maioria dos bolsonaristas esteja filiada ao PL, há diversos outros distribuídos por partidos como Republicanos e Progressistas; da mesma forma, nem todos os parlamentares do PL são aliados do ex-presidente. Em última análise, os bolsonaristas apresentam entre si um padrão de atuação muito mais coeso do que aquele observado em seus correligionários, independentemente da legenda à qual pertençam.

Um padrão semelhante também se observa no campo eleitoral. Jair Bolsonaro e seus apoiadores seguem um cálculo estratégico próprio, lançando candidaturas tanto pelo PL quanto por outros partidos, em todos os níveis da federação, negociando alianças e financiamento de campanha. Nas últimas eleições municipais, a família Bolsonaro lançou um site com seus candidatos preferenciais, incluindo políticos de diferentes legendas, embora majoritariamente do PL.³² Na última semana do pleito, Bolsonaro realizou transmissões diárias em favor dos escolhidos, justificando inclusive as alianças que não tinham sido bem recebidas por sua base. Em São Paulo, por exemplo, o ex-presidente indicou um candidato a vice-prefeito ao mesmo tempo em que apoiou a reeleição do titular – um político tradicional sem histórico de alinhamento com o bolsonarismo.

O mais impressionante foi o grau de coesão alcançado entre o eleitorado. Há vários exemplos de candidatos apoiados pelo PDB que viram suas intenções de voto crescerem significativamente nas semanas que antecederam o pleito,

32. Ver o capítulo 8 deste livro, de Daniela Costanzo.

em alguns casos, poucos dias antes, independentemente do partido ao qual estavam filiados. Esse ponto também surge quando consideramos a divisão da opinião política no Brasil. Pesquisas nacionais recentes mostraram que a porcentagem de simpatizantes do PT e de Lula, de um lado, e de Bolsonaro ou de ideologias de direita, de outro, gira em torno de 30% dos eleitores. No entanto, as lideranças do PDB têm apresentado maior capacidade de mobilização em favor de seus representantes do que o PT, o único partido tradicional efetivamente de massas no país. Candidatos bolsonaristas obtiveram melhores resultados tanto em eleições proporcionais quanto majoritárias, na maioria das regiões, para cargos nacionais e locais. A exceção mais relevante foi, evidentemente, a eleição presidencial de 2022 – e, ainda assim, é importante frisar que Bolsonaro perdeu para Lula por uma margem inferior a 2% dos votos.

Por trás de tão impressionante mobilização, há uma dinâmica de atuação digital permanente e coordenada, que articula e ajusta continuamente a relação entre liderança e base.³³ O que os bolsonaristas realizam por meio de suas práticas políticas online é a transformação de um cenário contraditório e fragmentado em uma coletividade unificada, capaz de adotar cálculo estratégico e uma agenda identitária coesa. Trata-se precisamente dos dois indicadores que Herbert Kitschelt identificou como característicos da ação partidária: organização coletiva e escolha social.

A questão passa a ser, então, como é possível alcançar tal coesão – principalmente por meio da esfera digital – sem os aparatos burocráticos regulares que permitem a organização

33. Ver os capítulos 3 e 4 deste livro, de Carol Luck e Mércia Alves.

dos partidos de massas. Nossos achados empíricos mostram que as lideranças bolsonaristas vêm aprendendo, ao longo dos últimos anos, por tentativa e erro, a utilizar múltiplas plataformas online para criar redes densamente articuladas de lealdade entre topo e base, mediadas por camadas intermediárias de influenciadores. Conceituamos esses elos digitais como *cadeias de lealdade*, inspirados na obra de Albert Hirschman sobre *exit* e *voice* nas organizações.³⁴

Embora seu objetivo final fosse desenvolver uma crítica aos modelos de dinâmica de mercado, a *teoria da lealdade* aparece posteriormente na obra (HIRSCHMAN, 1970, pp. 76ss), como parte de uma discussão relevante sobre partidos políticos e suas bases. Evidentemente, Hirschman não tinha em mente os meios contemporâneos. No entanto, entendemos que o ambiente digital intensifica e potencializa as possibilidades associadas a *exit* e *voice*. O resultado não é uma ideia simplista de manipulação nem uma manifestação espontânea da opinião pública. Essa lógica específica contribui para a compreensão da novidade do partido digital e para o refinamento da sua comparação com as características predominantes das legendas.

Diferentemente das correntes internas e divisões tradicionais, indivíduos e grupos do PDB podem pertencer simultaneamente a diferentes cadeias de lealdade, exercendo seus recursos de *exit* e *voice* em cada uma delas. Assim, as posições na hierarquia partidária não derivam de processos de seleção que resultam em mandatos fixos ou que garantem a cristalização do balanço de forças. A disputa interna é constante e depende do desempenho dos atores no ambiente digital, combinado com as posições de poder institucional que ocupam. Embora

34. Este conceito é melhor desenvolvido no capítulo 2, de Paulo Yamawake.

isso seja certamente um ativo relevante, não há correlação automática entre número de seguidores e posição na hierarquia. O principal indicador é a interseção entre diferentes cadeias de lealdade, que também revela a capacidade dos seus agentes de estabelecer a agenda partidária e influenciar a interpretação dos usuários sobre eventos presentes, passados e até futuros.

Por conta dessa característica, as fronteiras da legenda digital tornam-se difusas, o que propicia uma capacidade de expansão contínua. Nela, a filiação formal inexistente; o pertencimento deriva, fundamentalmente, da qualidade do engajamento online de cada indivíduo. Assim, há desde militantes consistentemente alinhados às lideranças do PDB até participantes ocasionais. Os partidos de massas também apresentavam diferentes níveis de adesão, abrangendo de simpatizantes a membros de associações vinculadas (DUVERGER, 1959). Naquele modelo, a filiação formal servia primordialmente como instrumento de controle financeiro, permitindo a gestão de contribuições periódicas e regulando o acesso a serviços partidários – especialmente no início do século XX, quando a vida social da classe trabalhadora orbitava em torno dessas agremiações (ROTH, 1963; NEUMANN, 1956). No partido digital, em contraste, tal formalidade é prescindível: o engajamento, por si só, constitui uma fonte de receita, viabilizada pela monetização nas plataformas.

O funcionamento sob a lógica de partido digital permite aos bolsonaristas articular estratégias eleitorais e parlamentares em sintonia com sua base. Contudo, para isso, as lideranças precisam gerir e negociar continuamente as posições em relação aos apoiadores. Nesse processo, desenvolveram instrumentos de luta que, embora não tenham eliminado as legendas tradicionais, deram origem a uma nova forma de mediação política. Essa configuração apresenta uma capacidade de mobilização

ampliada, resgatando inclusive características dos partidos de massas que haviam sido perdidas com a ascensão dos partidos eleitorais ou partidos cartéis, no fim do século XX.

Uma democracia do digital

O Partido Digital Bolsonarista certamente não emergiu com o objetivo de aprofundar uma visão normativa liberal de democracia. Pelo contrário, apesar da retórica em torno de uma vaga ideia de liberdade, a maior parte de sua liderança defende abertamente a memória da ditadura militar no Brasil. Vários desses líderes, inclusive, foram condenados, em 2025, por tentativa de golpe após a derrota eleitoral de Bolsonaro para Lula, em 2022.

Ainda assim, o PDB claramente se alimenta das disfunções do governo democrático moderno e de sua tendência à cartelização (KATZ e MAIR, 1995). E, ao criticar e desestabilizar as instituições vigentes, a organização abre caminhos para transformações políticas que apenas se iniciam. Gregory Luebbert (1991) argumentou que a ascensão da política de massas encerrou os arranjos vigentes no século XIX para inaugurar os paradigmas europeus do período seguinte – por ele identificados como democracia liberal, fascismo e social-democracia. Portanto, nesta última seção do capítulo, refletimos sobre as implicações que a ascensão do PDB pode representar para as democracias modernas.

O ponto de partida é desnaturalizar os pressupostos schumpeterianos, ou seja, a ideia de que o modelo minimalista de democracia constitui uma solução definitiva para os dilemas

políticos da vida social moderna. Bernard Manin (1997) foi, provavelmente, o autor mais relevante a se debruçar sobre o tema, oferecendo uma perspectiva historicamente mais sofisticada do problema. Sua análise fundamenta-se nas transformações do governo representativo, que possuiria uma gênese aristocrática, sendo posteriormente transfigurado pela ascensão da política de massas: primeiro, no que ele denomina *democracia de partidos* e, mais recentemente, na *democracia do público*.³⁵

Um dos segredos da obra magistral de Manin é a forma como ele evita uma abordagem meramente institucional do problema, incorporando à sua análise outros aspectos centrais da vida democrática, especialmente as fontes de informação e a formação da opinião pública. Sob essa perspectiva, a ascensão dos partidos de massas teria transformado de maneira tão profunda a natureza da representação política justamente porque deslocou o *locus* de decisão do parlamento para o partido e, com isso, também as fontes de informação e a própria formação da opinião pública.

O momento decisivo na argumentação de Manin reside na coincidência entre o estabelecimento do “governo representativo” e o “triunfo das eleições”, marco fundamental da transição para a modernidade. Trata-se do período em que “a fonte de poder e o fundamento da obrigação política situaram-se no consentimento ou na vontade dos governados”. A partir desse ponto, as eleições passaram a ser consideradas superiores ao sorteio, pois não apenas “os cidadãos haviam concordado com o método de seleção – ao decidirem pelo sistema eleitoral –, como também consentiam com cada resultado específico no ato de eleger. Se o objetivo é fundamentar o poder e a obrigação política sobre o consentimento, então, as eleições eram,

35. O termo original é “*Démocratie du public*”.

obviamente, muito mais seguras do que o método do sorteio” (MANIN, 1997, p. 85).³⁶

Desse processo decorre uma dupla transformação, que contribui para reformular as premissas schumpeterianas em um nível mais elevado. Em primeiro lugar, Manin estabelece uma conexão intrínseca entre “consentimento” e “juízo público”³⁷, na qual as ações governamentais são submetidas ao veredito popular (MANIN, 1997, p. 192). Em segundo lugar, o autor distingue “representação” de “autogoverno”, salientando que a primeira requer o consentimento manifestado via juízo público. Disso resulta que tal anuência passa a ocupar o papel tradicionalmente atribuído à representação, denominada por Manin como “laço representativo”³⁸.

Essa dinâmica é possível porque o consentimento surge na ligação interna com o juízo público, o que implica um deslocamento temporal e um enquadramento institucional: o aval popular é dado retrospectivamente e conferido por meio do sufrágio. O “triunfo das eleições” coincide, não por acaso, com o estabelecimento do governo representativo e, simultaneamente, com o exercício do julgamento público (MANIN, 1997, p. 179). Com essa sofisticada reformulação, Manin nos permite reconhecer que a democracia deve ser compreendida para além do rito eleitoral; trata-se de um processo permanente e cotidiano de julgamento e consentimento.

36. Tradução própria: “the source of power and the foundation of political obligation had been located in this way in the consent or will of the governed”. E depois: “people agree to the selection method – when they decide to use elections – but they also consent to each particular outcome – when they elect. If the goal is to found power and political obligation on consent, then obviously elections are a much safer method than lot”.

37. “Jugement public” ou “verdict of the people”, na tradução para o inglês.

38. Na versão original, “lien représentatif”, ao passo que a tradução para o inglês cita apenas “representation”.

A obra de Bernard Manin não constituiu uma crítica às teorias dominantes de partidos nem interpretou essas mudanças como crises, mas como metamorfoses do governo representativo. Da mesma forma, o autor não se ocupou dos possíveis efeitos da internet e das mídias digitais sobre a democracia. Ainda assim, seu trabalho fornece instrumentos muito úteis para refletirmos sobre os regimes democráticos modernos em termos históricos e em estreita associação com as transformações na esfera pública. Para Manin, mudanças nos canais de informação e na formação da opinião popular alteram decisivamente a relação entre os cidadãos e as instituições políticas.

Assim, enquanto a ascensão da *democracia dos partidos* esvaziou o papel do parlamento como espaço de debate coletivo, houve uma inequívoca horizontalização do veredito social, em decorrência da mobilização promovida pelas organizações representativas de massas, mesmo antes de sua institucionalização. A partir daí, a imprensa partidária passou a ocupar posição de destaque na formação da opinião pública e no aprofundamento da conexão entre legenda e base social, especialmente no caso dos partidos social-democratas e dos trabalhadores industriais. Como consequência, nas primeiras décadas do século XX, as clivagens políticas na Europa tornaram-se relativamente estáveis, fornecendo a base para o que a sociologia política moderna denominou estruturas de clivagem consolidadas (LIPSET; ROKKAN, 1967).

Para Bernard Manin, contudo, após 1945, com o surgimento do rádio e, sobretudo, da televisão, os canais de comunicação deixaram de ter vínculos diretos com os partidos políticos. Grandes oligopólios foram formados e passaram a adotar uma suposta noção objetiva de verdade jornalística. A informação tornou-se gradualmente mais homogênea, alcançando o público

amplo de forma praticamente idêntica, sem levar em conta a opinião política ou a filiação partidária de cada indivíduo. Essa transformação foi fundamental para a ascensão da *democracia do público* e constituiu a base sociológica da concepção minimalista schumpeteriana de regime representativo.

As mudanças no campo da comunicação e do consenso popular levaram a transformações importantes no comportamento eleitoral e nas instituições políticas. A partir da década de 1960, o voto em partidos ou programas deu lugar a escolhas mais personalizadas, nas quais atributos pessoais dos candidatos ganharam relevância. Isso não significou, para Manin, um declínio das legendas, que continuaram sendo responsáveis pela estruturação institucional da democracia. No entanto, passaram, em boa medida, a funcionar como instrumentos a serviço de lideranças. Até o início do século XXI, esse foi o arranjo predominante. Nas últimas décadas, porém, assistimos à sua crise e ao seu aparente declínio, como consequência da ascensão do mundo online e, conforme propomos, do partido digital.

Pode-se argumentar que essa é uma maneira reducionista de compreensão da democracia, especialmente quando comparada a concepções que a definem como uma forma de vida – conforme os trabalhos de John Dewey, por exemplo. Entretanto, a questão reside em saber se o peso que Manin atribui aos canais de informação e comunicação como estruturas democráticas basilares pode funcionar também como um indicador razoável não apenas das molduras institucionais correspondentes, mas ainda, em certo grau, da dinâmica participativa cotidiana – seja dos cidadãos, dos partidos ou de organizações civis de diferentes naturezas e propósitos. Ao se ter em mente tal limitação e elaborá-la conscientemente, entendemos que o esforço torna-se frutífero.

Consideremos, por exemplo, os diferentes papéis que esses canais desempenham na comparação entre a *democracia do público* e a *democracia dos partidos*. Na primeira, a comunicação de massa é, segundo Manin, “em sua maior parte, politicamente neutra”, ou seja, embora possua preferências e distorções próprias, “não é estruturalmente ligada a agremiações que competem por votos [...]”. Em contraste, quando a imprensa está amplamente nas mãos das legendas (como na democracia dos partidos), a fonte de informação é selecionada de acordo com a orientação política de cada pessoa; os fatos e temas, em si, são vistos tal como apresentados pelo partido no qual se votou” (MANIN, 1997, pp. 228-229).³⁹

Com a disseminação das mídias interativas e a crescente plataformização online da sociabilidade, entendemos que o cenário mudou. A partir do arcabouço de Manin, nota-se que os canais de informação sofreram transformações estruturais que apontam para a emergência de uma democracia do digital. A ascensão das redes rompeu os oligopólios preexistentes na indústria da notícia e na formação do juízo coletivo. Isso, evidentemente, não significa que a mídia tradicional tenha perdido relevância, tampouco que novos monopólios tenham deixado de existir, mas, sim, que a racionalidade das redes passou a prevalecer sobre as demais formas de intercâmbio informacional.

Em suma, a gramática dos algoritmos tornou-se dominante – e a ela até mesmo os veículos convencionais precisaram se adaptar. Tal dinâmica permite a customização e a segmentação

39. Tradução própria: “*for the most part politically neutral*” e “*they are not structurally linked to parties that compete for votes [...]. By contrast, when the press is largely in the hands of political parties (as in party democracy), one’s source of information is selected according to one’s partisan leanings; the facts or the subjects themselves are seen as they are presented by the party voted for*”.

de mensagens a partir de uma única fonte, estratégia que, sob a égide da *democracia do público*, seria considerada abertamente contraditória e, portanto, mal-recebida. Os efeitos desse novo paradigma sobre as instituições políticas estão apenas começando a se manifestar.

A ascensão do partido digital só foi possível com as reconfigurações do ambiente comunicacional e, acreditamos, contribuirá para aprofundar as mudanças em curso nas instituições políticas. O PDB mantém, em certa medida, a centralidade da liderança, mas recupera a capacidade de mobilização externa e, consequentemente, a habilidade de propor e construir clivagens⁴⁰, de modo semelhante à atuação dos partidos de massas no passado. Diferentemente dessas organizações, contudo, a legenda digital não se insere em contextos sociológicos rígidos, fortemente baseados em grandes concentrações de trabalhadores industriais; ela emerge em sociedades e classes notavelmente fluidas, apesar da crescente desigualdade social. Assim, a construção de clivagens políticas pode tornar-se ainda mais aberta, com consequências imprevisíveis para a disputa representativa.

O partido digital não seria possível se dependesse apenas de movimentos espontâneos online. Há um claro traço de ação estratégica e coordenada, que intensifica os desdobramentos políticos do ecossistema virtual e que deve ser estudado como uma nova modalidade de atuação partidária. O PDB propõe e testa constantemente mecanismos de segmentação capazes de reorganizar coalizões sociais à sua imagem e semelhança. Essa característica ganha peso frente ao fato de a legenda operar em

40. Esse argumento corrobora a tese de que os partidos são também construtores de blocos sociais, conforme o estudo de De Leon, Desai e Tugal (2019).

uma mobilização eleitoral quase permanente na esfera digital, da qual dependem sua coesão e existência como ator político. Pode-se dizer que tal dinâmica representa uma radicalização do conceito de Manin da democracia como um processo cotidiano de julgamento e consentimento.

Mais do que indivíduos que desorganizam arranjos existentes, o que testemunhamos é a ascensão de partidos digitais que ampliam o debate público, propõem divisões políticas inéditas e abrem caminho para agendas distintas de transformação. O resultado é uma politização generalizada da vida cotidiana, capaz de atingir níveis sem precedentes, mesmo se comparados aos padrões do início do século XX.

Um fenômeno global?

Embora fundamentado no caso brasileiro, acreditamos que este estudo possui relevância global. O Partido Digital Bolsonarista é a manifestação inicial de uma configuração política inédita, que possivelmente se desenvolve em outras regiões. Talvez o cenário nacional tenha permitido que esse processo se tornasse visível precocemente, mas é crucial pontuar que ele ainda parece distante da maturidade ou de ter demonstrado todos os efeitos que pode produzir sobre as instituições vigentes.

Atribuir as recentes turbulências simplesmente à ação de *populistas* equivale a desconsiderar as profundas mutações políticas, sociais e culturais pelas quais a modernidade atravessa. Tais interpretações mantêm a tênue esperança de que, ao conter determinadas lideranças, as instituições retornarão à

normalidade. Há um certo negacionismo nessas análises, que se recusam a reconhecer a rapidez com que os desenvolvimentos contemporâneos tornam anacrônicas as teorias dominantes.

Ainda não se sabe como o regime se desenvolverá sob tais circunstâncias. Contudo, esse desafio tende a se tornar ainda mais complexo caso ignoremos as emergentes modalidades de organização partidária e não reformulemos nossa agenda de pesquisa. É improvável – e certamente perigoso para o futuro da democracia – supor que, com meros ajustes institucionais, testemunharemos um retorno ao *status quo* anterior, seja ele o modelo minimalista schumpeteriano ou a *democracia do público*.

Não há garantias quanto aos sistemas que emergirão sob tais condições, nem mesmo quanto à manutenção de sua natureza democrática. Ao denominar um desdobramento provável como *democracia do digital*, buscamos lançar luz sobre um cenário possível – e talvez desejável –, mas certamente não o único.

Bibliografia

AHMED, Amel. *Democracy and the Politics of Electoral System Choice: Engineering Electoral Dominance*. Cambridge University Press, 2013.

ARROW, Kenneth. A Difficulty in the Concept of Welfare. *The Journal of Political Economy*, v. 58, n. 4, Aug., pp. 328-346, 1950.

BERMAN, Sherri. *Democracy and Dictatorship in Europe. From the Ancien Régime to the Present day*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

- BOGDANOR, Vernon. The Constitution and the Party System in the Twentieth Century. *Parliamentary Affairs*, v. 57, n. 4, p. 717–733, 2004.
- CLEMENS, Elizabeth. Why We Should Rethink the Distinction between ‘Institutional’ and ‘Contentious’ Politics. Movements and Parties do not Begin as Separate Kinds. *Public Seminar*, March 30, 2022.
- CORDUWENER, Pepijn. Democracy and the Entanglement of Political Parties and the State: Party-State Relations in 20th-Century France, Italy, and Germany. *Comparative Political Studies*, v. 53, n. 1, p. 40–70, 2020.
- DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row.
- GUNTHER, Richard; Montero, José; Linz, Juan. 2001. *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press., 1957.
- DAALDER, Hans. The Rise of Parties in Western Democracies. In: GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry; LINZ, Juan. *Parties and Democracy*. Baltimore: London: Johns Hopkins University Press, 2001.
- DE LEON, Cedric; Desai, Manali; Tugal, Cihan. *Building Blocs: How Parties Organize Society*. Stanford University Press, 2009.
- DUVERGER, Maurice. *Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State*. London: Methuen & Co Ltd, 1959.
- GERBAUDO, Paolo. *The Digital Party: Political Organisation and Online Democracy*. London: Pluto Press, 2019.

- GUARNIERI, Fernando. *A força dos partidos fracos: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese de Ciência Política – USP, 2009.
- HIRSCHMAN, Albert. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1970.
- HOFSTADTER, Richard. *The Idea of a Party System: The Rise of Legitimate Opposition in the United States*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 1960.
- IGNAZI, Piero. *The Uneven Road to Party Legitimacy*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- KATZ, Richard. Party in democratic theory. In: KATZ, Richard; CROTTY, William. (Eds.) *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy. *Party Politics*, v. 1, n. 1, 1995.
- KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of West European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph.; WEINER, Myron. (Ed.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- KITSCHOLT, Herbert. Movement Parties. In: KATZ, Richard; CROTTY, William (eds.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage Publication, 2006.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter; HOFFERBERT, Richard. *Parties, policies, and democracy*. Westview Press, Boulder, 1994.

- LIJPHART, Arendt. *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. New Haven, CT and London: Yale University Press, 1999.
- LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: An Introduction. In: Lipset, Seymour; Rokkan, Stein (Eds.), *Party Systems and Voter Alignments*. The Free Press, 1967.
- MAIR, Peter. Party Organizations: From Civil Society to the State. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter. *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. SAGE Publications, 1994.
- MAIR, Peter. Party system change. In: KATZ, Richard; CROTTY, William. (Eds.) *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006.
- MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MERRIAM, Charles. *The American Party System. An Introduction to the Study of Political Parties in the United States*. New York: Macmillan, 4th edition, 1949 [1923].
- NEUMANN, Sigmund. Toward a Comparative Study of Political Parties. In NEUMANN, Sigmund (Ed.), *Modern Political Parties*. University of Chicago Press, 1956.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOBRE, Marcos. *Limits of Democracy: From the June 2013 Uprisings in Brazil to the Bolsonaro Government*. Springer, 2022.

NOBRE, Marcos. Mixing up the crisis of democracy with the crisis of a certain theory of democracy: Dominant explanations of the crisis and the Brazilian case. *Democratic Theory*. Winter, Vol. 11, No. 2, 2024.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelli di partito: Organizzazione e potere nei partiti politici*. Bologna: Il Mulino, 1982.

POWELL, G. Bingham. *Contemporary Democracies: Participation, Stability, and Violence*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

ROCHA, Camila; Solano, Esther; Medeiros, Jonas. *The Bolsonaro Paradox: Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. Berlin: Springer, 2021.

ROTH, Guenther. *The Social Democrats in Imperial Germany: A Study in Working-Class Isolation and National Integration*. Totowa (New Jersey): The Bedminster Press, 1963.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Rio de Janeiro: Editora UnB, 1982.

SCARROW, Susan. The nineteenth-century origins of modern political parties: The unwanted emergence of party-based politics. In: KATZ, Richard; Crotty, William (Eds.) *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *Party Government*. Abingdon: Routledge, 2017 [1942].

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The Semisovereign People: A realist's view of democracy in America*. Boston: Wadsworth, Cengage Learning, 1960.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. London and New York: Routledge. (1994 [1942]).

VAN BIEZEN, Ingrid. Constitutionalizing Party Democracy: The Constitutive Codification of Political Parties in Post-war Europe. *British Journal of Political Science*, n. 42, p. 187–212, 2011.

WEBER, Max. Class, Status, Party. In: BENDIX, Reinhard; LIPSET, Seymour (eds.). *Class, Status and Power*. Free Press of Glencoe, 1953.

ZUCCO, César. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. *The Journal of Politics*, 71:3, pp. 1076-1092, 2009.

02

Cadeias de lealdade no Partido Digital Bolsonarista

Paulo Yamawake

Lealdade como parte do vocabulário do bolsonarismo

Em julho de 2024, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL-RJ), o deputado federal Rodrigo Valadares (PL-SE) e o influenciador Maurício Costa realizaram uma transmissão ao vivo no YouTube voltada a pré-candidatos e lideranças locais que disputariam as eleições municipais de outubro daquele ano.⁴¹ No evento, o grupo lançou a plataforma Ação Conservadora, criada para hospedar cursos de capacitação política e ideológica. Os treinamentos, pagos pelos próprios inscritos, ofereciam módulos que iam desde assessoria jurídica e marketing digital até formação doutrinária e técnicas de debate.⁴²

Logo na abertura, Eduardo Bolsonaro fez um alerta enfático aos participantes: de nada adiantaria pleitear o apoio direto

41. <https://www.youtube.com/watch?v=JxYAscaVRKI>. Acesso em 30 mai.2026.

42. <https://www.poder360.com.br/poder-gente/eduardo-e-carlos-bolsonaro-lancam-site-de-treinamento-para-candidatos/>. Acesso em 30 mai.2026.

de Jair Bolsonaro ou o seu próprio, tampouco pedir menções e endossos públicos nas redes sociais – estratégias cruciais para alavancar o alcance digital das campanhas locais. Justificando a postura, o parlamentar pediu a compreensão dos aliados, argumentando que a capilaridade das eleições municipais tornava impossível uma avaliação individual de cada candidatura. Além disso, ponderou sobre o risco político: vincular as lideranças nacionais a postulantes envolvidos em dinâmicas e eventuais escândalos locais forneceria munição para a oposição desgastar a imagem de Jair Bolsonaro regionalmente.

Eduardo Bolsonaro ressaltou que a responsabilidade de se organizar as bases deve recair sobre as lideranças regionais, como deputados federais e senadores de cada estado, evitando que a cúpula nacional tenha de “carregar esse fardo sozinho”. Rodrigo Valadares endossou o argumento, orientando os postulantes a buscarem o cacife das referências locais em vez de tentar o acesso direto a Jair Bolsonaro ou a seus filhos. Para cobrar tal articulação regional, Valadares questionou abertamente: “Existem referências bolsonaristas no seu Estado. Por que você não procurou essas referências? Por que você não está procurando essas referências para mostrar a sua lealdade e a sua militância?”.

É importante ressaltar, no entanto, que, mesmo dentro do Partido Digital Bolsonarista, lealdade não se traduz necessariamente em obediência cega ou submissão absoluta, ao contrário do que o discurso de unidade possa sugerir. Um episódio ilustrativo do peso e das nuances da lealdade nesse vocabulário político foi a disputa interna que envolveu o

senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG)⁴³ e o deputado Eduardo Bolsonaro. Após ruídos na relação, Cleitinho utilizou a tribuna do Senado, em outubro de 2025, para fazer um pronunciamento em tom de retratação:

Nunca vou ter problema nenhum, como um ser humano, como um cristão, de, quando eu me equivocar, não ter a hombridade e a humildade de subir aqui e falar: “Eu errei”. Então, eu peço perdão às pessoas que se sentiram ofendidas por uma palavra que eu falei erradamente – eu pensei uma coisa e falei outra. Então, Bolsonaro, pode sempre contar comigo. Uma coisa que eu carregue na minha vida é lealdade e gratidão, e eu sempre vou ser assim

43. Cleiton “Cleitinho” Azevedo atuava como comerciante varejista e músico antes de ingressar na política. Em 2016, elegeu-se vereador em Divinópolis (MG) pelo PPS, conquistando a terceira maior votação do município – um resultado amplamente impulsionado por sua popularidade nas redes sociais. Na esteira das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT), o parlamentar já produzia vídeos de forte teor antissistema, focados no combate à corrupção e aos privilégios da classe política. O crescimento de sua projeção digital garantiu, dois anos depois, sua eleição como deputado estadual em Minas Gerais, consolidando-se como o quarto candidato mais votado no estado. Em 2020, demonstrou força política regional ao capitanear a eleição de seu irmão gêmeo, Gleidson Azevedo, para a prefeitura de Divinópolis – cargo para o qual este foi reeleito em 2024. Sua vinculação formal ao bolsonarismo consolidou-se em 2022, quando se desfilou do Cidadania (antigo PPS), ingressou no PSC e contou com o apoio direto de Jair Bolsonaro para disputar o Senado, elegendo-se com expressivos 41,5% dos votos válidos. Posteriormente, migrou para o Republicanos, legenda à qual permanece filiado. Trata-se de uma trajetória meteórica: em apenas seis anos, Cleitinho transitou de sua primeira legislatura municipal para o Senado Federal. No início de 2026, suas redes mantinham uma curva de crescimento constante e intensa atividade diária, somando 3,9 milhões de seguidores no Instagram, 2,3 milhões no Facebook, 2 milhões no TikTok e 445 mil inscritos no YouTube.

com o senhor e com todas as pessoas
que estenderam a mão para mim.⁴⁴

O pedido de perdão e as juras de lealdade de Cleitinho a Jair Bolsonaro não decorreram de eventuais desalinhamentos com pautas caras ao movimento. Durante seu mandato, o senador assumiu posturas divergentes sem maiores crises: considerou desproporcional o processo de cassação contra o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ),⁴⁵ posicionou-se abertamente contra a escala de trabalho 6x1⁴⁶, criticou a chamada “PEC da blindagem”⁴⁷ e contestou o “tarifaço” anunciado por Donald Trump⁴⁸ – posições contrárias ao que defendia uma ala importante do bolsonarismo. A verdadeira crise estourou em meados de 2025, quando Eduardo Bolsonaro se movimentava a partir dos Estados Unidos para articular sua candidatura à Presidência da República – uma vez que o pai, Jair, permanecia inelegível, em prisão domiciliar e condenado por tentativa de golpe. Faltando pouco mais de um ano para o pleito de 2026, as definições sobre quem encabeçaria a direita na disputa contra Lula (PT) estavam totalmente em aberto. Foi nesse cenário que Cleitinho declarou em uma entrevista que a candidatura de Eduardo seria uma “imprudência” e que o deputado seria derrotado

44. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/22/cleitinho-pede-perdao-a-bolsonaro-e-diz-que-entrevista-foi-tirada-de-contexto>. Acesso em 30 mai.2026.

45. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/03/cleitinho-diz-que-punicoes-desproporcionais-sao-perseguiacao-ideologica>. Acesso em 30 mai.2026.

46. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/12/escala-6x1-e-desumana-afirma-cleitinho-em-defesa-de-trabalhadores>. Acesso em 30 mai.2026.

47. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/09/17/para-cleitinho-pec-aprovada-na-camara-reforca-sensacao-de-impunidade>. Acesso em 30 mai.2026.

48. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/07/16/cleitinho-critica-tarifaco-anunciado-por-donald-trump>. Acesso em 30 mai.2026.

pelo atual presidente.⁴⁹ A declaração viralizou nas redes sociais, deflagrando o conflito.

No ecossistema bolsonarista, as declarações de Cleitinho contra Eduardo Bolsonaro – especialmente o comentário de que sua dívida de gratidão com o ex-presidente já estaria quitada – foram recebidas como uma verdadeira traição.⁵⁰ Diante do forte desgaste, que reverberou em cortes e postagens hostis em diversas redes, o senador viu-se compelido a se retratar de forma contundente na tribuna. Complementando o gesto, publicou um vídeo em seus perfis digitais alternando justificativas: alegou que a entrevista de rádio havia sido editada e tirada de contexto, recorreu ao adágio de que “quem nunca errou que atire a primeira pedra” e, acima de tudo, reafirmou sua fidelidade inabalável ao clã.

Ambos os episódios ilustram a mecânica com que a noção de lealdade opera no Partido Digital Bolsonarista. Por um lado, ela estrutura as hierarquias internas, funcionando tanto como um pedágio de entrada quanto como o cimento que une os elos nas cadeias informais de comando, garantindo a coordenação do grupo (como evidenciado na live de Eduardo Bolsonaro). Por outro,

49. <https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/eduardo-bolsonaro-perderia-para-lula-em-2026-diz-senador-bolsonarista>. Acesso em 30 mai.2026.

50. À época, Eduardo Bolsonaro rebateu as declarações do senador afirmando que “foi imprudente darmos a vaga do Senado a Cleitinho” – uma fala que evidenciou a forte dependência do parlamentar mineiro em relação ao aparato e ao empenho do ecossistema digital bolsonarista para sua eleição. Na mesma linha, o deputado federal Mário Frias (PL-SP) reagiu de forma crítica, disparando que “gratidão verdadeira nunca prescreve”. Esse mesmo tom de cobrança e acusação de ingratidão predominou nos comentários feitos pela base militante nos vídeos e perfis de Cleitinho. Ver: O Globo (<https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2025/10/eduardo-bolsonaro-diz-que-foi-imprudente-dar-vaga-no-senado-a-cleitinho-iremos-corriger-nossos-erros.ghtml>) e Veja (<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/a-guerra-do-cla-bolsonaro-contra-um-senador-bolsonarista/>). Acessos em 20 maio 2026.

a lealdade serve de baliza para o gerenciamento das tensões internas. Ela chega a acolher os ruídos de aliados descontentes que buscam espaço ou ajustes na organização, mas impõe um limite rígido em nome da coesão e da disciplina, punindo severamente o que é lido como infidelidade (como demonstrou o caso Cleitinho).

A partir desses episódios, este capítulo propõe um arcabouço teórico capaz de decifrar como a mecânica da lealdade equilibra a coesão e as inevitáveis tensões no interior do Partido Digital Bolsonarista. Afinal, compreender as engrenagens de uma força política central para a crise democrática brasileira é premissa fundamental para enfrentá-la. Em franca oposição aos arranjos das legendas tradicionais, essa estrutura digital não se ancora em hierarquias institucionais, na confiança interpessoal clássica ou no embate entre correntes partidárias formais. Em seu lugar – eis a nossa hipótese –, opera uma arquitetura de poder fundamentada em *cadeias de lealdade*. Nelas, os atores políticos instrumentalizam a lógica das redes sociais para projetar força, articular pautas, mobilizar as bases e pressionar internamente a agenda do movimento. Longe de serem meros canais de distribuição de conteúdo, essas cadeias organizam, de modo não institucionalizado, as disputas internas, o calendário político e a proposição das clivagens sociais que dão vida ao bolsonarismo.

Como a lealdade organiza voz e saída: o conceito de lealdade em Hirschman

Se o partido digital não é formalizado nas instituições eleitorais, compreender a sua organização interna torna-se um grande

desafio. Isso porque estão ausentes elementos típicos da vida partidária tradicional institucionalizada: não há atas de reuniões, convenções formalizadas, agendas públicas de lideranças, nominatas, listas de presença, congressos partidários, diretórios estruturados, instâncias deliberativas claramente definidas ou mesmo procedimentos regulares de tomada de decisão. Evidentemente, embora fundamentais, esses elementos institucionais nunca foram suficientes *per se* para a compreensão da dinâmica real da política partidária.

A ausência de ritos burocráticos, contudo, não significa que falte coordenação ou organização ao Partido Digital Bolsonarista. O desafio analítico reside justamente em se observar como tal articulação ocorre fora das amarras institucionais, propondo uma chave interpretativa para esse fenômeno inédito. Defendemos que existem, sim, mecanismos eficazes de coordenação, de agendamento político e de calibração de influências em seu interior. Eles operam, sobretudo, na validação de quem pode falar legitimamente em nome do movimento – dinâmica bem ilustrada no episódio da live de Eduardo Bolsonaro. Já a eclosão de dissidências, como o caso do senador Cleitinho, não anula a existência de uma disciplina interna. As disputas que emergem desse processo, por mais numerosas e acirradas que se apresentem, não devem ser lidas como sintomas de fragilidade ou crise da legenda digital. Em última análise, elas revelam a vitalidade de uma engrenagem capaz de reorganizar a própria agenda diante de fatos novos e demonstram uma impressionante capacidade de renovação de quadros. O conflito interno, portanto, atesta a força do PDB, e não a sua fraqueza.

Ao propormos o estudo da dinâmica interna do Partido Digital Bolsonarista a partir da ideia de *cadeias*, sinalizamos que a

legenda se articula por meio de uma série de elos e nós que estruturam seu ecossistema. Esse arranjo organiza as hierarquias regionais e nacionais, a distribuição de recursos, a definição de candidaturas e as próprias disputas internas envolvendo figuras como Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro, os filhos do ex-presidente e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, em constante interação com lideranças regionais, como Cleitinho Azevedo e Rodrigo Valadares. O que cimenta os elos entre esses nós, contudo, vai muito além de interações diretas na superfície das redes, como menções mútuas, marcações de perfis ou publicações conjuntas em formato de *collab*. Tais conexões são sustentadas por uma gramática comum bem delimitada, pela padronização estética dos posts, pela eleição de alvos compartilhados em momentos cruciais e por ataques ou defesas coordenadas de pautas caras à militância. Essa lógica opera independentemente da filiação formal ao PL, partido de Bolsonaro – até porque, como foi observado na nossa pesquisa empírica que acompanhou parlamentares da rede em semanas-chave de 2024,⁵¹ muitos deputados da legenda formal atuam sob a lógica tradicional do Centrão e não integram, de fato, o partido digital.⁵²

Quando dizemos que é a *lealdade* que estrutura os elos das cadeias, defendemos que sua lógica fundamental não se reduz à mera troca por cargos, recursos ou apoios de outra natureza. Evidentemente, isso não significa que tais práticas inexistam no Partido Digital Bolsonarista. Entretanto, utilizá-las como chave primária de leitura impede uma caracterização precisa e distintiva do movimento – e, sobretudo, falha em explicar a resiliência e o sucesso eleitoral do PDB. Ademais, o conceito de lealdade permite

51. Ver o argumento de Daniela Costanzo no capítulo 8 deste livro.

52. Ver relatório (<https://cci-cebrap.org.br/publicacoes/o-partido-digital-bolsonarista/>) e o argumento de Daniela Costanzo no capítulo 7 deste livro. Acesso em 30 mai.2026.

superar tanto as interpretações que enxergam o bolsonarismo como uma dinâmica de submissão cega à liderança de Jair Bolsonaro, quanto aquelas que ignoram suas intensas disputas políticas internas. Em suma, mobilizar a ideia de lealdade afasta as análises que reduzem o fenômeno a uma exclusividade da guerra cultural ou a um mero espasmo afetivo-emocional.

O que propomos é ler o fenômeno da lealdade nos termos que Albert O. Hirschman coloca: como um mecanismo de coesão organizacional que, por um lado, evita a saída em um ambiente tão instável como o do digital (e da informalidade do partido), mas, por outro, ativa a voz de seus membros em momentos de crise. No livro *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States* (1970), Hirschman cunha os termos *saída*, *voz* e *lealdade* para compreender a relação entre pessoas e organizações em situações de instabilidade. Embora Hirschman comece a explicar o seu argumento com uma relação de consumo, logo ele argumenta que a relação entre saída e voz pode ser expandida para outras organizações, como famílias, serviços públicos, clubes, comunidades – e, claro, partidos políticos.

① Alguns clientes param de comprar os produtos da empresa ou alguns membros deixam a organização: esta é a opção de saída (*exit*). Como resultado, a receita diminui, o número de membros cai e a gestão é levada a buscar formas e meios de corrigir quaisquer falhas que tenham levado à saída.

② Os clientes da empresa ou os membros da organização expressam

sua insatisfação diretamente à gestão, ou a alguma outra autoridade à qual a gestão esteja subordinada, ou ainda por meio de protestos gerais dirigidos a qualquer pessoa disposta a ouvir: essa é a *opção de voz (voice)*. Como resultado, a gestão novamente se envolve na busca pelas causas e possíveis soluções para a insatisfação dos clientes e dos membros. (HIRSCHMAN, 1970, p. 4)

O interessante aqui é como esses conceitos jogam luz sobre a capacidade de *agência* dos indivíduos (no caso, os consumidores) quando confrontados com o declínio de uma instituição. A noção de crise, assim, desdobra-se em duas vertentes: uma de ordem objetiva, materializada na alta de custos ou no cerceamento do acesso, e outra de caráter mais subjetivo, ancorada na percepção individual de que o produto ou serviço ofertado pela organização perdeu valor ou qualidade.

Seja como for, diante da crise, haveria, segundo Hirschman, duas alternativas de *agência* por parte dos consumidores, a fim de *corrigir* a organização. A primeira é a saída: os clientes passam a não comprar mais o produto ou a contratar o serviço, migrando para a concorrência. Trata-se, nesse caso, de um mecanismo indireto e impessoal de correção, em que o descontentamento se expressa pelo afastamento silencioso. A segunda alternativa é a voz: os consumidores acionam serviços da própria empresa, como um SAC, ou enviam mensagens com reclamações e denúncias aos meios de comunicação. Transpondo os exemplos de Hirschman para o ambiente digital, podemos pensar nos *reviews* de produtos em marketplaces, no *exposed* de

mercadorias ou serviços ruins por meio da marcação do perfil das empresas em posts ou nas reclamações em plataformas especializadas, como o *Reclame Aqui*. Assim, em contraste com a saída, a voz é um mecanismo bem mais custoso, já que, por parte do reclamante, exige tempo, risco, exposição e energia, e, à organização, custos e equipes para acolher as queixas e elaborar estratégias para solucioná-las. De qualquer maneira, a voz torna explícitas as causas da insatisfação que levou à crise e permite tentar corrigi-la *de dentro*.

Ocorre que a articulação entre saída e voz guarda uma dinâmica muito variada quando se trata de decifrar a ação dos membros diante de uma crise. Por exemplo, seria preciso avaliar também como as organizações reagem às ações de seus integrantes. Há instituições que, para evitar a debandada, criam obstáculos e aumentam os seus custos, elevando barreiras burocráticas, custos reputacionais (acusação de traição, por exemplo) ou mesmo penalidades financeiras. Já outras o fazem tornando-se mais sensíveis à voz de seus membros, com a abertura de canais de comunicação e promessas de resolução. Neste segundo caso, não apenas facilitam o acesso aos mecanismos de queixa, mas criam canais de prestação de contas que tornam a manifestação uma voz *efetiva*, visto que compreendem que a voz qualificada pode ajudar a recuperar a organização – ao contrário da saída, que não expressa seus motivos. Ao mesmo tempo, espaços de escuta retêm o membro mais sensível à qualidade, que tende a ter uma participação interna mais engajada e a elaborar de modo mais qualificado as percepções a respeito da crise institucional, a partir de sua própria posição. Por outro lado, há organizações que sequer se importam com a saída porque operam, por exemplo, em regime de monopólio – cenário em que os membros não saem porque não têm outra opção –, ou porque compensam a

perda com uma alta taxa de entrada, como é o caso de empresas que ofertam produtos de baixa qualidade e de baixo preço.

Na perspectiva dos membros e/ou clientes, há também diferentes sensibilidades a uma situação de crise da organização. Obviamente, isso varia de acordo com a natureza da instituição, o produto e/ou serviço ofertado, a importância dos integrantes, as condições de entrada e o número de pessoas envolvidas. Contudo, tal variação ocorre, sobretudo, de acordo com uma percepção subjetiva de cada indivíduo em relação à qualidade do produto, em seu respectivo contexto (HIRSCHMAN, 1970, cap. 9). É aqui que entra outra variável: nem todo membro é igual – e as organizações sentem a ameaça de saída de forma proporcional à sua importância e a seu poder. Atores influentes têm mais acesso à voz porque as organizações são mais sensíveis à sua debandada. Mais do que isso, tal integrante pode, inclusive, condicionar os termos da voz, garantindo a certeza de sua efetividade. É diante dessas variadas dinâmicas entre saída e voz que Hirschman introduz o conceito de lealdade que nos é caro aqui.

A lealdade é um conceito chave na batalha entre a saída e a voz não apenas porque, como resultado dela, os membros podem permanecer vinculados às suas organizações por um pouco mais de tempo e, assim, utilizar a opção da voz com maior determinação e engenhosidade do que ocorreria de outra forma. Ela também é útil porque implica a possibilidade da deslealdade, ou seja, da saída. Assim como seria impossível ser bom em um mundo sem o mal, não faz sentido falar em ser leal a uma empresa, a um partido ou a uma organização que detém um monopólio inquebrável. Embora a lealdade adie a saída, sua própria existência baseia-se na possibilidade da saída. O fato de que até o membro mais leal pode sair é, muitas vezes, uma parte

importante do seu poder de negociação perante a organização (HIRSCHMAN, 1970, p. 82).

Por isso, desde já é preciso enfatizar que a lealdade que adotamos aqui não se fundamenta em uma relação afetiva ou irracional com a organização ou com suas lideranças, como uma acepção corrente da palavra pode sugerir. Ainda que esses elementos tenham algum papel, eles não são decisivos, sequer relevantes, para se compreender o fenômeno da lealdade tal como ele surge aqui. Hirschman explica que a lealdade mantém os membros vinculados à instituição em períodos de crise com base em uma “expectativa fundamentada de que a melhoria ou a reforma pode ser alcançada ‘por dentro’”. E, por isso, “a lealdade, longe de ser irracional, pode servir ao propósito socialmente útil de impedir que a deterioração se torne cumulativa” (HIRSCHMAN, 1970, p. 79). Há na lealdade, portanto, uma articulação de propósitos e interesses que sustenta a permanência dos atores, que utilizarão a opção da voz para tentar recuperar e melhorar a organização em situações de crise.⁵³

53. Vale a pena abrir aqui um breve parêntese sobre a noção de interesse de Hirschman em *The Passions and the Interests* (2013 [1977]), para discutir algumas limitações da ciência política. Hirschman sustenta que compreender a política a partir do interesse não é algo natural nem trans-histórico, mas o resultado de uma construção intelectual da modernidade. Até o século XVII, a linguagem predominante para se pensar a ação política era a das paixões – honra, glória, ambição, fé. Aos poucos, foram entendidas como forças instáveis, expansivas e associadas à violência e à desordem política. É nesse contexto que emerge o *interest* como solução conceitual e política. Hirschman insiste que o interesse não é concebido como razão fria ou cálculo puramente racional, mas como uma paixão de menor intensidade: mais regular, previsível, autocontida e entendida sob a lógica econômica. Diferentemente da honra ou da fé, o interesse material tende à continuidade e à calculabilidade, o que o torna capaz de conter paixões mais perigosas sem recorrer à repressão direta ou à exigência de virtudes heroicas. Porém, Hirschman enfatiza que essa operação teve um custo normativo relevante, mesmo quando celebrada como progresso. Ao converter paixões em interesses, a política renuncia a expectativa de virtude cívica elevada, já que não se exige que o cidadão seja justo, corajoso ou patriota, apenas que seja previsível. Essa previsibilidade, embora funcional para a governabilidade, empobrece o horizonte normativo da ação política.

Enquanto o membro não leal tende à saída conforme a crise avança sem solução, o membro leal adia ao máximo o seu afastamento e emprega esforços para ativar a voz, expressar seu incômodo e sugerir uma articulação capaz de disputar internamente consensos para superar a crise. Mas se o membro leal não encontrar esse espaço, pode surgir um *ponto de ruptura*:

O membro leal não sai, mas algo acontece com ele: ele começa a ficar agudamente infeliz por continuar como membro [...]. Normalmente, ele fará tentativas mais fortes do que até então para mudar a diretriz e intensificará o uso da voz em suas diversas formas para esse propósito [...]. Então, conforme a discordância aumenta ainda mais, o membro terá pensamentos de saída e a ameaçará, se for possível esperar que tal ação aumente a eficácia da voz. A ameaça de saída significa um aumento descontínuo na quantidade de voz produzida [...]. Finalmente, a lealdade atinge seu ponto de ruptura e a saída ocorre (HIRSCHMAN, 1970, p. 88).

Se a lealdade é importante para o entendimento das disputas internas em uma situação de crise, por outro lado, também permite a compreensão do fortalecimento e da coesão da instituição. Isso porque “os membros podem ficar presos às suas organizações por um pouco mais de tempo e, assim, usar a opção da voz com maior determinação e engenhosidade do que ocorreria de outra

forma” (HIRSCHMAN, 1970, p. 82). De modo que a lealdade não apenas mantém os mecanismos de voz ativos – que expressam e organizam os dissensos –, mas também abre espaço e dá motivação para que os membros mais sensíveis à qualidade e mais engajados se expressem, tentando produzir consensos e encontrar soluções conjuntas para a crise.

O ponto todo é que compreender a lealdade nesses termos ajuda a perceber uma temporalidade própria na crise e uma coordenação de interesses: ela adia a saída, incentiva o uso da voz e organiza as correntes internas na tentativa de correção do curso da instituição. É por meio da voz que interesses heterogêneos entram em disputa e se articulam e, assim, revisões de rota se tornam possíveis diante da crise. Por isso, em Hirschman, a lealdade não se baseia em um vínculo afetivo ou em apego emocional à organização, mas constitui um mecanismo de arranjo de interesses internos, que estrutura a disposição para permanecer e agir politicamente.

Evidentemente, não se trata de dizer que, quando Cleitinho jura lealdade a Bolsonaro ou quando Eduardo Bolsonaro pede demonstrações de fidelidade aos pré-candidatos, eles tinham em mente o conceito de Hirschman. Além disso, quando o autor propôs tal categoria, sua ideia era tentar compreender situações de crise em várias organizações e instituições, incluindo os partidos políticos tradicionais. O que propomos aqui vai além da mera demonstração das afinidades do bolsonarismo com o conceito de Hirschman. O que sugerimos, em especial, é que o foco comercial dado por Hirschman à análise da lealdade e de sua relação com a saída e a voz se torna particularmente útil quando

observamos as relações de coordenação e tensão dentro do Partido Digital Bolsonarista, já que elas são mediatizadas por plataformas digitais comerciais. Ou seja, como se trata de um partido que nasceu online e que se organiza dessa maneira, os acessos formais e institucionais sequer existem para que possamos vislumbrar sua dinâmica interna. Por isso, pensar os elos de lealdade – na esteira do que foi formulado por Hirschman – e como tais elos se complexificam e estruturam a organização interna da legenda em cadeias é uma tentativa de se aproximar de um objeto de difícil abordagem.

A estrutura em cadeias do Partido Digital Bolsonarista

Em *Party Organizations: From Civil Society to the State* (1994), Peter Mair se queixa de que os estudos sobre partidos de sua época tomam como pressuposto o modelo do partido de massas, construído a partir das experiências do século XX. Essa formulação clássica, diz o autor, associa a força partidária à sua capacidade de organização na sociedade civil, ou seja, à existência de um corpo numeroso de militantes e filiados e a mecanismos internos de representação democrática. Por isso, quando as pesquisas empíricas começaram a registrar, de um lado, o enfraquecimento da militância e da filiação e, de outro, a personalização da liderança e a profissionalização das campanhas, tais fenômenos eram interpretados como sintomas de um *declínio partidário*. O equívoco, para Mair, consistia em se tratar o partido de massas como o único padrão de organização representativa, de modo que qualquer afastamento desse esquema aparecia como sinal

de deterioração das legendas enquanto instituição – e não como uma transformação histórica dos partidos políticos.

Para romper com a visão focada no modelo de massas, Mair propôs um modelo analítico em que tais organizações são entendidas por meio de três faces com lógicas e recursos distintos, mas interdependentes: o *party in public office*, composto pelos representantes eleitos e pelas lideranças que atuam dentro do Estado; o *party in central office*, a cúpula dirigente, os cargos internos e a burocracia da legenda; e o *party on the ground*, formado pelos membros, militantes e simpatizantes. Para Mair, as três faces permitem observar onde exatamente ocorrem as mudanças estruturais no funcionamento dos partidos. Assim, o declínio do *party on the ground*, que a ciência política daquela época observava, não implicaria necessariamente o declínio do partido enquanto instituição política. O que se transforma, diz ele, é o modo de sustentação: os partidos deixam de depender de sua base social organizada e passam a se apoiar nos recursos do Estado e na visibilidade institucional.⁵⁴

Em reflexão com Mair, é possível observar que o partido digital, como um fenômeno não institucionalizado, não dispõe de um “*central office*” tradicional e formalizado, com diretórios,

54. Essa reorganização prepara o terreno para o que Mair e Katz denominarão, mais tarde, de *partido cartel*, uma forma de partido cuja sobrevivência depende menos da sociedade civil (do *party on the ground*) e mais de sua integração ao Estado (*party in public office*), do financiamento público, dos políticos com cargos públicos e da cooperação entre elites partidárias (KATZ; MAIR, 2018). Para os autores, os partidos deixam de atuar apenas como corretores de interesses sociais para se tornarem, efetivamente, agências semi-estatais absorvidas pelo aparelho público. Essa sobrevivência é garantida por meio do financiamento público e da autorregulação, que protege os partidos estabelecidos contra novos competidores *outsiders*. Se quisermos, embora com ressalvas importantes, podemos aproximar o movimento de cartelização, nos termos de Katz e Mair, com a ideia de presidencialismo de coalizão, que se estabelece no Brasil durante os anos 1990 (NOBRE, 2013).

convenções e caciques regionais. Nesse sentido, não é *central* nem *office*, mas guarda suas funções: define agendas, mantém a disciplina, estabelece candidaturas, organiza ações regionalmente, agita a militância, enfim, coordena o partido.⁵⁵ a exemplo do que a já mencionada *live* de Eduardo Bolsonaro procurou fazer. Entretanto, a própria característica informal do PDB não garante que as orientações de Eduardo – membro importante na hierarquia da legenda – sejam acatadas ou soem como obrigatórias, a exemplo do que aconteceria em uma estrutura partidária tradicional.

Ao mesmo tempo, podemos afirmar que há no Partido Digital Bolsonarista um *party on the ground*, especialmente se observarmos a capilaridade, a territorialidade e as manifestações que a legenda tem conseguido organizar.⁵⁶ E sua presença online é ainda mais relevante do que a face a face, sobretudo pela criação de um ecossistema amplo de produção e circulação de informações e interpretações da situação do país, tanto nacional quanto localmente. Se quisermos fazer uma analogia com o vocabulário digital, é altamente significativa a atuação de um *party on the “cloud”*, com uma participação coordenada do PDB nas redes, em seus vários veículos, formatos e nichos, a fim de influenciar o debate público.

Já no caso do *party in public office*, há uma analogia mais direta. Basta observarmos não apenas a quantidade de membros do Partido Digital Bolsonarista que ocuparam e ocupam cargos públicos (desde a Presidência da República até mandatos de vereadores, prefeitos, deputados, governadores

55. Ainda assim, mantemos aqui a analogia com as categorias analíticas de Mair. Por isso, em relação ao *party in central office* do Partido Digital Bolsonarista, na falta de um nome melhor, “*central office*” virá entre aspas, para ressaltar as ressalvas apresentadas brevemente aqui.

56. Ver capítulo 4.

e secretários de Estado), mas também a relevância deles no debate público nacional. Aqui, no entanto, por conta da natureza não institucional do ecossistema online, podemos adicionar outro elemento: a ocupação de espaços nos partidos institucionalizados. Posicionados nessas organizações formais (como em diretórios regionais, estaduais e secretarias internas relevantes), os membros do PDB empenham esforços para direcionar recursos para a legenda digital.

Feitas tais considerações, o esquema de Mair nos ajuda a pensar como a lealdade se organiza em cadeias ao longo das três categorias analíticas propostas. A *live* de Eduardo Bolsonaro e a trajetória de Cleitinho – dois atores de destaque do PDB no public office, em esferas e partidos diferentes – fornecem elementos cruciais para começarmos a abordar o funcionamento desse ecossistema. Seria razoável esperar volatilidade e instabilidade de uma organização em que o *party on the “cloud”* exige baixos custos de entrada (não é necessário preencher ficha de filiação, por exemplo) e na qual não há institucionalização formal, diretórios ou cargos específicos, tanto para eleitores e apoiadores quanto para candidatos. Não é o que se vê, no entanto.

A transmissão ao vivo de Eduardo Bolsonaro deixou clara a estrutura hierárquica do PDB: em vez de pleitear apoio diretamente a Jair, os pré-candidatos que participaram do encontro deveriam recorrer à liderança local do partido – que, por sua vez, teria o respaldo de alguém mais próximo da cúpula, ou mesmo do próprio ex-presidente. Para conseguir o endosso, o postulante precisaria demonstrar sua lealdade ao movimento. Em muitos casos, tal validação decorre da visibilidade digital da voz: os atores iniciantes buscam sua entrada na legenda e a autorização do “*central office*” por meio de uma combinação de evidências públicas de fidelidade (doações, organização de grupos digitais,

criação de canais de cortes, perfis de comentários e páginas de notícias) com talento e capacidade de gerar engajamento *on the “cloud”* nas redes sociais. No caso de uma eleição municipal, é também fundamental a capacidade de o postulante traduzir as pautas nacionais da legenda em termos mais localizados.

Assim, um nó maior da cadeia pode descobrir ou impulsionar um ator emergente. *Lives* conjuntas, marcações, repostagens e apoios recíprocos operam como certos rituais de incorporação. A visibilidade concedida por um perfil mais relevante desse ecossistema recepciona e legitima o recém-chegado, que já deve ter dado provas de fidelidade nas redes sociais. Esse foi exatamente o percurso de Cleitinho: de vendedor de verduras e criador de vídeos antissistema a vereador e, depois, impulsionado pelo bolsonarismo, a senador (e, no momento da redação deste capítulo, pré-candidato ao governo de Minas Gerais).

Em uma organização não formalizada e não institucionalizada, são naturais casos de atores que conseguem contornar a estrutura do “*central office*”. Foi o caso, por exemplo, da candidatura de Pablo Marçal (PRTB-SP) à Prefeitura de São Paulo, em 2024. Sua popularidade e seu engajamento no ambiente online como *coach*, com seus métodos peculiares e polêmicos, atraíram parte expressiva do eleitorado bolsonarista. Ao entrar na política, ele ao mesmo tempo contornou e confrontou o PDB na disputa pela direção política local do movimento, que na época endossou a reeleição do então prefeito Ricardo Nunes (MDB-SP).⁵⁷ Embora não tenha chegado ao segundo turno, Marçal obteve votação expressiva da base do partido online, que apresentava resistência em votar em Nunes, mesmo contrariando as orientações de Eduardo Bolsonaro. Isso

57. Sobre isso, ver capítulo 5 do livro.

só foi possível pela natureza digital da engrenagem partidária, pelo tamanho das redes de Marçal antes do pleito e pela sua habilidade polêmica de se colocar em um debate público digital.

Diante de tensionamentos como esse, a lealdade aparece como parte fundamental do vocabulário bolsonarista e também como um custo de entrada (além de elemento estruturante) da disputa interna do PDB. Ao orientarem os pré-candidatos a procurarem as referências regionais, Eduardo Bolsonaro e Rodrigo Valadares tentaram organizar elos intermediários e fortalecer nós de uma hierarquia até chegar às figuras centrais da legenda online. Há, assim, a responsabilização para que uma liderança regional coordene e avalie esses atores periféricos que se dispõem a concorrer a cargos locais em nome do partido digital. Ao mesmo tempo, tal intermediário deve se reportar às instâncias nacionais para referendar o apoio às candidaturas de vereador, como ocorreu na formação da lista dos *candidatos do Bolsonaro* nas eleições municipais de 2024.⁵⁸ Se quisermos a analogia, foi o equivalente a uma nominata partidária do PDB, com centenas de nomes de todos os estados e de diferentes partidos, embora completamente informal.

Para estar na lista e ganhar o endosso de Bolsonaro e da máquina partidária da legenda online, entretanto, não basta a disposição de querer se candidatar. Há uma espécie de filtro do “*central office*”,

58. A lista é relevante porque não basta votar em um candidato do mesmo partido de Bolsonaro, o PL. Afinal, nem todo candidato do PL é identificado com o bolsonarismo. Na citação, Rodrigo Valadares orienta que o pré-candidato procure as “referências bolsonaristas” no seu Estado, o que é diferente de procurar as referências do PL. Em outro momento da *live*, Maurício Costa mostra ciência de que nem todos os diretórios regionais do PL são bolsonaristas – e, portanto, confiáveis. Ver também: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/06/os-quase-3-mil-candidatos-apoiados-por-bolsonaro-em-mais-de-cem-cidades-pelo-brasil.ghtml> (Acesso em 30 mai.2026.); ver capítulo 8.

que opera como custo de entrada: a lealdade. Se quiserem contar com o suporte digital e material do PDB – e, quem sabe, com a alavancagem das grandes figuras nacionais –, os postulantes devem demonstrar “a sua história” e o que estão “fazendo pelo nosso presidente, pelo nosso país e pela nossa causa”, nas palavras de Rodrigo Valadares na *live* com Eduardo Bolsonaro.

Além disso, não basta que uma figura do topo da rede assinale alguma liderança, pois os atores da base e do *party on “cloud”* reagem à escolha e, caso haja divergência, ativam a sua voz e se engajam em uma disputa interna. Ou seja, o “*central office*”, no ápice da estrutura de lealdade, tem certa legitimidade para indicar suas preferências; mas, como as disputas se dão sobretudo no âmbito das redes sociais – com configurações e lógicas de interação particulares —, abre-se um canal para o acolhimento e a organização de manifestações dos membros descontentes, que terminam por reformular as conexões internas.

O ponto crucial é que as tensões na direção política do ecossistema bolsonarista abastecem o PDB. Apreender como tal ambiente de atrito fortalece a legenda nos ajuda a decifrar as razões pelas quais sua ofensiva autoritária mobiliza estratos tão amplos da população. É exatamente nessa dinâmica que reside a vantagem analítica do modelo de Hirschman: para a cadeia de lealdades, o dissenso é tão estruturante quanto o consenso. As vozes que emergem dos momentos de crise sinalizam processos de renovação e rearranjo de interesses, uma vez que a lealdade não se reduz à mera submissão, mas constitui um esforço coordenado para a disputa dos rumos da instituição. Cabe, portanto, examinar mais de perto os limites e os desdobramentos de tais tensões.

A voz e o ponto de ruptura: lealdade e disciplina partidária no PDB

A inelegibilidade de Bolsonaro e posteriormente sua prisão, no final de 2025, foram testes decisivos para os mecanismos de lealdade no interior do Partido Digital Bolsonarista. Embora os posicionamentos parecessem mais assentados no primeiro trimestre de 2026 – momento em que a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro ganhava contornos de consolidação –, o percurso que levou a esse cenário é fundamental para que compreendamos as disputas e os rearranjos na cadeia de fidelidade. A fim de mapear tais dinâmicas em meio ao tensionamento, este segmento analisa episódios da indicação do nome que concorreria à sucessão presidencial contra Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a possibilidade de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), governador de São Paulo, enfrentar Lula no pleito,⁵⁹ Eduardo Bolsonaro passou a articular, a partir dos Estados Unidos, uma alternativa própria, em aberta oposição ao chefe do Executivo paulista. Foi nesse cenário que o posicionamento de Cleitinho – analisado na introdução deste capítulo – ganhou escala e, ao transbordar os limites do PDB, chegou ao debate público. Sua intervenção buscava demover a estratégia de Eduardo e cancelar o nome de Tarcísio, uma opção que enfrentava severa resistência do clã Bolsonaro. A reação intempestiva do deputado federal ao afirmar que havia sido uma “imprudência” ceder a vaga do Senado a Cleitinho ilustra o uso da voz a partir do topo da hierarquia. O choque expôs de forma cristalina os limites da dissidência interna e a

59. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/08/centrao-e-direita-correm-para-consolidar-tarcisio-conter-cla-bolsonaro-e-disputar-vice.shtml>. Acesso em 30 mai. 2026.

imposição da disciplina partidária: na engrenagem do PDB, a contestação é tolerada apenas até atingir o “ponto de ruptura” teorizado por Hirschman.

Nota-se, contudo, que o vínculo de Cleitinho com Bolsonaro ancora-se firmemente na categoria da lealdade. Trata-se de uma dinâmica que transcende o senso comum e se alinha com precisão ao modelo de Hirschman. Afinal, por mais contundentes e frontais que tenham sido suas críticas a Eduardo Bolsonaro, o senador jamais cogitou a saída do Partido Digital Bolsonarista. Pelo contrário: usou estrategicamente a voz para tentar corrigir o rumo de uma engrenagem que considerava equivocada, tensionada pela fragilidade da candidatura de Eduardo – articulada no exterior – e pelo desgaste das posições favoráveis às tarifas impostas por Donald Trump ao mercado brasileiro.

Essa contenda ilustra o funcionamento da voz no modelo de Hirschman. Ao ser acusado de deslealdade por Eduardo, Cleitinho vislumbrou o ponto de ruptura, mas recuou antes de atingi-lo. Em vez de romper com o partido digital, reagiu à contraofensiva das bases nas redes sociais: recuou, pediu perdão e jurou fidelidade a Jair Bolsonaro, autoridade máxima daquela cadeia. É crucial notar, entretanto, que o pedido de desculpas não significou uma submissão à ala de Eduardo. Em seu pronunciamento na tribuna, Cleitinho direcionou a retratação exclusivamente a Jair, omitindo o nome do deputado federal. Tal episódio sinaliza que os dissensos internos persistem de maneira latente, ainda que, no cenário eleitoral, ambos convirjam no apoio à postulação de Flávio Bolsonaro contra a esquerda.

Cleitinho é leal a Jair, mas também é leal ao Partido Digital

Bolsonarista. O senador conhece o poder de mobilização eleitoral e de gerenciamento de recursos materiais e simbólicos do ex-presidente, elementos que, afinal, foram essenciais para a sua eleição ao Senado, como o próprio Eduardo lembrou. Mas Cleitinho também conhece o preço da insubordinação e do consequente desligamento: o peso da disciplina partidária. Trajetórias como as de Joice Hasselmann, Alexandre Frota e Abraham Weintraub ilustram bem esse cenário.⁶⁰ Os três personagens não recuaram diante do dissenso; dobraram a aposta e optaram pela ruptura com o PDB em vez de disputar internamente posições na cadeia de fidelidade. Insistiram nos ataques sob a premissa de que o peso de seus mandatos e o alcance de suas redes sociais garantiriam sustentabilidade política. Contudo, ao serem desligados da malha digital que alimentava as respectivas visibilidades, perderam interlocução com o *party on the “cloud”*. Além de isolados, tornaram-se alvos das sanções disciplinares do movimento. A punição não se limitou ao ostracismo interno, desdobrando-se em ataques sistemáticos operados pela máquina de linchamento virtual do partido. Como resultado, nenhum dos três – a exemplo de nomes como Janaina Paschoal e Luiz Henrique Mandetta – obteve sobrevivência eleitoral após consumir a saída da legenda.

No Partido Digital Bolsonarista, a disciplina é exercida de modo informal e difuso. Longe de possuir o caráter vinculante

60. Joice se contrapôs a Bolsonaro e seus filhos, aliando-se a Luciano Bivar, nas questões envolvendo o controle do PSL (partido institucional pelo qual Bolsonaro se elegeu) e se tornou vocal contra o chamado *gabinete do ódio*; Frota demonstrou insatisfação por não ter suas indicações para a Ancine aceitas e perdeu espaço dentro do partido digital em disputa pelo diretório estadual com Eduardo Bolsonaro; Weintraub, após sua saída do MEC, fez críticas fortes contra a filiação de Bolsonaro ao PL e a aproximação com Valdemar da Costa Neto, chamando os apoiadores de “tchutchucas do centrão” e acusando Jair Bolsonaro de ser “ladrão”, “frouxo” e “covarde”.

das instâncias jurídicas de uma organização tradicional, sua aplicação torna-se, ela própria, objeto de disputa nas redes. Contudo, tal engenharia mostra-se altamente coordenada e eficaz, como atestam os casos de isolamento político citados acima. Mesmo na ausência de estatutos formais, diretórios ou comissões de ética, a cadeia de fidelidade pune severamente a dissidência. Ativa-se um ecossistema de influenciadores, canais e moderadores de grupos aptos a direcionar o *party on the “cloud”* contra os rotulados como infiéis. Na dinâmica disciplinar, o binômio *saída-deslealdade* assume um caráter irredimível, configurando uma ruptura definitiva, sem margem para reintegração, na qual o dissidente termina sumariamente carimbado como traidor. Sob a ótica de Hirschman, o custo de deixar a organização é proibitivo.

No entanto, a lealdade a essa estrutura não se resume à submissão cega a sanções punitivas,⁶¹ como se os atores fossem meros reféns dos prejuízos práticos do afastamento, tais como o ostracismo, o desmantelamento de suas redes, a perda de financiamento e a exclusão do ecossistema bolsonarista. Ao resgatar Hirschman, argumenta-se que ser leal constitui, fundamentalmente, um salvo-conduto para mediar debates internos, articular interesses e processar dissensos rumo a novos consensos. Ou seja, a ativação da voz amparada pela lealdade, ao mesmo tempo que incita disputas, cria vínculos e organiza as alas insatisfeitas sem implodir o ecossistema. A expectativa de que a instituição melhore retém o membro contestador pelo tempo necessário para que ele intensifique o uso de sua voz, empenhando-se em solucionar a crise a partir de sua própria perspectiva, em articulação com

61. Como observado no relatório *Hackeando partidos*.

outros membros da malha digital, situados acima ou abaixo de sua posição hierárquica.

Em analogia com as legendas tradicionais, a cadeia de fidelidade opera de maneira semelhante às correntes e tendências internas, porém, estruturada em torno de uma disputa informal e digital pelo “*central office*”, tanto em âmbito local quanto nacional. Sob essa ótica, as tensões da lealdade convertem-se em um mecanismo de produção de consensos, na medida em que desestimulam a ruptura: em meio à crise, restam aos atores poucas opções além da ativação da voz. Todavia, diferentemente dos partidos institucionais – nos quais o dissenso se processa por meio de instâncias burocráticas como diretórios, convenções e conselhos –, no PDB a disputa transcorre sobretudo na arena pública das redes: em publicações, transmissões ao vivo, vídeos, cortes, stories, listas de transmissão de WhatsApp e canais de Telegram ou YouTube.

Cada ator que abre dissensos, a exemplo de Cleitinho, busca articular interesses para redirecionar os rumos internos da legenda de acordo com seu alcance, influência regional e posição na hierarquia, ao mesmo tempo em que reafirma seu pertencimento. Ao vocalizar insatisfações em um momento de crise, o senador não questionou a matriz ideológica do partido digital nem o vínculo com a base bolsonarista. Pelo contrário, ao disputar quem fala em nome do movimento e sob quais clivagens, ele cancelou sua inserção no ecossistema. Sob essa ótica, sua tentativa de demover a postulação de Eduardo mostrou-se eficaz na engrenagem da cadeia de fidelidade. Embora não tenha sido o único a adotar tal postura – e ainda que a candidatura de Eduardo não tenha ganhado tração, podendo, inclusive, ser interpretada como um mero balão de ensaio –, o episódio mostrou que as redes de lealdade se movimentaram e

canalizaram os dissensos, tanto pró quanto contra o deputado federal. Trata-se de um exemplo nítido de como a lealdade tensiona e articula o “*central office*” junto ao *party on the “cloud”*.

O Partido Digital Bolsonarista, embora possua uma natureza antipartidos por se declarar antissistema, não representa a negação da legenda política enquanto tal. Pelo contrário: seu desenvolvimento revela uma reconfiguração profunda das dinâmicas de coordenação e disciplina, além de abrir um canal expressivo para a manifestação das vozes em sua disputa interna. Configura-se, portanto, uma articulação interna relativamente estável, ainda que desprovida da institucionalização nos moldes clássicos. Neste capítulo, sustentamos que a categoria de cadeia de fidelidade, inspirada nas reflexões de Hirschman, estrutura tanto a coordenação política quanto o dissenso. A incorporação desse modelo conceitual oferece uma chave analítica para decifrar como os conflitos internos coexistem com a governança do movimento em ambientes marcados pela informalidade organizacional e pela mediação digital. Aqui, a lealdade é compreendida como uma expectativa racional de correção interna que ampara a disposição dos atores para investir politicamente por meio da voz. Essas cadeias operam como o mecanismo central do PDB porque conectam atores heterogêneos, organizam dissensos, propõem clivagens, testam hierarquias e produzem consensos à revelia de instâncias burocráticas. Servem de ponte, nos termos de Mair, entre o *party in public office*, o *party central office*, o *party on the ground* e o *party on the “cloud”*.

Evidentemente, as reflexões aqui propostas não esgotam as possibilidades de compreensão sobre a arquitetura do

bolsonarismo. A leitura desenvolvida alinha-se ao espírito de Peter Mair ao enfrentar o descompasso entre as transformações empíricas das organizações políticas e as ferramentas conceituais tradicionalmente mobilizados para decifrá-las. Constitui, pois, uma contribuição para desvelar a dinâmica interna dessa engrenagem digital. Sendo instrumentos teóricos ainda em construção, eles exigirão um esforço coletivo e interdisciplinar de refinamento crítico que possa, de algum modo, servir de subsídio para a salvaguarda democrática contra o autoritarismo no Brasil. Contudo, como esforço inicial, a inteligibilidade da organização interna do PDB em termos de uma cadeia de lealdade cumpre o papel de demonstrar que o fenômeno transcende o mero personalismo ou o resultado difuso de vínculos afetivos.

Bibliografia

HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

HIRSCHMAN, Albert O. *The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph*. Princeton: Princeton University Press, 2013 [1977].

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. *Democracy and the cartelization of political parties*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MAIR, Peter. Party organizations: from civil society to the state. In: KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (org.). *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*. London: SAGE Publications, 1994.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.

03

A coordenação do PDB nas redes

Carol Luck

Mércia Alves

Introdução

Este capítulo busca compreender como se produz a coordenação política em um arranjo que escapa às formas convencionais de organização partidária. Ele abre a sequência de análises empíricas dedicadas à dinâmica do Partido Digital Bolsonarista, partindo da coordenação para, em seguida, avançar sobre a disputa por hierarquia e as formas de lealdade que regulam esse campo. A análise se concentra no partido em seu modo de funcionamento, isto é, na maneira como diferentes atores atuam de modo convergente nas redes sociais, ainda que tal atuação não dependa de uma estrutura formal de comando.

Coordenação, aqui, designa a capacidade de se estabelecer uma direção comum entre atores distintos a partir da circulação de conteúdos, repertórios e sinais de posicionamento. Ela se torna observável quando perfis diferentes reagem às mesmas pautas, publicam em ritmos próximos, acionam enquadramentos compatíveis e ajustam sua presença aos custos políticos de cada contexto. Em períodos de baixa mobilização, tais aproximações

tendem a se diluir no fluxo ordinário de publicações. Nas janelas de alta pressão pública, ganham maior nitidez, porque cada gesto de adesão, silêncio ou deslocamento produz efeitos sobre a posição dos atores no partido digital.

Ao examinarmos semanas de intenso engajamento em 2024, mostramos como a coordenação se forma e ganha legibilidade no ambiente das plataformas. A hipótese que orienta a leitura é que o processo se produz de forma distribuída, por perfis que ocupam posições distintas na dinâmica de ativação digital, e se expressa em padrões recorrentes de foco de atenção, permanência de repertórios, compartilhamento de enquadramentos, sincronia temporal e formal, além de tentativas de se conter e estabilizar disputas pela interpretação pública das pautas.

A dinâmica das plataformas é central para compreendermos como tais padrões se estabilizam e se propagam. A circulação dos repertórios depende da gramática própria de cada ambiente, ou seja, dos modos específicos pelos quais os conteúdos são apresentados, distribuídos e reconhecidos publicamente. No Instagram, por exemplo, temas e sinais de pertencimento tendem a se estabilizar pela presença contínua dos perfis e pela recorrência de formas visuais reconhecíveis. Com isso, determinados enquadramentos se tornam familiares à audiência. Já no TikTok, o fluxo acelerado de postagens em formatos de alta replicabilidade intensifica a difusão rápida de pautas e posicionamentos. No YouTube, a sustentação por vídeo permite maior desenvolvimento narrativo, aprofundamento de assuntos e consolidação de autoridade, especialmente em produções mais longas voltadas à interpretação dos acontecimentos. O X, quando mobilizado, aparece associado à disputa de agenda, à reação imediata a eventos e à gestão seletiva da atenção. Em conjunto, essas plataformas modulam

a expressão da coordenação, fazendo com que os mesmos repertórios circulem com ritmos e formatos distintos conforme o ambiente em que são acionados.

Partindo da premissa de que o PDB é melhor compreendido como um processo em atualização contínua, o interesse recai sobre as variações de comando ao longo do tempo. Esse arranjo se organiza por combinações alteráveis de atuação entre os usuários, que participam do fluxo de informações com intensidades distintas. Em algumas janelas, a convergência aparece concentrada em determinados atores; em outras, depende de uma participação mais distribuída, sustentada por contas que mantêm temas em voga para além dos momentos de maior visibilidade. O que se observa é uma dinâmica desigual de ativação, com perfis de alta capacidade de amplificação e outros mais voltados à continuidade da difusão e ao reforço de narrativas já consolidadas.

Nesse contexto, a lealdade opera como um mecanismo de estabilização da conduta no interior do ecossistema digital. Ela organiza a forma como os agentes entram no fluxo de debates, reforçam sinais já reconhecidos pelo campo e modulam sua presença diante de pautas capazes de elevar o custo da dissonância. Em Hirschman (1970), a lealdade interfere na relação entre voz e saída porque prolonga o vínculo com uma organização mesmo quando há desacordo, permitindo que a divergência seja expressa internamente antes de se converter em ruptura.⁶² No caso do PDB, tal chave nos ajuda a entender como atores distintos preservam margem para disputar ênfases e calibrar seu desempenho, enquanto seguem alinhados aos conteúdos que sustentam a convergência observada nas janelas analisadas.

62. HIRSCHMAN, A. O. 1970. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

A análise toma como base quatro semanas de alta mobilização entre março e outubro de 2024 e mostra como diferentes padrões de coordenação são visíveis em situações diversas de pressão pública. Cada semana selecionada ancora um tipo de impacto político e comunicacional, reunindo acontecimentos que reorganizam rapidamente a atenção. Os gráficos a seguir são de elaboração própria, com base nos dados coletados pela equipe de pesquisa. Na primeira janela (14-20 de março), a agenda se estrutura em torno do tema da *saidinha*, debate que costuma condensar a clivagem entre endurecimento penal e ressocialização. Por envolver segurança pública e punição, trata-se de um tópico altamente polarizável, que eleva a exigência de posicionamento e favorece a aproximação entre perfis em torno de repertórios compartilhados.

Na segunda semana (12-18 de junho), a pressão decorre da controvérsia associada ao chamado *PL antiaborto*. O assunto atravessa religião, direitos reprodutivos e conflito institucional, mobilizando posições de forte marcação moral e intensificando a disputa por enquadramento. Nesse contexto, a variação na incidência do tema entre perfis demonstrou diferenças de ênfase sem desfazer a tentativa de alinhamento coletivo. O caso também evidencia que os padrões de coordenação nem sempre se estabilizam de forma imediata, tornando visíveis momentos de ajuste e acomodação.

A terceira janela (9-15 de agosto) captura o deslocamento do foco público provocado pela ascensão de Pablo Marçal, ator externo ao circuito parlamentar tradicional e com alta tração digital naquele momento. Mais do que o conteúdo específico de sua intervenção, importa aqui o efeito de reorganização da atenção produzido por sua entrada no ecossistema. Nessa situação, a ausência de amplificação por parte de alguns perfis torna-se tão relevante quanto a adesão, permitindo observar como a coordenação

também pode operar pela contenção, pelo ajuste da presença e na preservação dos repertórios que estruturam o PDB.

A quarta janela (de 30 de setembro a 5 de outubro), imediatamente anterior ao pleito municipal, corresponde a um momento de intensificação da disputa por visibilidade, no qual a proximidade do voto eleva o custo da dissonância e favorece a repetição de discursos mais seguros, ao mesmo tempo em que reduz a incidência de temas capazes de produzir dispersão. No plano institucional, as eleições municipais combinam disputa local e difusão de pautas para todo o país, ampliando a relevância de lideranças de projeção nacional na centralização do debate, que, ao endossarem candidaturas e atuarem nas redes, funcionam como vetores de sinalização e amplificação. No contexto eleitoral, a comunicação digital ajuda a estabilizar pertencimentos e orientar a propagação de linguagens comuns em um ambiente de maior custo político. A coordenação aparece como ajuste ao cenário: os perfis tendem a privilegiar pautas de maior tração e a evitar assuntos que possam fragmentar a audiência.

Para nossa análise, foram selecionados perfis nas redes sociais de deputadas e deputados federais que exerciam o mandato em 2024 com atuação recorrente no ecossistema digital bolsonarista: Eduardo Bolsonaro (São Paulo), Nikolas Ferreira (Minas Gerais), Bia Kicis (Distrito Federal), Caroline de Toni (Santa Catarina), Chris Tonietto (Rio de Janeiro), André Fernandes (Ceará), Abílio Brunini (Mato Grosso) e Gustavo Gayer (Goiás). A observação sistemática desse conjunto opera como recorte analítico. Ela permite acompanhar variações de discursos e formas de participação no debate ao longo do tempo, preservando o caráter aberto da definição de pertencimento. Como estratégia de qualificação do recorte, foram incluídos dois perfis adicionais, que servem como referência de comparação: Antônio Carlos Rodrigues (São

Paulo) e Josimar Maranhãozinho (Maranhão), ambos vinculados ao PL no período analisado. A presença desses casos permite distinguir a filiação ao partido formal da participação efetiva no PDB, já que estar no PL não basta para integrar o partido digital; o pertencimento ao PDB se observa pela forma de atuação no ambiente das plataformas, pela intensidade do fluxo de postagens e pela participação nos repertórios que organizam o campo bolsonarista digital. O contraste entre esses parlamentares e os perfis de alta intensidade digital torna mais visível tal diferença, ao mostrar que a estrutura institucional do PL e o circuito de difusão do PDB se sobrepõem em parte, mas não se confundem.

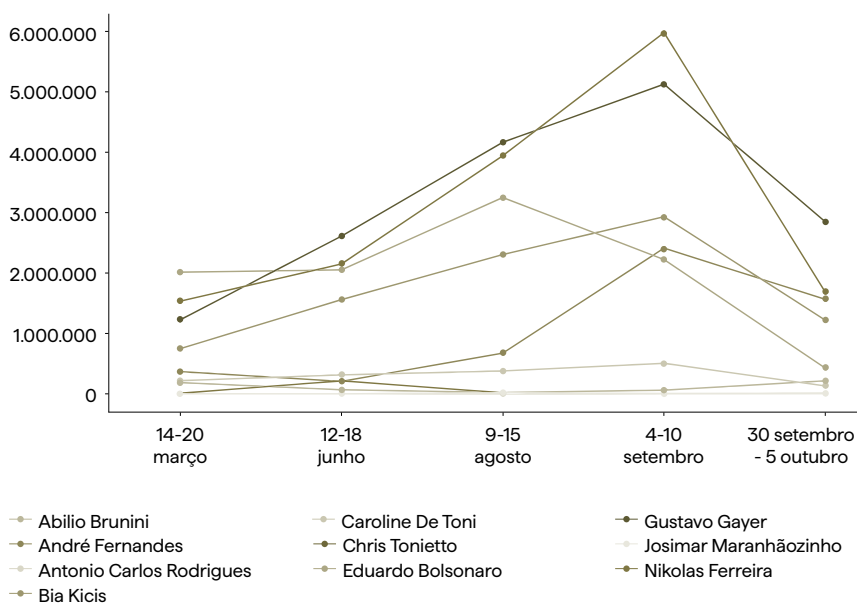
Os casos selecionados não esgotam o conjunto de atores que compõem o arranjo, tampouco constituem uma lista fechada, visto que a configuração não possui fronteiras organizacionais estáveis. O recorte prioriza a observação de formas de atuação em circulação, permitindo acompanhar como a coordenação se produz a partir de combinações variáveis de contas e ganha maior visibilidade em momentos de pressão pública. Nesse sentido, o interesse recai menos sobre a identificação de atores isolados e mais sobre a contribuição diferenciada de cada parlamentar para a dinâmica observada. Ao privilegiar tal perspectiva, torna-se possível captar a coordenação como processo distribuído, no qual a convergência emerge da interação entre os perfis.

Mobilização e engajamento em contexto de pressão pública

A análise das semanas de alta mobilização mostra quando a coordenação se torna mais visível e sob quais condições se

intensifica. Em momentos de maior tensão pública, a atuação dos perfis revela com mais nitidez a aproximação entre pautas, ritmos de publicação e formas de gestão da visibilidade. É nesse deslocamento, da circulação ordinária para situações críticas, que se torna possível compreender como o PDB organiza sua presença digital quando cada movimento de fala, amplificação ou silêncio produz efeitos políticos.

Gráfico 1. Engajamento total por semana



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

A variação do engajamento ao longo das semanas mostra como a intensidade da difusão se distribui entre os perfis em contextos distintos. Em vez de um padrão estável, o que se observa são oscilações que acompanham momentos de maior pressão

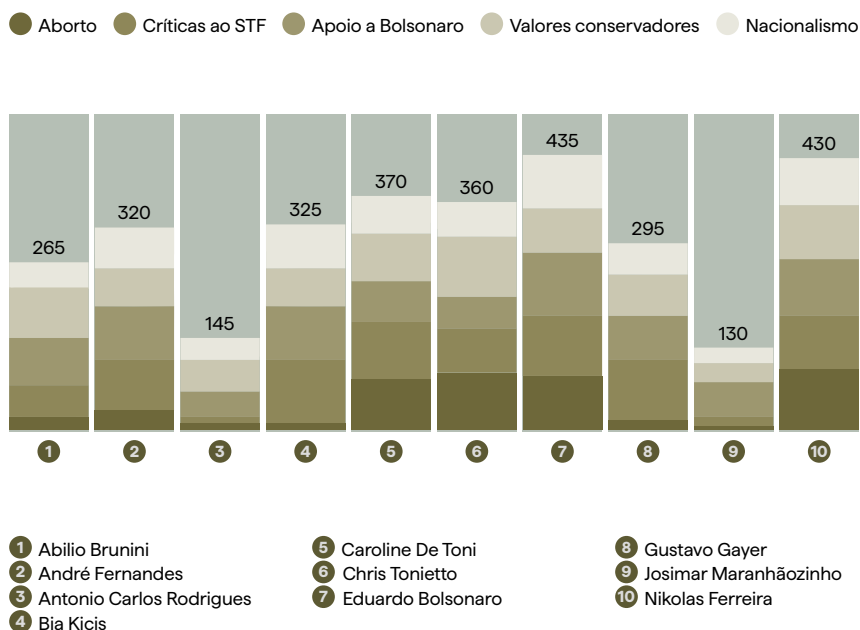
pública, com aumentos concentrados em determinadas janelas e reconfiguração da atenção entre os atores. Tais variações indicam que os padrões de coordenação se sustentam pela repetição contínua dos repertórios e pela capacidade de intensificar o fluxo em períodos específicos. A inclusão de perfis de controle permite qualificar a leitura, evidenciando que as oscilações não se manifestam de forma homogênea entre todos os atores, mas se concentram naqueles mais integrados aos circuitos de propagação observados.

A diferença torna-se visível na baixa intensidade e menor concentração temática de suas publicações, que se mantêm abaixo das demais contas ao longo dos temas considerados. Tal contraste aponta para uma forma distinta de inserção, na qual a difusão de narrativas compartilhadas aparece de maneira menos sistemática. Nos casos de controle, a atividade reduzida também se expressa na ausência de picos coordenados de engajamento, o que aponta para uma participação menos articulada aos momentos de intensificação do fluxo. Assim, a presença desses casos reforça a leitura de que a coordenação observada entre os demais perfis se sustenta por padrões específicos de atuação no ecossistema digital, que não se reproduzem de forma equivalente em outros segmentos do campo político.

A análise focaliza a distribuição temática entre as contas no recorte considerado e mostra como diferentes atores acionam repertórios semelhantes em proporções distintas. Os dados correspondem ao período total de coleta, organizado em recortes semanais distribuídos ao longo do tempo. O gráfico evidencia a composição dos conteúdos mobilizados por cada parlamentar ao longo do intervalo analisado, com recorrência de referências associadas à segurança pública, ao STF, a Bolsonaro e a valores conservadores. Os dados revelam

também a distribuição relativamente convergente desses temas entre os perfis. Tal composição aponta para um padrão de articulação sustentado pela compatibilidade entre narrativas e pela repetição de enquadramentos compartilhados. Ele aparece de forma mais sistemática entre os deputados digitais que compõem o recorte principal do PDB do que entre os casos incluídos como referência de comparação. Portanto, a coordenação não depende de uniformidade absoluta, mas da manutenção de uma base comum de referências que organiza a difusão e orienta a atuação dos emissores no ecossistema digital.

Gráfico 2. Distribuição temática das publicações por perfil no período de coleta



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

Os dados consolidados revelam a distribuição dos temas mobilizados pelas contas analisadas ao longo do intervalo de coleta, tomando como base o volume de postagens publicadas nas redes sociais. Cada barra representa um parlamentar e indica a quantidade de publicações associadas a categorias como aborto, críticas ao STF, apoio a Bolsonaro, valores conservadores e nacionalismo. O mapeamento, que abrange o conjunto das semanas selecionadas em 2024, permite observar o perfil de conteúdo das postagens e a frequência de narrativas comuns no ecossistema digital.

A leitura integrada mostra a presença constante de um bloco relativamente estável de temas que atravessa diferentes atores e organiza a difusão de conteúdos no período. Tais agendas identitárias aparecem de forma reiterada, com variações de intensidade entre os perfis. A afinidade entre repertórios torna previsível o que conta como posicionamento legítimo no campo bolsonarista digital. Como resultado, a distribuição das agendas dos parlamentares se mantém próxima apesar das diferenças de ênfase, e a convergência observada se apoia na permanência de referências compartilhadas.

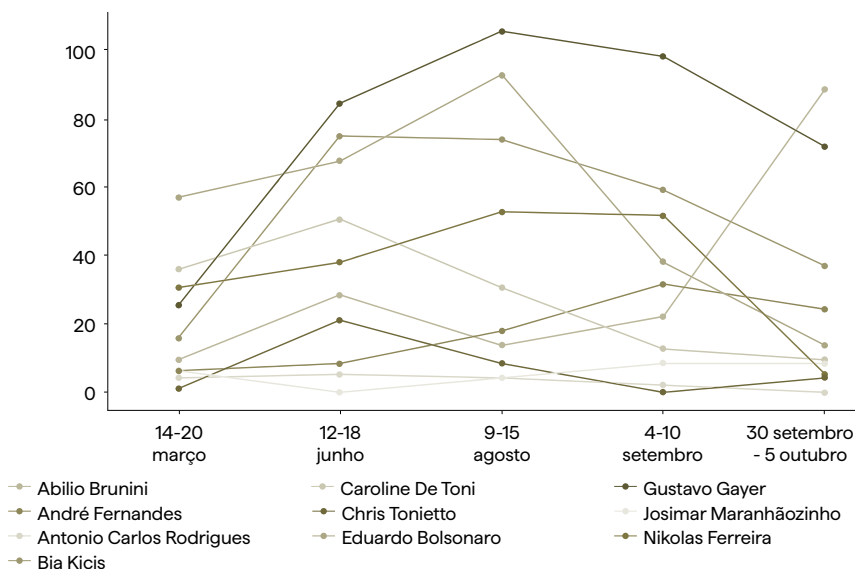
Ao concentrar atenção em um bloco limitado de pautas, o período também indica uma redução da dispersão temática, o que ajuda a estabilizar prioridades e orientar a atuação das contas. É nesse registro que a articulação se torna mais visível: diferentes atores operam em uma direção comum por meio da reiteração de referências reconhecíveis. O alinhamento delimita o campo do debate e organiza a interpretação dos acontecimentos, permitindo que a coordenação se sustente pela difusão contínua de narrativas comuns.

Variações na intensidade e no desempenho das publicações

O volume de publicações e o desempenho dos conteúdos variam de forma significativa entre os perfis e revelam diferenças na intensidade com que os posicionamentos são difundidos no ecossistema. Tal variação nos ajuda a compreender como a coesão se sustenta entre atores que participam da propagação em condições desiguais, combinando presença contínua e potencial concentrado de gerar resposta em momentos específicos. A aptidão para impulsionar a atenção indica força de ativação da audiência, expressa na faculdade de produção de engajamento em uma janela determinada, devendo ser lida como dimensão situada da coordenação, distinta da posição hierárquica do ator no interior do PDB.



Gráfico 3. Total de posts por semana

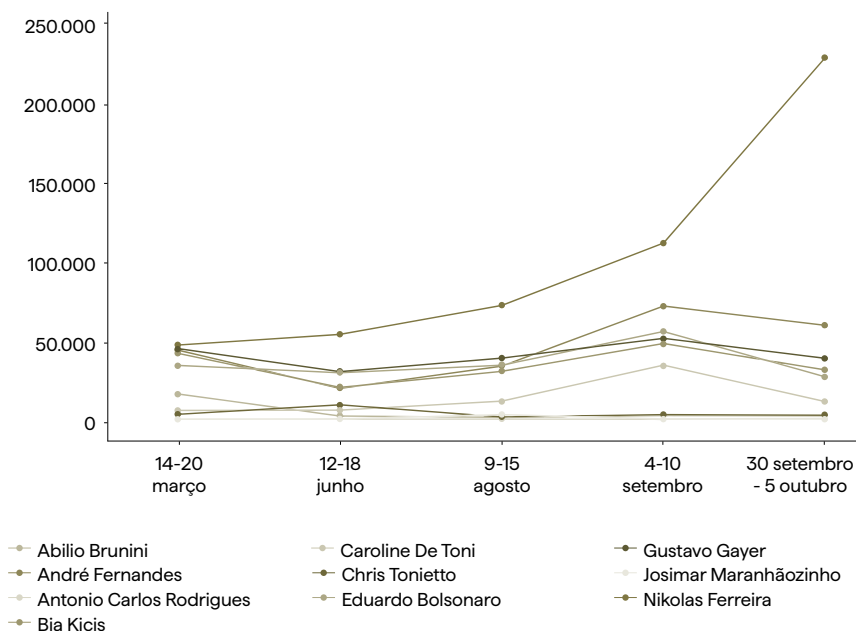


Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

A frequência das publicações mostra quais perfis mantêm atividade contínua. Essa constância reforça a repetição dos repertórios e sua permanência para além dos picos de visibilidade, funcionando como evidência de sincronia por continuidade e sustentação. Os dados revelam variações importantes no fluxo de postagens, com algumas contas concentrando maior esforço em momentos específicos, o que alavanca a difusão em determinadas janelas. Tal regularidade funciona como condição que favorece a estabilização de referências, na medida em que aumenta o ritmo com que certos temas surgem e se tornam reconhecíveis. Gustavo Gayer apresenta a maior densidade de postagens, desempenhando papel relevante na sustentação contínua da propagação. Abílio

Brunini adensa sua atuação no final do período, sinal de ativação concentrada em uma conjuntura específica.

Gráfico 4. Engajamento médio por semana



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

A evolução do engajamento médio detalha o rendimento das publicações realizadas no Instagram pelas contas analisadas em cada uma das semanas selecionadas. Cada ponto mapeia a média de interações por postagem no período considerado, permitindo comparar o potencial de reação gerado pelos conteúdos em diferentes momentos. O cálculo foi estruturado a partir do total de curtidas, comentários e compartilhamentos agregados por inserção e, posteriormente, distribuído ao longo

do cronograma observado. O panorama evidencia, assim, a variação na eficiência real de cada ator dentro do ecossistema.

Tal variação confirma que o impacto nas redes não está condicionado ao volume bruto de postagens. Contas com menor atividade quantitativa podem registrar um retorno elevado por conteúdo, com oscilações expressivas na recepção do público ao longo das semanas. Esse padrão sugere que a difusão depende criticamente da forma como os repertórios são acionados, fator que amplifica a visibilidade de certas pautas em conjunturas específicas. Destaca-se o desempenho de Nikolas Ferreira, que apresenta crescimento contínuo no engajamento médio e concentra os patamares mais altos na reta final do intervalo. O fenômeno aponta para uma forte potência de ativação por mensagem. Em contraste, os casos de controle mantêm índices baixos e lineares, o que reforça sua posição periférica nos fluxos de propagação analisados.

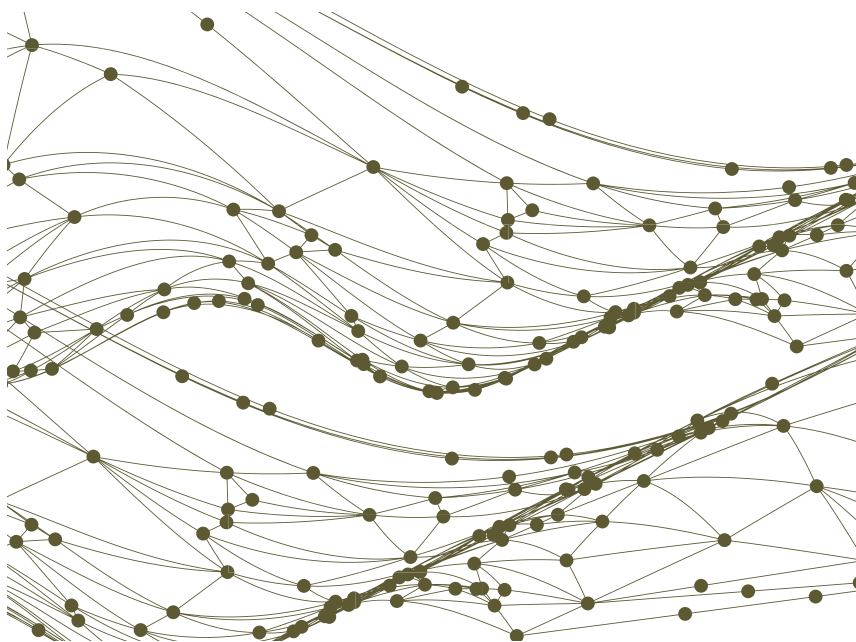
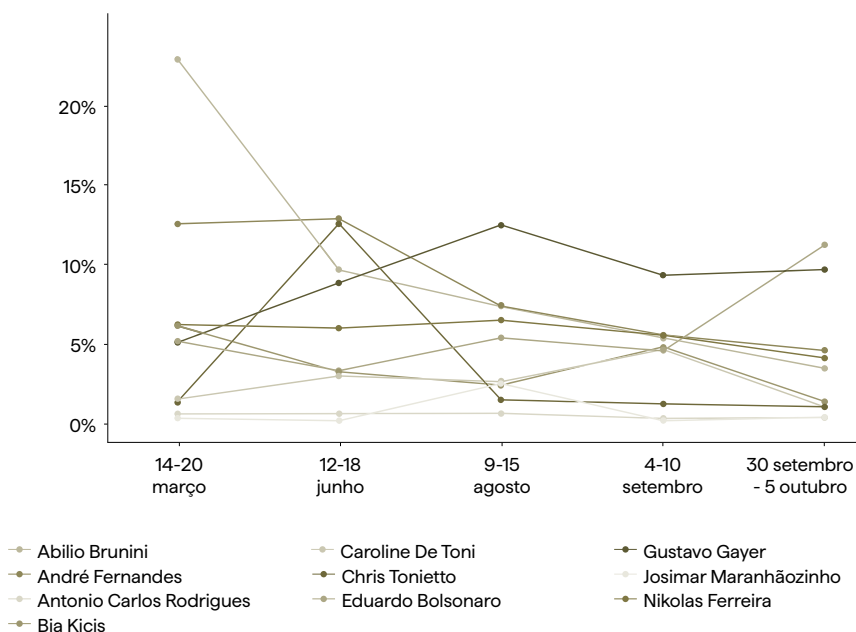


Gráfico 5. Taxa de engajamento por semana



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

O comportamento da taxa de engajamento pondera o rendimento das publicações realizadas no Instagram pelas contas analisadas em cada uma das semanas selecionadas. Cada ponto corresponde à proporção de interações em relação à base adotada, permitindo compararmos a intensidade relativa da resposta da audiência ao longo do tempo. Esse indicador qualifica a relação entre o tamanho do público e a capacidade de resposta a partir dos dados observados, demonstrando que a coordenação também se sustenta por níveis distintos de engajamento. As variações entre os emissores indicam diferenças na intensidade da ativação, sem alterar o padrão geral de propagação dos repertórios.

Os dados revelam flutuações relevantes na distribuição temporal da ativação. Abilio Brunini concentra as maiores taxas no início do período, enquanto Gustavo Gayer mantém níveis mais estáveis ao longo das semanas. Eduardo Bolsonaro, por sua vez, apresenta aumento no final, o que caracteriza outra forma de ativação no tempo. Em contrapartida, as contas que servem como casos de controle permanecem lineares e próximas ao patamar zero de reatividade durante todo o intervalo.

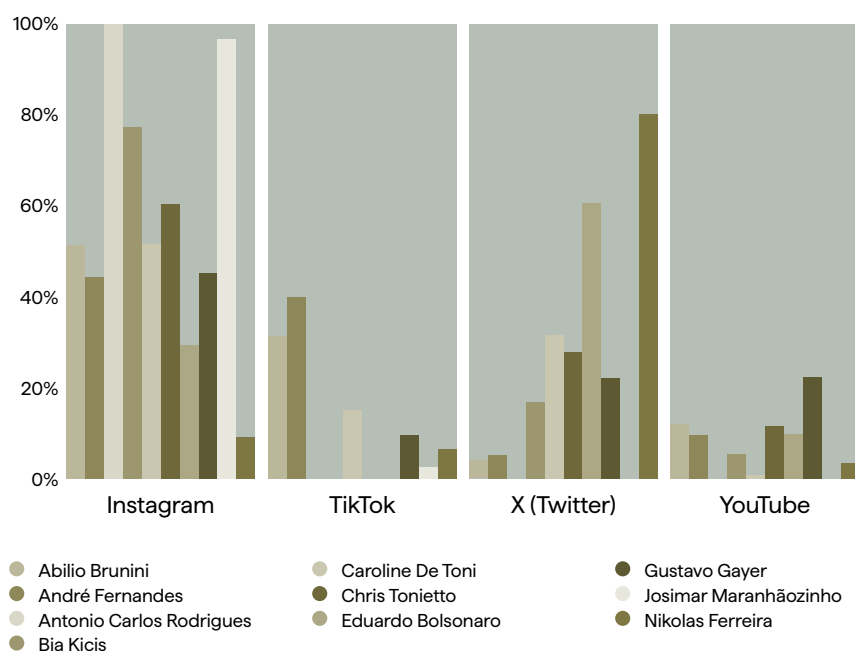
Tomados em conjunto, os dados indicam que a coordenação observada se sustenta na compatibilidade entre níveis de presença, desempenho e mobilização identificados empiricamente, os quais, mesmo variando, mantêm a difusão das mesmas pautas. Esse achado sugere que a articulação se organiza por posições complementares na dinâmica de rede, na qual diferentes atores contribuem de maneiras distintas para sustentar o fluxo.

Engajamento como mediação e proximidade

Em ambientes digitais, a mediação se organiza pela relação entre os perfis e seus públicos ativos, sendo atravessada pelos formatos que estruturam a propagação. O engajamento, nesse contexto, opera como sinal de aderência e potencial de gerar vínculos, indicando como a proximidade é construída por meio da linguagem, da repetição e da presença contínua. Os atores que performam de forma mais consistente em termos de engajamento médio e força de ativação da audiência revelam modos distintos de construção desse laço, associados à adequação aos formatos e à aptidão para mobilizar narrativas reconhecíveis.

A fim de tornar tal dinâmica observável, a análise parte da distribuição de seguidores por rede, dado que explicita a infraestrutura de público sobre a qual a mediação ocorre. O recorte indica onde cada parlamentar concentra sua base potencial e como diferentes ecossistemas organizam condições de visibilidade e interação. Trata-se de um ponto de partida analítico que permite qualificar, nas seções seguintes, as variações de engajamento, distinguindo capilaridade de público, seletividade de canal e os custos de produção de vínculo em cada espaço. O indicador percentual reflete a proporção de seguidores de um determinado ator em cada rede em relação à sua audiência total somada.

Gráfico 6. Percentual de seguidores por plataforma



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

O mapeamento da distribuição de seguidores por plataforma funciona como um retrato da infraestrutura de público disponível para cada parlamentar, qualificando a dinâmica de mediação e proximidade antes mesmo da análise de desempenho. O padrão mais saliente é a predominância do Instagram como principal repositório de audiência para a maioria das contas, fato que se vincula à centralidade do audiovisual curto e à exposição contínua na disputa por atenção. Essa concentração favorece a reprodução de formatos e a difusão de discursos com maior previsibilidade, contribuindo para solidificar as referências comuns no ecossistema.

Ao mesmo tempo, o gráfico evidencia assimetrias relevantes entre os parlamentares. Bia Kicis e Caroline de Toni apresentam maior peso relativo no X (antigo Twitter), indicando uma atuação orientada à disputa de agenda e à reação em tempo real; Gustavo Gayer concentra presença mais significativa no YouTube, dinâmica que sugere investimento em formatos longos e na construção de continuidade narrativa. Já o TikTok aparece com participação reduzida na maioria dos casos, embora assuma forte centralidade para atores específicos do ecossistema. Tal variação indica que a coordenação se sustenta em uma presença distribuída entre plataformas, na qual diferentes emissores reúnem potenciais de circulação em ambientes distintos. Em termos analíticos, o cenário nos ajuda a identificar em que canal cada conta tem maior aptidão para produzir vínculo com sua audiência e como essa diferença condiciona sua forma de participação no ambiente online.

Semanas de mobilização

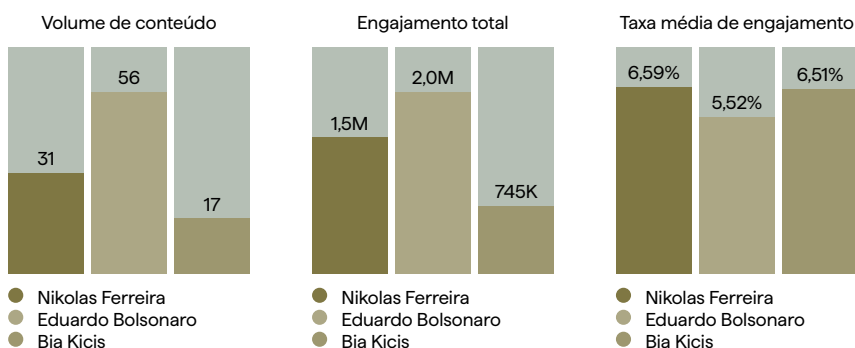
A análise das semanas selecionadas acompanha como a sincronia se expressa em situações concretas, nas quais a atuação dos perfis se intensifica e se torna mais visível. Cada janela evidencia uma combinação específica dos padrões apresentados na introdução deste capítulo. No debate sobre a *saidinha*, a articulação aparece pela intensificação da atenção e pela continuidade e sustentação de narrativas em torno da segurança pública. No PL antiaborto, ela se organiza pelo acionamento de enquadramentos comuns e por processos de tentativa e erro diante de uma mobilização concorrente. Na ascensão de Pablo Marçal, ganha centralidade a estratégia por silêncio, expressa na contenção e na baixa amplificação de um ator externo de alta tração. Na semana eleitoral, o arranjo associa ativação digital, sustentação de pautas e disputa por apoio no período imediatamente anterior ao voto. Assim, a análise privilegia a observação situada dessas variações, mantendo o foco nos modos pelos quais a coordenação se torna legível em cada contexto.

PL da ‘Saidinha’

A primeira janela de mobilização mostra como o alinhamento estratégico se manifesta sob pressão pública, quando a convergência de pautas se combina ao adensamento do fluxo de postagens. Nesse contexto, o interesse recai sobre como o volume de publicações, o engajamento total e a taxa média de envolvimento se articulam para produzir visibilidade e

orientar a atenção no ambiente digital. Mais do que identificar desempenhos isolados, trata-se de observar como diferentes contas operam de forma complementar na ativação de narrativas comuns.

Gráfico 7. PL da ‘Saidinha’ (14 a 20 de março de 2024)



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

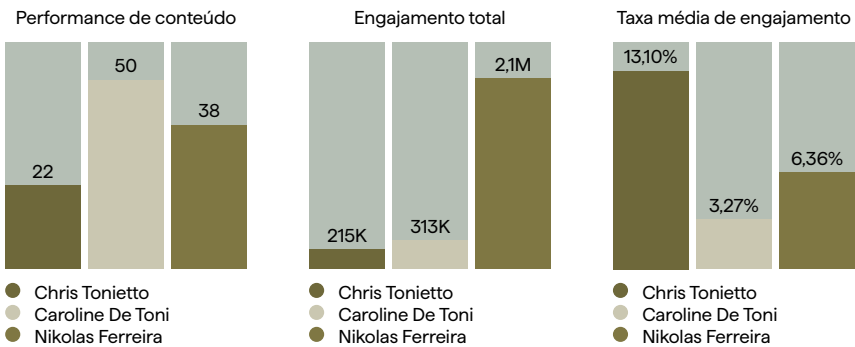
Os dados revelam variações relevantes entre os perfis, indicando que a circulação se sustenta pela combinação entre presença contínua e capacidade de reter atenção. Eduardo Bolsonaro registra o maior volume de publicações e também centraliza o engajamento total, sinal de sua habilidade em mobilizar a audiência em escala. Nikolas Ferreira, mesmo com menor volume, mantém um patamar elevado de engajamento total e alta taxa média, o que aponta para uma eficiência superior na ativação por postagem. Já Bia Kicis, com volume intermediário, exibe taxa média elevada, sinal de consistência na resposta do público. Observamos, assim, que a rede se organiza pela articulação de perfis que operam com lógicas distintas, em uma distribuição funcional da circulação, na

qual diferentes formas de atuação contribuem para sustentar o alinhamento estratégico sob pressão pública.

PL antiaborto

A segunda janela de mobilização nos permite observar como a coordenação se reorganiza em um contexto de forte marcação moral e disputa de enquadramento. Aqui, o interesse recai sobre o modo como diferentes perfis ativam narrativas sob maior pressão temática, alternando a intensidade de presença e o potencial de reação da audiência. Essa janela serve como exemplo de que o arranjo coletivo nem sempre se estabiliza como o esperado, tornando visíveis processos de tentativa e erro na disputa pela atenção pública. O foco desloca-se para a dinâmica em que o fluxo de postagens se intensifica a partir de diferentes estratégias de atuação, sem desfazer o esforço de sincronia entre os atores.

Gráfico 8. PL Antiaborto (12 a 18 de junho de 2024)



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

No gráfico, é clara a distribuição assimétrica entre os atores, indicando diferentes formas de ativação. Caroline de Toni registra maior volume de publicações, sinal de atuação mais intensa na sustentação da matriz temática. Nikolas Ferreira lidera em engajamento total, com atividade quantitativa inferior, o que aponta para forte potência para mobilizar a atenção em escala. Chris Tonietto, com menor inserção absoluta e menor retorno total, exibe a maior taxa média de engajamento, sinal de elevada eficiência por publicação. O resultado reforça a leitura de que o alinhamento estratégico se sustenta por modos distintos de participação na difusão, com contas que intensificam o debate por frequência e outras que operam com maior aptidão para gerar resposta por conteúdo. Portanto, a ativação das narrativas ocorre com variações na força da atuação, indicando um processo de experimentação na disputa pela organização do interesse público. A convergência entre os perfis analisados se mantém, mas não consegue se impor como leitura dominante do acontecimento.

No plano discursivo, os parlamentares observados ativaram um vocabulário moral convergente em torno da defesa da vida e da denúncia do aborto como violência contra bebês. O fenômeno, manifesto em datas próximas e sob registro retórico semelhante, configura um esforço de sincronia temática, permitindo a observação do alinhamento por experimentação: os emissores acionam narrativas comuns e testam sua aptidão para organizar a interpretação pública do episódio. Contudo, houve limites quando a reação digital do campo progressista passou a nomear o projeto como *PL do Estupro*, especialmente no Instagram e no X. O contra-ataque deslocou a disputa para os efeitos concretos do projeto sobre meninas e mulheres vítimas de violência sexual, enfraquecendo a potência das lideranças do PDB para sustentar o debate apenas pelo viés da defesa da vida. Ao alterar

o foco moral da discussão, a resposta articulada reorganizou as condições de visibilidade, elevou os custos para a ativação de enquadramentos alternativos e reduziu a força do bloco para se impor como referência dominante no fluxo. O episódio tornou visível uma dimensão importante da articulação digital: sua robustez interna pode conviver com uma baixa capacidade de pautar o debate público mais amplo quando uma mobilização concorrente arrasta o tema para um terreno menos favorável ao seu enquadramento.

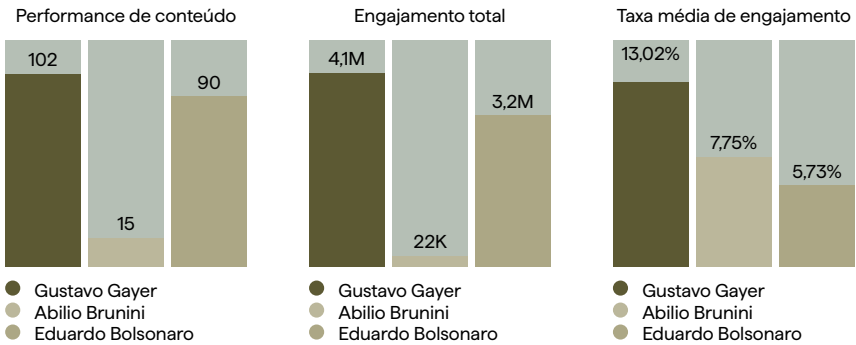
Ascensão de Pablo Marçal

A terceira janela de mobilização revela como a coordenação do PDB se ajustou diante da reorganização do interesse público provocada pela ascensão de Pablo Marçal, cuja entrada na disputa municipal foi marcada por intensa repercussão digital, introduzindo um polo de visibilidade externo ao circuito parlamentar bolsonarista. Sob essa perspectiva, a análise recai sobre a forma pela qual os deputados observados reagiram ao deslocamento: a sincronia se manifesta tanto no investimento em fluxos alternativos quanto na deliberada contenção de um ator capaz de disputar audiência com lideranças já estabilizadas no campo.

Importa destacar que os indicadores de volume de postagens e engajamento apresentados no Gráfico 9 não se referem especificamente a conteúdos sobre Pablo Marçal, mas à difusão geral no período. O cenário permite observar a coordenação por silêncio, visto que, apesar da centralidade algorítmica do influenciador no ambiente online, a incidência de menções diretas entre os emissores mapeados permanece baixa,

impedindo que sua presença se converta em eixo dominante da atividade na rede.

Gráfico 9. Ascensão de Pablo Marçal (9 a 15 de agosto de 2024)



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

Os dados mostram uma concentração expressiva de atenção em torno de Gustavo Gayer, que reúne o maior volume de publicações, além de liderar no engajamento total e na taxa média de interações. O acúmulo simultâneo de presença e desempenho aponta para uma capacidade ampliada de o parlamentar capitanear o fluxo naquele momento específico. Eduardo Bolsonaro mantém volume e engajamento elevados, ainda que com menor taxa média, em uma atuação relevante para a sustentação do ecossistema de conteúdos. Abilio Brunini, com menor volume e engajamento total, exibe taxa média intermediária, sinal de uma ativação pontual, mas com capacidade de resposta.

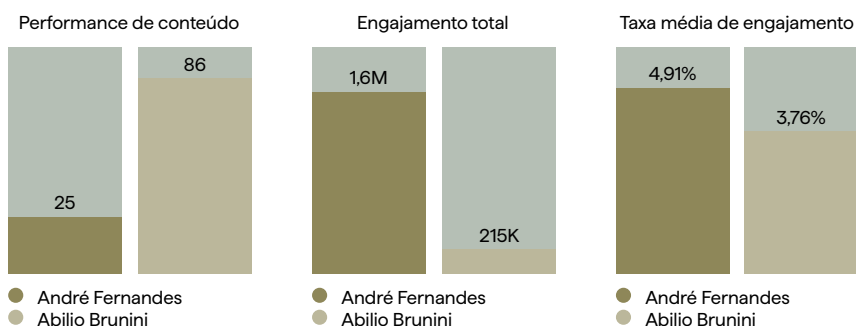
O cenário revela uma reorganização assimétrica do interesse público, na qual um perfil centraliza a ativação enquanto outros

contribuem para a continuidade do alcance. A coordenação se sustenta, assim, pela articulação entre diferentes níveis de intensidade, permitindo acomodar variações sem desfazer a orientação comum da rede em determinada janela.

Eleições municipais

Na quarta janela de mobilização, fica claro como a estratégia do PDB se organiza em momentos de intensificação da disputa por atenção, nos quais a proximidade do pleito eleva o custo das escolhas de difusão. Nesse contexto, o interesse recai sobre o vínculo entre a presença digital e a capacidade de ativação no período imediatamente anterior ao voto. O foco expande-se, portanto, para o binômio intensidade de publicação e retorno em engajamento, inserido em um ecossistema mais competitivo e sensível ao desempenho.

Gráfico 10. Eleições municipais



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

Ao analisarmos os dados, observamos uma inversão relevante entre volume e concentração de atenção. Abilio Brunini apresenta maior volume de publicações, sinal de forte atividade no período, enquanto André Fernandes, mesmo com menor volume, concentra o maior engajamento total e a maior taxa média. O contraste sugere que, sob alta pressão, a capacidade de ativação por conteúdo é mais decisiva do que a intensidade da presença isolada. Na combinação observada, percebemos que o alinhamento estratégico se sustenta pela articulação entre atores que operam com meios distintos, ajustando visibilidade e desempenho conforme as condições do ambiente. Assim, o fluxo se organiza por compatibilidade entre formas de ação, permitindo que perfis com níveis variados de exposição e resposta sustentem a rede em um momento de acirrada disputa por atenção.

Considerações finais

As evidências apresentadas ao longo deste capítulo revelam que a coordenação no interior do PDB é resultado de um ajuste contínuo da legenda às condições do ambiente digital. Nas janelas analisadas, tal direcionamento torna-se visível na aproximação entre repertórios e ritmos de publicação, com diferentes contas ocupando funções distintas na circulação. Ao compararmos as atitudes dos atores, notamos que o funcionamento se apoia em referências recorrentes e sinais de pertencimento capazes de orientar a conduta no campo bolsonarista online. A variação do engajamento, lida em conjunto com a distribuição temática e com os dados de volume e desempenho, sinaliza que a atuação estratégica comporta

diferenças relevantes entre os canais. A inclusão dos casos de controle reforça esse ponto: tais páginas apresentam inserção menos intensa na circulação e menor articulação com os momentos de maior mobilização, evidenciando o caráter específico da prática que sustenta o Partido Digital Bolsonarista.

A análise das semanas de mobilização expõe com nitidez o funcionamento da legenda, pois acompanha a atualização da frente tática em contextos específicos. Em cada janela, as contas participam da circulação de maneira desigual: algumas ganham centralidade pela capacidade de concentrar a atenção, enquanto outras contribuem para manter repertórios ativos após o pico de engajamento. Tal distribuição permite que a dinâmica se sustente mesmo quando as ações dos atores apresentam níveis distintos de projeção e resposta pública.

Os padrões observados ao longo do capítulo mostram que a coordenação do PDB se manifesta de formas combinadas. Intensificação da atenção, continuidade e sustentação, repertórios compartilhados, sincronia temporal e estética,⁶³ silêncio diante de atores externos e mecanismos de tentativa e erro compõem modos distintos de estruturação da presença digital. Em alguns casos, a dinâmica ganha materialidade em evidências concretas, especialmente na semelhança visual entre postagens e na concentração temporal das publicações.

As evidências indicam que o direcionamento da legenda resulta de uma dinâmica de estabilização sempre sujeita a limites. O caso do *PL Antiaborto* ilustra como a ativação de repertórios comuns encontra resistência quando uma contra-mobilização se impõe como leitura dominante da pauta. A semana de Pablo

63. Ver o capítulo 5 deste livro, de autoria de Carol Luck e Mércia Alves.

Marçal, por sua vez, evidencia que tal direcionamento também envolve contenção, silêncio e gestão de risco.

Dessa flexibilidade estrutural decorre o fato de que o funcionamento do PDB se articula a uma relação particular com a institucionalidade partidária. Se, por um lado, o partido permanece como espaço formal de filiação, disputa eleitoral e exercício do mandato, por outro, a organização cotidiana da ação política se desloca para o ambiente das plataformas. Em tal ecossistema, a mediação se estrutura pela relação direta com públicos e pela circulação contínua de conteúdos – contexto no qual os padrões de alinhamento não derivam prioritariamente da disciplina partidária formal, mas da estabilização de narrativas e da modulação da presença digital que orientam a atuação dos perfis. Por isso, as bancadas não se posicionam de maneira uniforme, nem suas postagens obtêm o mesmo engajamento. Como vimos, diferentes deputados se destacam a depender da pauta da semana, aproximando-se dos temas mais caros às suas respectivas *cyberbases*.

As plataformas, nesse sentido, não produzem a coordenação, mas modulam a forma como os padrões se tornam visíveis, circulam e se estabilizam, exigindo uma capacidade constante de ajuste às suas gramáticas específicas. No cenário brasileiro, marcado pela fragmentação partidária e pelo presidencialismo de coalizão, tal deslocamento se torna ainda mais evidente: a comunicação digital reorganiza o conflito e oferece dinâmicas de pertencimento capazes de sustentar o alinhamento político mesmo na ausência de mecanismos burocráticos tradicionais.

Por fim, é importante destacar que a ausência de comando centralizado não implica ausência de estrutura. O direcionamento mapeado se organiza pela distribuição desigual

de capacidades entre as contas; algumas concentram atenção em janelas específicas, enquanto outras sustentam a difusão e reforçam repertórios já estabilizados. Tal arranjo permite a compreensão do alinhamento estratégico como condição de funcionamento do PDB e como base para formas mais exigentes de regulação da participação. A partir desse ponto, a análise pode avançar para o capítulo seguinte, dedicado às disputas por hierarquia e aos momentos em que a lealdade passa a ser testada de maneira mais explícita.

Bibliografia

HIRSCHMAN, Albert. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1970.

04

Quem manda no PDB?

Carol Luck

Mércia Alves

Introdução

Coordenação e conflito são as duas faces da mesma moeda. O capítulo anterior mostrou a primeira: como o Partido Digital Bolsonarista produz convergência de pautas e organiza a circulação da atenção sem depender de comando centralizado. Este capítulo desloca o foco para a segunda. A análise acompanha situações em que a harmonia construída pelo PDB encontra seus próprios limites. Quando os atores divergem sobre a linha a seguir, a coordenação deixa de aparecer como resultado acabado e passa a revelar as disputas que a sustentam. É nesses momentos que a hierarquia da legenda se torna mais legível: o conflito mostra quais lideranças conseguem orientar o campo, quais precisam negociar sua posição e quais perdem força quando deixam de produzir adesão.

Como foi argumentado à luz de Manin (1995; 2013), trata-se da reconfiguração dos partidos e de suas estruturas institucionais historicamente consolidadas. O PDB evidencia tal deslocamento ao processar embates e selecionar figuras centrais por mecanismos que escapam às formas tradicionais,

mas que cumprem funções equivalentes, operando por meio de dinâmicas próprias do ambiente online.

A pergunta que dá título ao capítulo orienta a leitura e define o problema que a análise busca resolver. Os episódios aqui selecionados mostram que os níveis de comando do partido digital se formam em disputas públicas e se redistribuem continuamente, tornando visível como posições de centralidade se constituem no interior da organização. O que se observa é um arranjo estrutural em que a força política se origina na relação entre atores, circula por diferentes pontos da rede e se estabiliza de maneira contingente a cada contexto analisado. Figuras de destaque em determinados momentos podem perder espaço em outros, enquanto novas articulações reorganizam os vínculos que sustentam influência, lealdade e capacidade de coordenação. A compreensão de quem ocupa lugares superiores na hierarquia surge, portanto, ao longo da própria análise, à medida que se explicitam os mecanismos que distribuem posições e dão forma aos arranjos de poder que atravessam o PDB.

Em um ambiente sociotécnico marcado pela competição permanente por atenção, o degrau na cadeia depende da capacidade de se sustentar mesmo sob escrutínio contínuo, impor enquadramentos e mobilizar outros agentes em torno de referências reconhecíveis. A disputa aparece, assim, como uma ferramenta para que as graduações de poder sejam testadas e reconhecidas, com efeitos organizativos que ordenam espaços e delimitam margens de atuação. A lealdade, nos termos desenvolvidos no capítulo 2 a partir de Hirschman (1970), opera como meio estratégico de investimento na voz ao organizar pertencimentos e orientar a participação dos atores nos embates. É também por meio dela que o partido digital canaliza tensões e impõe disciplina em casos de conflito.

Os episódios analisados a seguir revelam como a dinâmica se organiza em torno da tensão entre performance no ecossistema e posição no PDB. A centralidade algorítmica, produzida no interior das plataformas pelo domínio de sua gramática e pela capacidade de sustentação do engajamento massivo, amplia a força de circulação de determinados agentes. Porém, o lugar na hierarquia do PDB depende também da inserção em cadeias de lealdade, da articulação interna e da capacidade de alinhamento em momentos de disputa. A coexistência e a colisão entre esses planos atravessam o capítulo e organizam os embates analisados. A cada episódio, a questão sobre quem ocupa posições de maior destaque se recoloca e permite observar como tais espaços se constituem, se deslocam e se estabilizam ao longo do tempo.

A fim de tornar nosso objetivo analiticamente visível, este capítulo se baseia em episódios com conflitos e rearranjos evidentes. Analisamos cada momento de forma encadeada a partir de um recorte temporal que privilegia casos exemplares e, principalmente, duas figuras centrais do PDB: Eduardo Bolsonaro e Nikolas Ferreira. Tal delimitação permite observar como diferentes configurações de atores e repertórios resultam em variações nas dinâmicas de confronto e acomodação. As situações selecionadas operam como pontos de observação nessa trajetória; embora não cubram a totalidade das ocorrências, revelam padrões recorrentes de funcionamento. Ao final, o conjunto dos episódios demonstra como o partido digital processa suas próprias tensões por meio da redistribuição de posições hierárquicas e da reativação de cadeias de lealdade, articulando conflito e coordenação como dimensões simultâneas de seu funcionamento.

Hierarquia em disputa

O primeiro episódio analisado aconteceu na véspera das eleições de 2022, quando Eduardo Bolsonaro e Nikolas Ferreira fizeram juntos uma *live* que prometia “marcar a história do Brasil”⁶⁴. Eduardo, então o deputado federal mais votado do país, eleito com 1,84 milhão de votos, em 2018⁶⁵, e principal articulador internacional da família,⁶⁶ apresentava ali o jovem vereador mineiro que crescia no ambiente digital com velocidade impressionante. A relação entre os dois se estreitava depois de Eduardo ter feito campanha presencial por Nikolas,⁶⁷ garantido ao jovem espaço em outras transmissões ao vivo, divulgado seu conteúdo nas redes e intercedido por ele em disputas internas do partido. Era, em todos os sentidos, o apadrinhamento político de uma força emergente. A *live* reuniu centenas de milhares de espectadores e Eduardo não poupou elogios: chamou Nikolas de “fenômeno”, divulgou seu *jingle* e pediu votos para o vereador, emprestando o capital político do sobrenome Bolsonaro para alavancar um aliado promissor.

64. Post no Instagram de Eduardo Bolsonaro, 1º de out de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjLjCcFrlqq/>. Acesso em 20 maio 2026.

65. Eduardo Bolsonaro é o deputado federal mais votado do Brasil com 1,84 milhão de votos. *Agência Câmara de Notícias*, 07/10/2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545848-eduardo-bolsonaro-e-o-deputado-federal-mais-votado-do-brasil-com-184-milhao-de-votos/>. Acesso em 20 maio 2026.

66. Eduardo Bolsonaro publica fotos com Donald Trump e diz estar ‘em convergência de ideias’ com ex-presidente dos EUA. *O Globo*, 09/08/2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eduardo-bolsonaro-publica-fotos-com-donald-trump-diz-estar-em-convergencia-de-ideias-com-ex-presidente-dos-eua-25147903>. Acesso em 20 maio 2026.

67. Conheça o youtuber que ganhou o apoio de Eduardo Bolsonaro em Belo Horizonte. *O Globo*, 25/09/2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/conheca-o-youtuber-que-ganhou-o-apoio-de-eduardo-bolsonaro-em-belo-horizonte.html>. Acesso em 20 maio 2026.

A estratégia foi bem-sucedida. Nikolas, vereador de Belo Horizonte eleito em 2020 com quase 30 mil votos,⁶⁸ chegou à Câmara dos Deputados com 1.492.047, recorde naquele pleito e a terceira maior marca da história brasileira,⁶⁹ sendo superado apenas pelo próprio Eduardo, em 2018, e por Enéas Carneiro, em 2002. O resultado mostrou claramente quão grande é a capacidade de se converter visibilidade digital em capital político. André Janones, do Avante, segundo colocado em Minas Gerais, recebeu seis vezes menos apoio nas urnas do que Nikolas,⁷⁰ o que dimensiona o caráter excepcional do desempenho do apadrinhado dos Bolsonaro naquele contexto eleitoral.

Eduardo, por sua vez, se reelegeu em São Paulo com 741 mil votos,⁷¹ menos da metade do que havia conquistado quatro anos antes, evidenciando uma inflexão relevante na distribuição de força política entre os dois. Lidos em conjunto, os números já contavam, na época, a história que hoje procuramos explicar: o poder no interior do PDB estava mudando de mãos – e tal deslocamento tinha uma direção precisa, indicando a reconfiguração do eixo de influência no partido digital.

68. Vereadores de BH: conheça cada um dos 41 eleitos para a Câmara Municipal. *Estado de Minas*, 16/11/2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/16/interna_politica,1205494/vereadores-de-bh-conheca-cada-um-eleitos-para-a-camara-municipal.shtml. Acesso em 30 maio 2026.

69. Nikolas Ferreira é o deputado mais votado do país com 1,47 milhão de votos. *Agência Câmara de Notícias*, 02/10/2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911272-nikolas-ferreira-e-o-deputado-mais-votado-do-pais-com-147-milhao-de-votos/>. Acesso em 30 maio 2026.

70. Nikolas teve 1,256 milhão de votos a mais que Janones para deputado. *Estado de Minas*, 03/10/2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/03/interna_politica,1402502/nikolas-teve-1-256-milhao-de-votos-a-mais-que-janones-para-deputado.shtml. Acesso em 30 maio 2026.

71. Eduardo Bolsonaro perde mais da metade dos votos conquistados em 2018. *Folha de S. Paulo*, 02/10/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/eduardo-bolsonaro-perde-mais-da-metade-dos-votos-conquistados-em-2018.shtml>. Acesso em 30 maio 2026.

Essa reconfiguração invisível ganhava contornos práticos no comportamento online dos parlamentares: enquanto Eduardo atuava como padrinho ostensivo, as publicações de Nikolas Ferreira naquele período guardavam um silêncio eloquente. Não há registros do vereador mencionando o aliado em suas redes. Tal assimetria, imperceptível no ambiente de euforia eleitoral, condensava uma tensão profunda. O bolsonarismo unificava forças sem precisar arbitrar entre elas, mas a convivência já carregava potencial de disputa, pois ambas as partes se apoiavam em fundamentos distintos de legitimação. A posição de Eduardo sustentava-se na centralidade partidária, construída pela articulação interna ao PDB, pela inserção em circuitos de negociação e pelo acesso privilegiado à infraestrutura política que o sobrenome do pai garantia. Já a atuação de Nikolas operava no registro da centralidade algorítmica – gerada no interior das plataformas, por meio do domínio de sua gramática e da capacidade de sustentar engajamento massivo. Era uma fórmula eficaz, que combinava humor, indignação moral e repertório religioso a fim de converter visibilidade online em influência política direta.

Nos termos que Cesarino (2022) propõe para descrever a mediação nas plataformas, Nikolas dominava a lógica performativa que estrutura a projeção digital. Sua atuação demonstrava destreza para converter atenção em engajamento, e este, por sua vez, em influência sobre o comportamento de outros agentes. Trata-se de um regime no qual a eficácia do discurso vincula-se à produção de presença contínua, à mobilização de afetos e ao acionamento de repertórios reconhecíveis em circuitos de difusão e interação. Em tal enquadramento, a intermediação deixa de se apoiar prioritariamente em instâncias institucionais. Ela passa a se

organizar em torno de dinâmicas de exposição, nas quais linguagem, ritmo e formato constituem elementos centrais do embate público, deslocando o eixo de poder para aqueles que conseguem estabilizar o reconhecimento em meio à variação constante das redes.

A atuação nos ecossistemas digitais se estrutura por meio de operações performativas que articulam identidade, narrativa e engajamento em processos contínuos de validação pública – um plano no qual a distinção entre representação e performance se torna progressivamente difusa. Sob essa lógica, o eixo de influência é produzido pela própria circulação. Ele emerge da aptidão para sustentar presença, ativar públicos e organizar fluxos de atenção, desvinculando-se de status previamente constituídos. Diante disso, a visibilidade atua diretamente na modelagem das forças políticas, convertendo o reconhecimento das redes em poder real de intervenção.

É nesse plano que se compreende a posição alcançada por Nikolas Ferreira. Sua atuação nas plataformas organiza a audiência e orienta a propagação de conteúdos no ecossistema, conferindo-lhe um protagonismo algorítmico expressivo. No partido digital, porém, tal primazia encontra limites, porque a hierarquia também depende de inserção nas cadeias de lealdade e do reconhecimento, pelos demais integrantes, do posto de interlocutor legítimo nas disputas.

Ao longo de 2022, enquanto a campanha de reeleição de Jair Bolsonaro mobilizava todo o movimento, Nikolas cresceu quatro vezes mais que Eduardo nas redes sociais e conquistou cerca de quatro milhões de apoiadores no Instagram.⁷² A velocidade

72. Análise de redes do Partido Digital Bolsonarista feita em 2025.

se acelerou nos anos seguintes. Em janeiro de 2025, um vídeo de Nikolas sobre uma suposta taxaço do PIX acumulou mais de 300 milhões de visualizaçoes e lhe rendeu outros 2,5 milhões de *followers* em uma única semana,⁷³ demonstrando sua capacidade de converter fatos específicos em amplificaço exponencial de alcance. Um ano depois, o deputado já ostentava 21 milhões de seguidores no Instagram,⁷⁴ número três vezes maior que o de Eduardo, estagnado em torno de 7 milhões. Assim, a assimetria entre os dois no plano da visibilidade digital se aprofundava. E o deslocamento também era qualitativo: Nikolas tornou-se um nó estruturante da rede, capaz de propor enquadramentos e orientar a ativaço de pautas para outros perfis. Pela primeira vez, um influenciador ameaçava a primazia simbólica da família Bolsonaro, introduzindo uma fonte alternativa de protagonismo no partido digital.

Essa fricço latente, contudo, permanecia amortecida pela figura do patriarca. Enquanto Jair Bolsonaro permaneceu como polo dominante – com a proeminência recorrente detalhada no capítulo anterior e presença como principal referência de circulaço no reduto virtual –, os dois deputados puderam conviver sem colisáo aberta. Suas formas de atuar se distribuíam em registros distintos de produço de influência, evitando a competiço direta pelo mesmo espaço. Mas a tensão estava lá, inscrita na própria estrutura do PDB, esperando apenas o momento oportuno para se manifestar.

73. Vídeo de Nikolas sobre o Pix chega a 300 mi de visualizaçoes. *Poder360*, 16/01/25. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/video-de-nikolas-sobre-o-pix-chega-a-300-mi-de-visualizacoes/>. Acesso em 30 maio 2026.

74. 2,5 milhões: Nikolas ganhou em um mês o dobro de seguidores que Lula levou um ano para conseguir. *O Globo*, 30/01/2026. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2026/01/25-milhoes-nikolas-ganhou-em-um-mes-o-dobro-de-seguidores-que-lula-levou-um-ano-para-conseguir.ghtml>. Acesso em 30 maio 2026.

O exílio como estratégia

No segundo episódio selecionado, analisamos a mudança na posição de Eduardo Bolsonaro e como tal estratégia reconfigurou sua capacidade de produzir alinhamento e mobilizar apoio no interior do PDB. Esse momento começou em fevereiro de 2025, quando o deputado embarcou para os Estados Unidos e, o que havia sido anunciado como uma viagem de sete dias, transformou-se em *exílio político*.⁷⁵ No mês seguinte, em meio ao julgamento do pai, Jair, por golpe de Estado, Eduardo divulgou um vídeo explicando a decisão: “Não irei me acovardar, não irei me submeter ao regime de exceção e aos seus truques sujos. Abdico temporariamente do mandato para buscar as devidas sanções aos violadores de direitos humanos”.⁷⁶ A licença foi formalizada dois dias depois (122 dias, sem remuneração) e o deputado passou a coordenar, dos Estados Unidos, uma ofensiva diplomática de escala inédita para um parlamentar brasileiro, com a qual angariou os recursos para permanecer no interior do ecossistema.

Seu principal aliado nessa articulação era o influenciador e analista político Paulo Figueiredo Filho – neto do último general-presidente da ditadura militar brasileira –, com quem Eduardo realizou mais de dez viagens a Washington ao longo daquele

75. Eduardo Bolsonaro afirma ser um ‘exilado político’ ao decidir ir para EUA. *Estado de Minas*, 19/03/2025. Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2025/03/7088744-eduardo-bolsonaro-afirma-ser-um-exilado-politico-ao-decidir-ir-para-eua.html>. Acesso em 30 maio 2026.

76. Eduardo Bolsonaro anuncia que ficará nos EUA e se licencia de mandato; o que se sabe. *BBC Brasil*, 18/03/25. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1w029j38z7o>. Acesso em 30 maio 2026.

ano.⁷⁷ A rede internacional acionada pela dupla incluía o estrategista da extrema-direita global Steve Bannon,⁷⁸ apontado como o *padrinho* da operação, e o influente secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, além de outras lideranças republicanas de primeiro escalão. O objetivo declarado do grupo era pressionar a recém-empossada administração de Donald Trump a adotar sanções econômicas e diplomáticas contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O alvo prioritário era o ministro Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos que alvejavam o clã Bolsonaro, configurando uma estratégia deliberada de internacionalização do conflito para exercer pressão indireta sobre as instituições brasileiras.

A reação do reduto bolsonarista foi imediata. Dezenas de parlamentares, influenciadores e figuras públicas gravaram vídeos de apoio com a mesma estética e o mesmo tom: utilizavam idêntica composição visual, palavras-chave espelhadas e o enquadramento de “sacrifício” e “resistência” diante de uma suposta ditadura judicial. O movimento evidenciou a ativação de repertórios coordenados e a rápida convergência em torno de uma narrativa comum.⁷⁹ Entre os que se posicionaram publicamente estavam Ana Campagnolo (PL-SC), Marcel van Hattem (Novo-RS), Gustavo Gayer (PL-GO), Bia Kicis (PL-DF) e Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). A amplitude do bloco demonstrou que Eduardo ainda conseguia mobilizar

77. Made in USA: nos EUA, Eduardo Bolsonaro se diz pré-candidato a presidente do Brasil. *Agência Pública*, 24/10/25. Disponível em: <https://apublica.org/2025/10/made-in-usa-nos-eua-eduardo-bolsonaro-se-diz-pre-candidato-a-presidente-do-brasil/>. Acesso em 30 maio 2026.

78. Eduardo Bolsonaro é um projeto de Steve Bannon. *Agência Pública*, 25/08/25. Disponível em: <https://apublica.org/2025/08/eduardo-bolsonaro-e-um-projeto-de-steve-bannon/>. Acesso em 30 maio 2026.

79. Análise das redes do Partido Digital Bolsonarista feita em 2025.

um conjunto expressivo de aliados para além da legenda oficial, acionando a engrenagem que define o funcionamento cotidiano do PDB e atesta sua capacidade de produzir alinhamento sob condições de alta visibilidade e pressão pública.

Essa reação em cadeia também revela que a posição na hierarquia do movimento se expressa pela capacidade que o indivíduo demonstra de gerar uma resposta coletiva, convertendo iniciativas individuais em circulação coordenada de narrativas e sinais de lealdade. A repetição de formatos, a padronização da linguagem e a simultaneidade das manifestações indicam que o alinhamento depende da ativação de pautas reconhecíveis que orientam a atuação dos diferentes perfis. Trata-se de um padrão que já havia sido observado no capítulo anterior, mas que aqui aparece associado a um acontecimento de maior risco e visibilidade, permitindo observar como a coordenação se articula diretamente à competição por liderança no partido digital.

No entanto, essa aparente unanimidade esbarrava em uma omissão deliberada: Nikolas Ferreira não estava entre os apoiadores. O deputado não gravou vídeo, não republicou conteúdo e evitou referendar o papel de Eduardo como operador internacional da causa, gerando um vácuo que adquire forte significado político em um ambiente marcado pela convergência. O silêncio foi notado pelo próprio filho do ex-presidente, que meses depois queixou-se publicamente à *Revista Oeste* de que o colega mineiro era “pouco ativo” em levar adiante a pauta das sanções, afirmando que “causava estranheza” tal postura. Em um espaço no qual cada gesto é interpretado como marcador de lealdade, a atitude de Nikolas funcionou como um recado tático interno, garantindo-lhe autonomia política e permitindo que ele preservasse seu poder

de barganha sem aderir formalmente a uma linha de ação ainda em indefinida.

Esse comportamento evidencia que a disputa por espaço na hierarquia do PDB se organiza, fundamentalmente, por graus variáveis de engajamento público. Em tal arranjo, se a mobilização barulhenta nas redes dita quem ocupa o centro do palco, a retração estratégica deixa claro que, no partido digital, o silêncio também é uma forma de demarcar território.

Quando o preço da lealdade sobe

A articulação de Eduardo nos Estados Unidos reconfigurou inteiramente a dinâmica do PDB, deslocando os termos do embate e elevando o custo das posturas assumidas pelos diferentes atores no movimento. Esse é o terceiro evento que analisamos neste capítulo. Em 9 de julho de 2025, Donald Trump anunciou uma tarifa de 50% sobre todos os produtos brasileiros; em carta pública direcionada ao presidente Lula na rede Truth Social, o republicano não deixou margem para dúvidas sobre a motivação: “A forma como o Brasil tem tratado o ex-Presidente Bolsonaro é uma vergonha internacional. Esse julgamento é uma Caça às Bruxas que deve acabar IMEDIATAMENTE!”. Três semanas depois, em 30 de julho, o Departamento do Tesouro americano aplicou a Lei Magnitsky contra Alexandre de Moraes, congelando eventuais ativos do ministro em solo americano. Eduardo celebrou o desfecho em entrevista à *BBC* com uma frase que sintetizava seu papel: “Nossa liberdade vale mais que a economia”. A formulação condensa uma hierarquização explícita entre valores políticos

e consequências materiais, passando a organizar a narrativa oficial no interior do reduto virtual.

Parte do campo bolsonarista ecoou o posicionamento inicial. No entanto, as pesquisas de opinião mudaram rapidamente o cenário, reconfigurando os incentivos à manutenção do discurso. Quando ficou claro que a maioria dos brasileiros – inclusive simpatizantes de Bolsonaro – criticava a medida e temia os seus efeitos econômicos, manter-se alinhado a Eduardo passou a ter um custo político alto demais. Tarcísio de Freitas, chefe do Executivo paulista, que antes havia manifestado apoio, recalculou a rota e chamou o tarifaço de “deletério”.⁸⁰ Já o governador do Paraná, Ratinho Júnior, afirmou que “Bolsonaro não é mais importante que a relação entre Brasil e Estados Unidos”.⁸¹

O tarifaço demonstrou que a lealdade no PDB pode assumir formas públicas variáveis. Em situações de alto custo político, ela se manifesta como uma permanência com distanciamento, preservando o pertencimento à legenda enquanto os atores contestam seus rumos por meio da voz.⁸² Todos os membros que recuaram no alinhamento com Eduardo continuaram operando na estrutura partidária, apenas recalibrando suas posturas, modulando o grau de exposição e reorganizando alianças sem abandonar a engrenagem. A fidelidade, nesse registro, se expressa

80. Como Trump deixou Tarcísio na corda bamba entre Bolsonaro e setor produtivo. *Gazeta do Povo*, 15/07/25. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/como-trump-deixou-tarcisio-corda-bamba-entre-bolsonaro-e-setor-produtivo/>. Acesso em 30 maio 2026.

81. Como Trump deixou Tarcísio na corda bamba entre Bolsonaro e setor produtivo. *Gazeta do Povo*, 15/07/25. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/como-trump-deixou-tarcisio-corda-bamba-entre-bolsonaro-e-setor-produtivo/>. Acesso em 30 maio 2026.

82. HIRSCHMAN, A. O. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1970.

justamente na continuidade e na disposição de tensionar os rumos do projeto por meio da voz, mesmo quando a orientação proposta por quem ocupa o topo da cadeia é rejeitada.

Nikolas publicou então um vídeo que alcançou mais de 25 milhões de visualizações.⁸³ Nele, o deputado afirmou que “não há o que comemorar” com o tarifaço. E completou: “Parabéns, Lula. Ferrar o Brasil é com você mesmo.”⁸⁴ A formulação foi precisa: Nikolas criticou as tarifas sem mencionar Eduardo, deslocando a responsabilidade para Lula. Com isso, preservou a narrativa antipetista sem se comprometer com o posicionamento que o filho do ex-presidente tentava impor. Tal estratégia lhe permitia manter sua base – que, em grande parte, rejeitava o tarifaço –, evitando arcar com os custos de uma defesa impopular ao mesmo tempo em que barrava um rompimento explícito com o PDB. Confirmava-se, então, um padrão que vinha se desenhando ao longo do tempo: o deputado se blindava de modo a resguardar seu capital político, esquivando-se dos desgastes internos da legenda e mantendo distância segura o suficiente para não afundar caso o barco virasse.

Eduardo reagiu. No X, endossou uma postagem de Allan dos Santos que chamava o parlamentar mineiro de “canalha”,⁸⁵

83. Nikolas sobre o tarifaço de Trump: ‘Ferrar o Brasil é com o Lula’. *Estado de Minas*, 10/07/25. Disponível em: https://www.em.com.br/politica/2025/07/7196718-nikolas-sobre-o-tarifaco-de-trump-ferrar-o-brasil-e-com-o-lula.html#google_vignette. Acesso em 30 maio 2026.

84. Nikolas sobre o tarifaço de Trump: ‘Ferrar o Brasil é com o Lula’. *Estado de Minas*, 10/07/25. Disponível em: https://www.em.com.br/politica/2025/07/7196718-nikolas-sobre-o-tarifaco-de-trump-ferrar-o-brasil-e-com-o-lula.html#google_vignette. Acesso em 30 maio 2026.

85. ‘Você é um bosta’ e ‘canalha’: a troca de ofensas entre Nikolas e Allan dos Santos. *Diário do Centro do Mundo*, 12/12/25. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/voce-e-um-bosta-e-canalha-a-troca-de-ofensas-entre-nikolas-e-allan-dos-santos/>. Acesso em 30 maio 2026.

acrescentando: “É triste ver a que ponto o Nikolas chegou.” Na sequência, classificou-o como “pessoa abjeta”.⁸⁶ A militância se dividiu nos comentários, expondo rachaduras que antes ficavam contidas nos bastidores. A *Revista Fórum* reportou⁸⁷ que Eduardo teria orquestrado uma ofensiva coordenada de ataques contra o rival no ambiente virtual, aplicando contra ele a mesma engrenagem de linchamento virtual que a legenda já havia usado para enquadrar figuras como Joice Hasselmann, Alexandre Frota e Abraham Weintraub. Porém, com uma diferença decisiva: Nikolas detinha lastro algorítmico suficiente para resistir, algo que seus antecessores não possuíam. A máquina de disciplina interna funciona contra atores periféricos, mas encontra limites intransponíveis quando aplicada contra quem possui base própria consolidada.

O mineiro reagiu confrontando Eduardo publicamente e ameaçou se desfiliar do PL caso as pressões continuassem⁸⁸

86. Eduardo Bolsonaro ataca Nikolas Ferreira e eleva tensão interna: ‘Pessoa abjeta’. *Varelanet*, 28/7/25. Disponível em: <https://www.varelanet.com.br/noticias/politica/eduardo-bolsonaro-ataca-nikolas-ferreira-e-eleva-tensao-interna-pessoa-abjeta>. Acesso em 30 maio 2026. Cf. também: Eduardo volta a criticar Nikolas: ‘Triste ver a que ponto chegou’. *Poder360*, 28/07/25. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/eduardo-volta-a-criticar-nikolas-triste-ver-o-ponto-que-chegou/>. Acesso em 30 maio 2026.

87. Eduardo Bolsonaro teria orquestrado ataques contra Nikolas Ferreira. *Revista Fórum*, 25/07/25. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-teria-orquestrado-ataques-contra-nikolas-ferreira/>. Acesso em 30 maio 2026.

88. Nikolas Ferreira confronta Eduardo Bolsonaro: ‘Não vou jogar confete para quem tá me pressionando’. *Revista Fórum*, 06/02/26. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/nikolas-ferreira-confronta-eduardo-bolsonaro-nao-vou-jogar-confete-para-quem-ta-me-pressionando-veja-video/>. Acesso em 30 maio 2026. Cf. também: Após confrontar Eduardo Bolsonaro, Nikolas ameaça deixar PL. *Revista Fórum*, 10/02/26. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/apos-confrontar-eduardo-bolsonaro-nikolas-ameaca-deixar-pl-e-barra-eduardo-cunha/>. Acesso em 30 maio 2026.

– nos termos de Hirschman (1970)⁸⁹, uma ameaça de saída operando como instrumento de amplificação da voz no interior do arranjo. Meses depois, em um podcast, Nikolas selou o distanciamento: “Eu não converso com ele e não faço nem questão de citar o nome dele aqui”.⁹⁰

O que se disputava ali era quem definia a linha do PDB e quem podia ser classificado como traidor por não segui-la. Na legenda, a capacidade de imposição de uma narrativa oficial é diretamente afetada pela recalibração de forças: se a base virtual não a endossa, a autoridade do proponente desmorona. Eduardo apostou alto e perdeu o controle do enquadramento. A aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes, sua principal conquista internacional, teve impacto prático nulo, dado que o magistrado não mantinha ativos nem contas nos Estados Unidos. Além disso, em dezembro de 2025, o próprio governo Trump retirou o ministro da lista de restrições, em um contexto de reaproximação diplomática com Lula.⁹¹ O plano que Eduardo ajudou a forjar desabou em menos de cinco meses.

O desfecho evidencia que, no interior do PDB, uma liderança se sustenta pela capacidade de fazer uma narrativa circular, ser apropriada e convertida em engajamento efetivo pelos demais

89. HIRSCHMAN, A. O. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1970.

90. Nikolas Ferreira confronta Eduardo Bolsonaro: ‘Não vou jogar confete para quem tá me pressionando’. *Revista Fórum*, 06/02/26. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/nikolas-ferreira-confronta-eduardo-bolsonaro-nao-vou-jogar-confete-para-quem-ta-me-pressionando-veja-video/>. Acesso em 30 maio 2026.

91. EUA levantam sanções contra juiz brasileiro que preside caso de Bolsonaro. *Observador*, 12/12/25. Disponível em: <https://observador.pt/2025/12/12/eua-levantam-sancoes-contrajui-brasileiro-que-preside-caso-de-bolsonaro/>. Acesso em 30 maio 2026. Cf. também: ‘Traição’ e ‘decepção’: bolsonaristas falam de retirada de sanções. *Estado de Minas*, 12/12/25. Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2025/12/7313265-traicao-e-decepcao-bolsonaristas-falam-de-retirada-de-sancoes.html>. Acesso em 30 maio 2026.

atores vinculados ao movimento. A ausência de alinhamento coletivo sufoca o alcance da mensagem e reconfigura o próprio status de quem a enuncia, erodindo seu protagonismo e abrindo espaço para fluxos alternativos de influência. Nesse sentido, o embate observado produz efeitos duradouros na distribuição de poder, e o acontecimento torna visível a engrenagem mestre da legenda online: a posição na hierarquia como um resultado contingente da aptidão para costurar consensos sob condições de alta incerteza.

O candidato do sistema

O embate entre Eduardo Bolsonaro e Tarcísio de Freitas cresceu pela mesma razão de fundo: a definição de quem herda o protagonismo do movimento com o afastamento de Jair, colocando em jogo critérios distintos de legitimação no reduto direitista. Temos o quarto episódio sob análise. No entanto, a dinâmica aqui se diferencia pelo fato de o governador de São Paulo ser uma figura exterior à lógica do PDB. Ex-ministro da Infraestrutura, eleito para o Palácio dos Bandeirantes em 2022, ele constrói sua viabilidade por meio da máquina administrativa, do diálogo com o empresariado e da articulação legislativa. Portanto, é um ator institucional, não um nativo digital, cuja trajetória se ancora em recursos típicos da política representativa tradicional. Sua presença nas redes é profissionalizada, mas carece da gramática emocional e do confronto performático constante dos perfis que se formaram no universo virtual, operando mais como extensão de sua atividade executiva do que como eixo estruturante de

seu status político. Tarcísio tenta periodicamente mimetizar a lógica online (como em 7 de setembro de 2025, ao proferir um discurso duro contra o STF), mas sua prática cotidiana pertence a outro registro, no qual o prestígio se sustenta por mediações institucionais e capacidade de entrega.

Já Eduardo opera no polo oposto, ancorado em uma lógica que se alimenta da ativação contínua do conflito como forma de sustentação da visibilidade e do alinhamento. A força política do deputado se fia na manutenção permanente da retórica do confronto, na atualização diária de inimigos e no discurso *anti-establishment*, que não admite tréguas nem concessões, estruturando seu espaço a partir da intensificação constante do embate. Nos momentos em que Tarcísio sinaliza moderação ou pragmatismo, a ala mais ideológica reage com desconfiança, e o parlamentar interpreta tais recuos como oportunidade para reforçar sua autoridade junto ao núcleo radicalizado, ativando clivagens internas que reorganizam a distribuição de lealdades na legenda virtual.

A reorganização de forças transbordou em conflito aberto assim que Tarcísio passou a ser cotado como o herdeiro natural na corrida presidencial, em substituição ao ex-presidente inelegível. A disputa acabou sendo deslocada para um plano no qual visões distintas passaram a competir diretamente pela hegemonia do movimento. Para Eduardo, o governador paulista representava uma ameaça existencial, já que, se o comando simbólico do grupo fosse ocupado por um ator alheio à família e à própria lógica da militância virtual, o espaço que o deputado havia pavimentado ao longo dos anos perderia sustentação. Foi nesse período que áudios recuperados pela Polícia Federal no celular de Jair Bolsonaro documentaram a virulência dos bastidores. Em uma das mensagens, o filho escreveu ao pai

sobre o governador paulista: “Nunca te ajudou em nada no STF. Ficou de braços cruzados te vendo apanhar e se aquecendo para 2026”.⁹² Quando o patriarca, em entrevista ao *Poder360*, elogiou Tarcísio e declarou que Eduardo “não era tão maduro assim”, o parlamentar explodiu: “Estou pensando seriamente em dar mais uma porrada nele, para ver se você aprende. VTNC SEU INGRATO DO C...”.⁹³ Além de descortinar o método de pressão política de Eduardo – baseado na ameaça de linchamento público –, o vazamento também expôs seu desespero de ter a influência no PDB contestada pelo próprio pai.

A crise se agravou em 11 de setembro de 2025, quando Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão por organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado e tentativa de abolição do Estado Democrático.⁹⁴ Com a ineligibilidade e a prisão do pai, Eduardo anunciou publicamente que seria ele o candidato à presidência, apostando em herdar o comando simbólico do movimento e mobilizando a ala mais radicalizada. Em vídeo publicado no

92. O que dizem as mensagens de Eduardo para Bolsonaro. *Gazeta do Povo*, 21/08/25. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-dizem-as-mensagens-e-audios-do-relatorio-da-pf-contra-bolsonaro/>. Acesso em 30 maio 2026. Cf. também: Áudios, xingamentos, asilo e apoio a Tarcísio: os achados da PF no celular de Bolsonaro. *Terra*, 20/08/25. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/audios-xingamentos-asilo-e-apoio-a-tarcisio-os-achados-da-pf-no-celular-de-bolsonaro,042f366aafdaa9919efc3635276e5c1ckjxjhwgm.html>. Acesso em 30 maio 2026.

93. Entenda em 10 pontos os diálogos de Bolsonaro com Eduardo e Malafaia. *CNN Brasil*, 21/08/25. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-em-10-pontos-os-dialogos-de-bolsonaro-com-eduardo-e-malafaia/>. Acesso em 30 maio 2026.

94. Jair Bolsonaro é condenado a 27 anos e 3 meses de prisão em regime fechado. *Andes*, 12/09/25. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/jair-bolsonaro-e-condenado-a-27-anos-e-3-meses-de-prisao-em-regime-fechado1>. Cf. também: Retrospectiva 2025: o julgamento e o destino de Jair Bolsonaro. *IstoÉ*, 27/12/25. Disponível em: <https://istoe.com.br/retrospectiva-2025-o-julgamento-e-o-destino-de-jair-bolsonaro>. Acesso em 30 maio 2026.

YouTube, sintetizou seu ponto de vista: “O Tarcísio é o candidato do sistema.”⁹⁵ É o cara que o Moraes quer, que gostaria que fosse eleito porque ele ainda viria com apoio de Jair Bolsonaro. O meu pai foi posto em prisão domiciliar, com tornozeleira, esculachado e sem rede social por conta desse projeto”.

Nas semanas seguintes, o termo *eduardismo* passou a circular em perfis da direita, grupos de Telegram e na imprensa para identificar a vertente ideológica extremada. Sob a ausência do líder histórico, as cadeias de lealdade se reorganizavam em torno de projetos distintos: o confronto aberto liderado por Eduardo, a via institucional pavimentada por Tarcísio, a mobilização religiosa e moral capitaneada por Michelle Bolsonaro e Silas Malafaia, e o ativismo de rede de Nikolas Ferreira. O cenário colocou à prova a elasticidade do PDB. A própria coexistência dessas forças, concorrendo por espaço sem que nenhuma delas rompesse com a estrutura, revelou o tipo de processamento interno de conflito que dá consistência institucional à engrenagem.⁹⁶

O desfecho veio em dezembro de 2025, quando Jair, preso, indicou o filho Flávio, senador, e não Eduardo, como pré-candidato à presidência em 2026.⁹⁷ Já sem mandato naquele momento, vivendo nos Estados Unidos e réu no STF, Eduardo se viu preterido em favor do irmão mais velho – aquele que ainda operava dentro das instituições brasileiras, não o que articulava sanções contra

95. Eduardo Bolsonaro critica Tarcísio: ‘Não é líder’, ‘candidato do sistema’ e ‘pintado de direita’. *Estadão*, 05/11/25. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-critica-tarcisio-nao-e-lider-candidato-do-sistema-e-pintado-de-direita-nprp/?srltid=AfmBOorWnC_YaDuYSFQxoCyYqlF23FnkMPCfsHWTMPBI2ze1CRUoaePO. Acesso em 30 maio 2026.

96. VASCONCELLOS, João Gualberto. O ‘eduardismo’, *ES Hoje*, 24 out. 2025.

97. Em carta, Bolsonaro confirma indicação de Flávio como pré-candidato à Presidência em 2026. *CartaCapital*, 25/12/25. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-carta-bolsonaro-confirma-indicacao-de-flavio-como-pre-candidato-a-presidencia-em-2026/>. Acesso em 30 maio 2026.

elas. Nikolas Ferreira declarou apoio a Flávio imediatamente, confirmando o padrão do ano inteiro: alinhar-se ao desfecho sem ter se comprometido com nenhum dos lados durante a disputa.⁹⁸ O *eduardismo* se revelou uma estratégia sem herdeiro.

Gratidão não é só palavra

O embate entre Eduardo e Ana Campagnolo, em novembro de 2025, acrescenta outra camada ao xadrez político. Trata-se de uma dinâmica que evoca, nos termos de Mauss (2003 [1925]),⁹⁹ a economia da dádiva como mecanismo de disciplina – o quinto evento que analisamos aqui. Nele, a concorrência pela hierarquia se articula à ativação de obrigações simbólicas que estruturam as relações internas da legenda virtual. Nesse plano, o status se sustenta pela capacidade de mobilizar vínculos previamente constituídos como forma de cobrança pública, convertendo trajetórias compartilhadas em critérios de julgamento e de alinhamento. A dádiva, entendida como relação que gera compromissos duráveis, opera como recurso tático, permitindo transformar apoio passado em exigência presente e delimitar as margens legítimas de conduta dos atores. Tal processo introduz uma dimensão adicional à coerção interna, na qual a memória das relações – continuamente registrada e reativada

98. Após tensão com Eduardo, Nikolas Ferreira reafirma apoio a Flávio Bolsonaro. *Gazeta do Povo*, 26/02/26. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2026/apos-tensao-com-eduardo-nikolas-ferreira-reafirma-apoio-a-flavio-bolsonaro/>. Acesso em 30 maio 2026.

99. MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* [1925]. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

nas plataformas – organiza a cobrança de fidelidade e a distribuição de prestígio no interior do arranjo.

O tensionamento começou quando Jair Bolsonaro anunciou, em junho, que lançaria o filho Carlos ao Senado por Santa Catarina – o estado mais bolsonarista do Brasil, onde o ex-presidente obteve 70% dos votos.¹⁰⁰ A vaga vinha sendo articulada localmente em torno de Caroline de Toni, deputada federal com forte base conservadora na região, eleita com 227 mil votos em 2022 e apoiada por mais de 500 vereadores do PL catarinense.¹⁰¹ A movimentação do diretório nacional, conduzida sem consulta às lideranças locais, foi recebida como interferência direta do clã Bolsonaro nas dinâmicas regionais do partido (tensão entre o PDB e o PL tradicional, que será analisada no capítulo 8), o que expôs o choque entre centro e bases e deslocou a disputa para o interior das cadeias de lealdade que sustentam a organização.

Ana Campagnolo reagiu publicamente. Deputada estadual em Santa Catarina – reeleita em 2022 como a parlamentar mais votada da história daquela assembleia, com 196 mil votos¹⁰² –, ela vinha consolidando um espaço próprio no conservadorismo do Sul do país. Em 31 de outubro, afirmou no Instagram que a vaga que pertencia a Carol de Toni agora seria dada a Carlos, apontando que o filho do ex-presidente nunca havia trabalhado pela região. Dias depois, no programa *Pânico*, Ana verbalizou o cálculo da família com franqueza: “O presidente acredita que os filhos com assento no Senado são menos vulneráveis ao STF”.¹⁰³

100. Dados eleitorais do TSE coletados em 2022.

101. Por que Carlos Bolsonaro enfrenta resistência em Santa Catarina. *Gazeta do Povo*, 10/11/25. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/santa-catarina/pre-candidatura-carlos-bolsonaro-resistencia-santa-catarina/>. Acesso em 30 maio 2026.

102. Dados do TRE/SC, eleições 2022.

103. Entrevista de Ana Campagnolo ao programa *Pânico*, 3 nov. 2025.

Eduardo então publicou uma carta aberta no X, fixando-a no topo de seu perfil e cobrando lealdade: “Quando você nos procurou, lá no início da sua jornada, para pedir nosso apoio político, você assumiu um compromisso.”¹⁰⁴ Relembrou ter assegurado a legenda para a candidatura da deputada em 2018 contra resistências internas e classificou suas declarações como “totalmente inaceitáveis, na forma, por terem sido feitas abertamente, e no conteúdo, por se insurgirem contra a liderança que a projetou”. Numa *live* de 37 minutos gravada na mesma noite, o tom subiu: “Se quiser dar opinião da arquibancada, retire a camisa do Bolsonaro, renuncie ao mandato e siga sua trajetória sozinha.”¹⁰⁵

O ultimato traduz uma engrenagem que opera sob regras nítidas. No interior do PDB, consolida-se uma cobrança rígida por alinhamento público, baseada na manifestação visível e reiterada de gratidão. O desvio de tal conduta dificilmente passa despercebido em um sistema no qual a trajetória de cada aliado fica registrada em vídeos, fotos e postagens. O acervo digital funciona como prova material de engajamento e, por extensão, de uma dívida simbólica permanente. A lógica mimetiza o que Mauss identificou nas sociedades tradicionais: quem recebe um benefício contrai um compromisso moral. Essa contrapartida não se esgota – e a recusa em se retribuir o favor político é imediatamente interpretada como traição, abrindo caminho para o linchamento virtual. No ambiente das redes, a

104. Eduardo Bolsonaro repreende Ana Campagnolo em apoio ao irmão. *ND Mais*, 04/11/25. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-repreende-ana-campagnolo-em-apoio-ao-irmao/>. Acesso em 30 maio 2026.

105. Eduardo dispara contra Campagnolo: ‘Se quiser dar opinião, renuncie ao mandato’. *Jornal Razão*, 05/11/25. Disponível em: <https://jornalrazao.com/politica/eduardo-dispara-contr-a-campagnolo-se-quiser-dar-opiniao-renuncie-ao-mandato/>. Acesso em 30 maio 2026.

dinâmica ganha escala inédita e a evidência do apoio recebido no passado, devidamente arquivada, pode ser reativada a qualquer momento, sendo cobrada diante de audiências amplas e simultâneas, com danos sérios à reputação dos atores.

Campagnolo devolveu a crítica no mesmo tom público, mas deslocando estrategicamente o argumento. Lembrou que o próprio Eduardo já havia discordado de seu pai quando surgiu a possibilidade de Tarcísio ser lançado à presidência, perguntando: “Por que você pode manifestar sua contrariedade e os outros aliados não? Você quer fidelidade ou temos que obedecer e atender as vontades de cada membro da família?”¹⁰⁶ A formulação escancarava uma contradição no sistema de alianças do PDB: a deputada reivindicava o direito à voz, nos termos de Hirschman (1970), isto é, a possibilidade de permanecer dentro da organização sem abrir mão de tensionar seus rumos. O questionamento revelou que a cobrança de gratidão funciona, nesse arranjo, como uma engrenagem de coerção que tenta converter alinhamento em obediência e restringir a contestação que a própria fidelidade pressupõe.

O episódio também expôs fissuras dentro da própria família. Michelle Bolsonaro publicou que estava “fechada com a Carol de Toni, independentemente da sigla partidária”¹⁰⁷, posição interpretada como afronta direta a Carlos. Flávio Bolsonaro tentou encerrar a polêmica com tom militar: “No exército do pai,

106. Ana Campagnolo mantém oposição a Carlos Bolsonaro no Senado por SC. *ND Mais*, 05/11/25. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/ana-campagnolo-mantem-oposicao-a-carlos-bolsonaro-no-senado-por-sc-apoio-aos-catarinenses/>. Acesso em 30 maio 2026.

107. ‘Estou fechada com a Carol de Toni’, diz Michelle. *O Antagonista*, 04/11/25. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/crusoe-estou-fechada-com-a-carol-de-toni-diz-michelle/>. Acesso em 30 maio 2026.

não se questiona comandante.”¹⁰⁸ Mas Campagnolo não recuou. Em fevereiro de 2026, o PL manteve Carol de Toni na chapa ao lado de Carlos Bolsonaro, numa solução de compromisso que validava a posição que Ana havia defendido desde o início. Tal acomodação mostrou que, no partido digital, quando o custo de reprimir a dissidência se torna alto demais, a organização é capaz de absorvê-lo. Assim, a lealdade organiza o conflito, mas também impõe seus limites.

O acontecimento permite observar que, no interior do PDB, a disciplina se sustenta também pela capacidade de transformação de relações passadas em instrumentos ativos de regulação do comportamento presente. A mobilização da dívida simbólica funciona como uma engrenagem que baliza expectativas e define os termos legítimos da divergência, operando como forma de controle distribuído sem mediações formais. Ao mesmo tempo, a reação de Ana Campagnolo evidencia que tal lógica encontra pontos de inflexão quando a cobrança se torna excessiva ou assimétrica, abrindo margem para contestações e rearranjos internos. Nesse sentido, o caso ilumina um dos princípios de funcionamento do PDB: a coerção como resultado de um equilíbrio instável entre a exigência de fidelidade e a flexibilidade para absorver o dissenso, no qual a hierarquia se mantém pela organização do conflito dentro de limites reconhecíveis.

108. Flávio Bolsonaro dá bronca em Ana Campagnolo: ‘No exército do pai, não se questiona comandante’. *ND Mais*, 07/11/25. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/flavio-bolsonaro-candidatura-carlos-bolsonaro-senado/>. Acesso em 30 maio 2026.

O réu que ninguém defendeu

No sexto e último episódio analisado, o embate se expressa por meio do esgarçamento das cadeias de lealdade diante do aumento do custo de sustentação pública de um ator específico. Em 22 de setembro de 2025, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ofereceu denúncia no âmbito do Inquérito 4.995 contra Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo pelo crime de coação no curso do processo (Art. 344 do Código Penal). A acusação asseverou que as articulações da dupla nos Estados Unidos visavam pressionar e atemorizar ministros do Supremo Tribunal Federal, utilizando a ameaça de sanções internacionais para interferir em decisões judiciais relativas a Jair Bolsonaro. O parlamentar não constituiu defensor, deixou de apresentar resposta à acusação e permaneceu em território americano, “em local incerto e não sabido”, situação que asfixiou seu poder de manobra e limitou os recursos disponíveis para salvaguardar o espaço político que mantinha. A Primeira Turma do STF recebeu a denúncia por unanimidade em novembro de 2025. Eduardo tornou-se réu, condição que abalou a posição que ele ocupava na hierarquia do PDB, já que sua imagem virou um passivo político elevado e de difícil reversão no curto prazo.

Quase ninguém do núcleo bolsonarista saiu em defesa de Eduardo – diferentemente de quando o filho do ex-presidente anunciou a mudança para os Estados Unidos –, o que evidencia uma inflexão na disposição de suporte público por parte dos atores mais centrais da legenda virtual. O contraste com a mobilização de oito meses antes era brutal: os vídeos coordenados, a estética padronizada, a cascata de apoios, nada disso se repetiu. O silenciamento generalizado de parlamentares,

influenciadores e lideranças indicava um movimento claro de distanciamento (padrão de coordenação já observado no capítulo anterior), no qual o recuo do amparo opera como forma de reposicionamento diante do novo cenário. Poucos estavam dispostos a assumir o custo político de avalizar um projeto que, ao longo do ano, se mostrou arriscado, isolado e com retorno eleitoral incerto, o que redefiniu os termos da fidelidade no coração do PDB. Afinal, a lealdade só preserva o status de um líder quando é capaz de produzir retorno político reconhecível.

Em 18 de dezembro de 2025, a Mesa Diretora da Câmara, presidida por Hugo Motta, cassou o mandato de Eduardo Bolsonaro por excesso de faltas. A erosão acumulada nos meses anteriores já havia reduzido a quase nada as cadeias de fidelidade que o ex-deputado conseguia acionar, com cada acontecimento sob análise representando um teste no qual sua capacidade de manter o protagonismo se mostrava cada vez mais limitada. O tarifaço de Trump o afastou da maioria da base; o atrito com Tarcísio restringiu sua inserção no campo institucional; o embate com Campagnolo expôs a assimetria na cobrança de lealdade; e a denúncia no STF elevou os custos de apoiá-lo a um patamar que poucos estavam dispostos a assumir. A centralidade familiar e burocrática, quando desacompanhada de lastro algorítmico e de resultados concretos, revelou-se uma condição tão frágil quanto a de Nikolas – que, em sentido inverso, acumulara engajamento massivo nas redes sem construir inserção suficiente nos mecanismos internos da legenda virtual para salvaguardar sua permanência.

Portanto, neste episódio, observa-se que o status na hierarquia depende da aptidão para se acionar suporte público em conjunturas de crise. Quando tal prerrogativa se perde, a posição de destaque erguida anteriormente deixa de produzir

disciplina e passa a evidenciar isolamento. A incapacidade de mobilização de amparo em momentos de fricção enfraquece a autoridade imediata de um ator no partido digital e reduz seu poder de influenciar os fluxos no ambiente mais amplo. Assim, a trajetória de Eduardo ao longo de 2025 permite observar como os espaços de poder se constroem e se desfazem por meio de testes sucessivos, nos quais a permanência no topo depende da eficiência em se gerar adesão efetiva sob condições de crescente pressão pública. O PDB, por sua vez, absorve tal erosão e continua em ação, descartando o projeto fracassado, redistribuindo os papéis internos e produzindo ordenamento a partir de novos alinhamentos. Isso demonstra que a propriedade de processar a queda de seus próprios protagonistas é parte vital do funcionamento partidário.

Considerações finais

Nenhuma das configurações observadas ao longo desses acontecimentos garante um degrau estável na cadeia do PDB. A legenda virtual favorece justamente a volatilidade, porque seu modo de existência – baseado em antagonismo permanente, vigilância mútua constante e produção incessante de conflitos que geram engajamento – transforma a incerteza em combustível. A cada crise, novos ordenamentos emergem, enquanto outros colapsam. A estrutura sobrevive à erosão política de seus líderes e gera sucessores potenciais, impulsionando lideranças, descartando projetos fracassados, recalibrando influências em tempo real e articulando a turbulência e a continuidade como dimensões simultâneas da dinâmica operacional. Tal volatilidade

funciona, portanto, como uma engrenagem de renovação interna e como princípio estruturante de poder.

Se, no capítulo anterior, a ênfase recaiu sobre a convergência, ou seja, sobre como atores distintos passam a falar juntos e a sincronizar suas intervenções, a análise aqui desenvolvida mostra que o alinhamento depende de processos contínuos de embate, nos quais fidelidades são testadas, espaços são ajustados e hierarquias são permanentemente recalibradas. A coordenação, nesse sentido, aparece como resultado provisório de um equilíbrio instável, produzido no coração de um ambiente marcado pela competição por visibilidade e pela necessidade de responder a pressões públicas constantes. Os episódios estudados permitem, assim, compreender que o ordenamento no interior do PDB se constrói de forma relacional e contingente, a partir da articulação entre capacidade de mobilização, inserção nas cadeias de lealdade e reconhecimento público. Nenhuma das dimensões, tomada de forma isolada, garante um status duradouro. É a combinação entre elas, continuamente testada em situações de conflito, que organiza a distribuição de influência no ecossistema e define quais agentes conseguem sustentar o protagonismo ao longo do tempo.

Nesse quadro, a fidelidade se consolida como uma engrenagem organizadora dos embates, operando como o princípio que regula o pertencimento, orienta alinhamentos e delimita as margens legítimas de divergência. Longe de se apresentar como uma adesão estática, ela assume um caráter condicional e situacional, dependente da avaliação contínua dos custos e benefícios associados à sua exibição pública – o que reforça a natureza processual do ordenamento e da própria estrutura partidária. A análise desenvolvida neste capítulo complementa

o argumento construído anteriormente ao demonstrar que a aptidão de coordenação do PDB provém da forma como o conflito é processado nas cadeias de lealdade, gerando efeitos diretos sobre a hierarquia. É nesse movimento que o arranjo adquire consistência institucional, operando por meio da articulação entre convergência e concorrência, estabilidade provisória e recomposição contínua.

É a partir dessa dinâmica que se torna possível avançar para a etapa seguinte, na qual o foco se desloca para um cenário específico: conjunturas de exposição pública concentrada em que as hierarquias, produzidas ao longo do tempo, são submetidas a condições ampliadas de visibilidade. Nesses contextos, a fidelidade deixa de operar apenas como um pressuposto relacional e passa a se expressar como prática observável, permitindo examinar como os alinhamentos são explicitados, testados e reconhecidos diante de uma audiência massiva. Trata-se de episódios nos quais a superexposição reorganiza os incentivos à ação, tornando mais nítidas as escolhas de engajamento e seus efeitos sobre a distribuição de prestígio na legenda virtual. A comparação direta entre os atores, sob condições de atenção direcionada, permite observar com maior precisão as engrenagens que sustentam ou fragilizam a situação de cada liderança. É nesse registro que se compreende como padrões recorrentes de coordenação e conflito se traduzem em performances públicas de lealdade, cujos efeitos retroagem sobre a dinâmica cotidiana do arranjo.

Bibliografia

CESARINO, Leticia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1970.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 115-127, nov. 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Obra original publicada em 1925.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Dados eleitorais das eleições de 2022*. TRE-SC, 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados eleitorais das eleições de 2022*. TSE, 2022.

05

7 de Setembro: ritual, visibilidade e ordenação interna

Carol Luck

Mércia Alves

Introdução

Entre os diversos momentos que estruturam o calendário político do bolsonarismo, o 7 de Setembro oferece uma posição privilegiada de observação do PDB. Nos dois capítulos anteriores, analisamos dimensões centrais do seu funcionamento: a coordenação cotidiana, produzida pela propagação de repertórios compartilhados nas plataformas, e a disputa por hierarquia, na qual lealdades são testadas e status se deslocam em episódios de conflito. Neste capítulo, tomamos o feriado da Independência como ponto de condensação de tais dinâmicas, quando a tríade *coordenação-lealdade-hierarquia* se torna simultaneamente observável e comparável.

Foi a partir de 2021 que o 7 de Setembro passou a reunir o ecossistema formado em torno de Jair Bolsonaro, congregando agentes com diferentes graus de inserção no partido digital. Nesse ambiente de visibilidade ampliada, o PDB começou a construir

uma cena comum e a sustentar enquadramentos reconhecíveis, demonstrando quais instâncias conseguem, de fato, orientar a base. A data, assim, funciona como uma convenção partidária informal, em que a cadeia de comando se estabiliza e, ao mesmo tempo, é posta à prova nas ruas e nas redes.

Tal formulação exige a distinção entre o protagonismo na circulação do movimento e o lugar ocupado na escala de poder da legenda virtual. Como mostrou o capítulo anterior, o destaque algorítmico pode ampliar a força política de um ator, mas o topo da organização depende também de demonstrações de lealdade, da articulação de bastidores e da capacidade de alinhamento em momentos de disputa. O 7 de Setembro torna essa relação observável porque concentra a atenção sobre uma mesma cena pública, na qual quem fala, quem é reconhecido como referência e quais conteúdos circulam depois nas redes digitais têm efeitos sobre a leitura do prestígio interno.

Nossa análise acompanha a transformação recente da data comemorativa. Em 2021, o 7 de Setembro se converteu em ritual de confronto com o Supremo Tribunal Federal e com o Tribunal Superior Eleitoral. Em 2022, foi incorporado à campanha de reeleição de Jair Bolsonaro e à tentativa de apresentar as ruas como prova de apoio popular majoritário. Em 2023, sob o governo Lula, a estratégia se voltou para o boicote, convertendo ausência em gesto político. Em 2024, a manifestação passou a revelar com mais nitidez os mecanismos de ordenação interna do bolsonarismo, em uma cena atravessada pela disputa eleitoral municipal. Em 2025, a ausência física do líder direcionou os holofotes para a reorganização do campo e para a indefinição dos papéis de liderança. Ao acompanhar essa sequência, o capítulo mostra que o marco anual, sob a estrutura digital, transformou coordenação em ação política concreta, com

capacidade de tornar posições mais legíveis, sustentar linhas discursivas e processar conflitos diante da base.

Rua, rede e prova de força

A guinada que converteu o 7 de Setembro de 2021 em um ritual de confronto ocorreu em meio à escalada de tensões entre Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal. Naquele momento, a mais alta corte do país conduzia investigações sobre desinformação e ataques às instituições.¹⁰⁹ Pouco antes do ato, a proposta de voto impresso havia sido derrotada na Câmara dos Deputados,¹¹⁰ o que fez o mandatário intensificar a ofensiva contra a legitimidade do pleito que se avizinhava. Ao longo daquele ano, o então presidente questionou repetidamente as urnas eletrônicas, associou a realização do pleito sem o modelo impresso à possibilidade de fraude e passou a apresentar o STF e o TSE como obstáculos à sua permanência no poder.¹¹¹ Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos que alcançavam o núcleo aliado, tornou-se o principal alvo dessa retórica; Luís Roberto Barroso, então presidente da corte eleitoral, era atacado por defender a segurança do sistema de votação.

109. STF autoriza investigação contra Bolsonaro no inquérito das fake News. *BBC Brasil*, 04/08/21. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58095228>. Acesso em 30 maio 2026.

110. Em derrota para Bolsonaro, Câmara rejeita e arquiva PEC do voto impresso. *G1*, 10/08/21. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/10/em-derrota-para-bolsonaro-camara-rejeita-e-arquiva-pec-do-voto-impresso.ghtml>. Acesso em 30 maio 2026.

111. Bolsonaro criticou sistema eleitoral mais de 20 vezes em 2021. *Poder360*, 25/12/21. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral-mais-de-20-vezes-em-2021/>. Acesso em 30 maio 2026.

O palco físico do tensionamento foi a Avenida Paulista, onde cerca de 125 mil pessoas testemunharam o mandatário entrar em confronto direto com o Judiciário. Ao chamar Alexandre de Moraes de “canalha” e afirmar que não cumpriria suas decisões, o discurso selou o caráter beligerante do evento, dramatizando a oposição entre o movimento e os limites impostos pelas instituições de controle. Essa primeira grande mobilização organizou-se sob a condução quase absoluta da figura presidencial; o ato operava como extensão pública de sua liderança, restando aos demais atores o papel de sustentação de seu prestígio. O episódio, contudo, já reunia os componentes que estruturaram o PDB nos anos seguintes: a convocação digital, a ocupação do espaço público, a apropriação de símbolos nacionais como linguagem de contestação e o uso da massa nas ruas como demonstração de poder político.

A dimensão online do chamado indica que a mobilização já dependia de mecanismos de coordenação externos às estruturas partidárias formais. Segundo reportagem do *Núcleo Jornalismo*, apenas 12% dos perfis que publicaram sobre os atos no X foram responsáveis por impulsionar mais de dois terços dos conteúdos a respeito do 7 de Setembro.¹¹² A concentração na difusão mostra que a presença massiva na Avenida Paulista vinha acompanhada de uma ativação altamente organizada nas redes, capaz de escalar o engajamento e fixar o sentido político do evento. Desde aquele momento, a força do marco dependia da articulação intrínseca entre rua e rede: a ocupação física gerava os registros para as plataformas, e o ecossistema digital convertia o material em demonstrações de lealdade, ameaça e pressão institucional.

112. No Twitter, apenas 12% dos perfis tentam bombar manifestações do 7 de setembro. *Núcleo*, 02/09/21. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/reportagem/2021-09-02-twitter-manifestacao-concentracao/>. Acesso em 30 maio 2026.

Em 2022, no bicentenário da Independência, o ritual foi incorporado à campanha de reeleição de Jair Bolsonaro. Os atos mantiveram o repertório de confronto institucional do ano anterior – com críticas ao STF e questionamentos à lisura do sistema de votação –, mas passaram a desempenhar uma função pragmática mais explícita. Os registros de multidões em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília circularam como demonstração de apoio popular majoritário e como contraponto às pesquisas que indicavam a vantagem de Lula. A rua era mobilizada, nesse contexto, como evidência visual para deslegitimar os instrumentos ordinários de aferição da disputa política.

A preparação digital do ato acompanhou essa mudança de escala. Segundo reportagem da *Agência Pública*, Jair Bolsonaro e seus filhos postaram 2.167 tweets desde agosto, combinando convocações para o 7 de Setembro com temas de interesse do comitê eleitoral. No mesmo período de 2021, os quatro haviam feito 566 publicações.¹¹³ Em grupos de Telegram e WhatsApp, entre as mensagens de estímulo aos atos, a reeleição aparecia como assunto principal, seguida por críticas ao STF.¹¹⁴ O antagonismo institucional do ano anterior era, assim, reorganizado pela temporalidade da campanha.

A nova dinâmica alterou a função política do ritual. Bolsonaro permaneceu no centro, mas a eficácia do evento passou a depender também da capacidade de outros atores

113. Redes bolsonaristas usam Lula, PT e religião na convocação para o 7 de setembro. *Agência Pública*, 06/09/22. Disponível em: <https://apublica.org/sentinelas/2022/09/redes-bolsonaristas-usam-lula-pt-e-religiao-na-convocacao-para-o-7-de-setembro/>. Acesso em 30 maio 2026..

114. 7 de Setembro é instrumentalizado como ‘datapovo’ em grupos bolsonaristas. *Folha de S. Paulo*, 07/09/22. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/7-de-setembro-e-instrumentalizado-como-datapovo-em-grupos-bolsonaristas.shtml>. Acesso em 30 maio 2026.

transformarem a presença de rua em argumento eleitoral. Postagens de lideranças e influenciadores selecionavam registros da multidão, associando o comparecimento físico à existência de uma maioria bolsonarista para reforçar a suspeição contra pesquisas e urnas.



Postagens similares expondo o tamanho das manifestações com a narrativa de que Bolsonaro tinha apoio massivo da população e as pesquisas eleitorais não seriam confiáveis.

O circuito de retroalimentação – com a presença física fornecendo insumos para a propagação online e esta atribuindo sentido político aos atos nas ruas – ganhou contornos ainda mais nítidos a partir da reação institucional. Quando o TSE proibiu a campanha de Bolsonaro de utilizar as imagens oficiais do evento,¹¹⁵ a decisão foi rapidamente convertida pela base digital em evidência de censura e perseguição. A restrição judicial acabou por alimentar a narrativa que pretendia conter, transformando o veto ao uso dos registros em novo combustível para a mobilização.

115. Ministro do TSE impede Bolsonaro de usar imagens de atos oficiais do 7 de Setembro na propaganda eleitoral. G1, 11/09/22. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/09/11/ministro-do-tse-impede-bolsonaro-de-usar-imagens-de-atos-oficiais-do-7-de-setembro-na-propaganda-eleitoral.ghtml>. Acesso em 30 maio 2026.

Em 2023, a derrota eleitoral de Bolsonaro, a posse de Lula e os atentados golpistas de 8 de janeiro alteraram drasticamente a configuração do ritual. Já sob a gestão do novo presidente, o governo federal buscou reinscrever a data no calendário oficial, com a retomada do desfile cívico-militar em Brasília e a tentativa de projetar normalidade institucional após a crise de janeiro. O bolsonarismo, por sua vez, deslocou a disputa para outro registro. A orientação predominante entre as lideranças fiéis ao ex-presidente foi evitar a mobilização presencial e transformar o esvaziamento do ato em gesto político¹¹⁶. A coordenação, naquele período, assumiu a forma do boicote. Carlos Jordy afirmou que o “brasileiro patriota” deveria “dar um recado” e não ocupar as ruas, deixando a esquerda “passar vergonha” com um evento deserto. Bia Kicis postou: “Nada a comemorar em 7 de Setembro. Fique em casa”. Jorge Seif convocou apoiadores a não prestigiarem as celebrações públicas, diretriz reforçada por Silas Malafaia. As formulações variaram, mas convergiram para uma narrativa comum: comparecer à celebração sob nova gestão significaria aderir a uma cena organizada pelo adversário; permanecer em casa passava a operar como demonstração pública de lealdade.



116. Bolsonaristas divulgam nas redes boicote ao 7 de Setembro. *Veja*, 05/09/23. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaristas-divulgam-nas-redes-boicote-ao-7-de-setembro/>. Acesso em 30 maio 2026.

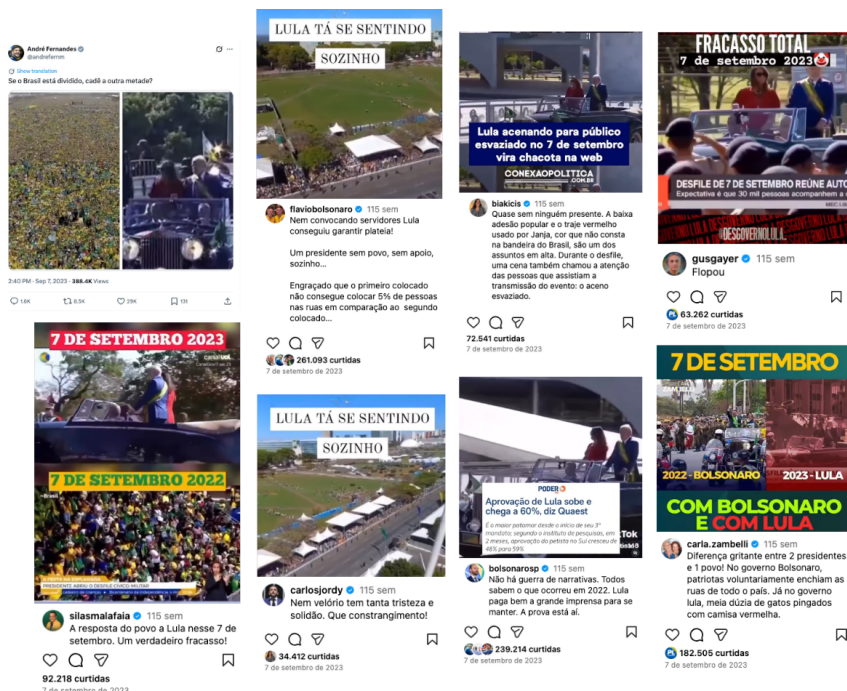


Bolsonaristas orientam apoiadores a esvaziarem as comemorações do 7 de Setembro como gesto patriótico de luto e resistência.

A eficácia do boicote evidenciou uma transformação na mecânica do partido digital. Se nos ciclos anteriores a demonstração de poder político dependia da ocupação física das avenidas e da subsequente propagação dos registros, em 2023, a própria ausência converteu-se no principal ativo da mobilização. A estrutura do PDB preservou sua capacidade de alinhamento ao unificar o recuo da base, conferindo um significado político deliberado ao esvaziamento das praças. A autoridade interna, portanto, manifestou-se na produção de uma disciplina à distância: as lideranças que conseguiram transformar a recusa ao espaço público em conduta coletiva compartilhada cancelaram sua força de direção sobre o movimento.

No próprio dia 7, a coordenação se completou com o compartilhamento de uma mesma leitura nas redes. Perfis bolsonaristas espalharam registros do desfile oficial em Brasília e de avenidas desertas como prova do “fiasco” da gestão petista, comparando o cenário daquele momento às multidões de 2022. Postagens de Flávio Bolsonaro, Carlos Jordy, Nikolas Ferreira, André Fernandes, Gustavo Gayer, Carla Zambelli e Silas Malafaia reforçaram a narrativa: a escassez de pessoas demonstraria a falta de apoio popular ao governo e manteria

sob suspeita o resultado eleitoral de 2022. A ausência, portanto, prolongou a disputa em torno da efeméride, convertendo-se em evidência digitalmente disputada que permitiu ao bolsonarismo transformar a não ocupação do espaço público em um novo recurso de contestação política.



Coordenação digital bolsonarista para impulsionar a narrativa de ‘fracasso’ de Lula.

O carro de som como plenário

Antes da consolidação de mobilizações centralizadas sob o a liderança do ex-presidente, as manifestações da direita na Avenida Paulista apresentavam uma dinâmica mais dispersa. Diferentes grupos ocupavam o asfalto com seus carros de som, que funcionavam como palanques nos quais lideranças

distintas discursavam para parcelas específicas da população. A multiplicidade de palcos expressava um movimento menos ordenado, em que atores, pautas e referências políticas disputavam a atenção dos presentes de modo simultâneo.

Nos anos seguintes, tal disposição mudou. As manifestações passaram a se organizar em torno de um único trio elétrico, que assumiu a função de palco central do evento. Dele saem as principais falas, produzem-se os registros visuais de maior alcance e define-se quem tem autorização para se posicionar ao lado das figuras reconhecidas pelo núcleo da liderança. O controle do palanque, portanto, é decisivo, já que concentra o discurso oficial da mobilização. Estar sobre o veículo significa integrar a cena principal; ser excluído dele equivale a permanecer em posição lateral tanto diante da base presente quanto da audiência online.

Um artigo do sociólogo Jonas Medeiros publicado na revista *piauí*¹¹⁷ permite observar a organização interna do ato público, evidenciando como a rua se estrutura de forma a distribuir e cancelar posições. A concentração das falas no topo do veículo, o protagonismo de parlamentares e lideranças religiosas e o trânsito de influenciadores que orbitam o núcleo do evento indicam que as condições de intervenção são profundamente assimétricas. Ao mesmo tempo, a tentativa recorrente de diferentes atores de acessar o palanque – ou de gerar conteúdo a partir da própria participação na cena – revela que o topo do trio elétrico opera como um objeto de disputa rigidamente controlado. Nesse cenário, a convergência de discursos, a repetição de narrativas e o próprio desenho da encenação

117. As placas tectônicas do Sete de Setembro. Revista *piauí*, set. 2024. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/web/bolsonaro-marcal-7-setembro/>. Acesso em 30 maio 2026.

tornam visíveis os padrões de orquestração que orientam a base e estruturam a leitura do acontecimento.

Tal rearranjo nos ajuda a compreender o 7 de Setembro como uma convenção informal. A centralização do palco possibilita que as ruas operem como espaço de ordenação interna do bolsonarismo. Ao concentrar a mobilização em um foco comum e único, o ato torna a hierarquia entre os atores mais explícita do que ela se apresenta no cotidiano das plataformas, em que a disputa por engajamento ocorre de maneira dispersa. Em 2024, o modelo organizacional materializou-se com nitidez na Avenida Paulista, quando o controle do microfone e o acesso ao palanque converteram-se no próprio epicentro da disputa política.

A convenção informal em funcionamento

O 7 de Setembro de 2024 inscreveu-se num contexto de tensão institucional acentuada. Na semana anterior, o ministro Alexandre de Moraes havia determinado a suspensão da plataforma X (antigo Twitter) no Brasil, no âmbito de investigações sobre desinformação e milícias digitais¹¹⁸ – medida que o ecossistema bolsonarista enquadrrou como censura e ataque à liberdade de expressão. O mote central do ato foi o enfrentamento ao STF e a Alexandre de Moraes, com referências recorrentes ao impeachment do magistrado, à anistia dos presos do 8 de Janeiro e ao repúdio às decisões da Corte. No campo eleitoral, a

118. Moraes determina bloqueio do X no Brasil após Elon Musk descumprir decisão judicial. *BBC Brasil*, 30/08/24. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz28359d4o>. Acesso em 30 maio 2026.

disputa pela prefeitura de São Paulo opunha o prefeito Ricardo Nunes (MDB) – candidato à reeleição apoiado por Jair Bolsonaro e pelo governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos) – a Pablo Marçal (PRTB), influenciador digital, empresário e coach que vinha crescendo nas pesquisas com discurso conservador, retórica meritocrática e postura antissistema.

A concentração na Paulista reuniu cerca de 45,4 mil pessoas, um contingente consideravelmente menor do que os 185 mil cidadãos que haviam participado da mobilização de 25 de fevereiro daquele mesmo ano, convocado em solidariedade ao ex-presidente diante do avanço de seus processos judiciais.¹¹⁹ O que a redução de público obscurecia, a leitura da cena permitia revelar. Jonas Medeiros¹²⁰ identificou ao menos três agendas operando simultaneamente na avenida, cuja coexistência expunha a efeméride como uma arena na qual diferentes projetos internos disputavam espaço sem que nenhuma instância formal arbitrasse o resultado. A primeira dessas correntes concentrava-se no trio elétrico principal, comandado por Silas Malafaia e Jair Bolsonaro, tendo como foco o grito de “Fora Moraes”, a campanha pró-impeachment do ministro e a defesa da anistia aos detidos no 8 de Janeiro. Os discursos, entretanto, repetiam o repertório de mobilizações anteriores, despertando visível apatia na plateia. O pastor não conseguiu manter o monopólio da palavra, já que, além da estrutura central, funcionavam outros dois veículos menores, com pautas próprias.

119. Ato na Av. Paulista expõe racha no bolsonarismo. CNN, 08/09/24. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ato-na-av-paulista-expoe-racha-no-bolsonarismo/>. Acesso em 30 maio 2026.

120. As placas tectônicas do Sete de Setembro. *Revista piaui*, set, 2024. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/web/bolsonaro-marcal-7-setembro/>. Acesso em 30 maio 2026.

A segunda vertente era estritamente eleitoral, marcada por adesivos, santinhos e panfletos de candidatos a vereador – majoritariamente do PL – espalhados pelo chão. A grande ausência analítica foi a de Ricardo Nunes. Embora estivesse fisicamente posicionado ao lado do ex-presidente, o prefeito permaneceu invisível, sem material de campanha nas ruas, sem menção nos microfones e sem voz no palanque. Já a terceira agenda operou de forma subterrânea, revelando-se a mais significativa do ponto de vista crítico. Pablo Marçal chegou à Paulista quando o trio elétrico principal encerrava as atividades e tentou acessar a estrutura, mas foi barrado. O episódio ilustra o mecanismo disciplinar do rito em ação e confirma que o palanque funciona como o plenário da convenção informal, definindo quem tem voz, em qual ordem e sob quais condições, além de distinguir quem discursa de quem apenas figura no palco – ou de quem é sumariamente impedido de subir.

O candidato do PRTB, porém, subverteu parcialmente tal controle. Ele produziu 36 cortes para as mídias digitais a partir de sua passagem pela avenida, incluindo um registro que ultrapassou 6 milhões de visualizações.¹²¹ Medeiros, que presenciou o frisson provocado por Marçal no chão do protesto, cercado por câmeras, formulou com precisão: o influenciador “valorizou sua marca a um baixíssimo custo, sabendo que sairia no lucro de qualquer jeito: se o convidassem para o carro de som, seria ovacionado; como não o fizeram, pôde posar de vítima de poderosos”.

O episódio expôs a tensão estrutural entre a hierarquia analógica do palanque e a fluidez do ambiente online. Se o controle da

121. Ato na Av. Paulista expõe racha no bolsonarismo. *CNN*, 08/09/24. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ato-na-av-paulista-expoe-racha-no-bolsonarismo/>. Acesso em 30 maio 2026.

palavra presencial pretendia sustentar a ordem interna da convenção informal, a capacidade de *viralização* nas redes tensionou os limites desse mecanismo disciplinar. Como documentou o capítulo sobre as cadeias de lealdade, a imposição de condutas pelo partido digital funciona com eficácia contra atores periféricos, mas encontra barreiras quando o agente excluído dispõe de lastro algorítmico e base própria consolidada. No caso de Marçal, ele dominou a gramática das plataformas a ponto de converter o próprio veto ao palco em capital político.

Enquanto Marçal operava pelo chão, Nikolas Ferreira dominava o palco e, a partir dele, as redes. Seu discurso, no qual chamou Alexandre de Moraes de “tirano” e “criminoso” e pediu anistia aos presos do 8 de Janeiro,¹²² converteu-se no conteúdo de maior repercussão nos ambientes online da extrema direita naquela semana.¹²³ A imagem do deputado no topo do trio elétrico, diante de milhares de telas erguidas capturando a cena, condensou o momento em que a proeminência algorítmica – construída pela capacidade de engajamento virtual – ganhou materialidade espacial no palco físico. Dias antes, Nikolas e o senador Cleitinho haviam publicado postagens em defesa da candidatura de Marçal, tensionando diretamente o arranjo de Jair Bolsonaro com Nunes. O embate entre a pressão da base digital e as amarras da articulação partidária inscrevia-se, assim, na própria coreografia do evento.

Lido em conjunto, o 7 de Setembro de 2024 apresentou a estrutura de uma convenção partidária informal na qual

122. Em ato na Paulista, Nikolas chama Moraes de ‘tirano’ e ‘criminoso’. O *Tempo*, 07/09/24. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/congresso/2024/9/7/em-ato-na-paulista--nikolas-chama-moraes-de--tirano--e--criminosos>. Acesso em 30 maio 2026.

123. Comparação de engajamento: *Análise de Episódios PDB*, nov. 2025.

confluíram e se hierarquizaram diferentes projetos internos. O veículo central funcionou como plenário e a dinâmica eleitoral no asfalto atuou como corredor de negociação, no qual candidaturas se exibiam e buscavam legitimidade. Em paralelo, a movimentação de Marçal desenhou uma postulação insurgente que testou os limites da disciplina no PDB e expôs as fragilidades da legenda. A configuração do ritual revelou que o arranjo interno era mais frágil do que a aparência de unidade sugeria: Malafaia não monopolizou a palavra, Bolsonaro não empolgou, Nunes permaneceu invisível e o nome mais popular entre os manifestantes foi justamente aquele que a organização tentou banir do palanque.

A convenção sem o líder

O ano de 2025 impôs um teste inédito à engenharia do partido digital: pela primeira vez, a mobilização do 7 de Setembro, batizada sob o lema *Reaja Brasil*, precisou funcionar sem a presença física de Jair Bolsonaro no comando das massas. Na mesma semana do protesto, a Primeira Turma do STF dava andamento ao julgamento que culminaria, dias depois, na condenação do ex-presidente a 27 anos e três meses de prisão por organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Assim, já em reclusão domiciliar, por determinação de Alexandre de Moraes, e privado do uso de plataformas online, Bolsonaro não compareceu à Paulista – e a vacância no palanque reorganizou a arquitetura do acontecimento. Embora a centralidade simbólica da liderança

permanecesse intocada, a ocupação prática passou a gravitar em torno de novos atores.

A convocação foi liderada por Silas Malafaia, único organizador presente no carro de som central pelo segundo ano consecutivo. A ocupação da cena, contudo, foi assumida por Michelle Bolsonaro e pelo governador Tarcísio de Freitas. A ex-primeira-dama adotou uma linha marcadamente emotiva e religiosa, denunciando o que chamou de “vingança judicial e política”, apontando perseguição à sua família e recorrendo a apelos de fé. Tarcísio, por sua vez, utilizou um tom radicalmente distinto do pragmatismo que vinha cultivando até então e atacou diretamente o STF. Classificou a atuação do Judiciário como “tirania”, defendeu a anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro e exigiu que o Congresso pautasse a matéria.¹²⁴ A inflexão de registro configurou uma quebra calculada na imagem de moderação institucional do governador, cujo custo político revelou-se imediatamente mensurável. Segundo dados da Palver, aproximadamente 60% das interações sobre o chefe do Executivo paulista naquela semana foram negativas. Nas redes de esquerda, as críticas centraram-se na condescendência com os atos golpistas; no ecossistema da direita radical, setores mais intransigentes carimbaram-no como um “potencial traidor”. O apoio explícito ao governador restringiu-se a apenas 4% do volume monitorado.¹²⁵

124. Bolsonaristas se reúnem na Paulista e pedem anistia aos envolvidos na trama golpista. *Folha de S. Paulo*, 07/09/25. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/09/bolsonaristas-se-reunem-na-paulista-e-pedem-anistia-aos-envolvidos-na-trama-golpista.shtml>. Acesso em 30 maio 2026.

125. Independência do Brasil é marcada por pedidos de intervenção estrangeira. *Folha de S. Paulo*, 08/09/25. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/encaminhado-com-frequencia/2025/09/independencia-do-brasil-e-marcada-por-pedidos-de-intervencao-estrangeira.shtml>. Acesso em 30 maio 2026.

Do ponto de vista analítico, o cenário revela-se altamente explicativo porque confirma que a ocupação do trio elétrico principal, espaço de maior visibilidade do ritual, impõe custos reais. A convenção partidária informal oferece vitrine, mas também cobra seu preço. Adotar a gramática extremista do movimento quando se operava, até então, no registro da moderação institucional significou, para Tarcísio, submeter-se ao escrutínio implacável da base digital. A posição conquistada no palanque físico pode ser duramente tensionada nas plataformas online na mesma semana, e o revés sofrido pelo governador evidencia que o 7 de Setembro funciona simultaneamente como arena de acumulação e de teste.

Já Nikolas Ferreira, protagonista absoluto da mobilização no ano anterior, não compareceu ao ato de 2025. O deputado optou por participar de um evento paralelo em Belo Horizonte, capital do seu estado natal e principal reduto de sua base eleitoral.¹²⁶ Enquanto nos ciclos anteriores os discursos inflamados do parlamentar no palanque dominaram as redes, o vídeo de maior engajamento que ele publicou no feriado da Independência, acumulando mais de 2,4 milhões de curtidas, não trazia registros da rua. Tratava-se de um meme de entretenimento digital no qual Nikolas dublava uma fala do vilão Thanos, do filme *Vingadores*, listando seus “sonhos”: Bolsonaro eleito presidente, o Brasil conquistando a Copa do Mundo, imagens satíricas de Lula e Alexandre de Moraes presos e o lançamento da nova edição do jogo *Grand Theft Auto*.¹²⁷

126. Em BH, Nikolas defende que anistia será aprovada e manda recado para Alcolumbre: ‘covarde’. *O Tempo*, 07/09/25. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/2025/9/7/em-bh-nikolas-diz-que-anistia-sera-pautada-e-manda-recado-para-alcolumbre-covarde>. Acesso em 30 maio 2026.

127. Post de Nikolas Ferreira no Instagram em 07/09/2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DOUVy7XETPZ/>. Acesso em 30 maio 2026.

A ausência de Nikolas na Paulista replicou, em escala ritual, o padrão documentado nos capítulos anteriores. Sua capacidade singular de produzir engajamento permaneceu incontestável, mas a proeminência algorítmica não se converteu automaticamente em um assento no centro da convenção informal. Ao se manter fora da cena principal, o deputado preservou capital próprio e evitou arcar com os ônus de um alinhamento mais explícito em meio à reorganização do campo. A reação nos comentários, por sua vez, constituiu uma cobrança disciplinar vinda de baixo, evidenciando que a base operava como instância de vigilância distribuída, pressionando por coerência e punindo gestos considerados desviantes.

Tal vigilância e a própria reorganização de forças não se limitaram, contudo, aos marcos geográficos do país. Um novo elemento estético e geopolítico dominou a repercussão daquela concentração: uma bandeira gigante dos Estados Unidos, estendida por manifestantes no asfalto da Avenida Paulista. A imagem propagou-se rapidamente pelas plataformas, expondo a transnacionalização crescente do imaginário político bolsonarista. Em um rito historicamente estruturado pela apropriação de símbolos nacionais, a presença ostensiva do pavilhão norte-americano introduziu uma evidente tensão no repertório patriótico da mobilização, deslocando os códigos visuais que organizavam a identificação coletiva até então. Esse realinhamento estético ganhou tração profunda dias depois, quando o assassinato do ativista conservador norte-americano Charlie Kirk – apontado pelo deputado Gustavo Gayer como “o Nikolas Ferreira dos EUA” – mobilizou as redes brasileiras. O trágico episódio gerou, no ecossistema online extremista, um volume de engajamento

três vezes superior aos registros de maior repercussão sobre o próprio 7 de Setembro.¹²⁸ A comparação indicava que, em 2025, a disputa simbólica daquela corrente já não se restringia à cena doméstica, mas ancorava-se em referências diretamente associadas ao trumpismo e à nova direita global.

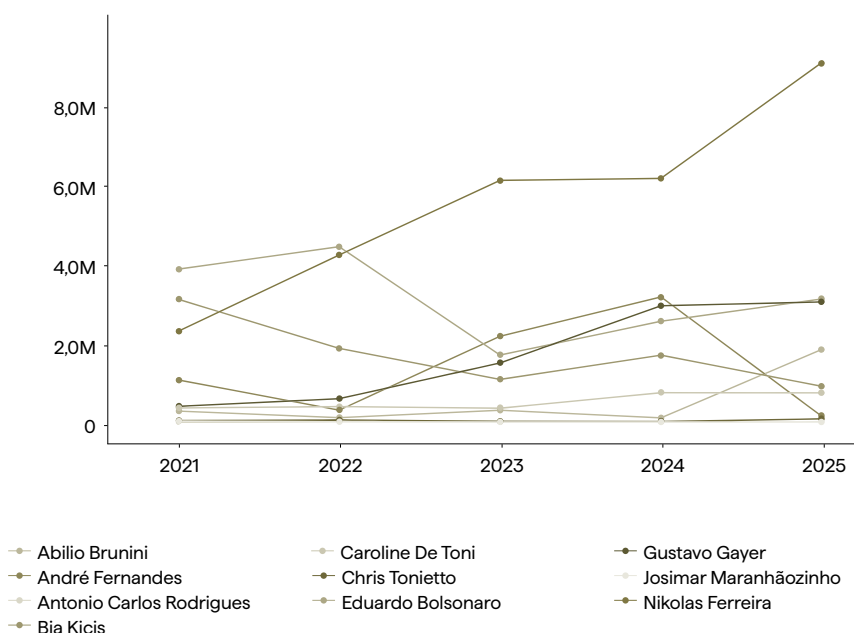
As diferenças na configuração do palanque em 2024 e 2025 sintetizam o argumento deste capítulo. No primeiro ano, discursaram na Paulista Jair Bolsonaro, Silas Malafaia, Tarcísio de Freitas, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli, Bia Kicis, Gustavo Gayer e Magno Malta. No ciclo seguinte, a palavra ficou restrita a Malafaia, Tarcísio, Michelle Bolsonaro, Sóstenes Cavalcante e Deltan Dallagnol – uma rotação quase completa dos porta-vozes. O que as legendas tradicionais processam em convenções formais, como a definição de quem assume o proscênio, quem é deslocado para os bastidores ou quem emerge como nova liderança, o PDB opera no rito anual do 7 de Setembro, sob as lentes dos celulares e com audiência simultânea no asfalto e nas redes sociais. O teste de força já não mede apenas a capacidade de se aglutinar massas ou viralizar imagens de multidões. A engrenagem passa a aferir a eficácia do partido digital em ordenar um ambiente no qual a centralidade simbólica do líder permanece intocada, mas cuja ausência física torna flagrantes as disputas por protagonismo, autenticidade e reconhecimento.

128. Charlie Kirk foi assassinado em 10 de setembro de 2025. Comparação de engajamento: *Análise de Episódios PDB*, nov. 2025.

Engajamento, visibilidade e disputa por posição

A apropriação do 7 de Setembro como rito político evidencia a habilidade da legenda virtual de instrumentalizar o universo mais amplo da direita conservadora. Ao se instalar no coração da rede, a organização aprendeu a operar a data como infraestrutura estratégica de ordenação interna. O evento oferece visibilidade previsível, repertório compartilhado e uma base previamente mobilizada, arranjo que reduz custos operacionais e amplia o poder de se testar dinâmicas de alinhamento em larga escala. Dentro desse ambiente, torna-se possível monitorar a intensidade das convocações, a sustentação dos enquadramentos centrais, os distanciamentos táticos e as tentativas de disputa por protagonismo. A aglomeração funciona, assim, como arena privilegiada de aferição de relevância relativa, na qual o peso dos atores se traduz na sua aptidão para capturar a atenção, mobilizar públicos e manter a coerência diante do antagonismo externo. Ao concentrar visibilidade e balizar o acesso aos microfones e palanques, o rito também produz efeitos de estabilização interna, aproximando a engrenagem digital dos mecanismos de ordenação típicos das legendas tradicionais, ainda que sem se converter em institucionalização formal. Trata-se, fundamentalmente, da transformação da liturgia de rua em um laboratório para se testar, expor e reorganizar as hierarquias em disputa.

Gráfico 1. Curva de engajamento por ano – 7 de Setembro (2021-2025)

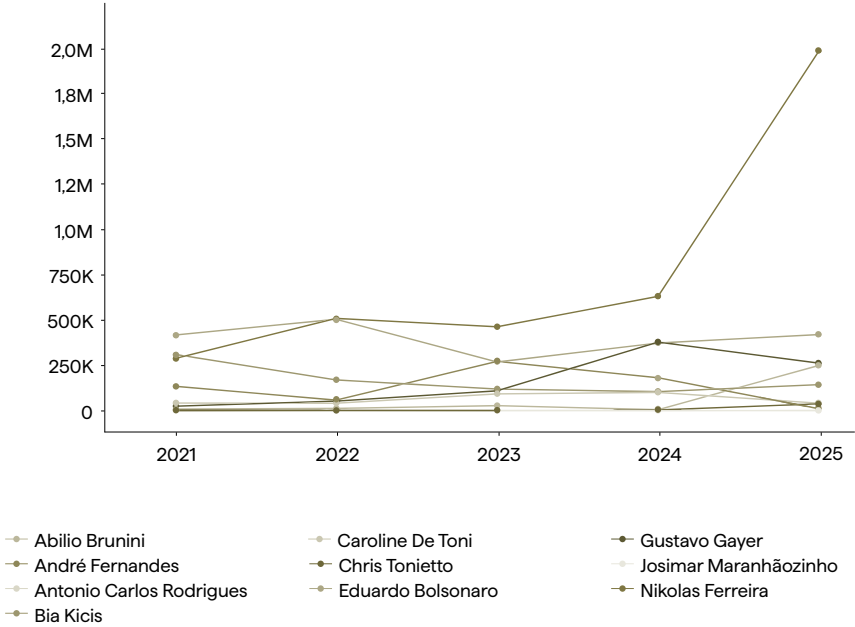


Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

No gráfico, podemos observar, em perspectiva comparativa, como o protagonismo no ambiente digital se deslocou ao longo dos anos. O movimento mais evidente é a trajetória ascendente de Nikolas Ferreira, que passou a concentrar níveis de engajamento progressivamente superiores aos demais perfis, indicando aptidão para converter o 7 de Setembro em circulação ampliada. Já Eduardo Bolsonaro partiu de uma posição elevada e perdeu intensidade ao longo do período, sem recuperar o mesmo patamar relativo, o que sugere uma inflexão na distribuição da atenção. Entre as duas forças, os demais perfis apresentaram variações mais instáveis, com picos pontuais associados

a conjunturas específicas, mas sem trajetória contínua de crescimento. Os perfis de controle, por sua vez, permaneceram em níveis baixos e estáveis, sem participação relevante nos momentos de maior intensificação. O mapeamento indica que o ritual reuniu a comunidade virtual e tornou comparável, de forma recorrente, a capacidade de cada ator de converter visibilidade em engajamento, evidenciando deslocamentos de proeminência que se acumularam ao longo do tempo.

Gráfico 2. Engajamento médio por post



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

A transição para o engajamento médio por publicação qualificou os achados anteriores ao deslocar o foco do esforço quantitativo para a capacidade real de ativação de cada conteúdo. Sob

esse prisma, o movimento mais contundente é a escalada de Nikolas Ferreira, que combinou crescimento ininterrupto com patamares colossais de resposta por postagem, indicando um alcance orgânico altamente eficiente na conversão de atenção em mobilização. No entanto, atores que antes sustentavam um volume bruto expressivo perderam eficácia unitária. O comportamento de Eduardo Bolsonaro ilustrou tal recuo: o parlamentar registrou uma queda acentuada após 2022 e, embora tenha esboçado uma reação parcial nos ciclos seguintes, jamais retomou os índices do início da série histórica, sinalizando o desgaste de seu poder de convocação por post. No pelotão intermediário, as variações revelaram-se instáveis, marcadas por espasmos de engajamento atrelados a conjunturas locais, sem fôlego para desenhar uma linha de crescimento sustentado. O mapeamento demonstrou, assim, que a proeminência na convenção informal exige mais do que a saturação de feeds: ela consagrou uma elite algorítmica capaz de extrair o rendimento máximo de cada intervenção na rede.

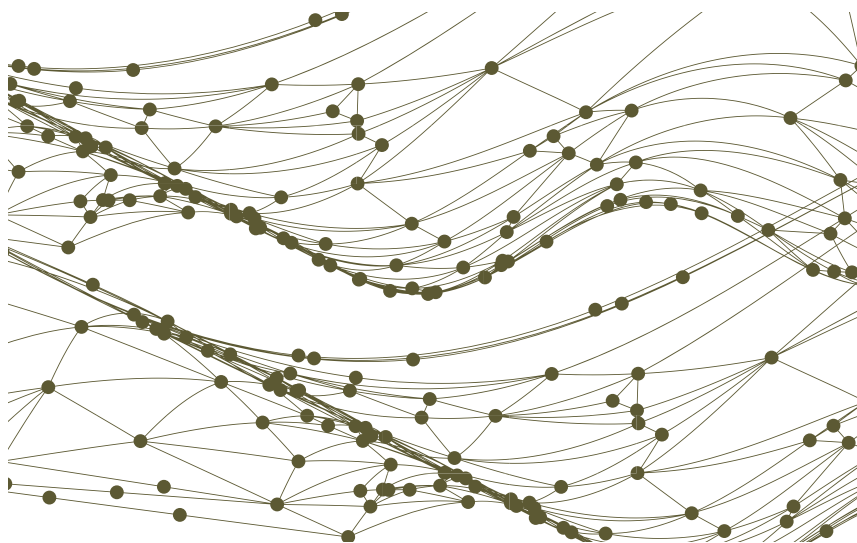
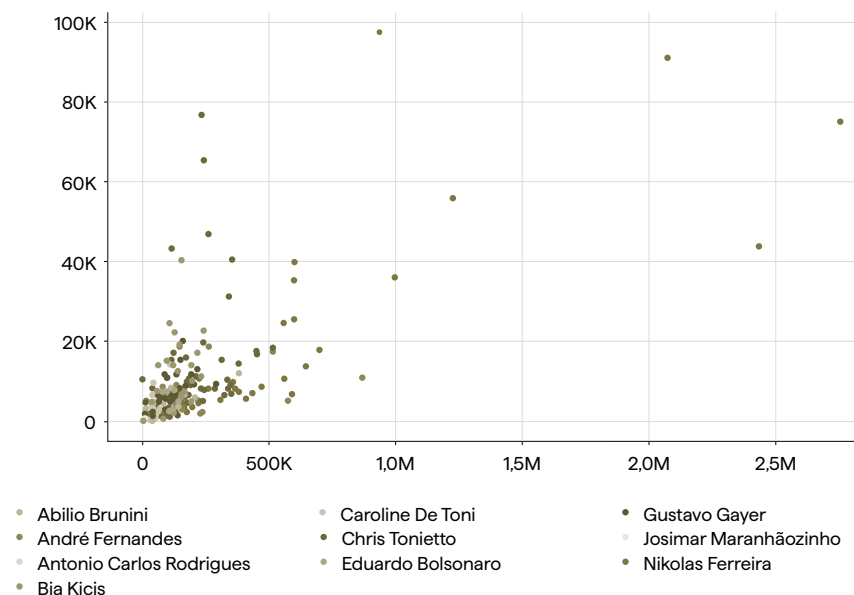


Gráfico 3. Curtidas x Comentários



Fonte: análise de redes – CCI/Cebrap.

A dispersão entre curtidas e comentários detalha a intensidade da circulação e a qualidade da reação provocada pelos diferentes atores. Registrou-se uma densa concentração de pontos nas faixas basais do quadrante, indicador de um vasto volume de publicações com tração limitada e respostas pouco intensas. Algumas coordenadas, contudo, destacaram-se de forma expressiva, deslocando-se para regiões de alta densidade simultânea de curtidas e comentários. Esses episódios sinalizaram situações nas quais a interação ultrapassou a adesão rápida e casual do clique, convertendo-se em ativação discursiva, que atesta maior capacidade de se extrair uma resposta qualitativamente diferenciada da base. Parlamentares que figuraram de maneira recorrente nas faixas superiores

da distribuição alcançaram grandes audiências e conseguiram, simultaneamente, sustentar níveis elevados de participação textual, consolidando-se como referências na organização dos fluxos informacionais. O mapeamento demonstrou que a proeminência nas mobilizações tendeu a ser definida não apenas pelo volume bruto de interações, mas pela aptidão de se desdobrar a visibilidade em comentários, isto é, em engajamento ativo e visível, engrenagem fundamental para a amplificação e a disputa de enquadramentos na rede.

Em conjunto, os dados evidenciaram que a relevância no 7 de Setembro envolveu mais do que a presença física no palanque ou o tamanho bruto da audiência acumulada nas plataformas. Nosso mapeamento revelou uma dinâmica na qual agentes específicos conseguiram converter visibilidade em interação e, assim, sustentar a difusão de narrativas. O rito tornou comparáveis desempenhos distintos e evidenciou quais nomes foram capazes de transformar exposição em reatividade consistente, distinguindo as lideranças que operam como referência permanente daquelas cuja atuação permaneceu episódica.

Considerações finais

A análise das mobilizações no feriado da Independência descortinou, em uma arena pública recorrente, dinâmicas organizacionais que, nas edições anteriores, figuravam de forma dispersa no funcionamento cotidiano das plataformas e em episódios específicos de fricção política. Ao longo do

horizonte temporal examinado, a celebração converteu-se na principal liturgia de rua da direita conservadora, passando a funcionar como espaço de condensação de estratégias de coordenação, testes de lealdade e estabilização de hierarquias. Em 2021, o protesto estruturou o enfrentamento aberto contra as instituições de controle; em 2022, o rito foi inteiramente deglutido pela campanha eleitoral; em 2023, a disciplina interna expressou-se de maneira coordenada por meio do boicote; em 2024, a distribuição dos palanques explicitou os mecanismos de ordenação e exclusão; em 2025, por fim, a ausência física de Bolsonaro, em prisão domiciliar, tornou flagrantes as disputas pela ocupação do centro da cena.

O cenário de 2024 revelou-se decisivo para a validação dessa engrenagem. O silêncio de Ricardo Nunes, a tentativa frustrada de Pablo Marçal de acessar o trio elétrico e o destaque de Nikolas Ferreira no palanque demonstraram que o 7 de Setembro não aglutina apenas aliados em torno de uma pauta comum. A efeméride organizou uma arena de disputa na qual diferentes projetos internos foram hierarquizados diante do público. O topo do veículo funcionou como o plenário da convenção informal porque concentrou a palavra legítima da mobilização e definiu quem participava do núcleo principal da encenação. Em paralelo, o fluxo das interações virtuais expôs os limites desse dispositivo disciplinar: agentes barrados ou deslocados nos palanques analógicos conseguiram converter a exclusão em circulação online, enquanto lideranças consagradas no engajamento digital perderam espaço no rito subsequente.

Os mapeamentos quantitativos qualificaram o argumento ao descortinarem deslocamentos de relevância no PDB ao longo do tempo. A trajetória ascendente de Nikolas Ferreira, o recuo relativo na intensidade de Eduardo Bolsonaro e a permanência

marginal dos perfis de controle indicaram que o 7 de Setembro tornou comparável a capacidade dos agentes de converter exposição em volume de interações. Os dados empíricos, contudo, ganharam sentido pleno apenas quando articulados à abordagem qualitativa. O protagonismo algorítmico ampliou a força de intervenção de um ator, mas a posição na hierarquia do partido dependeu, simultaneamente, da demonstração pública de lealdade, do reconhecimento no interior do palanque e da aptidão para se sustentar o alinhamento em conjunturas de atritos.

A lealdade, nesse contexto, torna-se prática observável. Ela aparece na adesão a enquadramentos compartilhados, na disposição de se ocupar publicamente determinada posição e na capacidade de se suportar os custos da exposição. Também surge na recusa, no silêncio e na ausência, como mostrou o boicote de 2023. Dessa forma, o ritual aumenta o custo da ambiguidade porque concentra a atenção da base e reduz a margem para deslocamentos pouco visíveis. Falar, não falar, amplificar ou se retirar passam a operar como sinais públicos de posicionamento, incorporados à circulação que se segue ao evento.

Portanto, o 7 de Setembro ajuda a sustentar a hipótese mais ampla deste livro. O PDB atua como forma partidária porque dispõe de mecanismos recorrentes de coordenação, hierarquização e disciplina, ainda que tais dinâmicas não assumam laços com a estrutura das legendas tradicionais. Desenvolve-se, assim, um processo de institucionalização próprio, ancorado em regras práticas, expectativas compartilhadas e dispositivos de ordenação, construídos por meio de cadeias de lealdade, difusão digital, controle de arenas públicas e disputa permanente por reconhecimento. O rito anual da Independência evidencia essa engenharia de funcionamento: transforma uma data cívica em ferramenta

de alinhamento político, articula o asfalto e as redes, processa conflitos internos e permite observar como o partido digital se estabiliza provisoriamente enquanto continua sujeito a fissuras, reposicionamentos e novas disputas de comando.

Bibliografia

AGÊNCIA BRASIL. STF condena Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão. *Agência Brasil*, 11 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-09/stf-condena-bolsonaro-27-anos-e-tres-meses-de-prisao>. Acesso em: 3 maio 2026.

AGÊNCIA PÚBLICA. Redes bolsonaristas usam Lula, PT e religião na convocação para o 7 de Setembro. *Agência Pública*, 6 set. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/sentinela/2022/09/redes-bolsonaristas-usam-lula-pt-e-religiao-na-convocacao-para-o-7-de-setembro/>. Acesso em: 3 maio 2026.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Tradução de Arthur Pellegrini. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Obra original publicada em 1911.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. *The International Journal of Press/Politics*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 228-246, 2008.

WOLTON, Dominique. *A comunicação política*. Tradução de Fátima Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2012.

06

Como o PDB se financia

Mércia Alves

Introdução

A compreensão sobre as engrenagens de financiamento do partido digital exige decifrar a maneira como a organização constrói sua vantagem competitiva por meio da articulação entre a presença perene nas redes sociais, a formação de públicos fiéis e a ativação de fluxos contínuos de circulação. O aporte eleitoral tradicional, embora central, não opera como uma variável isolada, mas sim como o mecanismo de amplificação de uma infraestrutura de comunicação acumulada ao longo do tempo. Sob esse prisma, o escopo investigativo desloca o foco do mero volume de recursos monetários movimentados para as condições estruturais que conferem eficácia a tais investimentos, evidenciando o papel do capital algorítmico e da campanha permanente na calibração da competitividade nas urnas.

Esse padrão de atuação não se restringe a um campo político específico. Lideranças de diferentes espectros ideológicos incorporam estratégias baseadas na produção recorrente de conteúdo e na mobilização de audiências como formas de sustentar a visibilidade e a viabilidade eleitoral. A utilização de plataformas digitais deixa de constituir um diferencial em

si, tornando-se condição generalizada da disputa política contemporânea, conforme discutido anteriormente. No caso do PDB, contudo, tais práticas ganham sofisticação à medida que operam com maior grau de articulação e continuidade, funcionando não apenas como instrumento de propaganda, mas também como forma organizativa mais ampla, apoiada em circuitos de difusão e teias de engajamento duradouras.

A noção de campanha permanente atua aqui como chave interpretativa das configurações atuais de concorrência política, amparada na análise de dados oficiais de prestação de contas disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. O escopo empírico concentra-se nas despesas contratadas nas eleições gerais de 2022 para o cargo de deputado federal, examinadas de forma agregada por blocos partidários e organizadas em categorias que permitem comparar padrões de alocação de recursos, especialmente no que se refere à comunicação e à publicidade online. O mapeamento identifica em que medida o investimento em plataformas se distribui entre diferentes campos e como se insere na estrutura geral das campanhas, o que descortina tanto convergências quanto variações internas. Tais registros são articulados a informações públicas da Biblioteca de Anúncios da Meta, que possibilitam acompanhar a regularidade e a escala da propagação de conteúdo fora do período de competição pelo voto, contribuindo para que compreendamos como se estrutura, ao longo do tempo, a base sobre a qual incide o financiamento formal.

Campanha permanente, visibilidade e despesas eleitorais

A linhagem teórica do conceito de campanha permanente remonta à formulação original de Patrick Caddell (1976), que destacou a necessidade de manutenção contínua da aprovação pública, e à sua posterior sistematização por Sidney Blumenthal (1980). Em termos estruturais, esse tipo de mobilização eleitoral descreve o esmaecimento da fronteira entre o ato de governar e o de disputar pleitos, consolidando a incorporação da engrenagem competitiva à atividade pública cotidiana. Ornstein e Mann (2000) e Heclo (2000) demonstram como tal diretriz atravessa e baliza as decisões institucionais. No ecossistema digital, o processo ganha nova densidade: a mediatização da política, conforme argumenta Wilson Gomes (2004; 2016), desloca a visibilidade do plano episódico para um regime ininterrupto de monitoramento. Se a televisão centralizava a performance cênica, as redes sociais a submetem a métricas e sistemas de recomendação. A projeção deixa, então, de figurar como evento isolado e passa a constituir um ativo acumulável.

Diferentemente do volume de seguidores ou do impulsionamento pontual, tal processo resulta da sedimentação temporal de interações que aumentam a probabilidade de circulação futura. Sob essa perspectiva, compreende-se o capital algorítmico como a capacidade de se acumular, ao longo do tempo, sinais de engajamento e presença que expandem a distribuição de conteúdos nos sistemas de recomendação das plataformas, contribuindo para a modulação da exposição pública (SILVEIRA, 2019).

A engrenagem se intensifica à medida que a visibilidade passa a ser mediada por infraestruturas digitais que organizam e hierarquizam a propagação de mensagens a partir de dados e modos de recepção. Para Srnicek (2016), as plataformas operam como estruturas de extração e processamento de dados que consolidam poder informacional, convertendo a interação dos usuários em prioridade de distribuição. Diante desse cenário, a disputa política desloca-se parcialmente para o interior de tais sistemas, nos quais a habilidade de geração de engajamento contínuo torna-se decisiva para se ampliar o alcance e a frequência de exibição. O movimento altera a natureza da persuasão representativa, que passa a operar por meio de segmentações refinadas e no direcionamento de mensagens a audiências específicas, muitas vezes sem visibilidade ampla ou contestação pública (TUFEKCI, 2014).

A opacidade de tais engrenagens, como alerta O'Neil (2016), tende a reforçar padrões de exposição seletiva e a limitar o contraditório. Assim, estratégias baseadas na produção contínua de materiais, na ativação recorrente de públicos e na coordenação de fluxos de interatividade tendem a ser particularmente eficazes, favorecendo atores capazes de operar de forma intensiva e permanente nas redes. Esse padrão, observado em setores da extrema direita em diversos países, também se manifesta no cenário nacional, em que a articulação entre as infraestruturas digitais e a mobilização perene de seguidores tem permitido a consolidação de lideranças e de circuitos de difusão capazes de sustentar o tráfego e a notoriedade de forma ininterrupta, em linha com Castells (2013).

Se a campanha permanente estrutura, antes do período eleitoral, a acumulação de notoriedade, o impulsionamento de materiais durante o certame, registrado nas prestações de contas, deve

ser compreendido como um mecanismo de amplificação inserido em uma lógica mais abrangente de capitalização. Longe de inaugurar a exposição pública, tal investimento atua sobre uma base previamente constituída, potencializando sua capacidade de circulação. A presença contínua nas plataformas tornou-se requisito mínimo de viabilidade nas urnas (BRAGA; CARLOMAGNO, 2018), independentemente do campo ideológico. Quando a corrida oficial se inicia, as lideranças já dispõem de audiências estabilizadas, clivagens ativadas e sistemas de distribuição moldados por reações recorrentes. O gasto formal incide, portanto, sobre uma infraestrutura relacional e técnica que se encontra assentada no tempo.

A literatura sobre financiamento de campanhas e alocação de ativos converge ao afirmar que o dinheiro constitui variável central para a construção de notoriedade e viabilidade nas urnas. Como argumentam Speck (2006; 2012) e Marengo (2008), o montante mobilizado durante o pleito atua como instrumento estratégico para tornar as candidaturas percebidas pelo eleitorado, por meio de investimentos em comunicação, estrutura organizacional e serviços especializados. Nas eleições legislativas, tal processo assume contornos específicos, pois a competição ocorre simultaneamente entre agremiações e entre candidatos da mesma lista, intensificando a necessidade de diferenciação individual (CERVI, 2013). Diante desse cenário, os partidos atuam como mediadores centrais na distribuição de verbas e, ao fazê-lo, condicionam as oportunidades de sucesso na disputa (SACCHET; SPECK, 2012; VIDAL, 2018). O financiamento, assim, estrutura não apenas a corrida oficial, mas as próprias condições de acesso à representação legislativa.

Mais recentemente, a proibição das doações empresariais pelo STF, consolidada a partir de 2015 e acompanhada pela

minirreforma eleitoral daquele período, constitui a principal inflexão no modelo de aporte financeiro desde a Lei dos Partidos Políticos, reconfigurando de modo significativo o cenário competitivo nacional (ALVES; LIMA, 2020). A eliminação do subsídio corporativo reduziu uma das principais fontes de custeio das campanhas e ampliou a dependência dos postulantes em relação ao patrimônio próprio ou ao capital partidário, processo que culminou na criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), em 2017. A guinada institucional deslocou o eixo do regime de provisão para o interior das legendas, reforçando o papel das direções nacionais na distribuição de verbas e na definição das candidaturas consideradas viáveis. Em vez de eliminar disparidades, a nova arquitetura reorganizou seus mecanismos, tornando ainda mais decisiva a posição do postulante na hierarquia partidária e seu acesso às instâncias de mediação do pleito.

As implicações de tal guinada tornaram-se particularmente visíveis nas eleições municipais de 2016, primeiro embate realizado sob as novas regras. A disputa ocorreu em um quadro marcado pelas investigações da Operação Lava Jato¹²⁹ e pelo

129. A Operação Lava Jato (2014–2021) constituiu um conjunto de investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal que revelou esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e partidos políticos. Embora tenha resultado em condenações e na recuperação de recursos públicos, a operação foi marcada pelo uso controverso de prisões preventivas e colaborações premiadas, sendo posteriormente objeto de questionamentos jurídicos que levaram à anulação de sentenças pelo Supremo Tribunal Federal, com base em incompetência de foro e suspeição do juízo. Seu legado político-institucional incluiu impactos relevantes sobre o financiamento eleitoral, contribuindo para a reestruturação das formas de arrecadação e comunicação das campanhas.

processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff,¹³⁰ em meio à amplificação de um discurso antipolítica gestado a partir das manifestações populares de 2013¹³¹, que ganhou força naquele período e reconfigurou as condições de concorrência. Desse modo, a rejeição às mediações partidárias tradicionais constitui um recurso analítico e prático relevante, associado principalmente a candidaturas e lideranças que, nos anos seguintes, ganhariam projeção nacional em estreita articulação com o ecossistema digital. Ainda que não se trate de uma relação causal direta, a convergência entre transformações institucionais e reconfigurações sociotécnicas da circulação discursiva contribui para o fortalecimento de trajetórias ancoradas em presença contínua e na construção de bases de apoio próprias.

130. O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi iniciado em dezembro de 2015, com o acolhimento da denúncia pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em contexto de forte tensão política, após o anúncio de que o PT votaria por sua cassação no Conselho de Ética. A tramitação incluiu votação na Câmara, em abril de 2016, marcada por alta exposição midiática e por discursos que frequentemente extrapolaram a fundamentação jurídica das chamadas “pedaladas fiscais”, e aprovação da admissibilidade no Senado, em maio do mesmo ano, resultando no afastamento temporário da presidenta. O julgamento final ocorreu em agosto de 2016, sob a presidência do Supremo Tribunal Federal, culminando na cassação do mandato por 61 votos a 20, com a manutenção de seus direitos políticos após decisão de fatiamento da votação. Na literatura, o processo é interpretado de forma ambivalente: de um lado, como mecanismo constitucional de responsabilização fiscal conduzido dentro das regras institucionais; de outro, como solução política para uma crise de governabilidade, marcada por disputas interinstitucionais e controvérsias quanto à motivação e aos fundamentos da destituição.

131. As manifestações de junho de 2013, que se iniciaram em protestos contra o aumento das tarifas de transporte público e rapidamente se expandiram para diversas cidades do país, configuraram o maior ciclo de mobilização social no Brasil desde a redemocratização. Para Nobre (2022), as jornadas de 2013 revelaram um descompasso entre uma sociedade profundamente conectada e uma política ainda organizada por formas institucionais tradicionais, além de constituírem um momento de emergência de novas formas de participação não mediadas por partidos ou lideranças consolidadas. O movimento agregou demandas heterogêneas e, em grande medida, contraditórias, o que dificultou sua institucionalização e captura por atores políticos estabelecidos.

A relevância das redes sociais como fonte de informação partidária é progressivamente reconhecida pela legislação eleitoral, especialmente no que se refere a quadros formados no ambiente online, que tendem a mobilizar o engajamento acumulado em favor de suas candidaturas. Embora a legislação não antecipe plenamente as mudanças nas formas de atuação pública, passa a incorporá-las à medida que se consolidam na prática. Em 2009, já eram previstas modalidades de campanha online, como o uso de sítios eletrônicos, blogs, redes sociais e correio eletrônico. A legitimação aprofunda-se com a Reforma Eleitoral de 2017 (Lei nº 13.488/2017), que regulamenta o impulsionamento de materiais, consolidando-o como instrumento legal de disputa e como indicador relevante da conversão de verbas em exposição pública nas plataformas.

Em 2022, os valores declarados para impulsionamento corresponderam a aproximadamente 3% do total das despesas eleitorais, concentrados nas plataformas da Meta e, em seguida, no Google. Embora inferiores a rubricas tradicionais, como publicidade audiovisual e material impresso, tais aportes consolidaram-se como componente estrutural da disputa contemporânea. A presença nas redes deixou de ser um diferencial e converteu-se em requisito mínimo para postulantes com viabilidade nas urnas, sobretudo nas eleições legislativas, nas quais o acesso ao horário gratuito de propaganda é fragmentado e frequentemente residual.

Os dados agregados indicam a centralidade dessas infraestruturas na intermediação da notoriedade pública. Informações extraídas das prestações de contas mostram que o Facebook (Meta) foi o principal destinatário de verbas partidárias nos dois últimos períodos eleitorais. Em 2024, os valores contratados ultrapassaram centenas de milhões de

reais, colocando a corporação no topo do ranking nacional de prestadores de serviços aos candidatos. O crescimento em relação a ciclos anteriores evidencia o aumento da dependência dos comitês em relação às plataformas digitais, com o Google de forma recorrente na segunda posição, consolidando a concentração da engrenagem de atenção eleitoral em poucos atores privados.

Tal concentração altera as condições da disputa. Se a televisão estruturou historicamente o acesso à exposição pública, como discutimos no capítulo 2, os ambientes online passaram a desempenhar função equivalente sob lógica distinta, operando por sistemas algorítmicos que classificam e distribuem materiais com base em engajamento, segmentação e histórico de reações. O algoritmo atua, portanto, como instância de mediação que condiciona a circulação das mensagens. A competição deixa de depender exclusivamente do volume de verbas mobilizadas e passa a envolver a capacidade de se converter investimentos em sinais positivos – como curtidas, compartilhamentos, comentários e tempo de tela –, os quais retroalimentam a notoriedade acumulada.

No caso brasileiro, o padrão de financiamento eleitoral responde mais à viabilidade das candidaturas do que ao seu posicionamento ideológico (MANCUSO, 2015; SPECK, 2016; GOMES, 2018). Campanhas competitivas, independentemente do campo político, tendem a concentrar verbas em três eixos: comunicação de massa, quando há acesso ao HGPE; produção de materiais impressos; e, de forma crescente, publicidade digital. Embora o peso relativo de tais aportes varie conforme o cargo e o contexto, sua finalidade permanece a mesma: assegurar níveis mínimos de visibilidade para sustentar a corrida pelo voto. O investimento em comunicação, inclusive online, configura-se, assim, como condição estrutural dos embates contemporâneos.

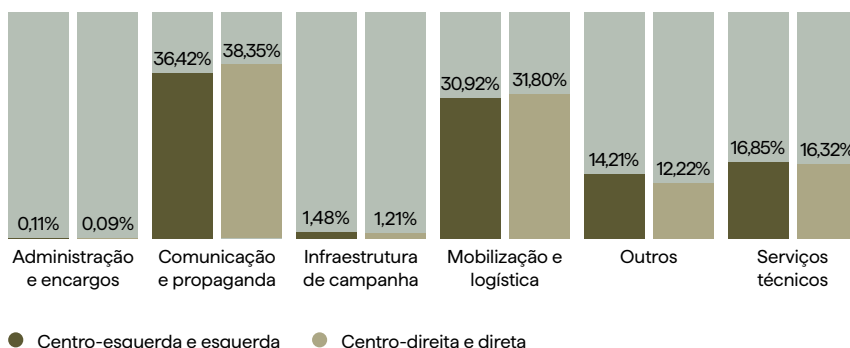
O impulsionamento de conteúdo, registrado nas prestações de contas, deve ser interpretado como mecanismo de amplificação inserido em uma lógica mais abrangente de capitalização. Ele não inaugura a exposição pública, mas potencializa bases previamente constituídas ao longo do tempo. Como foi apontado anteriormente, quando começa a corrida oficial, as bases partidárias já se encontram consolidadas, com redes de propagação estruturadas por engajamentos habituais. O aporte financeiro incide, portanto, sobre um arcabouço relacional e técnico sedimentado. Isso se reflete nos dados: o PDB opera dentro dos padrões médios do sistema eleitoral, sem apresentar gastos excepcionais, mantendo-se alinhado às regras formais de financiamento e prestação de contas.

Alocação de recursos de campanha

Para examinar empiricamente tais processos, a análise a seguir mobiliza a base oficial de despesas contratadas do TSE referente às Eleições Gerais de 2022 para o cargo de deputado federal. Os dados foram agregados por legenda e organizados em dois blocos – Centro-Esquerda/Esquerda e Centro-Direita/Direita –, com base na classificação consolidada da literatura (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1999; BRAGA, 2010; NICOLAU, 2012; MELO; CÂMARA, 2012). As 42 rubricas originais de despesa aparecem reagrupadas em seis macrocategorias analíticas: Administração e Encargos; Comunicação e Propaganda; Infraestrutura de Campanha; Mobilização e Logística; Serviços Técnicos; e Outros. A comparação é realizada em termos proporcionais, de modo que cada grupo totaliza sua própria estrutura

orçamentária, permitindo identificar padrões organizacionais independentemente do volume absoluto de verbas.

Gráfico 1. Distribuição proporcional das macrocategorias de gasto (Deputado Federal – Brasil – Eleições 2022)



Fonte: TSE. Elaboração própria.

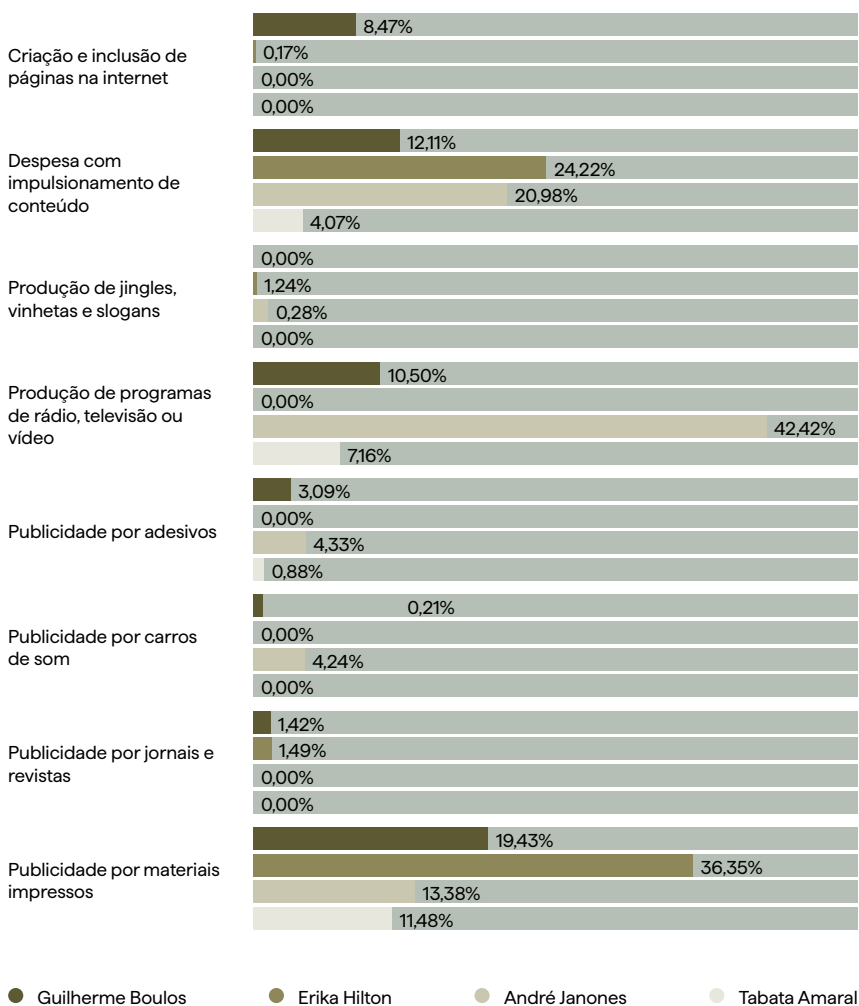
A estrutura proporcional dos gastos revela a ausência de diferenciação substantiva entre os blocos partidários. Comunicação e Propaganda concentra a maior parcela do orçamento, seguida por Mobilização e Logística e Serviços Técnicos, com variações percentuais que não alteram a matriz sistêmica. Essa configuração indica que as campanhas organizam suas finanças segundo uma mesma lógica estratégica, priorizando a exposição pública, a coordenação territorial e o suporte técnico especializado. Tal paridade sugere a homogeneização das formas de distribuição de verbas, de modo que as distinções entre os espectros políticos não se traduzem em modelos organizacionais diferentes, mas se inscrevem em um ecossistema compartilhado de profissionalização e centralização midiática.

A convergência reproduz-se de igual modo no interior das atividades de comunicação. O impulsionamento de materiais ocupa entre 4% e 5% do orçamento total de cada grupo, com variação mínima entre os blocos ideológicos. Ainda que represente fração relevante dentro da categoria de Comunicação e Propaganda, essa aplicação permanece subordinada a despesas tradicionais, como a publicidade impressa e a produção audiovisual. O indicador é significativo menos por seu volume absoluto do que por sua simetria: inexistência de disparidade estrutural entre os espectros políticos quanto ao peso relativo das verbas destinadas às plataformas digitais. O tráfego pago surge, assim, como componente estabilizado da estratégia de marketing, incorporado de forma regular por postulantes com viabilidade nas urnas e operando dentro da normalidade institucional do sistema de custeio eleitoral.

O comportamento é observável no gráfico a seguir, que traz quatro parlamentares eleitos em 2022 e filiados a partidos de centro-esquerda ou esquerda: Érika Hilton e Guilherme Boulos (PSOL-SP), André Janones (Avante-MG) e Tabata Amaral (PSB-SP). Segundo o Índice de Popularidade Digital (IPD) da Quaest,¹³² esses nomes figuram entre os principais do campo progressista nas redes sociais, com diferentes perfis de atuação e níveis de engajamento. O objetivo não é aferir popularidade, mas examinar se atores políticos com alta capacidade de mobilização online apresentam padrões específicos de investimento em comunicação nas eleições de 2022, em comparação com nomes associados ao PDB.

132. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/05/GENIAL-QUAEST-POLITICOS-NAS-REDES.pdf>. Acesso em 30 maio 2026.

Gráfico 2. Atividades de comunicação – centro-esquerda e esquerda (Deputado Federal – Brasil – Eleições 2022)

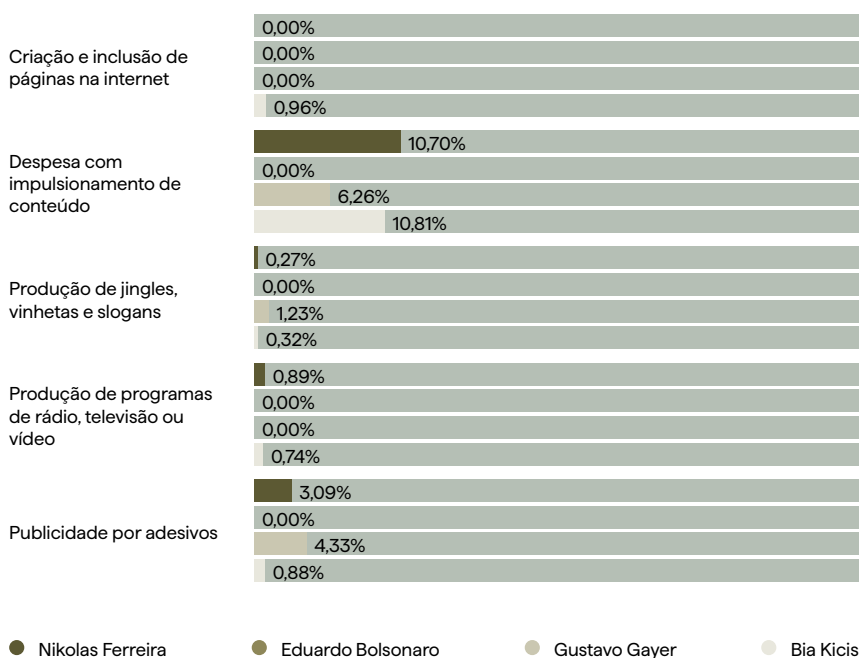


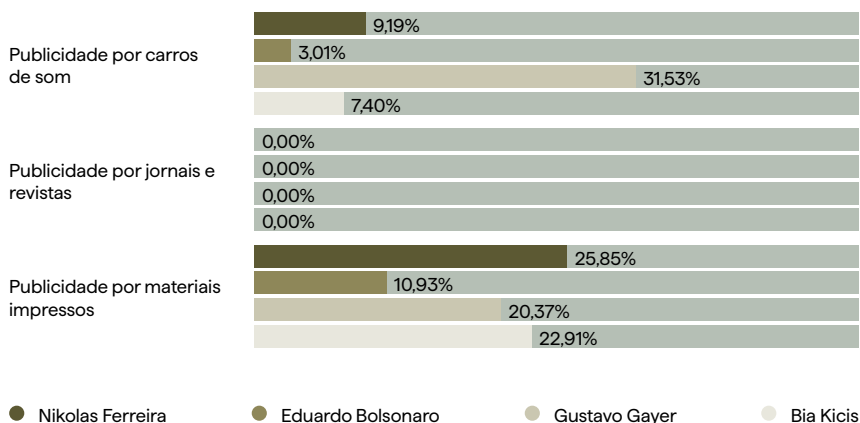
Fonte: dados do TSE. Elaboração própria.

No bloco de esquerda e centro-esquerda, observa-se que, embora o ambiente digital seja central na construção da

notoriedade pública, o padrão de gasto não revela dependência exclusiva do tráfego pago. A estrutura orçamentária tende a combinar publicidade audiovisual, manutenção de canais de diálogo em rede e formas tradicionais de panfletagem, indicando uma estratégia híbrida. Mesmo nos casos de maior centralidade nas plataformas, o impulsionamento aparece como instrumento relevante, mas não dominante, o que corrobora que parcela expressiva do desempenho na esfera virtual decorre do capital político acumulado individualmente ao longo do tempo.

Gráfico 3. Atividades de comunicação – PDB (Deputado Federal – Brasil – Eleições 2022)





Fonte: Elaboração própria.

Para mapear as especificidades contábeis no âmbito do PDB, o gráfico 3 isola as despesas de comunicação de quatro de seus principais expoentes eleitos em 2022: Nikolas Ferreira (PL-MG), Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Gustavo Gayer (PL-GO) e Bia Kicis (PL-DF). Assim como os casos de controle do espectro progressista, esses parlamentares posicionam-se de forma recorrente no topo dos índices de engajamento e relevância no espaço digital, convertendo capitais algorítmicos em expressivos volumes de sufrágios.

A comparação entre os grupos indica que o pertencimento ideológico, isoladamente, não constitui variável explicativa robusta para o volume ou o peso relativo do tráfego pago nas campanhas. Embora existam variações entre casos do campo progressista e do PDB, tais discrepâncias são menos expressivas do que as observadas entre indivíduos dentro de cada bloco. O impulsionamento de materiais emerge, desse modo, como recurso recorrente em candidaturas com alta notoriedade e centralidade online, independentemente de sua posição no

espectro político. Os dados sugerem que o investimento em publicidade virtual opera menos como marcador ideológico e mais como componente estruturante da viabilidade nas urnas em um ambiente fortemente midiaticizado.

O tráfego patrocinado atua como mecanismo de amplificação, potencializando uma base de exposição pública previamente construída. O aporte financeiro incide, assim, sobre um arcabouço já sedimentado, deslocando a explicação para a capacidade de articulação e disputa pela atenção nos ambientes digitais. À luz dos dados oficiais de prestação de contas, os membros do PDB operam dentro dos padrões médios do sistema eleitoral e das normas do Tribunal, sem apresentar gastos excepcionais. O elemento decisivo não reside, portanto, no volume declarado, mas no terreno sobre o qual a verba incide: bases previamente despertadas e circuitos já consolidados, convertendo a presença contínua em capacidade de mobilização no momento eleitoral.

Como o PDB consolida sua vantagem competitiva antes do calendário eleitoral

No ecossistema do Partido Digital Bolsonarista, a exposição pública não constitui um fim em si mesma, mas o meio pelo qual se organizam posições e se estruturam relações de autoridade. Nos espaços virtuais, essa dinâmica assume contornos específicos, pois a eficácia da voz passa a depender da capacidade de articulação coletiva. Quem desperta maior volume de reações adquire maior poder de fala, e quem fala

com maior alcance ocupa postos superiores na engrenagem de circulação. A hierarquia não é apenas formal, mas relacional e mensurável, expressando padrões de coordenação que se estabilizam a partir da mobilização recorrente de interações.

No universo do influenciador comercial, a notoriedade converte-se em contratos e monetização, dependendo da preservação de uma reputação aceitável para marcas e patrocinadores. Há um limite estrutural, pois a exposição a temas controversos pode comprometer receitas e parcerias; o produtor de conteúdo opera, portanto, sob um teto reputacional. O ator político que busca integrar-se ao PDB mobiliza a mesma gramática da influência, mas com finalidade distinta. A controvérsia deixa de ser um risco e passa a funcionar como ativo estratégico. Tensionar determinadas fraturas e enquadramentos amplia a distinção, desperta seguidores e fortalece a autoridade. O que, na dinâmica de mercado, funciona como ameaça, na lógica partidária torna-se motor organizacional, convertendo a polarização em força de articulação e demarcação interna.

Essa engrenagem não reflete uma estratégia individual, mas expressa uma alteração profunda nos arranjos da intermediação política. A transição para um modelo centrado na comunicação de massa já havia sido descrita como uma reconfiguração do papel das legendas na relação entre lideranças e bases, com ênfase na construção de imagem (MANIN, 1995, 2003). No Brasil, especialmente a partir de meados dos anos 1990, tal fenômeno aprofundou-se em um contexto institucional marcado pela modernização das campanhas e pelo crescente protagonismo dos veículos de massa na condução da disputa (Azevedo, 2001). Nos ecossistemas digitais, essa dinâmica não apenas subsiste, mas intensifica-se. Segundo Nobre (2022), o filtro antes exercido pela imprensa tradicional é reconfigurado em um

cenário dominado por algoritmos e redes de interação contínua, ampliando a autonomia dos atores políticos face às estruturas partidárias. A centralidade desloca-se, assim, para a capacidade de o agente capturar a atenção e o engajamento direto, agudizando os traços personalistas e redefinindo os critérios que organizam a competição eleitoral.

Nesse arranjo, o influenciador político opera menos como líder hierárquico e mais como nó relacional em padrões de coordenação. Ele conecta públicos que não necessariamente estariam integrados e estabiliza convergências em torno de fraturas compartilhadas. A liderança emerge da densidade dos fluxos que esse ator sintoniza, e não de uma posição formal de comando. Ao capilarizar redes próprias de circulação, os agentes operam como pontos centrais de seus respectivos agrupamentos virtuais e como eixos de ligação com a legenda formal.

A apropriação da cultura da influência desloca o eixo da disputa para a produção de interações e, por meio delas, para a consolidação da força de articulação. O ator que deseja ocupar espaço no PDB precisa construir uma base de apoiadores própria, capaz de responder, amplificar e sustentar suas posições. Entretanto, o público isolado não basta. Para converter a tração online em poder organizacional, é necessário que esse potencial seja reconhecido e integrado ao movimento mais amplo. Tal mecanismo de fusão permite que as dinâmicas individuais passem a operar em circuitos maiores, expandindo a propagação e fortalecendo a posição relativa do agente. As trajetórias de figuras como Nikolas Ferreira e Ana Campagnolo ilustram essa transição, na qual a notoriedade inicial projeta o indivíduo, mas a consolidação depende da inserção em fluxos estruturados de distribuição.

A engrenagem articula embate e consenso no interior da matriz. De um lado, os sujeitos rivalizam pela atenção pública, buscando afirmar-se como autoridade em determinadas segmentações, demarcar distinções internas e acumular poder de voz. De outro, o confronto ocorre sobre bases relativamente estabilizadas, nas quais a propagação de conteúdos e o reconhecimento entre pares contribuem para organizar postos e conter uma dispersão excessiva. A concorrência é permanente, mas opera em um cenário no qual mecanismos de calibragem asseguram convergência e continuidade, produzindo padrões de alinhamento que combinam a corrida pela notoriedade com a regularidade na disseminação.

A economia da formação ideológica

A partir dos dados abertos da Biblioteca de Anúncios da Meta, que reúne informações sobre a publicidade veiculada no Facebook e no Instagram, é possível observar não apenas o volume, mas também a frequência e os padrões de aportes em peças relacionadas a temas sociais, política e eleições ao longo do tempo. Mais do que descrever despesas, tais registros permitem acompanhar a regularidade da presença virtual e identificar como diferentes quadros estruturam estratégias de amplificação para além dos períodos oficiais de campanha. A classificação dos anunciantes, por sua vez, oferece uma chave analítica para entendermos como tais circuitos organizam-se nos espaços digitais, evidenciando de que modo a produção de conteúdo, o financiamento e as interações articulam-se em práticas contínuas de atuação partidária.

Entre abril de 2024 e abril de 2025, a empresa Destra Cursos

LTDA, da qual Nikolas Ferreira é sócio, investiu aproximadamente R\$ 750 mil em anúncios nas plataformas da Meta, com a veiculação de cerca de 3.300 peças publicitárias, de acordo com dados da própria Biblioteca de Anúncios.¹³³ A significância do dado apoia-se não no volume, mas na sua regularidade, indicando investimento contínuo em circulação digital.¹³⁴ Voltada à comercialização de cursos e à difusão de conteúdos doutrinários, a atuação mobilizou públicos dispersos nacionalmente, expandindo a base de apoiadores do parlamentar para além do reduto eleitoral e contribuindo para a consolidação de autoridade temática em âmbito nacional.

O caso se insere em um padrão mais amplo de estruturação empresarial e institucional voltado à produção de discurso e à consolidação de engajamento.¹³⁵ Eduardo Bolsonaro mantém uma empresa de cursos de formação política e atua por meio do Instituto Conservador-Liberal,¹³⁶ responsável pela organização de eventos como o CPAC Brasil.¹³⁷ Gustavo Gayer lidera a Gayer

133. Os valores e anúncios podem ser buscados em: <https://www.facebook.com/ads/library/>. Acesso em 30 maio 2026.

134. É importante notar que não há indicação de que tais verbas tenham origem pública. Trata-se de valores provenientes da atividade comercial da empresa da qual o deputado é sócio, e não de verbas de gabinete, inexistindo evidência de irregularidade na operação descrita. A consulta ao CNPJ da Destra Cursos LTDA no Portal da Transparência reforça esse ponto, ao não identificar pagamentos realizados diretamente pelo poder público à firma.

135. Os dados sobre aportes financeiros, vínculos empresariais e estratégias de monetização utilizados nesta análise são públicos e acessíveis, amparados por leis de transparência e pelas diretrizes dos espaços virtuais. Informações sobre participação societária foram obtidas a partir de registros da Receita Federal e de bases de transparência corporativa. Já as declarações de bens e participações em firmas são disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), permitindo acompanhar tais arranjos ao longo do tempo. Por fim, práticas de remuneração digital, como assinaturas, cursos e mentorias, são divulgadas pelas próprias lideranças em seus canais de comunicação e operadas por provedores, como o YouTube.

136. <https://iclbr.com.br/>. Acesso em 30 maio 2026.

137. <https://iclbr.com.br/eventos/>. Acesso em 30 maio 2026.

Academy, com a qual comercializa aulas voltadas à preservação de valores e das bases familiares.¹³⁸

Outro exemplo marcante é a Academia da Direita,¹³⁹ iniciativa do PL que disponibiliza treinamentos gratuitos, capacitação de pré-candidatos para disputas nas urnas e programas direcionados à propagação de ideias conservadoras e liberais, fundindo instrução partidária e projeção virtual. Bia Kicis destaca-se como uma das principais promotoras da iniciativa, atuando na ampliação do alcance dos materiais. Já Eduardo Bolsonaro participa ativamente como palestrante em séries voltadas ao pensamento conservador, enquanto Nikolas Ferreira figura como um dos principais vetores de divulgação no sistema. Gustavo Gayer se sobressai na produção de aulas, consolidando-se como uma das vozes centrais do projeto. Caroline de Toni, por sua vez, integra a série *Temas Essenciais do Pensamento Conservador e Liberal*, contribuindo para a expansão dos debates no espaço online.

Arranjos semelhantes podem ser observados em outros campos políticos, sejam pagos ou gratuitos, ainda que em menor escala ou com reduzida centralidade relativa na estratégia de marketing. As formas organizacionais variam, mas convergem na manutenção de circuitos estáveis de propagação e fidelização de públicos. Dados elaborados pelo Projeto Brief, iniciativa da Quid,¹⁴⁰ permitem observar como se distribuem, nas plataformas, os principais anunciantes de conteúdo político e social. No levantamento, os agentes, responsáveis por grande parte dos aportes em publicidade digital, foram distribuídos em três categorias de análise: Sociedade, que reúne organizações civis, produtoras e

138. <https://academiagayer.com.br/>. Acesso em 30 maio 2026.

139. <https://academiadadireita.com.br/>. Acesso em 30 maio 2026.

140. Disponível em: <https://www.projetobrief.com/quem-paga-a-banda/os-maiores-anunciantes-da-meta>. Acesso em 30 maio 2026.

veículos; Poder, que inclui legendas, quadros políticos e governos; e Mercado, composta por empresas e associações. A partir dessas posições, variam as formas de atuação, que vão da produção de conteúdo voltada à formação de público e difusão de valores à comunicação diretamente orientada à disputa institucional, incluindo ainda a oferta de produtos, cursos e serviços que articulam monetização e interações.

Segundo os dados da pesquisa, feita a partir da Biblioteca da Meta, observa-se que, entre agosto de 2020 e agosto de 2024, os maiores anunciantes do campo conservador na categoria Sociedade aportaram cerca de R\$ 33,8 milhões em publicidade, valor mais que três vezes superior ao registrado entre os quadros progressistas no mesmo período. Tal comportamento sinaliza fluxos contínuos de financiamento voltados à manutenção da presença online ao longo do tempo, ultrapassando a lógica de ações pontuais associadas ao calendário eleitoral.

Nesse panorama, a Brasil Paralelo, produtora fundada em 2016 e dedicada à irradiação de materiais de orientação conservadora, figura como principal anunciante, com cerca de R\$ 26,6 milhões distribuídos em mais de 75 mil peças publicitárias, correspondendo a aproximadamente 78,6% do total despendido pelas principais figuras do campo direitista. A combinação entre volume financeiro e escala de produção evidencia não apenas uma robusta capacidade de gasto, mas uma operação ininterrupta de disseminação orientada pelo desempenho nos espaços digitais. O grau de concentração observado indica a existência de estruturas organizadas de produção e propagação, ao mesmo tempo em que reforça a assimetria interna do setor.

Tal assimetria desdobra-se tanto no volume quanto na própria engenharia de operação da publicidade online. A produção

massiva de anúncios, frequentemente com variações de texto e imagem, indica uma estratégia sistemática de teste, otimização e amplificação orientada pelo desempenho das peças nos ambientes virtuais. Ao multiplicar versões de uma mesma mensagem, os anunciantes identificam, em tempo real, quais enquadramentos, temas e formatos geram maior volume de reações, direcionando verbas para os mais eficientes e descartando rapidamente as opções de baixo rendimento. Trata-se de uma lógica interativa, na qual a circulação de materiais funciona também como mecanismo de aprendizagem contínua sobre o comportamento do público. Como resultado, a publicidade ultrapassa a função de mero instrumento de notoriedade e passa a funcionar como dispositivo de ajuste fino das postagens, permitindo alinhar discurso, modelo e segmentação às condições específicas de recepção em cada conjuntura.

O padrão não se restringe a grandes estruturas, manifestando-se também em trajetórias específicas que nos permitem observar como diferentes figuras constroem sua presença online. No campo progressista, embora existam frentes de comunicação e difusão de materiais – especialmente a partir de 2024, com a ampliação dos aportes em publicidade digital –, os esforços tendem a se organizar de forma fragmentada, sem convergir em circuitos contínuos e coordenados de propagação. O caso de maior robustez é o Instituto Conhecimento Liberta (ICL), que articula grade informativa, oferta de cursos e programação ininterrupta. Registros da Biblioteca de Anúncios da Meta sistematizados pelo Projeto Brief apontam que o ICL despendeu cerca de R\$ 1,8 milhão em inserções patrocinadas, distribuídos em 6.109 anúncios, ocupando a quarta posição entre os maiores anunciantes no período analisado. À sua frente, estão

a *Brasil Paralelo* e a *Revista Oeste*, que atuam em agendas informacionais semelhantes, além do Greenpeace, cuja atividade mobiliza públicos e pautas de outra natureza. Ainda que o montante indique maior penetração nos espaços virtuais, ele não se traduz em redes densas e integradas de produção e disseminação ao longo do tempo.

O contraste mostra que a diferença entre os campos extrapola a escala dos gastos, residindo na forma como tais verbas são organizadas e integradas. De modo geral, há uma capacidade desigual de se manter a propagação permanente de materiais, o que impacta diretamente a manutenção de enquadramentos, temas e públicos. No quadrante conservador, os achados sugerem maior integração entre produção, financiamento e estratégias de disseminação, o que favorece uma presença contínua nas plataformas. No flanco progressista, observamos uma tendência à dispersão dos aportes, associada à formação de arranjos menos densos, com reduzido potencial de alinhamento ao longo do tempo. A assimetria observada revela, portanto, não tanto a magnitude isolada do volume financeiro, mas sim a habilidade de se estruturar, de forma ininterrupta, a conexão entre produção, distribuição e interações, definindo as condições de sobrevivência da presença virtual no longo prazo.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste capítulo nos ajuda a compreender que a vantagem competitiva do PDB não se explica por oscilações sazonais de gastos ou por estratégias isoladas de campanha, mas pela forma como suas figuras operam no interior de uma

matriz mais ampla de propagação política, conforme pontuado no primeiro capítulo. Uma vez que o uso de ferramentas virtuais generalizou-se no sistema político, o diferencial do PDB reside na aptidão superior para sustentar, de forma contínua e integrada, a elaboração de materiais, o volume de reações do público e a ativação de redes de disseminação ao longo do tempo. Nesse processo, as despesas eleitorais não geram notoriedade de forma autônoma; elas operam como mecanismo de amplificação que incide sobre um arcabouço previamente constituído. Parte relevante do trunfo, portanto, escapa aos instrumentos formais de prestação de contas, na medida em que se estrutura em uma engrenagem contínua de confecção e vazão que extrapola os limites institucionais da disputa nas urnas.

O PDB, portanto, não opera de forma isolada; ele integra uma rede descentralizada de mobilização vinculada ao bolsonarismo, na qual aportes contínuos em comunicação sustentam uma base compartilhada de notoriedade. Trata-se de uma malha distribuída, cujos diferentes circuitos reforçam-se mutuamente e geram uma opacidade estrutural diante da Justiça Eleitoral. Sem incorrer em práticas ilegais, o arranjo aciona criadores de conteúdo, influenciadores e canais informativos que moldam a opinião pública e potencializam narrativas sem estarem diretamente sujeitos aos rigores da prestação de contas. Logo, parcela expressiva das condições de competitividade partidária não nasce no interior da legenda, mas resulta de interações cotidianas que se beneficiam de uma temporalidade expandida, muito anterior ao início do calendário oficial do pleito.

É nesse ponto que se evidencia o paradoxo estratégico do PDB: a legenda atua dentro da institucionalidade, embora não esteja tradicionalmente institucionalizada. Seus parlamentares disputam as eleições formalmente filiados a agremiações –

sobretudo ao PL –, cumprem as regras do jogo e utilizam fundos oficiais sem apresentar excepcionalidades contábeis em relação aos demais concorrentes. Simultaneamente, organizam nos espaços virtuais, de modo perfeitamente lícito, os fatores que asseguram sua dianteira nas urnas. A disputa eleitoral passa a depender menos de aportes financeiros isolados e mais da habilidade de se coordenar, sob o regime de campanha permanente, um ecossistema difuso que transforma conexões cotidianas em capital político e mobilização.

Bibliografia

ALVES, Mércia; LIMA, Bárbara. Campanhas e legislação eleitoral: os governos estaduais em 2018. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 65–80, jul. 2020.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia, opinião pública e eleições. In: ZAVERUCHA, Jorge (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Recife: Massangana, 2001, p. 191–210.

BLUMENTHAL, Sidney. *The permanent campaign: inside the world of elite political operatives*. Boston: Beacon Press, 1980.

BRAGA, Sérgio. Estrutura e dinâmica do financiamento de campanhas nas eleições municipais brasileiras de 2008: um estudo comparado. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP), 7., 2010, Recife. *Anais [...]* Recife: ABCP, 2010, p. 1–28.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998–2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 26, p. 7–62, ago. 2018.

BUCHER, Taina. *If... then: algorithmic power and politics*. New York: Oxford University Press, 2018.

CADDELL, Patrick. *Initial working paper on political strategy*. [S. l.: s. n.], 1976. (Mimeografado).

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi. Financiamento de campanha de candidatos a prefeito nas capitais em 2008 e 2012. *Agenda Política*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 182–205, 2013.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Wilson. *A política na democracia de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

GOMES, Wilson. *A democracia no mundo digital: história, problemas e temas*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HECLO, Hugh. Campaigning and governing: a forgotten distinction? In: ORNSTEIN, Norman J.; MANN, Thomas E. (org.). *The permanent campaign and its future*. Washington, D.C.: American Enterprise Institute/Brookings Institution, 2000. p. 1–37.

- MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento empresarial na eleição para deputado federal (2002–2010): determinantes e consequências. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 103–125, dez. 2015.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 5–34, out. 1995.
- MANIN, Bernard. *Princípios do governo representativo*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MELO, Maria Leitão de; CÂMARA, Marcelo. O financiamento de campanhas eleitorais: o modelo brasileiro e a experiência estrangeira. *Estudos Legislativos*, Brasília, n. 6, p. 1–24, 2012.
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- O'NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown, 2016.
- ORNSTEIN, Norman J.; MANN, Thomas E. (org.). *The permanent campaign and its future*. Washington, D.C.: American Enterprise Institute/Brookings Institution, 2000.
- SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha eleitoral em cargos legislativos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 799–826, dez. 2012.

- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 17–34, 2019.
- SPECK, Bruno Wilhelm. *A compra de votos: uma abordagem teórica e empírica do caso brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2006.
- SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento de campanhas e corrupção. In: AVRITZER, Leonardo et al. (org.). *Corrupção: ensaios sobre a moral pública e o Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 449–464.
- SPECK, Bruno Wilhelm. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 11–28, 2016.
- SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- TUFEKCI, Zeynep. Big questions for social media big data: representativeness, validity and other methodological pitfalls. In: INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEBLOGS AND SOCIAL MEDIA (ICWSM), 8., 2014, Ann Arbor. *Proceedings [...]* Ann Arbor, MI: AAAI Press, 2014. p. 505–514.
- VIDAL, Lorena Gabriela Silva. *Financiamento de campanhas eleitorais no Brasil*. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

07

O Partido Digital Bolsonarista na arena eleitoral

Introdução

A eleição presidencial de 2018 representou um divisor de águas na dinâmica da política brasileira, consagrando a ascensão de Jair Bolsonaro ao Planalto à revelia dos pilares tradicionais de sustentação eleitoral. Sua vitória prescindiu das ferramentas clássicas que, até então, balizavam o sucesso nas urnas: expressivos tempos de propaganda em rádio e televisão, grandes coligações regionais e fundos de financiamento massivos (NICOLAU, 2020). Em vez de se apoiar em uma legenda de projeção nacional, o candidato estruturou sua viabilidade no Partido Social Liberal (PSL), agremiação até então periférica no cenário federal e sem histórico em pleitos majoritários. A fragilidade do vínculo institucional evidenciou-se logo no primeiro ano de mandato, quando a ruptura com a sigla inaugurou um período inédito, em que o chefe do Executivo governou sem filiação partidária formal.

O isolamento estendeu-se até o pleito municipal de 2020 – no qual a engrenagem virtual bolsonarista atuou na projeção de candidaturas aliadas nas capitais –, culminando na filiação do

ex-presidente ao Partido Liberal (PL) apenas no final de 2021, como estratégia para pavimentar a disputa presidencial do ano seguinte. Sob a aparente volatilidade institucional do período, desdobrava-se um processo de maturação silenciosa: o Partido Digital Bolsonarista acumulava capital político difuso, preparando o terreno para a expansão de bancadas no Congresso e para a capilarização de influência em governos estaduais e prefeituras.

Essa natureza fluida, aliada à tática de operação transversal por múltiplas siglas, tornava complexo o desafio metodológico de se mensurar a estrutura organizativa e o deslocamento de membros do PDB. Tal cenário de dispersão arrefeceu apenas no pleito de 2022, momento em que se observou a convergência das figuras do arranjo em direção ao PL, com migrações em massa e o ensaio de engrenagens unificadas de propaganda.

Consequentemente, a disputa de 2024 configurou-se como o primeiro teste municipal em que a legenda digital apresentou-se de forma coesa e centralizada. Diferente do arranjo de 2022, que testava os limites de uma acomodação recente voltada à sobrevivência no Planalto, a estratégia municipalista subsequente demandou uma atuação vertical. Ao lado de Valdemar da Costa Neto, Bolsonaro assumiu as rédeas das indicações majoritárias e dos desenhos de coligação. A engenharia buscava equilibrar objetivos políticos imediatos à necessidade de retenção do controle da malha virtual e, ao mesmo tempo, garantir postos na burocracia estatal. Tal corda bamba estratégica traduziu-se, por exemplo, na calculada ambiguidade mantida na capital paulista, onde o núcleo bolsonarista preservou canais de interlocução com a candidatura de Pablo Marçal enquanto chancelava formalmente a indicação de vice na chapa de Ricardo Nunes.

Nos últimos anos, esse processo consolidou uma simbiose inédita entre a militância ideológica e o aparato partidário formal. Como resultado, uma agremiação historicamente caracterizada pelo pragmatismo fisiológico do Centrão passou a absorver diretrizes de alinhamento e técnicas de ativação social típicas do modelo digital, alterando drasticamente a dinâmica de comportamento na arena pública.

O PDB concentrou o lançamento de candidaturas no PL, selando um pacto centralizado nas figuras de Valdemar da Costa Neto e de Jair Bolsonaro. A articulação arrojada visava, nas eleições de 2024, colocar o PL entre os maiores detentores de prefeituras no Brasil, ao lado de partidos como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Social Democrático (PSD). Era o passo lógico para a ampliação de poder e de influência após a legenda alcançar a maior bancada na Câmara dos Deputados, em 2022. Com esse propósito, o ex-presidente e as principais lideranças do partido digital engajaram-se diretamente no pleito, cruzando o território nacional em agendas de campanha.

Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a articulação entre o PL e o PDB no pleito municipal de 2024, a fim de esquadrihar a atuação prática da legenda online na arena eleitoral. Ao investigar tal cooperação e os desenhos táticos adotados, procuramos verificar a pertinência da classificação do bolsonarismo como uma sigla informal e desvendar sua mecânica operativa, adensando as hipóteses teóricas levantadas ao longo da obra. Por fim, nosso propósito secundário é mapear os atritos decorrentes do convívio entre os quadros ideológicos e os políticos tradicionais do Centrão no interior da mesma legenda.

Para tanto, analisamos os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cruzando-os com informações

do site *Candidatos do Bolsonaro*.¹⁴¹ O portal catalogou os concorrentes aos Executivos e Legislativos municipais que contavam com o endosso direto de Jair Bolsonaro. Embora a página listasse a totalidade dos nomes lançados pelo PL, as figuras prioritariamente respaldadas pelo PDB recebiam destaque visual. Ademais, o repositório virtual foi frequentemente cancelado pelo ex-presidente em transmissões semanais ao vivo, consolidando-se como um relevante instrumento de propaganda.

Os resultados apontam que a aliança entre o PL e o PDB gerou dividendos expressivos para a legenda formal, na medida em que alavancou o crescimento institucional e alterou o perfil dos municípios sob o controle da agremiação. Para os quadros ideológicos do partido digital, no entanto, a parceria foi insuficiente para superar a barreira de rejeição em disputas majoritárias, tendo que se evidenciou de forma nítida nos segundos turnos. Esse cenário não sinaliza enfraquecimento ou derrota do PDB; pelo contrário, traduz-se como consequência direta de uma atuação ancorada na radicalização doutrinária e na centralização organizativa, dinâmicas que conferem vantagens táticas ao mesmo tempo em que impõem limites eleitorais.

A força política do arranjo deve, portanto, ser qualificada à luz do predomínio do Centrão na engrenagem partidária nacional, aspecto que será apresentado a seguir. Depois, debateremos o comportamento dos partidos brasileiros na arena eleitoral de forma ampla. Tal panorama fundamenta

141. Em razão das alterações substanciais na interface da página após o encerramento do pleito, o exame dos dados demandou o resgate de versões arquivadas na plataforma *Wayback Machine*. Disponível em: https://web.archive.org/web/20240601000000*/www.bolsonaropelobrasil.com.br. Acesso em 30 maio 2026.

a última seção, dedicada à análise empírica da cooperação entre o PDB e o PL no pleito de 2024. Por fim, as considerações finais sintetizam os achados e apontam os desdobramentos teóricos da obra.

Colocando os pingos nos 'is': o PDB e o Centrão

Adotamos o termo *Partido Digital Bolsonarista* a partir do conceito de partido digital definido por Marcos Nobre (2022) e desdobrado por Nobre e Barbosa no primeiro capítulo deste livro. Tal vertente organizativa estrutura-se por meio de redes virtuais para mobilizar uma base social e eleitoral em torno de pautas prioritárias. Diferenciando-se das agremiações convencionais, o modelo online emerge diretamente desse ecossistema e abdica da institucionalização nos moldes tradicionais da ciência política. Ainda assim, a caracterização do bolsonarismo sob a chave de partido justifica-se pelo propósito primário de disputar o poder de Estado e coordenar a ação coletiva de forma estruturada. Compreender a mecânica operativa do PDB face às instâncias oficiais torna-se fundamental não apenas para decifarmos a nova morfologia política, mas também para mapear uma atuação que desafia os consensos acumulados pela literatura clássica sobre o sistema partidário.

A fricção com o modelo convencional ganha contornos práticos na simbiose entre o PDB e o PL, legenda que serviu de abrigo aos quadros bolsonaristas no pleito de 2024. Historicamente, o PL operava sob a lógica típica do Centrão, caracterizando-se por um perfil preservador pragmático, voltado à manutenção

do *status quo* e ao fisiologismo tradicional, em detrimento de bandeiras puramente ideológicas ou da vocação para a oposição parlamentar.

O Centrão constitui um bloco suprapartidário que emergiu durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988, articulado como uma reação de setores conservadores ao projeto de teor mais progressista apresentado pela Comissão de Sistematização. A maior parte de seus integrantes provinha da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), legenda de sustentação do regime militar. Ao longo das décadas subsequentes, os parlamentares fragmentaram-se em diversas siglas utilitárias e governistas. Tais agremiações podem ser classificadas como partidos conservadores, nos termos de Gibson (1996) e Ziblatt (2017), bem como *partidos de centro posicional*, conforme a formulação de Scully (1990).

Esse bloco de siglas e quadros expandiu sua influência ao longo da Nova República até alcançar uma posição dominante no Congresso Nacional. A hegemonia reflete-se tanto no volume de cadeiras conquistadas quanto no controle dos postos mais estratégicos do Poder Legislativo, a exemplo das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além das respectivas mesas diretoras.

Ao longo das últimas décadas, o Centrão adotou uma postura eminentemente governista, respaldando os chefes do Executivo em troca de postos na administração e de verbas orçamentárias. O apoio operacional consolidou-se sem que o bloco disputasse abertamente os rumos do país, uma vez que abdicava de lançar candidaturas presidenciais próprias e evitava o desgaste de embates ideológicos públicos. A divergência ou a barganha processavam-se em negociações de bastidores, blindadas do

escrutínio imediato de eleitores e analistas, alinhando-se ao conceito de *metapolitics* (HACKER et al., 2022).¹⁴²

O PL, antes da filiação de Jair Bolsonaro, figurava como um legítimo expoente do Centrão. Até 2019, a agremiação denominava-se Partido da República (PR) e ficou conhecida por capitanear a primeira aliança nacional com o PT, em 2002, ao indicar José Alencar como vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de então, integrou ativamente as coalizões governistas lideradas pelos petistas até o impeachment de 2016, quando chancelou o afastamento de Dilma Rousseff.

No esteio da ascensão bolsonarista e da fratura ideológica introduzida no eleitorado, o PL abriu as portas ao PDB com o propósito de ampliar a própria relevância no sistema político. A guinada consolidou-se com a filiação de Jair Bolsonaro, no final de 2021, e com a subsequente virada de chave institucional decorrente do pleito de 2022, quando a legenda – até então habituada ao puro pragmatismo – passou a incorporar bandeiras doutrinárias e a exercer, a partir de 2023, uma oposição frontal ao governo federal.

Esse movimento reconfigura o comportamento histórico da agremiação e explicita as tensões internas entre a ala ideológica e os quadros tradicionais do Centrão, embora existam zonas de intersecção em que tais identidades se confundem. O PL converteu-se no principal reflexo do que Marcos Nobre

142. Ao discutir o escopo metodológico da ciência política, os autores argumentam que a análise frequentemente acessa apenas o desfecho do jogo institucional – o que denominam *last mile* da política, visível nas votações nominais em plenário. O verdadeiro embate e a acomodação de interesses, contudo, ocorrem nas etapas antecedentes da engrenagem (a *metapolitics*), que constituem o real e mais complexo objeto de investigação científica.

denominou *Centrão sem medo* (NOBRE, 2023),¹⁴³ isto é, despedido de melindres institucionais ao aderir a um projeto de matriz autoritária. Portanto, ao analisarmos o desempenho do partido no pleito de 2024, torna-se indispensável considerar que os resultados numéricos refletem essas duas vertentes que, embora não plenamente amalgamadas, já alteram o padrão eleitoral da sigla na arena das urnas, conforme discutiremos a seguir.

Os partidos brasileiros na arena eleitoral

O sistema político nacional caracteriza-se, historicamente, por uma nítida disjunção entre as arenas eleitoral e legislativa no que tange à dinâmica das agremiações. Em função de um arranjo institucional baseado no voto proporcional em lista aberta e no acentuado multipartidarismo, os incentivos no momento do pleito convergem para a descentralização e para a individualização das candidaturas. Isso se reflete na construção das propagandas políticas, no recorrente desconhecimento do eleitorado sobre as siglas partidárias e nos baixos índices de identificação e fidelidade ideológico-partidária (KINZO, 2005; PEREIRA; MUELLER, 2003).

Em sentido inverso, a arena parlamentar historicamente revelou o predomínio das siglas, da disciplina de bancada e da centralização decisória. Tal dinâmica sustentava-se na engrenagem do presidencialismo de coalizão, arranjo no qual o chefe do Executivo

143. A categoria é utilizada pelo autor para designar a ala do bloco suprapartidário que capitulou à extrema direita. A expressão demarca a ausência de freios democráticos diante de lideranças que tensionam ou ameaçam a estabilidade do regime representativo.

mobilizava prerrogativas legais para coordenar os trabalhos no Congresso. A coordenação operava tanto por mecanismos institucionais próprios quanto pela mediação das lideranças, responsáveis por assegurar a fidelidade dos deputados nas votações (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1999). O arranjo tendeu a funcionar sob essa lógica regular ao menos até meados de 2015 (MESQUITA; TESTA; BOLOGNESI, 2024).

O Partido dos Trabalhadores (PT) desponta como a exceção notável ao cenário de fragmentação, diferenciando-se pelo elevado grau de coesão em ambas as instâncias. O alinhamento reflete-se na identificação e na fidelidade partidária demonstradas pelo eleitorado nas urnas, bem como em uma conduta disciplinada e programática no Parlamento, consolidada pelo histórico de oposição a gestões de cenários políticos distintos (SINGER, 2010; SAMUELS, 2006; VENTURI, 2010).

Com a articulação do PDB, o direcionamento dos incentivos na arena eleitoral, sob a liderança de Jair Bolsonaro e seu círculo político, alterou-se profundamente. Os candidatos alinhados passaram a ser identificados de maneira unificada na plataforma digital *Candidatos do Bolsonaro*, conforme mencionado anteriormente. O arranjo representou uma ruptura estrutural para as legendas que abrigaram tais candidaturas, com especial impacto sobre o PL. Até então condicionada a campanhas individualizadas e desprovida de uma coordenação nacional, a sigla formal testemunhou a projeção de grande parte dos quadros sob a lógica centralizada e vertical do partido online, mobilizando um apelo ideológico unificado em torno do bolsonarismo.

Se antes o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) figurava como o principal vetor de conexão entre eleitores e candidatos, o declínio recente do instrumento transferiu a

centralidade das campanhas para as redes sociais. É nesse ecossistema que o PDB passa a estruturar as candidaturas sob uma identidade estética unificada e um direcionamento político convergente – articulado em torno de vertentes como o agronegócio, a segurança pública e a religião –, amparando-se nas mesmas lideranças nacionais, em padrões de publicação e no nó centralizador representado pelo site *Candidatos do Bolsonaro*.¹⁴⁴

Traçando um paralelo com a estruturação interna das legendas formais (GUARNIERI, 2011), o PDB caracteriza-se pela centralização decisória na figura de Jair Bolsonaro, cuja articulação com Valdemar da Costa Neto, presidente do PL, define a escolha das candidaturas. Sob tal dinâmica, as instâncias intrapartidárias que usualmente balizam o processo – como os diretórios e as comissões executivas – perdem relevância, assim como as próprias convenções.¹⁴⁵ O arranjo seria suficiente para enquadrar tanto o PDB quanto o PL como organizações monocráticas ou oligárquicas, nos termos de Guarnieri (2011). Contudo, a divergência fundamental em relação aos modelos discutidos pelo autor, amparados em Panebianco (2005), reside no fato de que, por não constituir uma sigla jurídica, o partido digital prescinde das amarras institucionais da democracia brasileira. Tal condição confere ampla liberdade de manobra e exige novos instrumentos analíticos para estudarmos a atuação do grupo nas urnas. Ademais, a práxis do PDB tensiona a competição política, podendo compelir outros atores a mimetizar o comportamento e, a longo prazo, induzir reformas

144. A questão estética e de organização da ação nas redes sociais pode ser conferida no capítulo 3 deste volume.

145. Foram realizadas etnografias nas convenções partidárias do PL em São Paulo e em Goiânia.

nas regras que regulam o certame eleitoral. O bloco reproduz, portanto, o núcleo dos modelos tradicionais: a hipercentralização do poder em círculos dirigentes restritos.

Outra característica distinta do padrão identificado na literatura sobre as legendas tradicionais brasileiras reside na conexão promovida pelo PDB entre as esferas eleitoral e parlamentar. Se outrora o PL atuava de forma fisiológica e governista, sem politizar a conduta no Parlamento em confrontos abertos, o partido online passou a instrumentalizar o embate ideológico no Congresso para manter a base mobilizada e fiel – estratégia que se traduz em dividendos eleitorais nas urnas. Além disso, o grau de coesão e a unificação doutrinária manifestam-se de forma semelhante em ambos os espaços, conforme analisado ao longo deste e do próximo capítulo.

A dinâmica converte o PL em um caso atípico em termos de organização e desempenho institucional. Em determinados momentos, o arranjo espelha as estratégias do PT na seara eleitoral de escolha de candidaturas – ao privilegiar disputas ideológicas e chapas *puro-sangue* em detrimento de coligações amplas pragmáticas ou da aposta em nomes individualizados –, bem como na atuação parlamentar programática, objeto de análise do capítulo subsequente.

Assim, se antes vigorava um padrão de comportamento partidário na arena eleitoral ancorado na individualização, no qual o PT figurava como a única grande exceção, o cenário contemporâneo apresenta um segundo desvio expressivo com a atuação do PDB no interior do PL. Os índices de identificação partidária com a legenda formal, inclusive, já atingem patamares historicamente inéditos na democracia brasileira para forças de direita, rivalizando proporcionalmente apenas

com os patamares associados aos petistas.¹⁴⁶ Tal fenômeno reforça o caráter disruptivo que a dinâmica introduz no sistema partidário nacional.

Desempenho da aliança PDB-PL

O PL lançou candidaturas majoritárias em 1.499 municípios e obteve a vitória em 517 localidades, figurando como a quinta legenda em número de prefeitos eleitos no país. A agremiação ocupou ainda a quarta posição em volume de postulações ao Executivo, registrando um índice de aproveitamento de 34%. Quando confrontado com outras forças do Centrão, o desempenho revela-se comparativamente modesto: MDB, PSD, Progressistas (PP), União Brasil (União) e Republicanos registraram uma taxa de eficiência superior a 40%, atingindo o ápice de 51% no caso do PSD. Tal patamar assevera-se mesmo diante do fato de que as três primeiras siglas (MDB, PSD e PP) mobilizaram um volume nominal maior de candidatos, conforme detalhado na Tabela 1.

146. No levantamento de dados quantitativos utilizado na pesquisa, realizado pelo Centro para Imaginação Crítica (CCI/Cebrap) em parceria com o Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), a identificação com o PT registrou 20% e com o PL alcançou 9%, ao passo que as demais agremiações não ultrapassaram a marca de 1,5%. A amostragem compreendeu 2.938 entrevistas domiciliares em âmbito nacional, calculada de modo a permitir a desagregação das análises pelas cinco grandes regiões do país e por três estratos de porte populacional dos municípios (até 100 mil habitantes, de 100 mil a 500 mil habitantes, e acima de 500 mil habitantes). A coleta ocorreu mediante sorteio de setores censitários, obedecendo aos critérios do plano amostral, no período de 5 de novembro a 4 de dezembro de 2024.

Tabela 1. Candidatos por partido e taxa de sucesso

Partido	Candidaturas	Eleitos	Aproveitamento
MDB	1926	864	45%
PSD	1751	891	51%
PP	1501	752	50%
PL	1499	517	34%
PT	1412	252	18%
União	1292	591	46%
Republicanos	1107	440	40%
PSB	806	312	39%
PSDB	721	276	38%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Ao isolar apenas os candidatos ao Executivo municipal que constavam na plataforma *Candidatos do Bolsonaro*, o PDB figuraria, em termos comparativos, como a quinta ou sexta maior força política do país em número de prefeitos eleitos. Nesse cenário hipotético, a ala digital ficaria atrás somente de estruturas tradicionais como PSD, MDB, PP e União Brasil.

Tabela 2. Número de prefeitos eleitos por partido

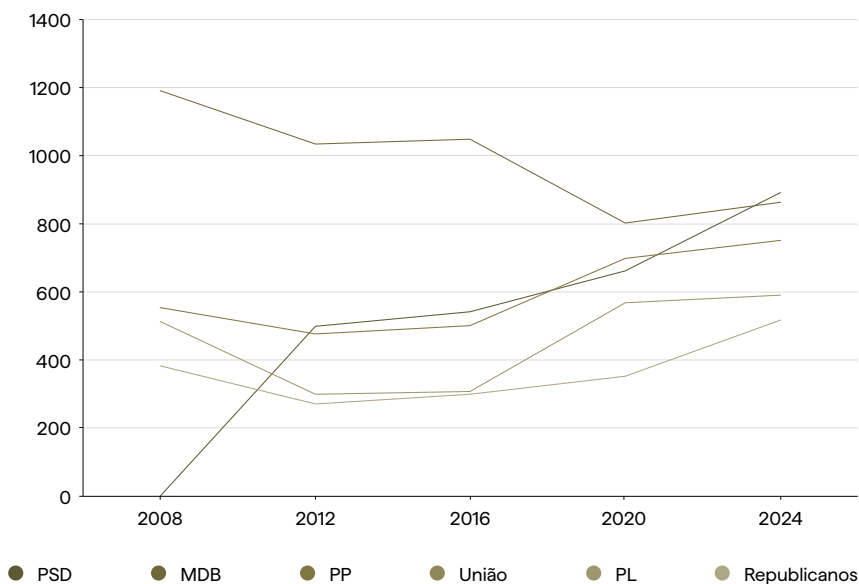
	N
PSD	887
MDB	860
PP	750
União	585
PL	514
Apoiados Bolsonaro	498
Republicanos	434
PSB	310

	N
PSDB	274
PT	252
PDT	151
Avante	136
Pode	127
PRD	76
Solidariedade	63
Cidadania	32
Mobiliza	21
Novo	19
PC do B	19
PV	13
Rede	4
Agir	3
DC	2
PMB	2
PRTB	1

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Já ao analisarmos a evolução histórica do desempenho das forças do Centrão (gráfico abaixo), constatamos a trajetória ascendente do PL em paralelo a outras siglas do bloco, em contraste com o declínio do MDB – embora este tenha registrado sutil recuperação em 2024 na comparação com o pleito de 2020. O PL, por sua vez, exibiu um crescimento acentuado no período, impulsionado pela incorporação da dinâmica do PDB. A articulação ideológica já havia garantido à legenda a maior bancada na Câmara dos Deputados em 2022, servindo de plataforma para a expansão capilarizada observada nas eleições municipais subsequentes.

Gráfico 1. Prefeituras vencidas pelo Centrão



Fonte: Elaboração própria.

Entre as legendas do Centrão, o PL destacou-se como a agremiação que mais mobilizou chapas integradas exclusivamente por candidatos a prefeito e vice-prefeito da própria sigla, atingindo o patamar de 46% de candidaturas majoritárias homogêneas.¹⁴⁷ O índice aproxima-se do comportamento registrado pelo PT no mesmo pleito (51%). Longe de constituir uma mera coincidência estatística, a convergência possui forte densidade analítica. O PT é historicamente reconhecido por priorizar estratégias de protagonismo eleitoral,

147. Adota-se o termo para designar as chapas nas quais os candidatos a prefeito e a vice-prefeito pertencem à mesma legenda.

mesmo sob o risco de enfrentar dificuldades na articulação de coalizões vencedoras.¹⁴⁸

A adesão do PL a uma taxa dessa magnitude denota um comportamento atípico para os padrões do Centrão. O fenômeno indica um redirecionamento estratégico focado na disputa aberta por hegemonia ideológica e por cargos no Executivo, distanciando-se da conduta clássica mapeada pela literatura especializada. Ao priorizar alianças programáticas mesmo em cenários de provável derrota, a legenda preteriu coligações pragmáticas que poderiam assegurar a participação em um número maior de administrações municipais. Em termos comparativos, o MDB apresentou apenas 34% de chapas homogêneas, enquanto o PSD registrou somente 27%, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3. Chapas com candidatos a vice do próprio partido

Rótulos de Linha	Chapas com vice de outro partido	Chapas com vice do próprio partido	Total Geral	% de chapas com vice do próprio partido
MDB	1237	635	1872	34%
PSD	1248	461	1709	27%
PP	1019	468	1487	31%
PL	798	669	1467	46%
PT	659	692	1351	51%
União	875	371	1246	30%
Republicanos	731	348	1079	32%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

148. A vocação do PT para o protagonismo nas disputas majoritárias vincula-se ao histórico de lançar candidaturas próprias à Presidência da República, figurando no segundo turno em quase todas as eleições presidenciais desde a redemocratização (BARBOSA, 2019).

Contudo, a maioria das vitórias alcançadas pelo PL tendeu a ocorrer em composição com vices de outras legendas, o que sinaliza que a articulação de amplos arcos de aliança permanece como fator determinante para o êxito nas urnas. Ademais, mesmo no universo restrito das chapas puras, as demais forças do Centrão obtiveram índices de sucesso superiores aos do PL, assimetria explicada pelo maior enraizamento territorial construído por essas siglas ao longo de sucessivos pleitos em municípios de pequeno porte, os quais representam a maioria das circunscrições nacionais.

Tabela 4. Vitórias como cabeça de chapa ou vice

Vitórias como vice ou cabeça de chapa	Cabeça de Chapa	Vice	“Puro sangue”	Total de vitórias vice OU prefeito
PL	516	516	114	918
MDB	853	814	236	1431
PSD	885	635	191	1329
União	584	496	96	984

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Constata-se, adicionalmente, uma clivagem geopolítica nas escolhas estratégicas do PL para o lançamento de candidaturas majoritárias. Conforme detalhado na Tabela 4, a legenda priorizou cabeças de chapa nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, ao passo que ocupou a posição de vice-prefeito com maior frequência no Norte e no Nordeste.

A análise longitudinal dos Gráficos 2 e 3 revela que a incorporação do bolsonarismo alterou a geografia do

crescimento municipal da sigla. No período entre 2012 e 2016, a expansão partidária ocorreu de maneira relativamente uniforme entre as macrorregiões. Na janela seguinte, entre 2016 e 2020, o incremento concentrou-se no Nordeste e no Sul, registrando retração nas demais áreas. Contudo, entre 2020 e 2024, o partido enfrentou acentuado declínio no Nordeste em contraposição a uma ascensão vigorosa no Sul e no Sudeste – justamente os redutos de maior penetração do eleitorado bolsonarista (NICOLAU, 2020). O rearranjo espacial constitui um indicador robusto de que o desempenho do PL em 2024 vincula-se diretamente à absorção da agenda e do capital político do PDB.

Tabela 5. Candidaturas do PL a prefeito ou vice por região

Região	Prefeito	Vice
Centro-Oeste	170	155
Nordeste	224	239
Norte	108	130
Sudeste	551	498
Sul	446	416

Fonte: TSE. Elaboração própria.

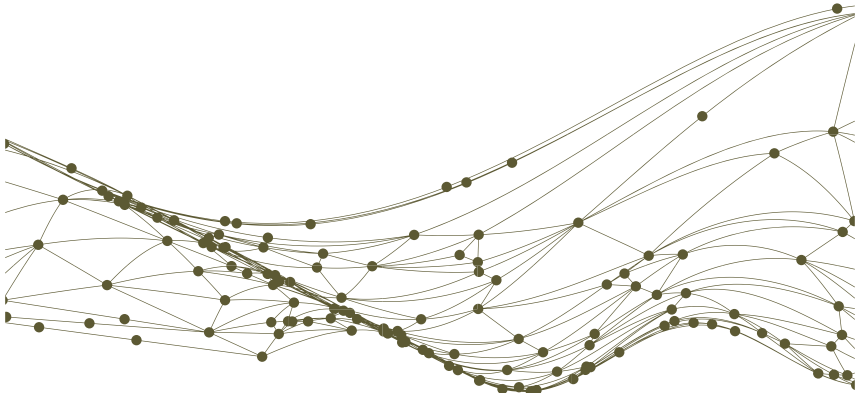
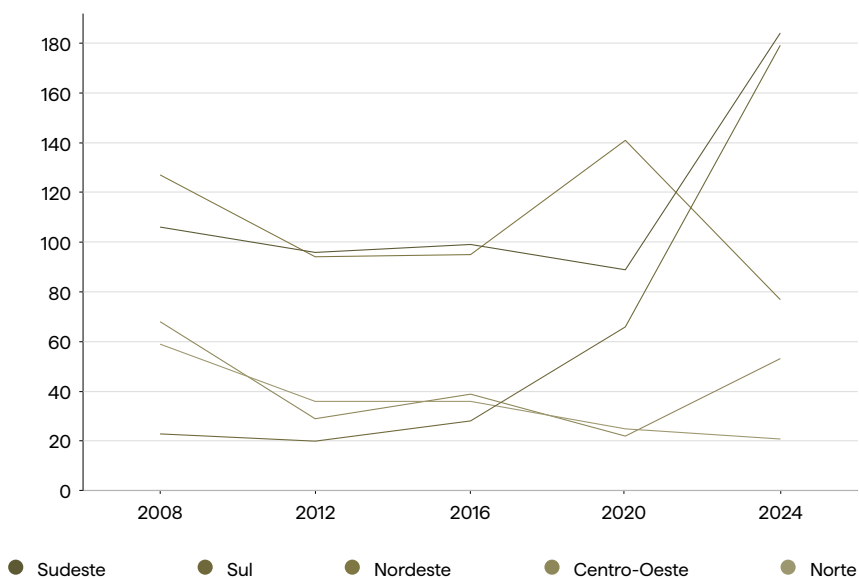


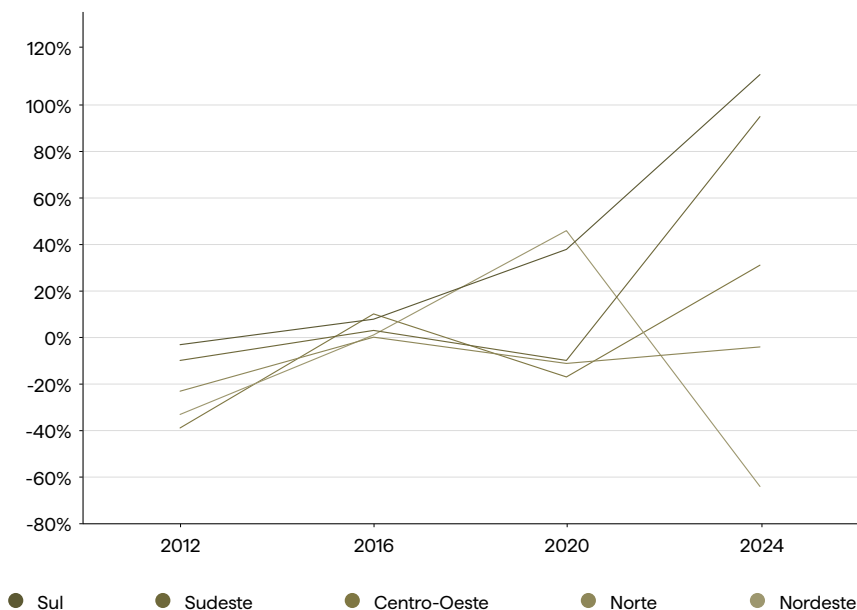
Gráfico 2. Prefeituras vencidas pelo PL por região



Fonte: TSE. Elaboração própria.



Gráfico 3. Índice de crescimento do PL nas prefeituras por região



Fonte: TSE. Elaboração própria.

O PL registrou maior eficiência eleitoral com candidaturas próprias ao Executivo nos municípios de médio e grande porte. Nas grandes metrópoles, com população igual ou superior a 500 mil habitantes, a legenda obteve a vitória em 13% das disputas, enquanto nos municípios de médio porte o índice de sucesso foi de 12%. Em contrapartida, nos pequenos municípios, com menos de 20 mil habitantes, a taxa de vitória recuou para 8%, conforme discriminado na Tabela 5.

O comportamento assemelha-se ao padrão histórico de expansão do PT entre as décadas de 1990 e 2000, período no qual a sigla colhia desempenhos robustos nos centros urbanos de maior densidade demográfica em contraste com a resistência

encontrada nas pequenas localidades, mesmo após a chegada à chefia do Executivo federal. O paralelo analítico é fecundo por distinguir o PL sob a influência do PDB do *modus operandi* tradicional das demais forças do Centrão, cujo enraizamento depende historicamente de estruturas tradicionais de poder em municípios de menor porte.

Tabela 6. Vitórias do partido do prefeito por tamanho da cidade

Vitórias do partido do prefeito por tamanho da cidade	Grande	Média	Pequena	Total Geral	% das grandes	% das médias	% das pequenas
PSD	8	266	611	885	15%	15%	17%
MDB	7	292	554	853	13%	16%	15%
PP	7	241	499	747	13%	13%	14%
União	6	173	405	584	12%	10%	11%
PL	7	210	299	516	13%	12%	8%
Republicanos	2	148	283	433	4%	8%	8%

Fonte: TSE e IBGE. Elaboração própria.

No universo dos 103 maiores municípios do país – grupo denominado G103, composto pelas circunscrições com mais de 200 mil eleitores e que preveem a realização de segundo turno¹⁴⁹ —, o PL despontou como a legenda mais vitoriosa no primeiro turno, conquistando de imediato 10 prefeituras e garantindo vaga na etapa decisiva em outras 23 localidades. Embora tenha obtido o triunfo em apenas 6 municípios no

149. A denominação G103 designa o conjunto dos 103 maiores municípios brasileiros aptos a realizar segundo turno nas eleições municipais por atingirem o patamar mínimo de 200 mil eleitores. Nas demais localidades, o certame encerra-se no primeiro turno.

segundo turno, a sigla consolidou-se como a força política com maior número de prefeituras conquistadas nesse estrato, que concentra a maior parcela do eleitorado nacional. Ademais, o PL liderou o volume absoluto de sufrágios válidos nessas cidades, totalizando 7 milhões de votos, ao passo que o segundo colocado, o União Brasil, registrou 4,5 milhões.

Tabela 7. Partidos do prefeito e desempenho (G103)

Partido	Prefeitos eleitos no primeiro turno	Candidatos no segundo turno	Prefeitos eleitos no segundo turno	Soma de votos válidos no primeiro turno
PL	10	23	6	7.038.986
União Brasil	7	12	6	4.072.011
PP	7	6	4	2.082.052
PSD	6	10	9	4.382.650
MDB	5	10	7	4.499.370
Republicanos	4	7	3	1.898.773
Pode	3	6	5	1.287.286
PT	2	14	4	3.857.469

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Ao cruzarmos a distribuição das candidaturas chanceladas pela plataforma *Candidatos do Bolsonaro* com o porte dos municípios – divididos entre integrantes do G103 ou não –, constatamos a nítida preponderância dos grandes centros urbanos. Os maiores municípios concentraram representantes do bolsonarismo em 58,4% dos casos, índice que representa o dobro da proporção registrada nas demais localidades e no percentual agregado nacional, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8. Candidaturas apoiadas e tipo de município (G103)

	Outros	G103	Total
Sem apoio	74.8% (4,059)	41.6% (42)	74.1% (4,101)
Com apoio	25.2% (1,371)	58.4% (59)	25.9% (1,430)

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Nas vitórias alcançadas no G103, as articulações do PL envolveram coligações com pelo menos duas outras agremiações, sendo que apenas dois municípios contaram com chapas homogêneas compostas por prefeitos e vices da própria sigla: São José do Rio Preto e Jaboatão dos Guararapes. A formação de amplas coalizões constitui uma tática típica do *modus operandi* do Centrão. Contudo, cumpre destacar que metade dos triunfos do PL nesses grandes centros urbanos foi protagonizada por candidaturas declaradamente bolsonaristas,¹⁵⁰ evidência que corrobora a tese de que a expansão da legenda em 2024 foi tracionada pela força política do ex-presidente.

Tabela 9. Coligações e vices das cidades em que o PL ganhou a prefeitura (G103)

Cidades em que o PL venceu	Turno	Partido do vice	Coligação	Bolsonarista?
Guarulhos	2º	Novo	PMB / DC / Novo	Não
Cuiabá	2º	Novo	Novo / PRTB / DC	Sim

150. A classificação metodológica baseou-se na análise do material de campanha. O candidato foi catalogado como bolsonarista mediante a associação explícita à figura de Jair Bolsonaro e a reprodução de um discurso programático alinhado ao movimento; a ausência de ambos os critérios implicava a exclusão da categoria. A aplicação desse filtro analítico permitiu distinguir duas dimensões cruciais do certame: o impacto do endosso formal da liderança e a percepção do eleitorado quanto à identificação do candidato como parte integrante do PDB.

Cidades em que o PL venceu	Turno	Partido do vice	Coligação	Bolsonarista?
Aracaju	2°	Cidadania	Agir / Cidadania / PSDB	Não
São José do Rio Preto	2°	PL	Novo / PMB	Sim
Anápolis	2°	MDB	MDB / PRD / Novo / PSD / Avante	Sim
Canoas	2°	União	PP / União	Sim
Maceió	1°	Podemos	Republicanos / PP / Pode / PRD / União / Cidadania / PSDB	Não
São Gonçalo	1°	União	Republicanos / PP / MDB / Pode / PRD / União / Avante / Solidariedade / Cidadania / PSDB	Não
Jaboatão dos Guararapes	1°	PL	União / DC / Novo / Mobiliza / PRD / PSD / PDT / PRTB	Não
Mogi das Cruzes	1°	PSD	Republicanos / União / PP / PSD / MDB	Não
Rio Branco	1°	PP	PP / União / Pode / Cidadania / PSDB / Solidariedade	Sim
Itaquaquecetuba	1°	PSD	Republicanos / PP / MDB / DC / Mobiliza / PMB / União / PSB / PSD / Avante / Cidadania / PSDB	Não
Blumenau	1°	PSDB	Republicanos / UNIÃO / Cidadania / PSDB / PP / MDB / PRD	Sim

Cidades em que o PL venceu	Turno	Partido do vice	Coligação	Bolsonarista?
Cascavel	1º	Novo	Novo / Agir / PRD / Republicanos / PSD	Sim
Suzano	1º	PSD	PSD / Avante / DC / MDB / PRD / PSB / PP / Republicanos / União	Não
Foz do Iguaçu	1º	PSD	Republicanos / PSD / Solidariedade / Novo / PRD	Sim

Fonte: TSE e Instagram. Elaboração própria.

Em contrapartida, nas circunscrições do G103 em que o PL foi derrotado, a maior parte das candidaturas majoritárias isolou-se em chapas sem alianças formais ou coligadas a apenas uma única agremiação – com exceções expressivas registradas em Aparecida de Goiânia, São João de Meriti e São José dos Campos. Ainda assim, em duas dessas localidades, o arranjo consistiu em chapas homogêneas com a posição de vice ocupada pelo próprio PL. Sob a perspectiva ideológica, a quase totalidade dos candidatos derrotados inseria-se na ala bolsonarista, figurando Jundiaí como a única exceção. Nos municípios de Sorocaba e Joinville, embora os prefeitos eleitos também fossem vinculados ao movimento, suas candidaturas foram canceladas oficialmente por outras legendas.

O contraste entre vitórias e derrotas no âmbito do G103 corrobora o padrão analítico anterior: o desempenho do PL foi inferior nos cenários em que optou pelo purismo das chapas homogêneas. O fenômeno comporta ao menos duas interpretações complementares. A primeira sugere que a legenda assumiu o risco de lançar candidaturas competitivamente isoladas frente a coalizões locais mais

robustas, apostando na resiliência eleitoral do bolsonarismo e na necessidade de demarcar sua agenda programática mesmo em contextos adversos. A segunda hipótese aponta que o alinhamento estrito ao ex-presidente gerou barreiras para a composição de alianças mais amplas com as forças políticas tradicionais nos municípios. Dado que a influência de Jair Bolsonaro exerceu papel decisivo na triagem das candidaturas,¹⁵¹ os resultados evidenciam a preponderância das diretrizes do PDB sobre a lógica cartorial do PL. Ambas as leituras convergem, portanto, para o entendimento de que o isolamento tático refletiu a primazia da disputa ideológica promovida pelo movimento na sociedade.

Tabela 10. Coligações e vices das cidades em que PL perdeu a prefeitura (G103)

Cidades em que o PL perdeu	Turno	Partido do vice	Coligação	Bolsonarista?	Candidato vencedor bolsonarista?
Manaus	2º	Novo	Novo	Sim	Não
Belém	2º	PL		Sim	Não
João Pessoa	2º	Novo	Novo	Sim	Não
São José dos Campos	2º	PSDB	Novo / Mobiliza / Cidadania / PSDB	Sim	Sim
Aparecida de Goiânia	2º	PL	Mobiliza / Avante / Agir / PRD / PDT / NOVO / Republicanos / DC / PRTB / Cidadania / PSDB	Sim	Não

151. Achado empírico da pesquisa conduzida para a confecção deste volume, a qual combinou observação etnográfica, revisão sistemática da cobertura da imprensa nacional, monitoramento de dados em mídias sociais e realização de entrevistas profundas.

Cidades em que o PL perdeu	Turno	Partido do vice	Coligação	Bolsonarista?	Candidato vencedor bolsonarista?
Niterói	2º	PP	PP	Sim	Não
Santos	2º	MDB	MDB / Mobiliza / PRD	Sim	Não
Franca	2º	União	Solidariedade / PRD / União	Sim	Não
Santarém	2º	Avante	Avante	Sim	Não
Pelotas	2º	PL	PRD	Sim	Não
Fortaleza	2º	PL		Sim	Não
Belo Horizonte	2º	PL	PP	Sim	Não
Goiânia	2º	NOVO	Novo	Sim	Não
Caxias do Sul	2º	PP	PP / Novo / Pode	Sim	Não
Jundiaí	2º	PL	Cidadania / PSDB / PSD / PP / Avante / Republicanos / Pode	Não	Não
Palmas	2º	PL	Republicanos	Sim	Não
São João de Meriti	1º	PL	PP / PRD / Agir / PSB / União / Solidariedade / Cidadania / PSDB	Sim	Não
Rio de Janeiro	1º	PL	MDB / Republicanos	Sim	Não
Recife	1º	PL		Sim	Não
Sorocaba	1º	PL	PP / PRD	Sim	Sim
Joinville	1º	PL		Sim	Sim
Contagem	1º	Novo	Novo	Sim	Não
Juiz de Fora	1º	PL	PP / PRD	Sim	Não
Vila Velha	1º	PL	PRTB	Sim	Não
São Vicente	1º	PL		Sim	Não
Magé	1º	PL	DC	Sim	Não

Fonte: TSE e Instagram. Elaboração própria.

Considerações finais

As eleições municipais de 2024 constituíram um marco decisivo no processo de simbiose entre o bolsonarismo e o PL, com desdobramentos profundos para a estruturação do denominado *Centrão sem medo* e para a inserção capilarizada do PDB no sistema político nacional. Os resultados empíricos indicam que o movimento bolsonarista exerceu influência preponderante no desempenho eleitoral da legenda, impulsionando uma transformação estrutural em seu modelo de comportamento tradicional. Tal dinâmica operou-se a despeito das ambiguidades e das tensões internas latentes entre os dois agrupamentos dirigentes – capitaneados, respectivamente, por Valdemar da Costa Neto e Jair Bolsonaro – e no próprio interior do PDB, cuja composição fragmenta-se em múltiplas lideranças.¹⁵²

O PL apresentou crescimento significativo nas eleições de 2024, mesmo estando desalojado do Executivo federal, em contraste com a trajetória histórica das demais forças do Centrão – um feito analiticamente relevante. Ainda assim, a performance global da legenda revelou-se aquém do registrado por seus pares tradicionais e abaixo das expectativas de seus dirigentes, que apostaram na convergência entre a capilaridade do movimento e o vultoso volume de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha destinado à sigla.

A estratégia de inflar o número de candidaturas majoritárias pulverizadas pelo país mostrou-se menos eficiente do que as articulações patrocinadas pelas agremiações concorrentes.

152. Como discutimos nos capítulos 3 e 5.

Esse resultado decorreu, em larga medida, da incapacidade ou da recusa deliberada em estruturar coalizões amplas regionais, cuja formação permaneceu como variável determinante para o sucesso nas urnas. Há indícios robustos de que a influência doutrinária do bolsonarismo impôs uma diretriz focada na proliferação de chapas homogêneas, orientadas por uma agenda marcadamente conservadora.

A expansão do PL também registrou inflexões profundas na comparação com a trajetória histórica da própria legenda em pleitos anteriores. Sob a perspectiva geopolítica, o partido obteve incremento expressivo nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, em contraste com a retração observada no Norte e, fundamentalmente, no Nordeste. Constatou-se, nessas três primeiras macrorregiões, sutil preferência pelo lançamento de candidaturas encabeçando as chapas majoritárias.

O desempenho institucional nos municípios de médio e grande porte – o estrato delimitado pelo G103 – revelou-se consideravelmente superior ao registrado nas pequenas localidades. O PL despontou como a agremiação com maior volume de candidaturas competitivas e com maior índice de sucesso absoluto nesse conjunto de cidades. Uma explicação plausível para a assimetria vincula-se à centralidade do voto programático nos grandes centros urbanos (Reis, 2010), segmento menos dependente das engrenagens do clientelismo e do uso da máquina pública local.

Esse padrão de competitividade assemelha-se à dinâmica de interiorização e consolidação do PT entre as décadas de 1990 e 2000, distanciando-se do comportamento clássico mapeado na literatura sobre os partidos tradicionais brasileiros na arena eleitoral. O fenômeno sugere que a

penetração do PDB provoca transformações estruturais no *modus operandi* do PL e nas atitudes políticas de parcelas do eleitorado, configurando uma agenda fértil para investigações empíricas nos pleitos subseqüentes.

Em suma, a influência do PDB sobre o comportamento eleitoral do PL traduziu-se na expansão nominal de candidaturas, com o conseqüente incremento em seu volume de sufrágios e de prefeituras conquistadas, a despeito do posicionamento de oposição ao governo federal. Em contrapartida, o purismo ideológico das candidaturas bolsonaristas tendeu a mitigar a competitividade da legenda em determinados cenários, reduzindo sua capacidade de articular coalizões amplas e de atrair o eleitorado moderado.

Evidencia-se, fundamentalmente, a coexistência de duas forças de natureza distinta no interior do partido: a ala ideológica, organicamente alinhada às diretrizes do PDB, e a vertente tradicional, que reproduz o padrão histórico de pragmatismo fisiológico e plasticidade para alianças majoritárias.

O processo de acomodação do PDB no arranjo partidário formal encontra-se distante de um desfecho, permanecendo em aberto as implicações estruturais para o futuro do PL e para a dinâmica política nacional. Os achados desta obra indicam, contudo, a necessidade imperiosa de se perscrutar o sistema político brasileiro para além de suas instituições formais, dimensão crucial para o pleito de 2026, cenário no qual o PDB enfrentará as urnas com Jair Bolsonaro na prisão. Apesar do revés de sua principal liderança, o movimento digital projeta-se para a disputa subseqüente sob um nível inédito de coordenação organizacional, focado na ampliação de cadeiras no Senado Federal e na preservação de sua hegemonia na Câmara dos

Deputados, ao mesmo tempo em que tenciona unificar o campo da direita em torno de uma candidatura presidencial única.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. O dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988.

BARBOSA, Leonardo. *Conflito partidário e ordem política: PMDB, PSDB e PT na Nova República*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), Rio de Janeiro, 2019.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GIBSON, E. *Class and conservative parties: Argentina in Comparative Perspective*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1996.

GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos “fracos”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011.

HACKER, Jacob S. et al. The American political economy: markets, power, and the metapolitics of U.S. economic governance. *Annual Review of Political Science*, v. 25, n. 1, p. 197–217, 2022.

KINZO, Maria D’Alva Gil. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65–81, fev. 2005.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil virou à direita*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NOBRE, Marcos. *Limites da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NOBRE, Marcos. O Centrão sem medo e a encruzilhada do PT. *Revista piauí*, edição 204, set. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pega-mata-e-come/>. Acesso em: 1 fev. 2026.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003. DOI: 10.1590/S0011-52582003000400004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/msFYCm8hfrxNn7zxpBwkRvL/>. Acesso em: 1 fev. 2026.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 87, p. 61–75, jul. 2010.

SAMUELS, David. Sources of mass partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 2, p. 1–27, 2006.

SCULLY, T. Reappraising the role of the center: the case of the Chilean party system. *Working Paper #143*. Kellogg Institute, 1990.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, nov. 2010.

TESTA, G.; MESQUITA, L.; BOLOGNESI, B. Do fisiologismo ao centro do poder: as reformas eleitorais e o Centrão 2.0. *Caderno CRH*, v. 37, e024003, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.55537>.

VENTURI, Gustavo. PT 30 anos: mudanças na distribuição regional. *Teoria e Debate*, n. 87, 2010.

ZIBLATT, D. *Conservative Parties and the Birth of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

08

O PL (e o PDB) na Câmara dos Deputados

Daniela Costanzo

Introdução

A chegada do Partido Digital Bolsonarista (PDB) ao Partido Liberal (PL)¹⁵³ alterou a dinâmica parlamentar da legenda, tensionando o limite de sua classificação como integrante do bloco suprapartidário conhecido como Centrão. Tais transformações são observáveis no perfil e na atuação de sua bancada na Câmara dos Deputados, que se modificou em tamanho, composição sociodemográfica e posicionamento em relação ao governo. Embora o PDB não se restrinja a uma única sigla, a opção analítica pelo PL justifica-se pela densidade de quadros da vertente digital em suas fileiras, além do fato de a agremiação abrigar a filiação oficial de Jair Bolsonaro.

Este capítulo analisa essas mudanças utilizando dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados.¹⁵⁴ O propósito central é aferir a pertinência de se nomear uma ala do PL como Partido

153. O PL funcionou com esse nome entre 1985 e 2006, quando se fundiu ao PRONA e mudou o nome para Partido da República (PR), voltando a ser batizado de PL em 2019.

154. Os dados da Câmara dos Deputados estão disponíveis em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=staticfile>. Acesso em 30 maio 2026.

Digital Bolsonarista, identificando os integrantes do agrupamento e suas distinções em relação aos demais parlamentares. Como desdobramentos desta seção, busca-se ainda: (i) compreender a articulação do PDB com a institucionalidade, observando sua face parlamentar reunida na legenda, e (ii) discutir as implicações de tal arranjo para o sistema político brasileiro.

Para tanto, o presente capítulo está estruturado em mais três partes, além da introdução. Na seção seguinte, realizamos uma caracterização do PL no que diz respeito ao seu comportamento legislativo antes da fusão com o bolsonarismo. Na sequência, abordamos o momento em que a legenda transicionou de força tradicional do Centrão para agremiação hospedeira do PDB, bem como os reflexos dessa mudança no perfil da sua bancada e na dinâmica em plenário. Por fim, apresentamos as considerações finais.

Os resultados mostram que o PL se divide entre o Centrão e o PDB, sendo este majoritário, nitidamente oposicionista, digital, com forte base no Sudeste e no Sul e composto por representantes de origens não tradicionais na política brasileira. Além disso, a chegada da vertente online ao partido fez com que sua bancada se caracterizasse por maior presença de integrantes das forças policiais e por uma inserção mais expressiva nas frentes parlamentares conservadoras do que a média da Câmara.

O PL (e o Centrão) pré-Bolsonaro

O PL nasceu a partir de uma cisão do Partido da Frente Liberal (PFL), em 1985, pouco tempo após a retomada do

pluripartidarismo, que estivera proibido pela ditadura militar até 1979. Quem fundou a legenda foi Álvaro Valle, então deputado federal egresso da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), motivado pelo desejo de se lançar candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em um momento no qual o PFL tinha outros planos para o pleito. O ex-arenista manteve-se no comando da agremiação até sua morte, em 2000. A partir de então, Valdemar da Costa Neto assumiu a presidência da sigla, cargo que ocupa até os dias atuais.

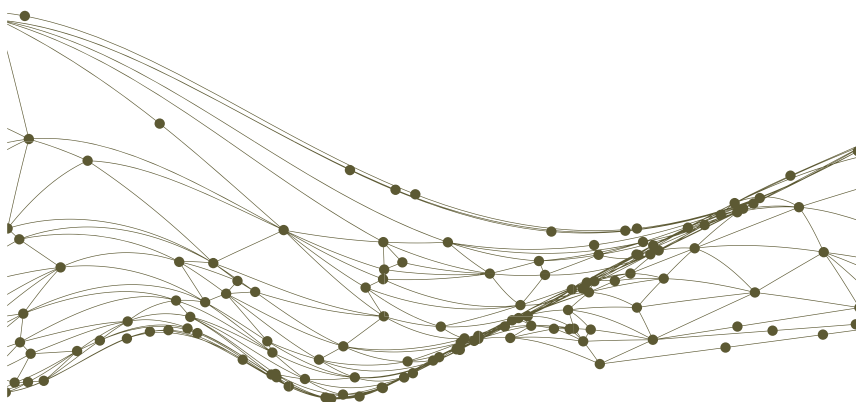
Apesar de Luan (2025) argumentar que a o partido era ideológico sob o comando de Álvaro Valle e se tornou fisiologista a partir da gestão de Valdemar, o que observamos na prática é que a agremiação atuou como Centrão durante todos os mandatos presidenciais, de Sarney a Bolsonaro. Vale lembrar que as forças do Centrão se caracterizam por priorizar o pleito legislativo, manter uma postura aparentemente governista – ou seja, apoiar o Executivo nas votações em plenário, sem fazer oposição aberta (NOBRE, 2013) – e constituírem estruturas de quadros e pragmáticas, bem ao modo das siglas de centro posicional definidas por Scully (1990) e discutidas no capítulo 7.

Como indica o gráfico abaixo, que ilustra o governismo¹⁵⁵ médio da legenda na Câmara dos Deputados, mesmo em momentos de fricção com o Palácio do Planalto – a exemplo dos mandatos de FHC II, Dilma I e Dilma II –, o PL manteve um índice de convergência com o Executivo superior a 50%, alinhando-se ao comportamento padrão do Centrão (COSTANZO, 2024). Entre as forças que integram tal agrupamento, a agremiação

155. Entende-se por governismo a proporção de vezes em que cada parlamentar ou sigla votou em consonância com a orientação do Poder Executivo em votações nominais na Câmara dos Deputados.

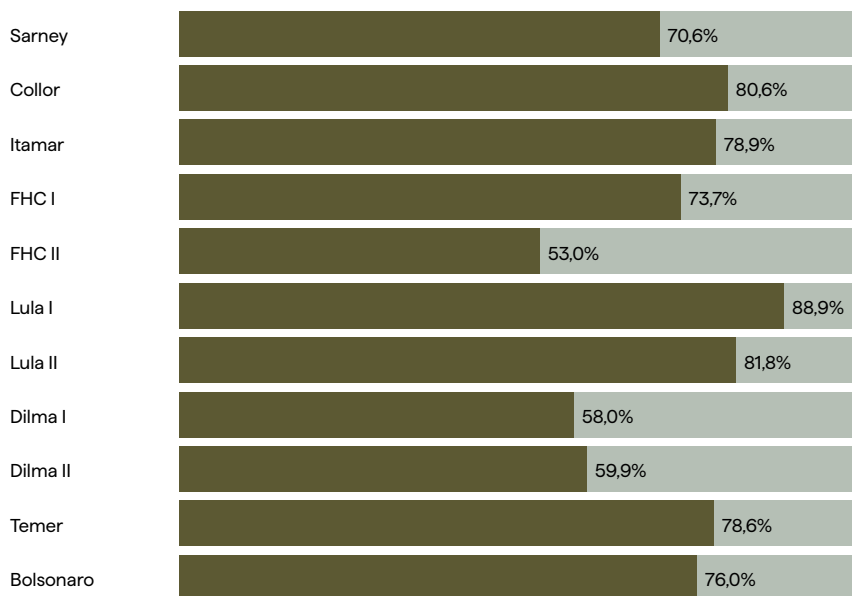
destaca-se por registrar um dos maiores percentuais de apoio e menor oscilação em sua conduta eleitoral de acordo com a matiz ideológica do presidente da vez (COSTANZO, 2024). Assim, o PL não apenas se caracterizava como uma sigla de centro posicional antes da filiação de Jair Bolsonaro, como figurava entre os seus representantes mais típicos.

Nas duas ocasiões em que o PL flertou com a oposição ao Executivo, o partido agia em retaliação por cargos que havia perdido na máquina pública. No contexto do mandato de FHC II, Valdemar da Costa Neto puniu a gestão federal por ter destituído um indicado seu da diretoria da Telesp, então companhia telefônica do estado de São Paulo¹⁵⁶. Já no período de Dilma Rousseff, o ensaio oposicionista se deu como resposta à faxina ética promovida pela presidenta no Ministério dos Transportes, especialmente no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O partido acabou votando pelo impeachment de Dilma, ainda que tenha recuperado alguns postos após o expurgo na autarquia (COSTANZO, 2022).



156. O político de que escapou das urnas. *Revista piauí*, jun. 2024. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/revista/213/o-politico-que-escapou-das-urnas-valdemar-costa-neto/>. Acesso em 30 maio 2026.

Gráfico 1. Governismo do PL por presidente



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

O PL mantinha uma bancada modesta na Câmara dos Deputados antes do acordo firmado com o PT em 2002 para eleger Lula e seu vice, José Alencar (então filiado à legenda). Daquele pleito em diante, o partido passou a contar com um volume de assentos relevante para negociar cargos no Executivo em troca de apoio no Congresso. Como ilustra o Gráfico 2, a agremiação saltou de 12 para 26 vagas no início do primeiro mandato de Lula e seguiu uma tendência de expansão atrelada aos petistas, atingindo 41 parlamentares na primeira eleição de Dilma Rousseff, em 2010.

Nos pleitos de 2014 (Rousseff II e Temer) e 2018 (Bolsonaro), a legenda perdeu alguns assentos em relação a 2010, mas

continuou relevante no fragmentado cenário parlamentar brasileiro, mantendo 34 e 33 vagas, respectivamente. A estratégia governista era vista como o melhor caminho pelo presidente do PL, pois fora justamente ela que expandira as cadeiras do partido no Congresso e seu acesso a cargos e recursos na Esplanada¹⁵⁷

Romper com o Palácio do Planalto havia sido uma experiência amarga para o comandante da sigla, como narra Thais Oyama na reportagem mencionada acima. De acordo com a jornalista, Valdemar alegou que sua bancada sofria assédio constante do PFL e que era difícil reter seus deputados após retirar o apoio à gestão de FHC,¹⁵⁸ pois não dispunha de atrativos para oferecer a eles: “O Fernando Henrique me tirou tudo, todo o nosso pessoal, todos os meus diretores. Me deixou no sal.”¹⁵⁹ De fato, na época, era uma situação bastante desvantajosa para o Centrão desembarcar da base aliada, pois os recursos controlados pela administração central eram proporcionalmente maiores em relação à última década, quando o Legislativo avançou sobre as prerrogativas presidenciais. O PL, assim como os demais agrupamentos do Centrão, não tinha a pretensão de disputar ideologicamente os rumos do país, de politizar sua atuação no

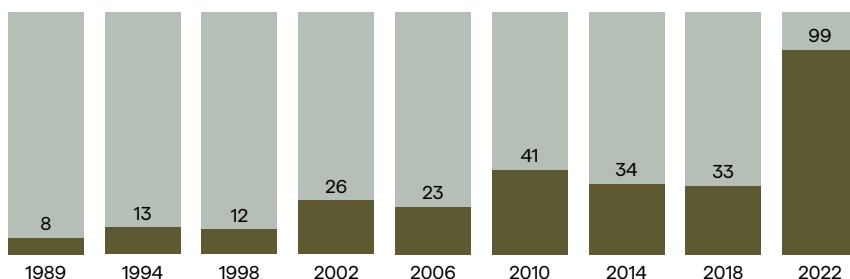
157. O político de que escapou das urnas. *Revista piauí*, jun. 2024. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/revista/213/o-politico-que-escapou-das-urnas-valdemar-costa-neto/>. Acesso em 30 maio 2026.

158. Em 8 de novembro de 1995, Fernando Henrique Cardoso escreve o seguinte sobre as chantagens de Valdemar e as respostas de sua gestão: “Tivemos também várias conversas sobre a questão da votação hoje. Principalmente com o deputado Valdemar Costa Neto, que abriu mão de um destaque que poderia prejudicar muito o Fundo Social de Emergência e, claro, sexta-feira vai conversar comigo para reclamar as coisas do PL que não foram atendidas em nada. Parece que não foram mesmo, por falta de gente competente e que seja honesta. Vamos ver o que acontecerá. Aqueles episódios normais: usam um fato nacional para poder extorquir algo do governo. É lamentável” (CARDOSO, 2015, p. 168).

159. *id.*

Congresso Nacional e nem de lançar um candidato próprio com chances ou força para vencer as eleições presidenciais.

Gráfico 2. Tamanho da bancada do PL na Câmara dos Deputados



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

O PL com Bolsonaro

No final de 2021, Jair Bolsonaro estava sem legenda para disputar a reeleição à Presidência da República, após ter ensaiado fundar uma sigla própria que não obteve a tempo o mínimo necessário de assinaturas, segundo o discurso oficial. No entanto, dado o tamanho do bolsonarismo e do PDB no Brasil, é possível inferir que o então mandatário optou por não estruturar uma agremiação tradicional, preferindo manter seu agrupamento digital às margens das instituições formais. Selou, então, um acordo com Valdemar da Costa Neto para ingressar no PL juntamente a uma forte leva de parlamentares alinhados à sua vertente.

Os impactos na bancada do partido na Câmara dos Deputados foram profundos. A legenda saltou de 33 para 99 assentos,

consolidando-se como a maior força da Casa. As mudanças, porém, não foram apenas quantitativas; as transformações qualitativas são ainda mais significativas para compreendermos o peso da chegada do PDB à estrutura interna da sigla.

Sob a ótica da trajetória política, até o pleito de 2022, 39% dos deputados não pertenciam a nenhuma agremiação antes de ingressar no PL, enquanto apenas 19% eram egressos do antigo Partido da República (PR), denominação da legenda anterior à reformulação da marca. Por sua vez, 18% vieram do PSL, que abrigou a candidatura de Jair Bolsonaro na disputa de 2018 (Tabela 3). Isso mostra que, a despeito de PR e PSL enviarem quase a mesma quantidade de parlamentares, as fileiras bolsonaristas foram nutridas por outras fontes, como os novos influenciadores digitais eleitos no rastro do ecossistema da direita ou mesmo dissidentes vindos de outras forças do Centrão.

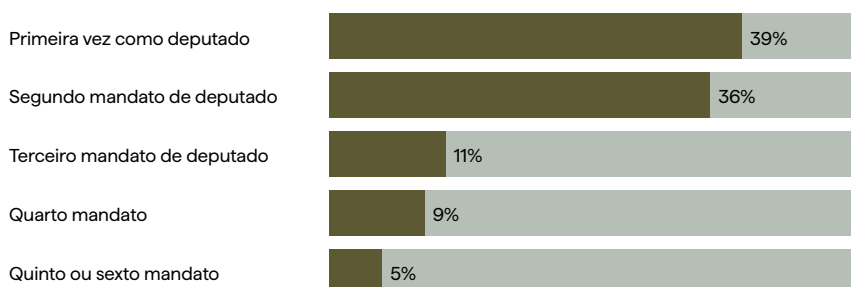
Tabela 1. Partido anterior dos deputados federais do PL (legislatura 2022-2026)

Nenhum	37	39%
PR	18	19%
PSL	17	18%
PSD	5	5%
PSB	4	4%
PTB	4	4%
PSC	3	3%
PFL/DEM	3	3%
Outros	20	20%

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Essa dinâmica também se reflete no tempo de casa dos parlamentares do PL na atual legislatura: 75% da bancada cumpre apenas sua primeira ou segunda experiência na Câmara. O dado evidencia um expressivo processo de oxigenação interna decorrente da fusão com o PDB. A proporção supera a média do restante do plenário, em que legisladores estreantes ou em reeleição imediata somam 64,5%. Isolando os deputados de primeiro mandato, o índice do PL é idêntico ao patamar geral da Casa: 39%. Já a fatia de parlamentares em segundo mandato é visivelmente superior na legenda (36% contra 25% da média geral), o que reforça a leitura de que tal contingente foi eleito na esteira da primeira onda bolsonarista, em 2018.

Gráfico 3. Posição ordinal do mandato atual dos deputados do PL



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

O perfil profissional dos deputados do PL da 57ª Legislatura também revela algo importante sobre a chegada do PDB. De todo o plenário federal, apenas 21 parlamentares declararam pertencer aos quadros da segurança pública, como agentes ou delegados. Desse total, 15 estão nas fileiras do PL, demonstrando uma concentração maciça da categoria no partido em relação

à média da Câmara. Empresários e advogados, que aparecem em segundo e terceiro lugar, já correspondem às ocupações mais tradicionais entre os eleitos para o quadriênio 2023-2026. Como debatido extensamente na literatura, as corporações armadas são um dos pilares do bolsonarismo (FELTRAN, 2021; ALMEIDA, 2017; REIS *et al*, 2024). A proeminência estatística de agentes da lei em relação aos demais parlamentares funciona como um reflexo institucional do fenômeno de politização do setor, que ganhou amplificação com a ascensão de Bolsonaro e a consolidação do PDB no PL.

Tabela 2. Profissão dos deputados do PL (57ª legislatura)

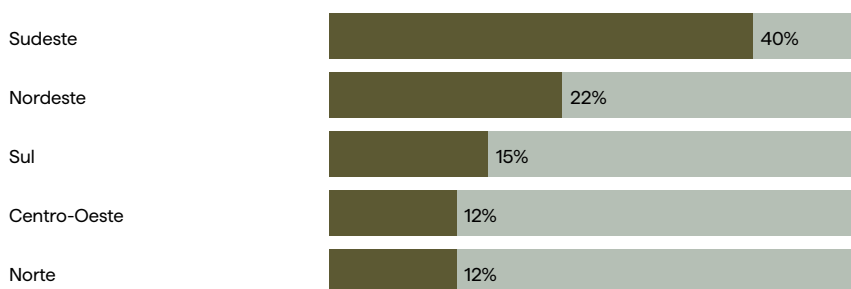
Profissão (primeira menção)	n	%
Policial ou delegado de polícia	15	16%
Empresário	14	15%
Advogado	13	14%
Agropecuarista, pecuarista ou agricultor	5	5%
Militar	4	4%
Professor	4	4%
Jornalista	4	4%
Pastor	4	4%
Comerciário	3	3%
Administrador	3	3%
Comunicador	3	3%
Engenheiro	3	3%

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Quando olhamos a distribuição geográfica da bancada do

PL, também notamos uma assimetria expressiva em relação à média da Câmara e uma aderência nítida à força territorial do bolsonarismo. Por lei, as vagas parlamentares seguem a seguinte divisão por macrorregiões: Sudeste (34,89%); Nordeste (29,43%); Sul (15,01%); Centro-Oeste (7,99%); e Norte (12,67%). Nota-se que a atual bancada do PL apresenta uma sobrerrepresentação das duas primeiras e do Centro-Oeste, acompanhada por um esvaziamento proporcional no Nordeste. Tal desenho decorre diretamente da mutação na base eleitoral da legenda, detalhada no capítulo 7 deste volume. Afinal, Sul, Sudeste e Centro-Oeste consolidaram-se como os principais bastiões do ecossistema bolsonarista (NICOLAU, 2020), enquanto o eleitorado nordestino se firmou como o principal polo de resistência e força do PT. Dessa forma, a nova balança interna da sigla reflete o desfecho das urnas sob o influxo do PDB, alterando o padrão histórico de votação do PL discutido nas páginas anteriores.

Gráfico 4. Região dos deputados federais do PL



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Do ponto de vista da atuação legislativa, dois aspectos chamam a atenção quando analisamos a bancada do PL. O primeiro

é que os parlamentares da sigla formam o núcleo duro das três articulações mais conservadoras do Congresso Nacional, conhecidas pelo acrônimo *BBB* (Boi, Bíblia e Bala). A densidade desse alinhamento ideológico impressiona: 78% dos deputados do PL integram a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPA); 82% estão inscritos na Frente Parlamentar Evangélica (FPE); e 89% compõem a Frente Parlamentar de Segurança Pública. A título de comparação, os quadros do partido respondem por apenas 10% da Frente da Enfermagem e 25% da do Café, que servem de exemplo de coalizões transversais e de menor apelo programático. O ecossistema temático da direita (BRITO et al., 2024) é parte fundamental da engrenagem conservadora contemporânea no Brasil: a partir de suas narrativas e disputas em plenário, os agrupamentos tensionam o debate público ao agitar discursos de caos social e corrupção moral para oferecer saídas que colocam em xeque os direitos conquistados na Constituição de 1988.

Gráfico 5. Porcentagem de deputados do PL nas Frentes Parlamentares ‘BBB’



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

O segundo aspecto importante da atuação dos representantes do PL reside no fato de a maioria registrar um histórico de

alinhamento decididamente oposicionista em relação à gestão Lula III – comportamento que rompe drasticamente com a tradição de centro posicional observada até o período de Bolsonaro (Gráfico 1). Como ilustram os Gráficos 6 e 7, a maior parte dos deputados da legenda exibe um índice de governismo inferior a 20%. O PL registra uma taxa média de convergência com o Executivo de apenas 13,6% no atual mandato petista, situando-se como a bancada mais refratária ao Planalto, atrás apenas do Novo, que atinge 6,5%.¹⁶⁰

No entanto, a distribuição dos deputados ao longo do eixo de governismo evidencia que há muitos dissidentes, o que pode explicar os conflitos internos entre os *dois corpos* do PL no Congresso: o PDB e o Centrão. A metáfora faz referência direta à tese das *duas almas*, cunhada originalmente por Gildo Marçal Brandão (1997) para sintetizar as vertentes opostas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – uma que defendia a participação da legenda na ordem institucional e outra que pregava a assimilação da condição de ilegalidade. Posteriormente, o conceito foi mobilizado por André Singer (2010) para identificar as duas forças que convivem no seio do Partido dos Trabalhadores (PT). De um lado, a vertente de Sion, em alusão ao colégio onde a agremiação foi fundada, caracterizada por um viés mais radical e anticapitalista, centrado na representação de classe, antineoliberal e avesso a composições com a ala conservadora do país;

160. Os dados foram extraídos do portal de Dados Abertos da Câmara dos Deputados até 5 de novembro de 2025 e processados de forma a excluir escrutínios unânimes, contabilizando apenas os posicionamentos válidos nos quais o parlamentar seguiu a orientação da liderança governista. O código, baseado na ferramenta desenvolvida por Danilo Medeiros no curso *Análise de Dados Legislativos do cebrap.lab* (Cebrap), está disponível em: <https://gist.github.com/danicosper/e9b45863fa63381e29dd7987b7403103>. Acesso em 30 maio 2026.

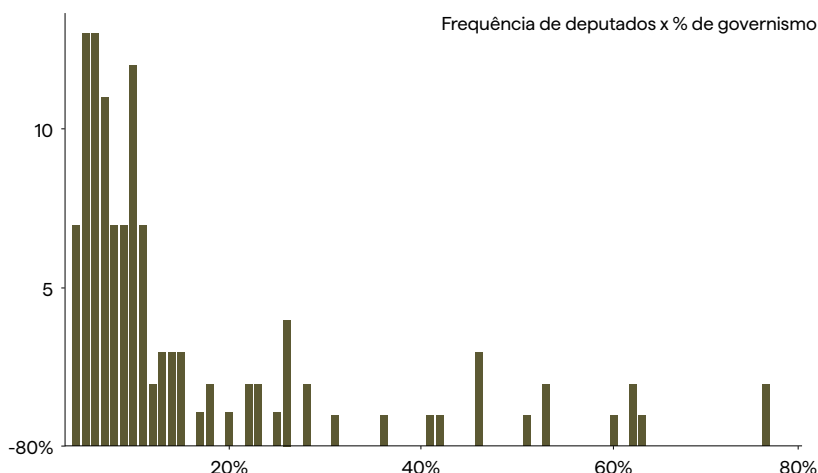
do outro, o vetor do Anhembi, em referência à reunião do Diretório Nacional no centro de convenções homônimo que referendou as diretrizes econômicas já esboçadas na Carta ao Povo Brasileiro. Tal postura mostrava-se mais conciliadora, moderada, aberta a coalizões tradicionais e focada na estabilidade e no controle das contas públicas.

Se emprestarmos essa chave de leitura para o caso do PL, é possível traçar uma distinção fundamental, que se distancia das formulações originais de Brandão e Singer. De certa forma, ambos os autores enxergam nas organizações analisadas uma vertente mais afeita à institucionalização e outra de viés radical; contudo, por integrarem um organismo unificado, as correntes terminam por produzir uma síntese. No caso do PL, a dinâmica é outra: não se trata de duas almas sob a mesma pele, mas, sim, de duas estruturas distintas que coabitam o mesmo espaço. Tomando a legenda em sua dimensão estritamente formal, a face Centrão opera como um ente estabelecido e pragmático, afeito aos acordos com o inquilino do Poder Executivo e temeroso em politizar a conduta parlamentar. Já o flanco do PDB manifesta-se de forma radicalizada, assumindo uma postura abertamente oposicionista, que ideologiza os embates legislativos e não hesita em tensionar os limites democráticos (NOBRE, 2023). As duas forças não se fundem e frequentemente colidem, tornando as fronteiras entre ambas bastante nítidas, embora partilhem o mesmo teto jurídico. Nesse sentido, o PL se diferencia historicamente do PCB e do PT por abrigar, de maneira muito mais evidente, dois corpos autônomos.

Jair Bolsonaro e Valdemar da Costa Neto calibram essas duas forças internas de acordo com as circunstâncias conjunturais, suas conveniências estratégicas e a pressão da base radical. Em certos momentos, a harmonia artificial se rompe e

descamba para ameaças reais de expurgo, como ocorreu com o deputado Antonio Carlos Rodrigues – quadro tradicional do Centrão no PL161 –, fustigado após tecer elogios a Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e um dos principais alvos do PDB162. Na nova configuração, atuando como hospedeiro da ala bolsonarista, a agremiação consolida seu perfil de oposição à gestão Lula porque seu vetor majoritário passou a ser o PDB.

Gráfico 6. Governismo do PL no governo Lula III (2023-2025)

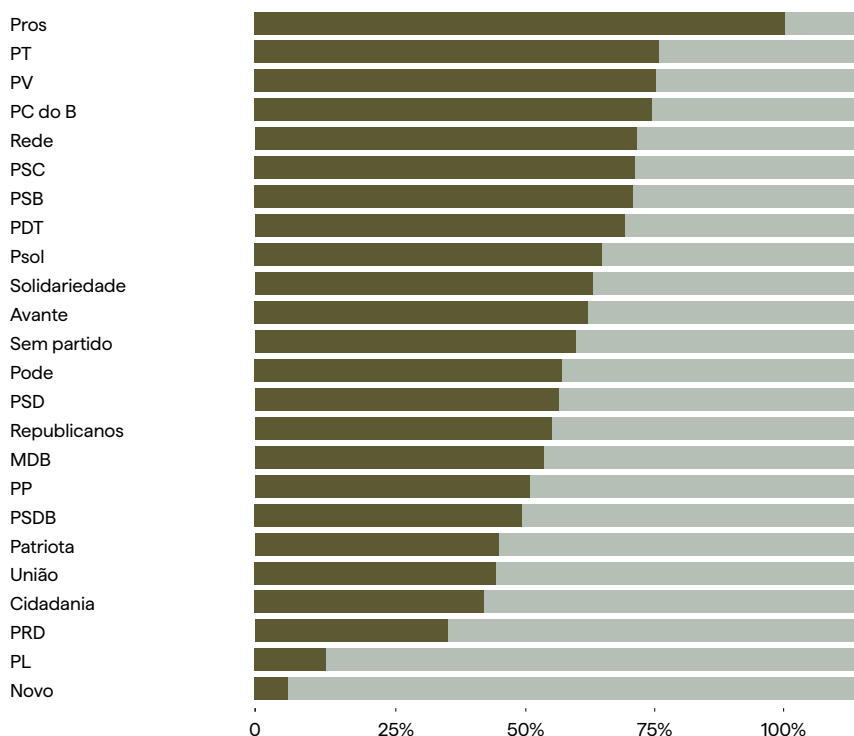


Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

161. Bolsonarismo engole o PL e caminha para expurgar Centrão do partido. *Folha de S. Paulo*, 24/08/25. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/08/bolsonarismo-engole-pl-e-caminha-para-expurgar-centrao-do-partido.shtml>. Acesso em 30 maio 2026.

162. Ver os capítulos 4, 5 e 6 deste volume.

Gráfico 7. Governismo por partido no governo Lula III (2023-2025)



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Ao cruzarmos os dados de governismo com métricas características do ambiente virtual, encontramos resultados reveladores, nos moldes do que realizamos na análise de grafos.¹⁶³ Desenvolvemos um exercício de correlação de

163. Os grafos foram analisados primeiramente no relatório de pesquisa *O partido digital bolsonarista*, disponível em: <https://cci-cebrap.org.br/wp-content/uploads/2025/05/O-Partido-Digital-Bolsonarista.pdf>. Acesso em 30 maio 2026.

Spearman¹⁶⁴ entre as taxas de governismo e o número de seguidores no Instagram de cada parlamentar. O diagnóstico é contundente: o coeficiente resultou em -0,562, indicando uma associação inversa que ultrapassa a metade da escala absoluta (que vai de zero a um), o que se caracteriza como uma correlação de intensidade moderada a forte. Ademais, o valor de *p-value* fixou-se em 0,00000000004241, garantindo alta significância estatística ao teste.¹⁶⁵ O panorama sinaliza que a inserção de quadros bolsonaristas digitais no PL está diretamente vinculada à postura de enfrentamento da legenda à gestão Lula III, visto que, à medida que se expande a capilaridade digital dos congressistas, encolhe o seu governismo em relação ao Executivo petista. O achado corrobora a hipótese de que o desembarque do PDB no PL subverteu sua dinâmica de atuação na arena legislativa, quebrando um paradigma histórico e arraigado das siglas do Centrão: o governismo pragmático.

A transição vincula-se à atuação conjugada do Partido Digital Bolsonarista nos campos eleitoral e legislativo, visto que agora há uma ação articulada e unificada dos deputados nas mídias sociais que alimenta o eleitorado, capitaliza votos e projeta a

164. A correlação de Spearman é aplicada em cenários nos quais a distribuição normal não constitui um pressuposto estatístico e a associação não é necessariamente linear. Em nossa amostra, tanto o governismo quanto o volume de seguidores não seguem uma curva normal, além de a interação entre ambos os fatores poder assumir caráter não linear. Por tais razões, optou-se por esse coeficiente. Adicionalmente, removeu-se um *outlier* da base, o deputado Tiririca, dado que sua expressiva audiência digital não decorre de sua atuação como ator político digital, perfil idêntico ao dos demais quadros do PDB, mas sim de sua histórica carreira como humorista na televisão. O *script* dessa manipulação analítica está disponível em: <https://github.com/danicosper/pdb/tree/main>. Acesso em 30 maio 2026.

165. O valor de *p-value* deve situar-se abaixo de 0,05 para assegurar significância estatística, permitindo rejeitar a hipótese nula de que não há associação entre os fatores. No caso em tela, o indicador é drasticamente inferior a 0,05, validando a rejeição da hipótese de independência entre os dados.

sigla. Não se trata mais de candidatos agindo de forma dispersa e individual no pleito e de maneira coesa no Parlamento, como ocorria tradicionalmente no PL e nas demais legendas do Centrão (KINZO, 2005; PEREIRA; MUELLER, 2003). O que se observa na nova dinâmica é o PDB exercendo o oposicionismo em ambas as frentes: o partido instrumentaliza o parlamento para politizar sua base e angariar apoio nas urnas, operando por meio de plataformas virtuais sob uma linguagem, estética e condução estratégica padronizadas, conforme demonstrado nos capítulos 3, 4 e 5.

A guinada na atuação do PL como integrante do Centrão também é corroborada pela centralidade assumida pela legenda na corrida ao Palácio do Planalto. Até o pleito de 2014, a sucessão presidencial estruturava o sistema partidário a partir da polarização entre PT e PSDB (CARREIRÃO, 2014). A partir de 2018, contudo, a ascensão de Bolsonaro e a derrocada tucana reorganizaram o cenário, atraindo novas agremiações (formais e informais) para o meio do tabuleiro e inaugurando a presença ativa do Centrão no campo oposicionista, que passou a competir de forma acirrada pelo comando do Executivo. Tais transformações também colocaram em xeque a classificação do PL como partido meramente reformista, bem como a tese do sistema político brasileiro como “congelado”, nos termos de Guarnieri (2019). Afinal, emerge agora um novo tipo de organização e as clivagens se deslocam em comparação à estabilidade observada entre as eleições de 1994 e 2014, quando as forças petista e tucana polarizavam o embate nacional.

Considerações finais

Este capítulo buscou investigar a bancada do PL na Câmara dos Deputados, analisando suas características e sua atuação, bem como identificando as transformações operadas após o desembarque do PDB na legenda.

Os resultados demonstraram que a ala bolsonarista se diferencia dos quadros tradicionais da sigla em perfil e comportamento político. O grupo manifesta uma postura marcadamente oposicionista e ideológica quando confrontado tanto pela velha guarda da agremiação quanto pelo histórico fisiológico que caracterizava o partido antes da fusão – período em que a sigla operava sob a lógica pragmática e governista do Centrão. Os membros do PDB revelam-se também substancialmente mais conectados, visto que a análise estatística realizada aponta uma correlação direta entre o ímpeto oposicionista e a relevância no ecossistema digital. A assimetria entre as duas forças internas é tão acentuada que justificou a utilização da metáfora dos dois corpos coabitando uma mesma legenda formal.

Além disso, ao contrastar o atual desenho do PL com o restante do plenário, percebe-se que sua representação está fortemente concentrada no Sudeste e no Centro-Oeste, registrando um esvaziamento proporcional no Nordeste. Os deputados exibem fortes vínculos com os setores de segurança pública, exercem hegemonia nas frentes parlamentares conservadoras e encontram-se, majoritariamente, em primeiro ou segundo mandato.

Tais achados trazem implicações profundas para a compreensão do sistema político brasileiro e da dinâmica partidária nos campos eleitoral e legislativo. Em conjunto com

as discussões que o antecedem, este fechamento permite concluir que o PL desafia os paradigmas consolidados na literatura de ciência política. Conforme buscamos argumentar ao longo do livro, tal fenômeno decorre diretamente da simbiose com o PDB, cujos desdobramentos práticos agora ganham contornos empíricos claros.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. 1–27, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920–1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRITO, Adriane Sanctis de; REIS, Luciana Silva; ROSA, Ana Silva; AMARAL, Mariana Celano de Souza. *A lei da bala, do boi e da Bíblia: cultura democrática em crise na disputa por direitos*. São Paulo: Tinta-da-China Brasil, 2024.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da Presidência Vol. 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, p. 255–295, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220141410>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/MjzLhCM43mvxLzMd8M9w6Zh/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

COSTANZO, Daniela. *Estado, Centrão e empreiteiras: o ensaio republicano de Dilma Rousseff antes da Operação Lava Jato (2007–2014)*. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

COSTANZO, Daniela. Conservador, de centro e profundamente democrático? O Centrão brasileiro como partido conservador. In: *ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP)*, 2024. Anais... São Paulo: ABCP, 2024.

FELTRAN, Gabriel de Santis. A política como violência. Terceiro Milênio: *Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 17, n. 2, p. 228–257, 2021.

GUARNIERI, Fernando. Estabilidade na mudança: famílias de partidos e a hipótese do congelamento do sistema partidário no Brasil (1982–2018). *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis, v. 18, n. 42, p. 224–249, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n42p224>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/74677>. Acesso em: 4 fev. 2026.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65–81, fev. 2005.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. O Centrão sem medo e a encruzilhada do PT. *Revista piauí*, ed. 204, set. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pega-mata-e-come/>. Acesso em: 1 fev. 2026.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003. DOI: 10.1590/S0011-52582003000400004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/msFYCm8hfrxNn7zxpBwkRvL/>. Acesso em: 1 fev. 2026.

SCULLY, Timothy R. Reappraising the role of the center: the case of the Chilean party system. *Working Paper*, n. 143. Notre Dame: Kellogg Institute for International Studies, 1990.

Anexo

Henrique Júnior	76.056338
João Carlos Bacelar	75.835476
Tiririca	62.544803
Júnior Mano	62.195122
Junior Lourenço	61.741425
Robinson Faria	60.456274
Bosco Costa	52.941176
Samuel Viana	52.659574
Luciano Vieira	50.892857
João Maia	46.268657
Tadeu Oliveira	46.268657
Icaro de Valmir	46.112116
Paulo Marinho Jr	41.818182
Antonio Carlos Rodrigues	40.969163
Yury do Paredão	36.170213

Vinicius Gurgel	31.048387
Matheus Noronha	27.683616
Rosângela Reis	27.581121
Josimar Maranhãozinho	26.463104
Detinha	26.119403
Daniel Agrobom	25.994318
Sonize Barbosa	25.993884
Jorge Goetten	24.909747
Vermelho	23.247232
Zé Vitor	23.232323
Luiz Carlos Motta	22.222222
Luciano Galego	22.058824
Silvia Cristina	20.454545
Fernando Rodolfo	18.490566
Pastor Gil	17.857143
Rosana Valle	16.507937
Eli Borges	15.495495
Soraya Santos	14.734774
Giacobo	14.529915
Guilherme Derrite	14.285714
Wellington Roberto	14.285714
Joaquim Passarinho	13.848397
André Ferreira	13.272311
Domingos Sávio	13.087248
Emidinho Madeira	13.082040
Magda Mofatto	11.956522
Roberto Monteiro Pai	11.746988
Capitão Alberto Neto	11.492281
Capitão Augusto	11.196319
Jefferson Campos	11.145511

Professor Alcides	10.810811
Silvio Antonio	10.714286
General Girão	10.634921
Alberto Fraga	10.557185
Paulo Freire Costa	10.468750
Ricardo Guidi	10.429448
Marcelo Álvaro Antônio	10.428305
General Pazuello	10.089021
Coronel Fernanda	9.950249
José Medeiros	9.844560
Miguel Lombardi	9.831029
Altineu Côrtes	9.782609
Adilson Barroso	9.546166
Roberta Roma	9.541284
Abilio Brunini	9.539474
Dr. Jaziel	9.531502
Bibo Nunes	9.312321
Luiz Lima	9.172260
Delegado Éder Mauro	9.129512
Pastor Eurico	8.904110
Eros Biondini	8.874802
Nelson Barbudo	8.860759
Giovani Cherini	8.777429
Capitão Alden	8.333333
Coronel Meira	8.296943
Pr. Marco Feliciano	8.152174
Sóstenes Cavalcante	8.021390
Missionário José Olímpio	7.821229
Helio Lopes	7.806691
Amália Barros	7.569721

Coronel Chrisóstomo	7.476636
Lincoln Portela	7.425743
Filipe Martins	7.413011
Cabo Gilberto Silva	7.111111
Bia Kicis	7.006369
Mauricio do Vôlei	6.763285
Rodrigo da Zaeli	6.756757
Coronel Armando	6.741573
Daniela Reinehr	6.741573
Filipe Barros	6.698565
Pedro Jr	6.521739
Dr Flávio	6.451613
Marcio Alvino	6.417910
Ricardo Salles	6.400000
Osmar Terra	6.122449
Silvia Waiãpi	6.094808
Dra. Mayra Pinheiro	6.060606
Marcelo Moraes	6.034483
Delegado Ramagem	5.997001
Carla Zambelli	5.952381
Daniel Freitas	5.872757
Delegado Caveira	5.741627
Sanderson	5.648855
Carlos Jordy	5.555556
Caroline de Toni	5.479452
Mario Frias	5.357143
Gilvan da Federal	5.282332
Gláucia Santiago	5.263158
Eduardo Bolsonaro	5.246914
Zé Trovão	5.156250

Chris Tonietto	5.114638
Zucco	5.091650
Nikolas Ferreira	5.037037
André Fernandes	5.000000
Rodolfo Nogueira	4.647887
Marcos Pollon	4.644412
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	4.523425
Delegado Paulo Bilynskyj	4.463040
Priscila Costa	4.411765
Gustavo Gayer	4.395604
Sargento Gonçalves	4.322767
Julia Zanatta	3.969754
Junio Amaral	3.832117
Coronel Tadeu	3.571429

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Conclusões

As leituras que, nos últimos anos, buscaram entender a atuação digital do bolsonarismo costumam oscilar entre duas interpretações principais. De um lado, a ideia de um campo disperso, marcado por dinâmicas difusas de engajamento. De outro, a hipótese de uma engrenagem centralizada, associada a estruturas opacas e frequentemente reduzida à atuação de um *gabinete do ódio*. A análise que empreendemos neste livro demonstrou a existência de uma estrutura efetiva, que opera por meio de padrões de coordenação, práticas de disciplina e mecanismos de mobilização e amplificação, ainda que fora de bases institucionais formais. Ao identificar tal configuração como uma categoria política própria do ambiente das plataformas digitais, a obra propõe uma inflexão no debate sobre a organização política contemporânea. Sustentamos que ela constitui evidência suficientemente robusta para corroborar nossa tese sobre a existência do Partido Digital Bolsonarista. Não endossamos a ideia de que isso seja uma particularidade brasileira, mas apenas a manifestação de um novo modelo partidário, não institucionalizado.

Isso lança desafios consideráveis em termos de circunscrição jurídica e epistemológica do nosso objeto. Essa delimitação parte da identificação de um conjunto de atores que atuam de forma constante, coordenada e intensa no ambiente online, mobilizando e organizando o ecossistema virtual bolsonarista. O recorte se define pela inserção em circuitos de propagação e pela capacidade de produção de respostas em rede, sem se restringir a ele. A configuração observada é suprapartidária, na

medida em que articula diferentes perfis em torno de repertórios compartilhados, agendas convergentes e práticas habituais de atuação. Nossa análise combina dados de plataformas digitais, observação sistemática de conteúdos e a identificação de situações recorrentes de mobilização pública concentrada, nas quais a coordenação se torna diretamente observável.

Como buscamos argumentar, o PDB hackeia o PL e o tem como caminho prioritário para entrar nas instituições parlamentares e eleitorais. A organização utiliza esses canais para disputar pleitos e acessar recursos formais, ao mesmo tempo em que mantém autonomia organizativa e unidade de ação. Trata-se de uma relação analiticamente descrita como parasitária, na medida em que se apoia nas engrenagens partidárias sem se submeter integralmente às suas regras, operando em paralelo e reconfigurando seu funcionamento. Contudo, é o nível de participação nos sistemas de circulação e de interação do ambiente digital, e não a filiação formal ou permanente, que define o pertencimento ao PDB.

Suas fronteiras são traçadas menos por definições jurídicas do que pela inserção em cadeias de lealdade articuladas em torno de lideranças e influenciadores do bolsonarismo. Tal arranjo conecta atores em diferentes níveis e arenas, de modo que a posição de cada indivíduo resulta de sua atuação na rede e de sua capacidade de mobilizar públicos, gerar engajamento e sustentar a disseminação de conteúdos, prescindindo da ocupação de cargos formais. Nesse cenário, hierarquia e disciplina permanecem, ainda que reconfiguradas: a primeira se estabiliza de forma relacional e continuamente atualizada, ao passo que a segunda se exerce pelo controle da visibilidade, especialmente mediante a inclusão ou exclusão dos circuitos de distribuição. Consequentemente, a sanção se manifesta como

perda de alcance, isolamento ou fratura dos vínculos digitais, conferindo à estrutura um poder punitivo efetivo, mesmo sem institucionalização formal.

Portanto, visibilidade, engajamento e capacidade de resposta funcionam como critérios de inclusão, permanência e reposicionamento. Trata-se de um regime de pertencimento baseado no desempenho público, que permite ao PDB expandir sua base ao mesmo tempo em que mantém coesão interna, mesmo atuando em diferentes espaços e em articulação com arranjos institucionais diversos. É nesse contexto que se delineia uma forma organizativa que não pode ser compreendida como digitalização de partidos tradicionais. O Partido Digital Bolsonarista é nativo do universo virtual: não resulta da adaptação de estruturas pré-existentes, mas se constitui diretamente em plataformas, seguindo a lógica que lhes é particular. O ecossistema online não aparece como ferramenta, mas como elemento vital de sua existência, organizando mobilização, alinhamento e produção de autoridade. Tal condição desloca o eixo organizativo da burocracia para a circulação.

A coordenação, por sua vez, não se organiza como comando vertical nem como espontaneidade desordenada. Ela emerge de processos iterativos de tentativa e erro, nos quais práticas, linguagens e estratégias são testadas, ajustadas e estabilizadas ao longo do tempo. Isso leva a padrões operacionais que permitem concordância entre atores distribuídos, visível na sincronização de postagens, na repetição de enquadramentos e na circulação simultânea de conteúdos. É uma forma de articulação que evita tanto o centralismo rígido quanto o caos, sustentando um equilíbrio dinâmico entre autonomia dos atores e convergência prática.

Ao converter o engajamento do ecossistema online bolsonarista em poder institucional – segundo a agenda e o cálculo de suas lideranças –, a forma organizativa do PDB assegura uma vantagem competitiva específica. Operando sob a dinâmica de rede, a legenda impõe um ritmo de campanha permanente, com maior capacidade de ativação do que organizações dependentes de ciclos eleitorais. Tal vantagem se estende às formas de financiamento e construção de influência, que não se restringem aos canais formais e permitem sustentar uma atuação contínua.

A baixa regulamentação das plataformas digitais possibilita ao partido utilizar a infraestrutura de empresas privadas como seu território de atuação. Sem leis que obriguem a transparência de algoritmos ou o controle de fluxos financeiros virtuais, o PDB consegue manter uma estrutura hierárquica e de financiamento que escapa à fiscalização do Estado. A lógica permanente de mobilização reorganiza o tempo político, tornando a campanha uma condição contínua. Ao mesmo tempo, o PDB desenvolve mecanismos próprios de legitimação. Eventos de grande visibilidade pública funcionam como rituais nos quais se tornam observáveis a hierarquia interna, a capacidade de ativação e o grau de disciplina do conjunto. Esses momentos operam como equivalentes funcionais de convenções partidárias, nos quais a presença, a adesão e o poder de convocação validam posições e redefinem relações de força.

A atuação em diferentes cenários revela a extensão do novo modelo partidário. Na esfera eleitoral, os dados analisados indicam que o potencial de engajamento contínuo e de coordenação em rede se traduz na formação de candidaturas fortemente ancoradas em circuitos online, com elevado desempenho em termos de visibilidade e tração de público

– ainda que com variações importantes quando inseridas em arenas que exigem ampliação de coalizões e negociação com atores externos ao ambiente virtual. O padrão expõe tanto a força quanto os limites da própria estrutura quando transposta para disputas majoritárias e arranjos institucionais mais complexos. No campo legislativo, observa-se o surgimento de um poder político suprapartidário articulado pelo PDB, capaz de sustentar uma agenda ideológica e oferecer oposição sistemática ou base sólida para governos. Nesse sentido, torna-se evidente que o debate acadêmico está apenas começando a mensurar os efeitos da transformação em curso.

Em suma, o Partido Digital Bolsonarista amplia o repertório analítico disponível para o estudo das agremiações e, ao fazê-lo, sinaliza uma mutação nas bases do governo representativo que excede a simples adaptação tecnológica. Ciente das limitações inerentes ao escopo de pesquisa, o objetivo central deste livro consolida-se ao descortinar a relevância da nova manifestação política que emerge, estimulando investigações futuras capazes de aprofundar suas ramificações.

Glossário

Ambiente sociotécnico

Corresponde à articulação indissociável entre dimensões sociais e tecnológicas na organização de práticas, relações e processos. Refere-se a contextos nos quais as interações humanas são mediadas por infraestruturas virtuais que, longe de operarem como canais neutros, estruturam as possibilidades de circulação, visibilidade e coordenação. Indica que a dinâmica social é simultaneamente produzida pelas relações comunitárias e pelas lógicas técnicas dos sistemas em que tais vínculos se realizam, a exemplo do ecossistema digital, rede relacional balizada por plataformas que articulam repertórios, conteúdos e públicos por meio de fluxos contínuos.

Bolsonarismo

Nos termos da circunscrição operacional utilizada neste livro, designa uma identificação política difusa, porém, capaz de produzir ativação e alinhamento de atores e repertórios sem depender de vínculo organizacional formal. Trata-se de públicos distintos, conectados por circuitos de difusão que viabilizam coordenação, mobilização e a produção de uma identidade comum. O pertencimento, portanto, não é fixo ou institucionalizado, mas atualizado continuamente por sinais públicos de engajamento, como a reiteração de discursos compartilhados, a referência a figuras centrais e a participação em dinâmicas coordenadas de manifestação, fala e silêncio. Representa o entrecruzamento de diferentes arenas com desdobramentos eleitorais e institucionais.

Cadeia de lealdade

Estrutura relacional que conecta os integrantes de um ecossistema político, articulando lideranças, influenciadores, produtores de conteúdo e bases mobilizadas. Em vez de se organizarem por hierarquias formais, tais cadeias estruturam-se por vínculos construídos na convivência digital, incluindo sintonia discursiva, mobilização conjunta e reconhecimento mútuo. Funcionam como mecanismo de coordenação, disciplina e ordenação de disputas, permitindo a fixação de patamares de autoridade, a definição de agendas e a estabilização de clivagens, ao mesmo tempo em que contêm os conflitos internos.

Campanha permanente

Processo no qual a lógica da competição eleitoral deixa de se restringir ao período legal e passa a estruturar de forma contínua a atuação política. Sob o modelo em questão, a produção de visibilidade, a mobilização de públicos e a ativação de fraturas ideológicas tornam-se atividades ininterruptas, orientadas por métricas, responsividade e monitoramento constante. No ambiente digital, a dinâmica adquire densidade infraestrutural, uma vez que as plataformas operam por sistemas de recomendação e distribuição contínua, transformando a exposição pública em ativo acumulável. A campanha deixa de ser um momento episódico e passa a constituir o próprio regime de organização da presença política.

Capital algorítmico

Designa a capacidade acumulada de um ator político de converter presença contínua, interações responsivas e engajamento recorrente em prioridade nos sistemas de distribuição das plataformas. Trata-se de um ativo relacional e temporal que não se reduz ao volume de seguidores ou ao investimento pontual em publicidade; resulta, antes, da

sedimentação de sinais de interatividade que aumentam a probabilidade de circulação futura. Sua manutenção depende da regularidade da atividade e da capacidade de ativar audiências ao longo do tempo, funcionando como um lastro de visibilidade conversível em vantagem competitiva nas democracias mediatizadas.

Centrão

Conjunto de partidos e parlamentares que, desde a Assembleia Constituinte de 1987-1988, atua de forma pragmática e governista no sistema político brasileiro, priorizando a ocupação de cargos, o acesso a recursos e a negociação com o Poder Executivo em detrimento de bandeiras ideológicas abertas. O arranjo caracteriza-se pelo fisiologismo, pela baixa densidade programática e por uma atuação concentrada na arena legislativa, em que o apoio à governabilidade se organiza por meio de trocas institucionais e materiais. O agrupamento evita a polarização pública e a disputa direta pelos rumos do país, operando por negociações de bastidores, sem a pretensão de lançar candidaturas competitivas à Presidência da República.

Deputados digitais

Parlamentares cuja atuação política se organiza de forma central nas plataformas digitais, utilizando a produção contínua de conteúdo e a interatividade em rede como meios de construir visibilidade, mobilizar públicos e sustentar o mandato. Diferenciam-se dos perfis tradicionais por articularem de forma integrada as arenas virtual, eleitoral e legislativa, instrumentalizando a presença nas redes para politizar a base, orientar posicionamentos e reforçar alinhamentos. O exercício parlamentar projeta discursos, votações e conflitos do Congresso diretamente nas plataformas, convertendo-os em conteúdo para manter as bases permanentemente mobilizadas.

Ecosistema digital bolsonarista

Ambiente virtual no qual se articulam atores, repertórios e formas de mobilização vinculadas ao bolsonarismo como fenômeno amplo, prescindindo de vínculo organizacional estável ou da atuação exclusiva de lideranças individuais – inclusive do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (2019–2022). O arranjo conecta canais de circulação contínua que geram coordenação sem depender de comando centralizado. Trata-se de uma rede heterogênea composta por parlamentares, influenciadores, produtores de conteúdo, bases militantes, organizações religiosas e setores corporativos que extrapolam a internet. A coesão do fenômeno é buscada pela convergência de discursos, repetição de referências comuns e emissão de sinais públicos de alinhamento, como o uso de símbolos nacionais (as cores verde e amarela e a bandeira nacional). É o território primário de operação do PDB para viabilizar sua atuação nas arenas física, eleitoral e institucional.

Engajamento

Conjunto de interações realizadas por usuários nas plataformas digitais (como curtidas, compartilhamentos, comentários e visualizações) que influenciam diretamente os algoritmos de circulação e a visibilidade de conteúdos. No contexto analisado, opera como motor de coordenação ao permitir a amplificação de repertórios, a sustentação de pautas e o reforço recíproco entre atores. Sua relevância reside na capacidade de produzir convergência prática e manter ideias em circulação contínua.

Infraestrutura de circulação

Consiste no conjunto de circuitos, práticas e conexões que sustentam a produção, difusão e amplificação contínua de conteúdos no interior de um ecossistema político. Não se limita às plataformas digitais; envolve redes de atores, padrões de

interação e bases mobilizadas que asseguram a manutenção dos fluxos informacionais ao longo do tempo. Opera como a base relacional sobre a qual se organizam a coordenação e a formação de públicos, garantindo que mensagens se mantenham ativas para além dos períodos eleitorais.

Infraestrutura de visibilidade e amplificação

Arranjo contínuo de produção de presença e circulação que sustenta a exposição pública de atores políticos nas plataformas. Resulta da acumulação temporal de interações e da manutenção de bases ativas que induzem os sistemas de distribuição a priorizarem certas mensagens. Configura um lastro construído ao longo do tempo que organiza as condições de reconhecimento público. A Amplificação, por sua vez, é o processo pelo qual conteúdos e posicionamentos alcançam maior alcance e frequência de exposição. Funciona como um mecanismo que intensifica materiais já inseridos em circuitos ativos, potencializando o alcance sem depender exclusivamente de investimento financeiro direto, expandindo dinâmicas previamente estruturadas.

Lealdade

Mecanismo que organiza a permanência e a atuação de atores no interior de um ecossistema político, mesmo em cenários de conflito ou insatisfação. Inspirada livremente na formulação de Albert O. Hirschman, baseia-se na expectativa de que é possível disputar posições e corrigir rumos a partir de dentro, priorizando o uso da voz em detrimento da saída. Quando os atores entendem que a ativação da voz é desconsiderada ou ineficaz, recorrem ao mecanismo de saída da cadeia de lealdade. O conceito baliza os limites, as disputas e as formas de pertencimento no interior do grupo.

Partido digital

Forma de organização política que se estrutura a partir do ecossistema das plataformas digitais, operando por meio da mobilização contínua de públicos, da circulação de conteúdos e da coordenação da ação coletiva em rede. Prescinde de filiação formal, de fronteiras organizacionais estáveis ou de burocracias consolidadas, ainda que possa se articular com elas. Sua operação se dá pela produção de visibilidade e pela capacidade de alinhar atores em torno de agendas compartilhadas, utilizando as lógicas de engajamento das redes como infraestrutura política fundamental.

Partido Digital Bolsonarista (PDB)

Forma organizativa específica que emerge no interior do ecossistema digital bolsonarista e se estrutura no ambiente das redes sociais. Não se confunde com partidos formais registrados, embora opere em interface com eles e utilize uma legenda tradicional como hospedeira preferencial (o Partido Liberal, no caso). Busca alcançar a hegemonia dentro da internet para, a partir daí, dar coesão e direção ao bolsonarismo amplo, convertendo essa força em poder institucional.

Dispensa diretórios ou convenções tradicionais, amparando-se em uma coordenação gerada por circuitos digitais em que parlamentares, influenciadores e militantes atuam de forma coordenada. O PDB preserva funções típicas de uma agremiação (definição de agendas, disciplina e mobilização), mas as realiza por meios informais, baseados em alinhamento público e repetição de repertórios. Pode atuar simultaneamente em diferentes partidos oficiais para disputar eleições, mantendo seu centro operacional nas redes.

Partidos-plataforma

Agremiações fundadas a partir da lógica do mundo digital, cuja ação política mimetiza explicitamente a arquitetura, o funcionamento e o modelo de negócios das plataformas tecnológicas existentes. Diferenciam-se por buscarem, desde a sua gênese, a institucionalização e o registro nos termos jurídicos formais.

Partidos tradicionais (ou analógicos)

Organizações políticas institucionalizadas segundo os parâmetros analógicos anteriores à internet. Na literatura clássica da ciência política, correspondem ao modelo padrão de partido, criados para cumprir o papel de mediação nas democracias representativas, tal como estas se estruturaram nas décadas posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial.

Sobre os autores



Carol Luck

É pesquisadora em antropologia digital, formada em Gestão Pública pela FGV e pós-graduada em Antropologia pela FESPSP. Foi colunista de cultura no jornal O Globo por cinco anos e atuou por uma década na publicidade em São Paulo, com foco em comunicação e análise de redes. Hoje, atua como Coordenadora Executiva do Projeto Brief, uma plataforma de comunicação política voltada ao fortalecimento de causas progressistas, além de desenvolver pesquisas sobre política digital em colaboração com organizações como InternetLab e Cebrap.



Daniela Costanzo

É pesquisadora plena do Cebrap, pesquisadora colaboradora do CCI/Cebrap e pós-doutoranda no projeto temático FAPESP “Crises da democracia: teoria crítica e diagnóstico do tempo presente” do Núcleo Direito e Democracia do Cebrap (NDD – Cebrap). Foi professora visitante na Sciences Po Paris (2024-2025). É doutora (2022) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e fez um estágio doutoral na Berkeley Economy & Society Initiative (BESI) da UC Berkeley.



Leonardo Martins Barbosa

É doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Possui graduação e mestrado em História pela PUC-Rio e atualmente é pesquisador do Núcleo Direito e Democracia e do Centro para Imaginação Crítica, ambas as iniciativas sediadas no Cebrap. Seus temas de interesse incluem história política brasileira, partidos políticos e social-democracia. No CCI, contribui para a pesquisa sobre o partido digital bolsonarista.



Marcos Nobre

É diretor geral do CCI/Cebrap e um dos seus Principal Investigators. É professor titular de Filosofia Política da Unicamp e pesquisador 1A e membro do Conselho Deliberativo do CNPq. Presidiu o Cebrap (2019-23) e coordenou diversos projetos temáticos financiados pela Fapesp. Recebeu o Prêmio Jabuti de melhor livro em Ciências Sociais por *Limites da democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro* (Todavia, 2022).



Mércia Kaline Freitas Alves

É especialista em Ciência de Dados (UTFPR). Doutora e mestre em Ciência Política pela UFSCar, onde também se graduou em Ciências Sociais. Foi pesquisadora visitante na Universidad de Salamanca. Bolsista Fapesp na graduação e na pós. Integra o CEL (UFPR) e o NEAMP (PUC-SP) e colabora com o IPE-UnB. É editora da Teoria Pesquisa e da Aurora. Atua em pesquisas sobre eleições municipais, estratégias eleitorais e metodologia.



Paulo Yamawake

É assessor da diretor geral do CCI. Tem graduação, mestrado e doutorado em Filosofia na Universidade Estadual de Campinas. Durante seu doutorado, sobre a recepção da psicanálise na formação da Teoria Crítica, realizou estágio de pesquisa no Institut für Sozialforschung da Goethe-Universität de Frankfurt. Sua área de pesquisa principal é Filosofia e Teoria Crítica.



Marcos Nobre
Ana Claudia Teixeira
(Organizadores)

O Partido Digital Bolsonarista

CCI  CEBRAP